



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 394

Quarta-feira - 23 de dezembro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | |
|-----------------------------|-----|
| Atalanta..... | 1 |
| Biguaçu..... | 2 |
| Braço do Trombudo..... | 4 |
| Caçador..... | 5 |
| Campo Alegre..... | 8 |
| Canoinhas..... | 26 |
| Chapadão do Lageado..... | 27 |
| Corupá..... | 28 |
| Forquilha..... | 29 |
| Garopaba..... | 92 |
| Garuva..... | 94 |
| Gaspar..... | 135 |
| Herval D' Oeste..... | 140 |
| Imbituba..... | 145 |
| Irineópolis..... | 148 |
| Luzerna..... | 149 |
| Paulo Lopes..... | 152 |
| Pinheiro Preto..... | 155 |
| Porto Belo..... | 156 |
| Porto União..... | 157 |
| Rio do Sul..... | 159 |
| Salto Veloso..... | 162 |
| São Lourenço do Oeste..... | 162 |
| São Pedro de Alcântara..... | 163 |
| Schroeder..... | 163 |
| Tunápolis..... | 194 |
| Turvo..... | 195 |
| Videira..... | 197 |

Associações de Municípios

| | |
|------------------|-----|
| GRANFOPOLIS..... | 270 |
|------------------|-----|

Consórcios Públicos

| | |
|------------------|-----|
| CIGA..... | 271 |
| CIS - AMURC..... | 271 |

Atalanta

Prefeitura Municipal

Lei N° 1139/ 2009

LEI N° 1139/ 2009.

"AUTORIZA DOAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE ATALANTA À EMPRESA TEXTIL FARBE LTDA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de

Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir por doação à Empresa Farbe Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ No. 81.303.463/0004-77, situada na rua José Paglioli, 145, centro, Atalanta-SC, um imóvel rural de propriedade do Município de Atalanta, com área 13.500,00 m2, com as seguintes confrontações: NOROESTE, com terras de Leopoldo May; ao SUESTE, com o Rio Dona Luiza, onde mede 100,00 metros; ao NORDESTE, com terras de Leopoldo May e, ao SUDOESTE, com terras de Maria Moll. INCRA cadastrado sob No. 805.033.002.879; área total 1,3 hectares; N°. de Módulos 0,07; fração mínima de parcelamento: 1,3 hectares. Imóvel devidamente matriculado sob N°. 5.894 livro 02, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Ituporanga-SC.

Art. 2º - A presente doação tem por objetivo regularizar destinação efetivada pelo Decreto N°. 03/92 e, de acordo na época com a Lei N°. 505/91 e, parecer do Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico de Atalanta - CMDE, documentos que acompanham a presente, bem como, respectiva licença ambiental de operação.

Art. 3º - O donatário, até o prazo de três anos, contado da data da publicação da presente Lei, não poderá, sob pena de reversão.

I - altera a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º - A reversão de que trata o artigo 3º desta Lei será efetivada através de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º - A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º - As disposições previstas no artigo 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei n° 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 22 de dezembro de 2009.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei Nº 1140/2009

LEI Nº 1140/2009.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 7.000,00 (Sete Mil Reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

07.00 – SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0078.2.048 – Manutenção do Programa de Errad. Do Trab. Infantil
3.3.90.00.00.00.00.0121 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

07.00 – SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0078.2.048 – Manutenção do Programa de Errad. Do Trab. Infantil
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de dezembro de 2009.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

Biguaçu**Prefeitura Municipal****Aviso de Licitação 102 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PP 102/2009-FMS

OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal para uso na Unidade Central de Saúde, demais Postos e Samu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 18/01/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 18 de Dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação 103 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PP 103/2009-FMS

OBJETO: Aquisição de 900 recargas de água potável de 20 litros, para atender a Secretaria de Saúde, Unidade Central de Saúde e

demais Postos de Saúde deste Município. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 15/01/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 18 de Dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação 107 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PP 107/2009-FMS

OBJETO: Aquisição de café e açúcar para atender os postos de saúde, Ceo, Clínica de Fisioterapia e Unidade Central de Saúde. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 14/01/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 18 de Dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação 108 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º108/2009 – FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu – Santa Catarina, situada na Praça Nereu Ramos, n.º 90, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisição de tiras reativas para glicemia para a Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08:00h do dia 23/12/2009, às 14:00h do dia 13/01/2010;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 13/01/2010, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (48) 3243-3165 (ramais 8020, 8038 e 8023)

E-mail: pregao@bigua.sc.gov.br

Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu - SC.



Biguaçu, SC, 17 de Dezembro de 2009.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL
Por delegação –Liliane Werner dos Santos
Secretária Municipal de Saúde

Aviso de Licitação 109 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 109/2009-FMS

OBJETO: Aquisição de centímetro de coluna em jornal de circulação estadual, local ou regional, com publicação no mínimo de 04 vezes por semana, objetivando a publicações dos avisos de licitação, bem como: convocações, contratos, decretos e portarias desta Municipalidade. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 13/01/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 18 de Dezembro de 2009.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação 115 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2009 – FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu – Santa Catarina, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Biguaçu, informa que encontra-se aberta licitação na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisição de material de enfermagem, de laboratório e medicamentos para uso do Samu, do programa dst/hiv/aids e da Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08:00h do dia 23/12/2009, às 14:00h do dia 15/01/2010;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 15/01/2010, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (48) 3243-3165 (ramais 8020, 8038 e 8023)

E-mail: pregao@bigua.sc.gov.br

Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu-SC.

Biguaçu, SC, 18 de dezembro de 2009.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Liliane Werner dos Santos
Secretária de Saúde

Aviso de Licitação 114 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2009 – FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu – Santa Catarina, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Biguaçu, informa que encontra-se aberta licitação na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisição de medicamentos para atender as necessidades das Unidades de Saúde de Biguaçu e Samu, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08:00h do dia 23/12/2009, às 14:00h do dia 14/01/2010;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 14/01/2010, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (48) 3243-3165 (ramais 8020, 8038 e 8023)

E-mail: pregao@bigua.sc.gov.br

Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu - SC.

Biguaçu, SC, 18 de dezembro de 2009.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Liliane Werner dos Santos
Secretária de Saúde

Aviso de Licitação 209 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PP 209/2009-PMB

OBJETO: Aquisição de gás p13 e p45 para as escolas e centros de educação infantil da rede Municipal de ensino para o ano de 2010. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 14/01/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 18 de Dezembro de 2009.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Braço do Trombudo

Prefeitura Municipal

Portaria 177/2009

PORTARIA Nº 177/2009

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Elzira Deucher, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 07.11.2009 a 23.12.2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 07.11.2009.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 21 de dezembro de 2009.

Nildo Melmestet

Prefeito em Exercício

Portaria 178/2009

PORTARIA 178/2009

NILDO MELMESTET, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AMPARADO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 09/99 DE 17.11.1999, Art. 62, INCISO I, PARÁGRAFO 2, ETC...

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA 134/2008, QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, A SERVIDORA, IOLANDA DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERV. GERAIS MER/SERVENTE, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO PERÍODO 15.11.2009 A 31.12.2009.

Art. 2º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA ASSINATURA, CONDICIONADA SUA VALIDADE À PUBLICAÇÃO NO DOM/SC, NOS TERMOS DO Art. 3º DA LEI 0597/2008 DE 09.07.2008, COM EFEITOS RETROATIVOS A 15.11.2009.

AERT. 3º FICAM REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2.009.

NILDO MELMESTET

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Portaria 179/2009

PORTARIA Nº 179/2009

NOMEIA SERVIDOR, ACT

Nildo Melmestet, Prefeito em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 008/99 de 17.11.99, e

Lei Complementar 059/2007 de 26.04.2007, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Bruno Hochapfel, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral (Emprego Público – PSF) por ter sido aprovado em Processo Seletivo 007/2009, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14.12.2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 14.12.2009.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 21 de dezembro de 2009.

Nildo Melmestet

Prefeito em Exercício

Portaria 180/2009

PORTARIA 180/2009

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora Marlene Lippel, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer/Serv, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 073/1994 de 07.02.1994, a partir de 31.12.2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 21 de dezembro de 2009.

Nildo Melmestet

Prefeito em Exercício

Portaria 181/2009

PORTARIA Nº 181/2009

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que o 9º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 28 de dezembro de 2009, as 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 21 de dezembro de 2009.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício



Portaria 182/2009

PORTARIA Nº 182/2009

NILDO MELMESTET, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AMPARADO NA LEI 0503/2005 DE 23.12.05, ETC.

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINA QUE O 1º, 2º E 3º SORTEIO DO CONCURSO "COMPRE PARA VER, BRAÇO DO TROMBUDO CRESCER", SERÁ REALIZADO NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2009, AS 16:30H, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

Art. 2º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA ASSINATURA, CONDICIONADA SUA VALIDADE À PUBLICAÇÃO NO DOM/SC, NOS TERMOS DO Art. 3º DA LEI Nº 0597/2008 DE 09.07.2008.

Art. 3º - FICAM REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 21 DE DEZEMBRO De 2009.
NILDO MELMESTET
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Caçador

Prefeitura Municipal

Portaria 19.242

PORTARIA Nº 19.242, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto na Lei nº 398, de 13/12/90, alterada pela Lei nº 447, de 22/08/91 e 1.359, de 23/06/1999,

R E S O L V E:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado, dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, referência, carga horária, unidade escolar de lotação, servidor substituído e período da prorrogação, conforme segue:

| Cód. | Nome | Cargo | Ref | C.H | Unid. Esc. | Razão | Per. Prorrog. |
|------|-----------------------|--|-------|-----|--|---|---------------------------|
| 9409 | Stela Maris C. Sgarbi | Professor de 5ª à 8ª Série Ciências | 1.3A | 18 | EMEB Alto Bonito (03) EMEB Alcides Tombini (15) | VV Marjory B. Rosa/ Licença para tratamento saúde | 01/11/09 a 08/12/09 |
| 9400 | Ivan C. Carneiro | Professor de 5ª à 8ª Série Educação Física | 1.3A | 15 | EMEB Maria Luíza Barbosa | VV. Carlinhos Bazzei/ Disp. Dos Bombeiros | 01/11/09 a 20/12/09 |
| 9143 | Viviane A. Anhaya | Servente da Educação | 1.5/A | 44 | EMEB Ulysses Guimarães | VV. Aurea Mello/ Licença para tratamento saúde | 21/11/09 a 20/12/09 |

| | | | | | | | |
|------|----------------|---------------------------------|------|----|------------------|--|---------------------------|
| 9401 | Andreia Dellai | Professora de Educação Infantil | 1.3A | 20 | EMEB Castelhanos | VV. Marinice Oliveira/ Licença para tratamento saúde | 20/11/09 a 18/12/09 |
|------|----------------|---------------------------------|------|----|------------------|--|---------------------------|

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

Lucir Telmo Christ- PREFEITO MUNICIPAL, em exercício.

Scheilla Maria Soares Marins- SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Margot Rosely Siqueira- SECRETÁRIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria 19.243

PORTARIA Nº 19.243, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

O VICE PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal NILVA PEREIRA EGER, ocupante do cargo de Servente Educação, lotada na Secretaria de educação, Cultura e Esportes, 06 (seis) meses de licença para tratamento de saúde, a contar de 26 de novembro de 2009, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2009.

Lucir Telmo Christ - PREFEITO MUNICIPAL, em exercício.

Margot Rosely Siqueira- SECRETÁRIA ADJUNTA PARA ASSUNTOS DA ADMINISTRAÇÃO.

Alteração e Prorrogação de Prazo Conc. 01/2009 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR, SC
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL: Concorrência nº 01/2009. Alterações: Retificação do Aviso de licitação, onde está escrito: Tipo "Menor Preço Global" leia-se: Tipo "Menor Preço Por Tonelada". Retificação do Preâmbulo do Edital, onde está escrito: "Menor Preço Global" leia-se: "Menor Preço Por Tonelada". Retificação do item 4.1.2.5 do Edital, onde está escrito: até 01 (um) dia útil anterior a data de entrega dos envelopes, leia-se: até 05 (cinco) dias úteis anterior a data de entrega dos envelopes. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14:00 Horas do Dia 06/02/2010. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 06/02/2010.

Maiores Informações e a Impugnação ao Edital poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br



Caçador, 21 de dezembro de 2009.
LUCIR TELMO CHRIST- Prefeito Municipal em exercício.

Pregão Presencial 46/09- FMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 46/2009 – FMS. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE OFICINAS DE GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL PARA O CAPS II ENTREGA DOS ENVELOPES: até 14:00 Horas do Dia 11/01/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 11/01/2010. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 21 de dezembro de 2009.
LUCIR TELMO CHRIST- Prefeito Municipal em exercício.

Termo de Compromisso 04/09

TERMO DE COMPROMISSO Nº 04/09 - Outorga e a autorização de Uso para ocupação e exploração, à Título Precário, da Loja nº 08 (oito), com 113,63 m², situada no Terminal Rodoviário Selvino Caramori. PERMISSIONÁRIO: RESTAURANTE E LANCHONETE AQUARIUS LTDA. Valor R\$: 5.151,72. Prazo: 17/03/2010.

Edital de Caução de Pavimentação 04/2009

EDITAL DE CAUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO – Nº 04/ 2009

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) de proprietários de imóveis lindeiros à RUA FLORENCIO BUSATO, do Bairro ALTO BONITO, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o disposto no Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

CARACTERIZAÇÃO DA RUA:

Nome: RUA FLORENCIO BUSATO
Bairro : ALTO BONITO
Somatório de testadas: 717.10 metros lineares
Área de pavimentação: 2.868,40 m²

MEMORIAL DESCRITIVO DAS OBRAS:

As obras de pavimentação compreenderão a execução dos seguintes serviços:

- Serviços de regularização da pista e terraplanagem
- Transporte de materiais
- Serviços de Drenagem pluvial conforme projeto, com assentamento da tubulação e confecção das bocas de lobo nos locais indicados.
- Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente, com especificações técnicas e dimensionamento conforme planilha de orçamento descrita abaixo.

DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS:

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização estipulado por ocasião do Edital de Contribuição de Melhoria por comissão especialmente nomeada.

ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

A determinação do custo da obra do presente Edital de Caução

refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descrito acima, e de acordo com os custos especificados abaixo, nos quais se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades e custos unitários e totais, dando ao final o custo da obra. Os custos unitários apresentados referem-se aos custos vigentes em novembro de 2009, data do início da mobilização dos moradores para viabilização na participação do programa de Pavimentação estipulado no art. 70, item II da lei 54/83.

| Especificações e Serviços | Un | Qtidade | Custo Unit. | Custo total à vista |
|--|-----------|----------------|--------------------|----------------------------|
| Drenagem pluvial com tubos de 0,30 m | un | 370 | R\$ 23,50 | R\$ 8.695,00 |
| Imprimação com RM-AC | un | 270 | R\$ 1,92 | R\$ 6.503,00 |
| Camada de brita 2 para forro | m3 | 86 | R\$ 44,00 | R\$ 3.784,00 |
| Camada de macadame seco | m3 | 336 | R\$ 44,00 | R\$ 14.784,00 |
| Camada de base de brita graduada | m3 | 250 | R\$ 44,00 | R\$ 11.000,00 |
| Imprimação com CM-30 | Lts | 1220 | R\$ 1,81 | R\$ 10.400,26 |
| Camada asfáltica com C.A.U.Q. | ton | 353 | R\$109,20 | R\$ 38.533,34 |
| Bocas de lobo | un | 9 | R\$ 170,00 | R\$ 1.530,00 |
| Meio fio de concreto simples | mt | 740 | R\$ 7,50 | R\$ 5.550,00 |
| Sinalização Horizontal e vertical | ml | 360 | R\$ 7,50 | R\$ 2.700,00 |
| Serviços de Mão de obra e de Horas máquina | Incentivo | | | |
| | | | TOTAL | 32.477,10 |

Dimensionamento= forro=3cm, macadame seco=12cm, base de brita graduada=8cm e capa=6,4 cm.

Custo metro quadrado = R\$ 32,45 /m².

Custo metro linear = R\$ 129,80 /ml

O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2o, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo de 80% (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, devendo ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados abaixo, no seguinte Banco e Conta Caução:

Banco SICOOB/SC -AGÊNCIA: 3038

Nome da Conta: PREF. MUN DE CAÇADOR / CAUÇÃO PAVIMENTAÇÃO

RUA : FLORENCIO BUSATO

Número da Conta: 20.990-2

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

a) Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1o e 4o do artigo 69 da Lei 54/83;

b) Início das obras de pavimentação da rua;



Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83.

Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário Municipal (Lei 054/83).

Os contribuintes para obterem os descontos dos artigos 76 e 77 da Lei 054/83, deverão, no prazo constante no Edital de Contribuição de Melhoria, complementar os depósitos caucionados.

Caçador (SC), Dezembro 2009
LUCIR TELMO CHRIST
Prefeito Municipal, em exercício

RELAÇÃO DOS PROPRIETARIOS COM O RESPECTIVO VALOR BASE DE PARTICIPAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO DO PROGRAMA (caução)

| Proprietário do Imóvel | Inscrição Imobiliária | Test. MLz | Valor R\$ |
|----------------------------------|-----------------------|-----------|-----------|
| GILBERTO CARDOSO DO PRADO | | 18,50 | 2.401,30 |
| ADECIR ANTONIO BELLO | | 14,40 | 1.869,10 |
| ALORINDO DE OLIVEIRA SANTOS | | 14,40 | 1.869,10 |
| OLMIRO GOMES DE OLIVEIRA | | 14,40 | 1.869,10 |
| RUA LUCIANO VITORIO BIASI | | 14,00 | 1.817,20 |
| ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO | | 14,40 | 1.869,10 |
| ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO | | 14,40 | 1.869,10 |
| ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO | | 14,40 | 1.869,10 |
| GETULIO FERREIRA VARGAS | | 23,00 | 2.985,40 |
| JOEL ANTONIO MARCHIORO | | 15,00 | 1.947,00 |
| TEREZA ALVES F. DOS SANTOS | | 15,00 | 1.947,00 |
| NATALICIO FERREIRA DOS SANTOS | | 14,00 | 1.817,20 |
| JOAO GOMES | | 30,00 | 3.894,00 |
| RUA ALDO ELOY GATERMANN | | 14,00 | 1.817,20 |
| MARIA JUSSARA GONCALVES | | 30,00 | 3.894,00 |
| RENATO ZANOTTI | | 22,50 | 2.920,50 |
| JOEL VARELA | | 12,00 | 1.557,60 |
| MARIA GORET ESPIT | | 12,00 | 1.557,60 |
| VILMAR CHAVES | | 12,00 | 1.557,60 |
| SILVANO ROBERTO DE MATOS | | 12,00 | 1.557,60 |
| INES FERREIRA DE SOUZA | | 12,00 | 1.557,60 |
| ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS | | 12,00 | 1.557,60 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 18,50 | 2.401,30 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 14,40 | 1.869,10 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 14,40 | 1.869,10 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 14,40 | 1.869,10 |
| RUA LUCIANO VITORIO BIASI | | 14,00 | 1.817,20 |
| ANTONIO PIRES DE LIMA | | 14,40 | 1.869,10 |
| GERCY CAETANO DA SILVA | | 14,40 | 1.869,10 |
| ARCIDIRIO SILVA MACIEL | | 14,40 | 1.869,10 |
| ISMAEL RAIMUNDO E D. RAIMUNDO | | 9,50 | 1.233,10 |
| OSVALDO SOARES | | 14,00 | 1.817,20 |
| ROGERIO FERNANDES | | 14,00 | 1.817,20 |
| RUA FORTALEZA | | 14,00 | 1.817,20 |
| OSVALDO SAMPAIO DE MORAIS | | 14,00 | 1.817,20 |
| LENIRA DE SOUZA FERNANDES | | 14,00 | 1.817,20 |
| OSVALDO DE SOUZA | | 14,00 | 1.817,20 |

| | | | |
|----------------------------------|--|--------|-----------|
| SUELI APARECIDA DE QUADROS MOURA | | 14,00 | 1.817,20 |
| NAIR MARIA DUARTE | | 14,00 | 1.817,20 |
| NAIR MARIA DUARTE | | 14,00 | 1.817,20 |
| ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA | | 14,00 | 1.817,20 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 22,30 | 2.894,54 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 12,00 | 1.557,60 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 12,00 | 1.557,60 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 12,00 | 1.557,60 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 12,00 | 1.557,60 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 12,00 | 1.557,60 |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | 12,00 | 1.557,60 |
| T O T A L | | 717,10 | 93.079,34 |

TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO
Os proprietários de imóveis localizados na RUA FLORENCIO BUSATO, do Alto Bonito, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no item II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 04/2009, publicado em, no jornal "SCODAGO EDITORA JORNALISTICA LTDA" e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade corresponde a 70% (setenta por cento) do orçamento da obra:

| Nome do Proprietário | CPF/CGC | Depósito/Caução | Assinatura |
|----------------------------------|---------|-----------------|------------|
| GILBERTO CARDOSO DO PRADO | | | |
| ADECIR ANTONIO BELLO | | | |
| ALORINDO DE OLIVEIRA SANTOS | | | |
| OLMIRO GOMES DE OLIVEIRA | | | |
| ALZERINO SAMPAIO CORDEIRO | | | |
| GETULIO FERREIRA VARGAS | | | |
| JOEL ANTONIO MARCHIORO | | | |
| TEREZA ALVES F. DOS SANTOS | | | |
| NATALICIO FERREIRA DOS SANTOS | | | |
| JOAO GOMES | | | |
| MARIA JUSSARA GONÇALVES | | | |
| RENATO ZANOTTI | | | |
| JOEL VARELA | | | |
| MARIA GORET ESPIT | | | |
| VILMAR CHAVES | | | |
| SILVANO ROBERTO DE MATOS | | | |
| INES FERREIRA DE SOUZA | | | |
| ANTONIO CARLOS SPERANÇA E OUTROS | | | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR | | | |
| ANTONIO PIRES DE LIMA | | | |
| GERCY CAETANO DA SILVA | | | |
| ARCIDIRIO SILVA MACIEL | | | |
| ISMAEL RAIMUNDO E D. RAIMUNDO | | | |
| OSVALDO SOARES | | | |
| ROGERIO FERNANDES | | | |
| OSVALDO SAMPAIO DE MORAIS | | | |
| LENIRA DE SOUZA FERNANDES | | | |
| OSVALDO DE SOUZA | | | |
| SUELI APARECIDA DE QUADROS MOURA | | | |
| NAIR MARIA DUARTE | | | |
| ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA | | | |

Caçador, Dezembro de 2.009.



Câmara de Vereadores**Resolução nº 65**

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 90 e ss. da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER férias coletivas aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Caçador que optarem por usufruir destas, na forma de antecipação de gozo de férias, pelo período de 12(doze) dias, a contar de 23 de dezembro de 2009 a 03 de janeiro de 2010.

Art. 2º Excetuam-se da opção prevista no artigo anterior os servidores comissionados, ocupantes do cargo de Assessor Parlamentar, os quais deverão, obrigatoriamente, gozar o período de férias mencionado.

Parágrafo único: Não se enquadram no caput deste artigo os Assessores Parlamentares que serão exonerados das funções até o dia 31 de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 63, de 04 de dezembro de 2009.

Gabinete da Presidência, 21 de dezembro de 2009.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

Sirley de Fátima Tibes Ceccatto,
VICE-PRESIDENTE.

Alcedir Ferlin,
1º SECRETÁRIO.

Itacir João Fiorese,
2º SECRETÁRIO.

Campo Alegre**Prefeitura Municipal****Portaria Nº 6.946 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009**

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.946 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Odontóloga, SILVIA RENATA LOUREIRO FAVORETTO, matrícula nº 000180, referente ao período aquisitivo: 11 de maio de 2008 a 10 de maio de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro

de 2009 a 11 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.947 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.947 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Odontóloga – VERA LÚCIA BARCOS OLIVER, matrícula nº 0243, referente aos períodos aquisitivos: de 01 de março de 2007 a 29 de fevereiro de 2008 10 (dez) dias; 01 de março de 2008 a 28 de fevereiro de 2009 = 10 (dez) dias , pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de março de 2008 a 28 de fevereiro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 a 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.948 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.948 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.



O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Instrutor de Música, DOUGLAS KONEFAL, matrícula nº 954767, referente ao período aquisitivo: 13 de julho de 2009 á 13 de março de 2010.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.949 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.949 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde – MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, matrícula nº 000252, referente aos períodos aquisitivos: de 01 de agosto de 2007 á 31 de julho de 2008 13 (treze) dias; 01 de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009 = 07 (sete) dias , pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.950 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.950 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (vinte) dias de férias ao Terapeuta Ocupacional, MÁRIO CÉSAR DEUNÍSIO, matrícula nº 000457, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2008 á 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.951 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.951 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Administrativo II – GRAZIELA FABÍOLA LLANO CABRERA, matrícula nº 000539, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2009 á 01 de abril de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.952 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.952 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Assistente Social – IMELDA JÚLIA WATZKO, matrícula nº 000453, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2008 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.953 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.953 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Psicólogo – MARCO

AURÉLIO BECKHAUSER, matrícula nº 000486, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.954 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.954 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social – VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER, matrícula nº 0203, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2007 á 01 de abril de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino



Portaria Nº 6.955 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.955 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Chefe da Casa da Cidadania e Junta do Serviço Militar, GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, matrícula nº 000495, referente ao período aquisitivo: 15 de janeiro de 2008 á 14 de janeiro de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.956 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.956 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, ODENILSON CONTRAT EHLKE, matrícula nº 954717, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) O Secretário gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.957 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.957 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Secretária Municipal de Educação, ANGELA APARECIDA RECKZIEGEL HÜBNER, matrícula nº 954715 referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2009 á 01 de janeiro de 2010.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.958 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.958 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 18 (dezoito) dias de férias ao Fiscal – TEODOMIRO KRZESINSKI, matrícula nº 000577, referente ao período aquisitivo de 18 de maio de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 14 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.959 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.959 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar – ESTER MARIA FORLIN FRITSCH, matrícula nº 000141, referente ao período aquisitivo de 05 de agosto de 2009 à 04 de agosto de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.960 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.960 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Nutricionista – CINTHIA CHRISTOFFEL, matrícula nº 000415, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.961 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.961 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Fonoaudióloga – LAÍS MARION STEFFEN AGNELO DUARTE, matrícula nº 000417, referente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2009 à 04 de maio de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.962 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.962 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias a Agente Administrativo III – RITA ZEOTKO SCHOLZE, matrícula nº 000579, referente ao período aquisitivo de 13 de julho de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 09 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.963 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.963 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM

TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA DE CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Coordenadora de Cultura – ELAINE CRISTINA MUNHOZ, matrícula nº 954723, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.964 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.964 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional I – ELENICE KROLL, matrícula nº 000579, referente ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2009 à 06 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.965 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.965 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Instrutor de Música – ELVIS ALEXSANDRO VIER, matrícula nº 000416, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.



Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.966 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.966 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Instrutora de Música – GREICY SCHWENDNER, matrícula nº 000506, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.967 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.967 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Professor de Música – IVO BONFANTI, matrícula nº 348, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2008 á 15 de março de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.968 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.968 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Professor – JAIRO AFONSO BELLE, matrícula nº 000464, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.969 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.969 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Instrutor de Música – JAQUES RICARDO SCHWENDNER, matrícula nº 000236, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2008 à 31 de agosto de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.970 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.970 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE

CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, MARÍLIA CRISPI DE MORAES MACIEL, matrícula nº 954716 referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.971 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.971 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Instrutor de Música – MAURO LUIS SCHOLZE, matrícula nº 000537, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2009 à 31 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.972 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.972 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Instrutora de Música



– PATRÍCIA SCHWENDNER, matrícula nº 000238, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2008 à 28 de fevereiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.973 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.973 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA DE TURISMO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Coordenadora de Turismo – SAMILLE KESTERING, matrícula nº 954721, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.974 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.974 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Operacional I – TEREZA TELMA, matrícula nº 000204, referente ao período aquisitivo de 01 de maio de 2009 à 30 de abril de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.975 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.975 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Coordenador de Esporte e Lazer – WILLIAM COTHOVISKY, matrícula nº 954722, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Coordenador gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 27 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal



AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.976 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.976 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Administrativo II – JOSÉ MAURO SCHWARZ, matrícula nº 000035, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 2008 á 16 de agosto de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.977 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.977 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Administrativo II – MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, matrícula nº 335, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2008 á 31 de maio de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.978 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.978 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA ORINDA FERNANDES, matrícula nº 000049, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2007 á 31 de outubro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.979 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.979 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO
DE FÉRIAS A DIRETORA EXECUTIVA DO IPRECAL.



O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Diretora Executiva do IPRECAL – MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITE, matrícula nº 366, referente ao períodos aquisitivos: de 01 de outubro de 2007 á 30 de setembro de 2008 = 10 (dez); 01 de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009 = 05 (cinco) dias; pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009 .

Art.2º) A Diretora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 11 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.980 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.980 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Administrativo I – VALDENIR LADER, matrícula nº 0172, referente aos períodos aquisitivos de 16 de março de 2007 á 15 de março de 2008 = 10 (dez); 16 de março de 2008 a 15 de março de 2009 = 10 (dez) dias; pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 16 de março de 2008 a 15 de março de 2009 .

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.981 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.981 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Administrativo II – VIVIANE INÊS F. C. SCHIAVENIN, matrícula nº 000540, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2008 á 01 de abril de 2009.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 06 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.982 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.982 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 21 (vinte e um) dias de férias a Professora Auxiliar – EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ, matrícula nº 954754, referente ao período aquisitivo de 04 de maio de 2009 á 18 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2009 á 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.983 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.983 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Professora Auxiliar – JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS, matrícula nº 954766, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2009 à 18 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2009 à 09 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.984 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.984 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 21 (vinte e um) dias de férias a Professora Auxiliar – KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFHAL, matrícula nº 954752, referente ao período aquisitivo de 04 de maio de 2009 à 18 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.985 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.985 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 21 (vinte e um) dias de férias a Professora Auxiliar – ROSANE JOHANSON, matrícula nº 954737, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 à 18 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.986 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.986 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 21 (vinte e um) dias de férias a Professora Auxiliar – SCHEILA DE ANDRADE, matrícula nº 954743, referente ao período aquisitivo de 12 de março de 2009 à 18 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.987 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.987 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 21 (vinte e um) dias de férias a Professora Auxiliar – TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, matrícula nº 954731, referente ao período aquisitivo de 04 de fevereiro de 2009 à 18 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2009 à 10 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.988 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.988 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, matrícula nº 000526, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.989 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.989 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – ANDRÉA CRISTINA WOTROBA ZIMMERMANN, matrícula nº 000515, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.



Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.990 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.990 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias ao Professor – ANTONIO MAURI CHRISTOFF, matrícula nº 000564, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.991 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.991 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – BERTINA BAHM, matrícula nº 0230, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2009 á 01 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.992 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.992 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, matrícula nº 000475, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009



JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.993 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.993 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora – CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, matrícula nº 0158, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2009 à 28 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.994 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.994 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – CÉLIA REGINA DRANKA COELHO QUEIROZ, matrícula nº 000013, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2008 à 02 de julho de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 26 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.995 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.995 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – CIRILA TELMA DRANKA, matrícula nº 0152, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2009 à 18 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.996 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.996 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, matrícula nº 000396, referente ao



período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 á 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.997 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.997 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, matrícula nº 000015, referente ao período aquisitivo de 15 de agosto de 2009 á 14 de agosto de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.998 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.998 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – ELIANE BAUM, matrícula nº 000090, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2009 á 17 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 6.999 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.999 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, matrícula nº 000194, referente ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2009 á 14 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal



AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.000 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.000 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM
TERÇO AO CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO À EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Chefe do Serviço de Apoio à Educação – JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, matrícula nº 000084, referente ao período aquisitivo de 15 de janeiro de 2009 à 14 de janeiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 16 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – LINDA-MIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, matrícula nº 000188, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2009 à 31 de agosto de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de

2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.002 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.002 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – LUCIANE WOJCIECHOSKY, matrícula nº 000460, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.003 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.003 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,



no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias ao Professor – LUIS ROGÉRIO VARGAS VALÉRIO, matrícula nº 000458, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.004 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.004 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Professora – LUZIA RECKZIEGEL ROEPKE, matrícula nº 000572, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2009 à 31 de dezembro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 23 de janeiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.005 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.005 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, matrícula nº 000092, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2008 à 28 de fevereiro de 2009, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.006 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.006 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – MARCIA FRANZ SCHIESSL, matrícula nº 000113, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2009 à 31 de março de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 à 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.007 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.007 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias a Professora – MARCIA REGINA F. D. FRANCO, matrícula nº 000228, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 á 08 de fevereiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Portaria Nº 7.008 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.008 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta) dias de férias ao Professor – MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, matrícula nº 361, referente ao período aquisi-

sitivo de 04 de agosto de 2009 á 03 de agosto de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 28 de dezembro de 2009 á 03 de fevereiro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2009

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Canoinhas

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 305/2009

DECRETO Nº 305/2009
"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 017/SMS/2009"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Médico Pediatra, no Edital nº 017/2009, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2009.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21/12/2009.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina
Município de Canoinhas
Processo Seletivo Edital Nº 017/2009

- MÉDICO PEDIATRA – 01 VAGA 10 HORAS

| Nº. Inscrição | Candidato |
|---------------|--|
| 01 | Carlos Gustavo Werner Baggio – CPF: 023.291.689-69 |



Decreto Nº 306/2009

DECRETO Nº 306/2009

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO PREVISTO NO EDITAL Nº 018/SMS/2009"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Médico Pediatra, no Edital nº 018/2009, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2009.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21/12/2009.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 018/2009

- MÉDICO PEDIATRA – 01 VAGA 10 HORAS

| Nº. Inscrição | Candidato |
|---------------|--|
| 01 | Carlos Gustavo Werner Baggio – CPF: 023.291.689-69 |

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 075/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 075/2009

"Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o Art. 3º da Lei Complementar nº. 040, de 15.05.2009, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 3º da Lei Complementar nº 040, de 15.05.2009,

DECRETA:

Art.1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta poderão contratar pessoal por tempo determinado, através de processo seletivo simplificado, nos termos deste Decreto.

Art.2º O processo seletivo simplificado de que trata o artigo anterior terá validade de um ano e compreenderá obrigatoriamente prova escrita e, facultativamente, análise de curriculum vitae.

§1º A prova escrita abordará conhecimentos gerais e específicos da função a ser exercida, com o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 50 (cinquenta) questões.

§2º A análise de curriculum vitae, quando assim for previsto no

edital, dar-se-á a partir do sistema de pontuação previamente estabelecido, que contemple entre outros fatores considerados necessários para o desempenho das atividades a serem realizadas, a qualificação, a experiência e habilidades específicas do candidato.

Art.3º A seleção dos candidatos consistirá no somatório de pontos da prova escrita e da análise curricular, quando houver, de caráter classificatório.

§1º Os candidatos selecionados serão chamados para contratar com o Município obedecendo à ordem decrescente de pontos.

§2º Durante a vigência do processo seletivo, poderá haver mais que uma chamada, observando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público.

§3º O candidato por ocasião da convocação para contratar com o município deverá declarar, em formulário próprio, que não acumula cargo, emprego ou função, ressalvada as acumulações previstas no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal/88.

§4º Na admissão em caráter temporário fica limitada a jornada de sessenta (60) horas semanais, incluída a carga horária decorrente da aposentadoria.

Art. 4º A contratação e o exercício dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

I - ter sido classificado em processo seletivo;

II - ter idade mínima de 18 anos completados na data da contratação;

III - estar em dia com as obrigações eleitorais;

IV - apresentar Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação, em caso de candidato masculino;

V - apresentar atestado médico que aponte aptidão física e mental para o exercício da função a ser exercida;

VI - apresentar declaração de inexistência de incompatibilidade legal para a contratação;

VII - comprovar escolaridade em conformidade com habilitação exigida.

Art. 5º O candidato que, sob quaisquer hipóteses, não atender às normas deste Decreto e editais específicos, estará automaticamente eliminado do processo.

Art. 6º As vagas a serem preenchidas, serão determinadas em decorrência de levantamento efetuado pela Secretaria de Administração e Planejamento, com base na necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo Municipal designará comissão específica, constituída de, no mínimo, três membros, que será responsável pela coordenação e execução do processo seletivo, cabendo a supervisão ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 8º A divulgação relativa ao processo seletivo simplificado de que trata este Decreto dar-se-á mediante:

I – publicação de extrato do edital no site: www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II – publicação do inteiro teor do edital no mural das publicações oficiais do Poder Executivo.

Parágrafo único. O extrato do edital, quanto à inscrição, deverá informar, no mínimo, o período, o local, a função e o valor do vencimento.



Art. 9º O prazo para divulgação do processo seletivo simplificado deverá ser de, no mínimo, cinco (5) dias, contados da data da publicação do extrato do edital no site: www.diariomunicipal.sc.gov.br e fixação na íntegra no mural público das publicações oficiais do Poder Executivo.

Art.10. O prazo para inscrição no processo seletivo simplificado será de, no mínimo, 10 (dez) dias, após encerramento do prazo de divulgação.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições da Lei Complementar nº 040/2009.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 409/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 409/2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 0030, de 09.07.07, e conforme requerimento:

RESOLVE:

Art.1º. Demitir a pedido a servidora MARISTELA MICHELS WELTER, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde - 40 horas, no Programa de Saúde da Família - PSF, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18.12.2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Edital de alteração do resultado após análise de recurso

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DE RECURSO

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 006/99 de 23.12.99 e a Lei nº 0085 de 30.06.99, e em decorrência do recurso interposto quanto à classificação, RESOLVE, tornar público:

I - Fica alterada a Lista de Classificação dos Candidatos da Área – Ensino Fundamental Séries Iniciais do Processo Seletivo Nº 001/2009/SMECE, após a análise de recurso, para admissão de professores em caráter temporário – ACT, para o ano letivo de 2010, conforme relação anexa.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 23 de dezembro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

MÁRIO DA SILVA

Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2009/SMECE

ÁREA – ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

HABILITADOS

(Conforme Lei Nº 0085 de 03 de Junho de 1999)

| Nº inscrição | Nome do candidato | Letra | 1º - tempo ser. | 2º - curso aperfei. | 3º - nº de filhos | 4º - idade | Classificação |
|--------------|--------------------------------------|-------|-----------------|---------------------|-------------------|------------|---------------|
| 37 | Elza Stein Pereira | C | 254 | 4.9 | 1 | 51 | 1º |
| 10 | Edna Aparecida Marquez | C | 141 | 3 | 1 | 32 | 2º |
| 55 | Eva Aparecida Kempner Abreu | C | 122 | 5.2 | 2 | 42 | 3º |
| 29 | Nerci Ramos | C | 115 | 2 | 2 | 37 | 4º |
| 08 | Mary Silvia Kersbaum Medeiros | C | 107 | 13 | 1 | 29 | 5º |
| 09 | Vera Lúcia Graci Demétrio | C | 106 | 8.1 | 2 | 39 | 6º |
| 21 | Isolete Sebold Pereira | C | 91 | 20 | 4 | 32 | 7º |
| 28 | Liliane Scheidt Jasper | C | 91 | 3.4 | 2 | 28 | 8º |
| 35 | Maria Luiza Goedert Jeremias | C | 78 | 5.1 | 2 | 39 | 9º |
| 39 | Rita de Cássia Pereira | C | 59 | 12.1 | 2 | 35 | 10º |
| 51 | Beatriz Karnoski Jasper Sebold | C | 51 | 11.5 | 3 | 33 | 11º |
| 03 | Regiane Marquês | C | 41 | 10.5 | 0 | 26 | 12º |
| 38 | Aldo Jeremias | C | 38 | 11.2 | 2 | 42 | 13º |
| 05 | Maristela Michels | C | 19 | 25 | 3 | 33 | 14º |
| 19 | Maria Zenaide Senem Souza | C | 9 | 4 | 2 | 54 | 15º |
| 33 | Lídia Terezinha Palhano | G | 202 | 4.4 | 0 | 58 | 16º |
| 53 | Marinelma Raymundo | G | 63 | - | 1 | 26 | 17º |
| 07 | Silvia Paul Franz | G | 57 | 10.5 | 1 | 30 | 18º |
| 26 | Daniela Paul | G | 35 | 25.5 | 0 | 22 | 19º |
| 01 | Evilânea de Oliveira | G | 34 | 7 | 2 | 25 | 20º |
| 50 | Josiane Heerdt Farias | J | 111 | 5.5 | 1 | 30 | 21º |
| 02 | Thais Alessandra da Silveira Márquez | J | 96 | 12 | 1 | 30 | 22º |
| 36 | Claudinei da Silveira | J | 76 | 6 | 0 | 34 | 23º |

Corupá

Prefeitura Municipal

Portaria nº 300/09

PORTARIA Nº 300/09

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1221/99 de 15 de julho de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do Sr. ENO PONATH, a partir de 07 de agosto de 2009, enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 18 de dezembro de 2009, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Jardineiro, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação referida fica a cargo do Chefe da Divisão de Pessoal.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de agosto de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de agosto de 2009

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

Prefeitura Municipal

Lei Nº. 1.500

LEI Nº. 1.500, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, aplicam-se as definições de microempresa, de empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA

Seção I Das Diretrizes

Art. 2º Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das

outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art. 3º Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art. 4º Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Parágrafo único. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para completa integração dos referidos sistemas.

Art. 5º O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Seção II

Da Consulta de Viabilidade e Da Inscrição

Art. 6º É obrigatória a realização de consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do sistema Registro Mercantil Integrado – REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I – da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II – de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º Os órgãos competentes disporão do prazo de 15 (quinze) dias, a da data da realização da consulta de forma presencial ou no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I – Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, meio ambiente e corpo de bombeiros;

II – Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, meio ambiente e corpo de bombeiros;

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, meio ambiente e corpo de bombeiros, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresas, da empresas de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribui-



ções devidos pelas microempresas, empresas de pequeno porte – Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-B, inciso I, da Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão-somente para o exercício de atividade econômica constantes na regulamentação específica aprovada pelo comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º O processo de registro de microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 1º A inscrição de microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, após a realização e deferimento da consulta de viabilidade previsto no artigo 6º desta lei.

§ 2º A realização de inscrição do microempreendedor individual diretamente no Portal do Empreendedor sem a realização e deferimento da consulta de viabilidade, resultará no indeferimento da inscrição municipal revogação de eventuais documentos emitidos anteriormente à análise do pedido de inscrição pelo Município, em especial dos registros provisórios do CNPJ e do NIRE.

§ 3º O microempreendedor individual fica isento do pagamento de todas as taxas relativas à primeira inscrição.

§ 4º A partir do segundo ano após a inscrição municipal, aplicar-se-ão ao microempreendedor individual as disposições legais relativas à taxas aplicáveis às demais empresas.

Art. 8º A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada no sítio oficial do Município, após o deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte- Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços – ISS, limitar-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10. O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que obtiverem receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor devido no § 18. Do Art. 18. Da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá ser por estimativa, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais) conforme dispuser o Executivo municipal, em conformidade com as normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

§ 1º O valor estimado mensal, nos termos do caput, será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta lei.

§ 2º As microempresas que possuam mais de um estabelecimento ou que estejam no ano-calendário de início de atividades ficam impedidas de utilizar o disposto neste artigo.

§ 3º O valor estimado apurado na forma deste artigo Serpa devido ainda que tenha ocorrido retenção ou substituição tributária.

§ 4º O valor estimado apurado na forma deste artigo deverá ser incluído no valor devido pela microempresa relativamente ao Simples Nacional, quando da geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Art. 11. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art., 3º da Lei Complementar nº. 116, de 31 de junho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I – a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V d Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II – na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividade da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº. 123/2006; III – na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada a o efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao início de atividade em guia própria do Município; IV – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV, V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviço quando a alíquota do ISS informada do documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença Serpa realizada em guia própria do Município;

VII – o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviço que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art.12. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS em acordo com a Lei nº. 494 de 17 de dezembro de 1998 e alterações posteriores, por meio de Documento de Arrecadação Municipal.

Art. 13. As obrigações acessórias serão em conformidade com as resoluções aprovadas pelo comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30(trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 15. Fica autorizado o Município de Forquilha a firmar



convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta lei.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2009.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 11 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.501

LEI Nº. 1.501, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, tendo o Município como obrigações principais as seguintes:

I – Destinar os recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar e Melhoria da Polícia Militar de Santa Catarina, para financiar despesas de custeio e de investimentos das atividades de Corpo de Bombeiros e Polícia Militar instalados em Forquilha, dentro dos percentuais definidos na legislação específica;

II – Repassar mensalmente ao Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) a título de transferência, com o fim de garantir a continuidade da cobertura de despesas essenciais de manutenção e conservação do edifício, alimentação das guarnições e a manutenção das viaturas da Organização do Bombeiro Militar sediada no Município.

Art. 2º O Convênio a ser firmado terá prazo de vigência para 1 (um) ano contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com o interesse dos participantes.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2009.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 11 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.502

LEI Nº. 1.502, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº. 1422, DE 21 DE JANEIRO DE 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É alterado o inciso I e suas alíneas do artigo 3º, da Lei nº 1422, de 21 de janeiro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I – Repassar recursos financeiros nos exercícios de 2009 e 2010, que poderá ser, de forma parcelada, de acordo com a disponibilidade de caixa, no valor de até:

a) R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) para a Associação de Pais, Amigos Funcionários da Creche Comunitária Estrela Guia;

b) R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para a Associação de Pais, Amigos Funcionários da Creche Comunitária Cantinho Feliz;

c) R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para a Associação de Pais, Amigos Funcionários da Creche Comunitária Cantinho da Alegria.

d) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a Associação de Pais, Amigos Funcionários da Creche Comunitária Monteiro Lobato.

e) R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) para a Associação de Pais, Amigos Funcionários da Creche Comunitária Sossego da Mamãe."

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2009.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 11 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.503

LEI Nº. 1.503, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA – AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação de Amigos da Pastoral da Criança – AAPAC da Diocese de Criciúma, com o objetivo de cooperação técnica para a conjugação de esforços para a realização de ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania para crianças de zero a seis anos de idade.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos do convênio a ser firmado, é autorizado o Município a repassar no exercício de 2010 o valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), que poderá ser de forma parcelada de acordo com a disponibilidade de caixa.



Art. 3º A Associação terá o prazo de até 30 (trinta) dias para aplicação dos recursos e de até 60 (sessenta) dias para a devida prestação de contas.

Parágrafo único. A prestação de contas será efetuada mediante demonstrativo de balancete financeiro, acompanhado de documentos fiscais originais ou cópias autenticadas.

Art. 4º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento de 2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 11 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.504

LEI Nº. 1.504, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A PERMUTA DAS ÁREAS DE TERRA QUE ESPECIFICA.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a permutar a área de terra pertencente ao Município de Forquilha, correspondente a 1.416,00m² (um mil quatrocentos e dezesseis metros quadrados), matrícula nº. 28.003 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, pela área de terra de propriedade de Mitra

Episcopal de Florianópolis, correspondente a 697,00m² (seiscientos e noventa e sete metros quadrados), matrícula nº. 279 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá.

Art. 2º. A área de terra permutada é a área onde está implantado a Unidade Central de Saúde.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 11 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.505

LEI Nº. 1.505, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº. 494, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É alterado a tabela do artigo 410 da Lei Municipal nº. 494, de 17 de dezembro de 1998, passando a vigorar com a seguinte redação:

| Seção | Divisão | Grupo | Classe | Subclasse | Denominação | Risco | Valor UFM |
|-------|---------|-------|---------|-----------|--|---------------|-----------|
| A | | | | | AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA | | |
| | 01 | | | | AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS | | |
| | | 01.1 | | | Produção de lavouras temporárias | | |
| | | | 01.11-3 | | Cultivo de cereais | | |
| | | | | 0111-3/01 | Cultivo de arroz | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 0111-3/02 | Cultivo de milho | Baixo | 150 |
| | | | | 0111-3/03 | Cultivo de trigo | Baixo | 150 |
| | | | | 0111-3/99 | Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente | Baixo | 150 |
| | | | 01.12-1 | | Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária | | |
| | | | | 0112-1/01 | Cultivo de algodão herbáceo | Baixo | 150 |
| | | | | 0112-1/02 | Cultivo de juta | Baixo | 150 |
| | | | | 0112-1/99 | Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente | Baixo | 150 |
| | | | 01.13-0 | | Cultivo de cana-de-açúcar | | |
| | | | | 0113-0/00 | Cultivo de cana-de-açúcar | Baixo | 150 |
| | | | 01.14-8 | | Cultivo de fumo | | |
| | | | | 0114-8/00 | Cultivo de fumo | Baixo | 150 |
| | | | 01.15-6 | | Cultivo de soja | | |
| | | | | 0115-6/00 | Cultivo de soja | Baixo | 150 |
| | | | 01.16-4 | | Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja | | |



| | | | | | | |
|--|--|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 0116-4/01 | Cultivo de amendoim | Baixo | 150 |
| | | | 0116-4/02 | Cultivo de girassol | Baixo | 150 |
| | | | 0116-4/03 | Cultivo de mamona | Baixo | 150 |
| | | | 0116-4/99 | Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente | Baixo | 150 |
| | | 01.19-9 | | Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente | | |
| | | | 0119-9/01 | Cultivo de abacaxi | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/02 | Cultivo de alho | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/03 | Cultivo de batata-inglesa | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/04 | Cultivo de cebola | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/05 | Cultivo de feijão | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/06 | Cultivo de mandioca | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/07 | Cultivo de melão | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/08 | Cultivo de melancia | Baixo | 150 |
| | | | 0119-9/09 | Cultivo de tomate rasteiro | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0119-9/99 | Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente | Baixo | 150 |
| | | 01.2 | | Horticultura e floricultura | | |
| | | 01.21-1 | | Horticultura | | |
| | | | 0121-1/01 | Horticultura, exceto morango | Baixo | 100 |
| | | | 0121-1/02 | Cultivo de morango | Médio ou Alto | 150 |
| | | 01.22-9 | | Cultivo de flores e plantas ornamentais | | |
| | | | 0122-9/00 | Cultivo de flores e plantas ornamentais | Baixo | 100 |
| | | 01.3 | | Produção de lavouras permanentes | | |
| | | 01.31-8 | | Cultivo de laranja | | |
| | | | 0131-8/00 | Cultivo de laranja | Médio ou Alto | 150 |
| | | 01.32-6 | | Cultivo de uva | | |
| | | | 0132-6/00 | Cultivo de uva | Médio ou Alto | 150 |
| | | 01.33-4 | | Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva | | |
| | | | 0133-4/01 | Cultivo de açaí | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/02 | Cultivo de banana | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/03 | Cultivo de caju | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/04 | Cultivo de cítricos, exceto laranja | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/05 | Cultivo de coco-da-baía | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/06 | Cultivo de guaraná | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/07 | Cultivo de maçã | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/08 | Cultivo de mamão | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/09 | Cultivo de maracujá | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/10 | Cultivo de manga | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/11 | Cultivo de pêssego | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0133-4/99 | Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 150 |
| | | 01.34-2 | | Cultivo de café | | |
| | | | 0134-2/00 | Cultivo de café | Baixo | 150 |
| | | 01.35-1 | | Cultivo de cacau | | |
| | | | 0135-1/00 | Cultivo de cacau | Baixo | 150 |
| | | 01.39-3 | | Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente | | |
| | | | 0139-3/01 | Cultivo de chá-da-índia | Baixo | 150 |
| | | | 0139-3/02 | Cultivo de erva-mate | Baixo | 150 |
| | | | 0139-3/03 | Cultivo de pimenta-do-reino | Baixo | 150 |

| | | | | | | |
|--|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 0139-3/04 | Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino | Baixo | 150 |
| | | | 0139-3/05 | Cultivo de dendê | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0139-3/06 | Cultivo de seringueira | Baixo | 150 |
| | | | 0139-3/99 | Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente | Baixo | 150 |
| | 01.4 | | | Produção de sementes e mudas certificadas | | |
| | | 01.41-5 | | Produção de sementes certificadas | | |
| | | | 0141-5/01 | Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto | Baixo | 100 |
| | | | 0141-5/02 | Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto | Baixo | 100 |
| | | 01.42-3 | | Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas | | |
| | | | 0142-3/00 | Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas | Baixo | 100 |
| | 01.5 | | | Pecuária | | |
| | | 01.51-2 | | Criação de bovinos | | |
| | | | 0151-2/01 | Criação de bovinos para corte | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0151-2/02 | Criação de bovinos para leite | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0151-2/03 | Criação de bovinos, exceto para corte e leite | Baixo | 150 |
| | | 01.52-1 | | Criação de outros animais de grande porte | | |
| | | | 0152-1/01 | Criação de bufalinos | Baixo | 150 |
| | | | 0152-1/02 | Criação de eqüinos | Baixo | 150 |
| | | | 0152-1/03 | Criação de asininos e muare | Baixo | 150 |
| | | 01.53-9 | | Criação de caprinos e ovinos | | |
| | | | 0153-9/01 | Criação de caprinos | Baixo | 150 |
| | | | 0153-9/02 | Criação de ovinos, inclusive para produção de lã | Baixo | 150 |
| | | 01.54-7 | | Criação de suínos | | |
| | | | 0154-7/00 | Criação de suínos | Médio ou Alto | 150 |
| | | 01.55-5 | | Criação de aves | | |
| | | | 0155-5/01 | Criação de frangos para corte | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0155-5/02 | Produção de pintos de um dia | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0155-5/03 | Criação de outros galináceos, exceto para corte | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0155-5/04 | Criação de aves, exceto galináceos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0155-5/05 | Produção de ovos | Médio ou Alto | 150 |
| | | 01.59-8 | | Criação de animais não especificados anteriormente | | |
| | | | 0159-8/01 | Apicultura | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0159-8/02 | Criação de animais de estimação | Baixo | 150 |
| | | | 0159-8/03 | Criação de escargô | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 0159-8/04 | Criação de bicho-da-seda | Baixo | 150 |
| | | | 0159-8/99 | Criação de outros animais não especificados anteriormente | Baixo | 150 |
| | 01.6 | | | Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita | | |
| | | 01.61-0 | | Atividades de apoio à agricultura | | |
| | | | 0161-0/01 | Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 0161-0/02 | Serviço de poda de árvores para lavouras | Baixo | 100 |
| | | | 0161-0/03 | Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita | Baixo | 100 |
| | | | 0161-0/99 | Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente | Baixo | 100 |
| | | 01.62-8 | | Atividades de apoio à pecuária | | |
| | | | 0162-8/01 | Serviço de inseminação artificial em animais | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 0162-8/02 | Serviço de tosquiamento de ovinos | Baixo | 100 |
| | | | 0162-8/03 | Serviço de manejo de animais | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 0162-8/99 | Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente | Baixo | 100 |

| | | | | | |
|----|------|-----------|--|---------------|-----|
| | | 01.63-6 | Atividades de pós-colheita | | |
| | | 0163-6/00 | Atividades de pós-colheita | Baixo | 100 |
| | 01.7 | | Caça e serviços relacionados | | |
| | | 01.70-9 | Caça e serviços relacionados | | |
| | | 0170-9/00 | Caça e serviços relacionados | Médio ou Alto | 100 |
| 02 | | | PRODUÇÃO FLORESTAL | | |
| | 02.1 | | Produção florestal - florestas plantadas | | |
| | | 02.10-1 | Produção florestal - florestas plantadas | | |
| | | 0210-1/01 | Cultivo de eucalipto | Baixo | 100 |
| | | 0210-1/02 | Cultivo de acácia-negra | Baixo | 100 |
| | | 0210-1/03 | Cultivo de pinus | Baixo | 100 |
| | | 0210-1/04 | Cultivo de teca | Baixo | 100 |
| | | 0210-1/05 | Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca | Baixo | 100 |
| | | 0210-1/06 | Cultivo de mudas em viveiros florestais | Baixo | 100 |
| | | 0210-1/07 | Extração de madeira em florestas plantadas | Baixo | 100 |
| | | 0210-1/08 | Produção de carvão vegetal - florestas plantadas | Médio ou Alto | 80 |
| | | 0210-1/09 | Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas | Baixo | 80 |
| | | 0210-1/99 | Produção de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas plantadas | Baixo | 100 |
| | 02.2 | | Produção florestal - florestas nativas | | |
| | | 02.20-9 | Produção florestal - florestas nativas | | |
| | | 0220-9/01 | Extração de madeira em florestas nativas | Médio ou Alto | 100 |
| | | 0220-9/02 | Produção de carvão vegetal - florestas nativas | Médio ou Alto | 80 |
| | | 0220-9/03 | Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas | Baixo | 80 |
| | | 0220-9/04 | Coleta de látex em florestas nativas | Baixo | 80 |
| | | 0220-9/05 | Coleta de palmito em florestas nativas | Médio ou Alto | 100 |
| | | 0220-9/06 | Conservação de florestas nativas | Baixo | 80 |
| | | 0220-9/99 | Coleta de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas nativas | Baixo | 100 |
| | 02.3 | | Atividades de apoio à produção florestal | | |
| | | 02.30-6 | Atividades de apoio à produção florestal | | |
| | | 0230-6/00 | Atividades de apoio à produção florestal | Baixo | 100 |
| 03 | | | PESCA E AQUICULTURA | | |
| | 03.1 | | Pesca | | |
| | | 03.11-6 | Pesca em água salgada | | |
| | | 0311-6/01 | Pesca de peixes em água salgada | Baixo | 80 |
| | | 0311-6/02 | Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada | Baixo | 80 |
| | | 0311-6/03 | Coleta de outros produtos marinhos | Baixo | 80 |
| | | 0311-6/04 | Atividades de apoio à pesca em água salgada | Baixo | 80 |
| | | 03.12-4 | Pesca em água doce | | |
| | | 0312-4/01 | Pesca de peixes em água doce | Baixo | 100 |
| | | 0312-4/02 | Pesca de crustáceos e moluscos em água doce | Baixo | 100 |
| | | 0312-4/03 | Coleta de outros produtos aquáticos de água doce | Baixo | 100 |
| | | 0312-4/04 | Atividades de apoio à pesca em água doce | Baixo | 100 |
| | 03.2 | | Aqüicultura | | |
| | | 03.21-3 | Aqüicultura em água salgada e salobra | | |
| | | 0321-3/01 | Criação de peixes em água salgada e salobra | Médio ou Alto | 100 |
| | | 0321-3/02 | Criação de camarões em água salgada e salobra | Médio ou Alto | 100 |
| | | 0321-3/03 | Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra | Médio ou Alto | 100 |

| | | | | | | | |
|---|----|---------|---------|-----------|--|---------------|-------|
| | | | | 0321-3/04 | Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 0321-3/05 | Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra | Baixo | 100 |
| | | | | 0321-3/99 | Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente | Baixo | 100 |
| | | 03.22-1 | | | Aquicultura em água doce | | |
| | | | | 0322-1/01 | Criação de peixes em água doce | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 0322-1/02 | Criação de camarões em água doce | Baixo | 100 |
| | | | | 0322-1/03 | Criação de ostras e mexilhões em água doce | Baixo | 100 |
| | | | | 0322-1/04 | Criação de peixes ornamentais em água doce | Baixo | 100 |
| | | | | 0322-1/05 | Ranicultura | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 0322-1/06 | Criação de jacaré | Baixo | 100 |
| | | | | 0322-1/07 | Atividades de apoio à aquicultura em água doce | Baixo | 100 |
| | | | | 0322-1/99 | Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente | Baixo | 100 |
| | | | | | | | |
| B | | | | | INDÚSTRIAS EXTRATIVAS | | |
| | 05 | | | | EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL | | |
| | | 05.0 | | | Extração de carvão mineral | | |
| | | | 05.00-3 | | Extração de carvão mineral | | |
| | | | | 0500-3/01 | Extração de carvão mineral | Médio ou alto | 2.500 |
| | | | | 0500-3/02 | Beneficiamento de carvão mineral | Médio ou alto | 2.500 |
| | 06 | | | | EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL | | |
| | | 06.0 | | | Extração de petróleo e gás natural | | |
| | | | 06.00-0 | | Extração de petróleo e gás natural | | |
| | | | | 0600-0/01 | Extração de petróleo e gás natural | Médio ou alto | 2.500 |
| | | | | 0600-0/02 | Extração e beneficiamento de xisto | Médio ou alto | 500 |
| | | | | 0600-0/03 | Extração e beneficiamento de areias betuminosas | Médio ou alto | 500 |
| | 07 | | | | EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS | | |
| | | 07.1 | | | Extração de minério de ferro | | |
| | | | 07.10-3 | | Extração de minério de ferro | | |
| | | | | 0710-3/01 | Extração de minério de ferro | Médio ou alto | 500 |
| | | | | 0710-3/02 | Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro | Médio ou alto | 500 |
| | | 07.2 | | | Extração de minerais metálicos não-ferrosos | | |
| | | | 07.21-9 | | Extração de minério de alumínio | | |
| | | | | 0721-9/01 | Extração de minério de alumínio | Médio ou alto | 500 |
| | | | | 0721-9/02 | Beneficiamento de minério de alumínio | Médio ou alto | 500 |
| | | | 07.22-7 | | Extração de minério de estanho | | |
| | | | | 0722-7/01 | Extração de minério de estanho | Médio ou alto | 500 |
| | | | | 0722-7/02 | Beneficiamento de minério de estanho | Médio ou alto | 500 |
| | | | 07.23-5 | | Extração de minério de manganês | | |
| | | | | 0723-5/01 | Extração de minério de manganês | Médio ou alto | 500 |
| | | | | 0723-5/02 | Beneficiamento de minério de manganês | Médio ou alto | 500 |
| | | | 07.24-3 | | Extração de minério de metais preciosos | | |
| | | | | 0724-3/01 | Extração de minério de metais preciosos | Médio ou alto | 500 |
| | | | | 0724-3/02 | Beneficiamento de minério de metais preciosos | Médio ou alto | 500 |
| | | | 07.25-1 | | Extração de minerais radioativos | | |
| | | | | 0725-1/00 | Extração de minerais radioativos | Médio ou alto | 500 |
| | | | 07.29-4 | | Extração de minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente | | |
| | | | | 0729-4/01 | Extração de minérios de nióbio e titânio | Médio ou alto | 500 |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|---------------|-------|
| | | | 0729-4/02 | Extração de minério de tungstênio | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0729-4/03 | Extração de minério de níquel | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0729-4/04 | Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0729-4/05 | Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente | Médio ou alto | 1.000 |
| 08 | | | | EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS | | |
| | 08.1 | | | Extração de pedra, areia e argila | | |
| | | 08.10-0 | | Extração de pedra, areia e argila | | |
| | | | 0810-0/01 | Extração de ardósia e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/02 | Extração de granito e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/03 | Extração de mármore e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/04 | Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/05 | Extração de gesso e caulim | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/06 | Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/07 | Extração de argila e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/08 | Extração de saibro e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/09 | Extração de basalto e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/10 | Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0810-0/99 | Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado | Médio ou alto | 500 |
| | 08.9 | | | Extração de outros minerais não-metálicos | | |
| | | 08.91-6 | | Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos | | |
| | | | 0891-6/00 | Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos | Médio ou alto | 500 |
| | | 08.92-4 | | Extração e refino de sal marinho e sal-gema | | |
| | | | 0892-4/01 | Extração de sal marinho | Médio ou alto | 100 |
| | | | 0892-4/02 | Extração de sal-gema | Médio ou alto | 100 |
| | | | 0892-4/03 | Refino e outros tratamentos do sal | Médio ou alto | 100 |
| | | 08.93-2 | | Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas) | | |
| | | | 0893-2/00 | Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas) | | 1000 |
| | | 08.99-1 | | Extração de minerais não-metálicos não especificados anteriormente | | |
| | | | 0899-1/01 | Extração de grafita | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0899-1/02 | Extração de quartzo | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0899-1/03 | Extração de amianto | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0899-1/99 | Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente | Médio ou alto | 500 |
| 09 | | | | ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS | | |
| | 09.1 | | | Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural | | |
| | | 09.10-6 | | Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural | | |
| | | | 0910-6/00 | Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural | Médio ou alto | 500 |
| | | 09.90-4 | | Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural | | |
| | | | 0990-4/01 | Atividades de apoio à extração de minério de ferro | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0990-4/02 | Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos | Médio ou alto | 500 |
| | | | 0990-4/03 | Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos | Médio ou alto | 500 |
| C | | | | INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO | | |
| | 10 | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS | | |
| | | 10.1 | | Abate e fabricação de produtos de carne | | |
| | | 10.11-2 | | Abate de reses, exceto suínos | | |

| | | | | | | |
|--|------|---------|-----------|--|---------------|-------|
| | | | 1011-2/01 | Frigorífico - abate de bovinos | Médio ou Alto | 1.100 |
| | | | 1011-2/02 | Frigorífico - abate de eqüinos | Médio ou Alto | 1.100 |
| | | | 1011-2/03 | Frigorífico - abate de ovinos e caprinos | Médio ou Alto | 1.100 |
| | | | 1011-2/04 | Frigorífico - abate de bufalinos | Médio ou Alto | 1.100 |
| | | | 1011-2/05 | Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos | Médio ou Alto | 300 |
| | | 10.12-1 | | Abate de suínos, aves e outros pequenos animais | | |
| | | | 1012-1/01 | Abate de aves | Médio ou Alto | 1.100 |
| | | | 1012-1/02 | Abate de pequenos animais | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 1012-1/03 | Frigorífico - abate de suínos | Médio ou Alto | 1.100 |
| | | | 1012-1/04 | Matadouro - abate de suínos sob contrato | Médio ou Alto | 300 |
| | | 10.13-9 | | Fabricação de produtos de carne | | |
| | | | 1013-9/01 | Fabricação de produtos de carne | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 1013-9/02 | Preparação de subprodutos do abate | Médio ou Alto | 300 |
| | 10.2 | | | Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado | | |
| | | 10.20-1 | | Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado | | |
| | | | 1020-1/01 | Preservação de peixes, crustáceos e moluscos | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1020-1/02 | Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos | Médio ou Alto | 300 |
| | 10.3 | | | Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais | | |
| | | 10.31-7 | | Fabricação de conservas de frutas | | |
| | | | 1031-7/00 | Fabricação de conservas de frutas | Médio ou Alto | 100 |
| | | 10.32-5 | | Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais | | |
| | | | 1032-5/01 | Fabricação de conservas de palmito | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1032-5/99 | Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito | Médio ou Alto | 100 |
| | | 10.33-3 | | Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes | | |
| | | | 1033-3/01 | Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1033-3/02 | Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados | Médio ou Alto | 100 |
| | 10.4 | | | Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais | | |
| | | 10.41-4 | | Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho | | |
| | | | 1041-4/00 | Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho | Médio ou Alto | 600 |
| | | 10.42-2 | | Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho | | |
| | | | 1042-2/00 | Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho | Médio ou Alto | 600 |
| | | 10.43-1 | | Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais | | |
| | | | 1043-1/00 | Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais | Médio ou Alto | 600 |
| | 10.5 | | | Laticínios | | |
| | | 10.51-1 | | Preparação do leite | | |
| | | | 1051-1/00 | Preparação do leite | Médio ou Alto | 400 |
| | | 10.52-0 | | Fabricação de laticínios | | |
| | | | 1052-0/00 | Fabricação de laticínios | Médio ou Alto | 600 |
| | | 10.53-8 | | Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis | | |
| | | | 1053-8/00 | Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis | Médio ou Alto | 150 |
| | 10.6 | | | Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais | | |
| | | 10.61-9 | | Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz | | |
| | | | 1061-9/01 | Beneficiamento de arroz | Médio ou Alto | 600 |
| | | | 1061-9/02 | Fabricação de produtos do arroz | Médio ou Alto | 400 |
| | | 10.62-7 | | Moagem de trigo e fabricação de derivados | | |
| | | | 1062-7/00 | Moagem de trigo e fabricação de derivados | Médio ou Alto | 600 |
| | | 10.63-5 | | Fabricação de farinha de mandioca e derivados | | |



| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 1063-5/00 | Fabricação de farinha de mandioca e derivados | Médio ou Alto | 150 |
| | | 10.64-3 | | Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho | | |
| | | | 1064-3/00 | Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho | Médio ou Alto | 150 |
| | | 10.65-1 | | Fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho | | |
| | | | 1065-1/01 | Fabricação de amidos e féculas de vegetais | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 1065-1/02 | Fabricação de óleo de milho em bruto | Médio ou Alto | 600 |
| | | | 1065-1/03 | Fabricação de óleo de milho refinado | Médio ou Alto | 600 |
| | | 10.66-0 | | Fabricação de alimentos para animais | | |
| | | | 1066-0/00 | Fabricação de alimentos para animais | Médio ou Alto | 400 |
| | | 10.69-4 | | Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente | | |
| | | | 1069-4/00 | Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 200 |
| | 10.7 | | | Fabricação e refino de açúcar | | |
| | | 10.71-6 | | Fabricação de açúcar em bruto | | |
| | | | 1071-6/00 | Fabricação de açúcar em bruto | Médio ou Alto | 100 |
| | | 10.72-4 | | Fabricação de açúcar refinado | | |
| | | | 1072-4/01 | Fabricação de açúcar de cana refinado | Médio ou Alto | 600 |
| | | | 1072-4/02 | Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba | Médio ou Alto | 600 |
| | 10.8 | | | Torrefação e moagem de café | | |
| | | 10.81-3 | | Torrefação e moagem de café | | |
| | | | 1081-3/01 | Beneficiamento de café | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1081-3/02 | Torrefação e moagem de café | Médio ou Alto | 100 |
| | | 10.82-1 | | Fabricação de produtos à base de café | | |
| | | | 1082-1/00 | Fabricação de produtos à base de café | Médio ou Alto | 100 |
| | 10.9 | | | Fabricação de outros produtos alimentícios | | |
| | | 10.91-1 | | Fabricação de produtos de panificação | | |
| | | | 1091-1/00 | Fabricação de produtos de panificação | Médio ou Alto | 150 |
| | | 10.92-9 | | Fabricação de biscoitos e bolachas | | |
| | | | 1092-9/00 | Fabricação de biscoitos e bolachas | Médio ou Alto | 150 |
| | | 10.93-7 | | Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos | | |
| | | | 1093-7/01 | Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 1093-7/02 | Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes | Médio ou Alto | 150 |
| | | 10.94-5 | | Fabricação de massas alimentícias | | |
| | | | 1094-5/00 | Fabricação de massas alimentícias | Médio ou Alto | 150 |
| | | 10.95-3 | | Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos | | |
| | | | 1095-3/00 | Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos | Médio ou Alto | 100 |
| | | 10.96-1 | | Fabricação de alimentos e pratos prontos | | |
| | | | 1096-1/00 | Fabricação de alimentos e pratos prontos | Médio ou Alto | 100 |
| | | 10.99-6 | | Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente | | |
| | | | 1099-6/01 | Fabricação de vinagres | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 1099-6/02 | Fabricação de pós alimentícios | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1099-6/03 | Fabricação de fermentos e leveduras | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 1099-6/04 | Fabricação de gelo comum | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1099-6/05 | Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.) | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1099-6/06 | Fabricação de adoçantes naturais e artificiais | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1099-6/99 | Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| 11 | | | | FABRICAÇÃO DE BEBIDAS | | |
| | 11.1 | | | Fabricação de bebidas alcoólicas | | |

| | | | | | | |
|----|--|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 11.11-9 | Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas | | |
| | | | 1111-9/01 | Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1111-9/02 | Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 11.12-7 | Fabricação de vinho | | |
| | | | 1112-7/00 | Fabricação de vinho | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 11.13-5 | Fabricação de malte, cervejas e chopes | | |
| | | | 1113-5/01 | Fabricação de malte, inclusive malte uísque | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 1113-5/02 | Fabricação de cervejas e chopes | Médio ou Alto | 600 |
| | | 11.2 | | Fabricação de bebidas não-alcoólicas | | |
| | | | 11.21-6 | Fabricação de águas envasadas | | |
| | | | 1121-6/00 | Fabricação de águas envasadas | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 11.22-4 | Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não-alcoólicas | | |
| | | | 1122-4/01 | Fabricação de refrigerantes | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 1122-4/02 | Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 1122-4/03 | Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 1122-4/99 | Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| 12 | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO | | |
| | | 12.1 | | Processamento industrial do fumo | | |
| | | | 12.10-7 | Processamento industrial do fumo | | |
| | | | 1210-7/00 | Processamento industrial do fumo | Médio ou Alto | 400 |
| | | 12.2 | | Fabricação de produtos do fumo | | |
| | | | 12.20-4 | Fabricação de produtos do fumo | | |
| | | | 1220-4/01 | Fabricação de cigarros | Médio ou Alto | 600 |
| | | | 1220-4/02 | Fabricação de cigarrilhas e charutos | Médio ou Alto | 600 |
| | | | 1220-4/03 | Fabricação de filtros para cigarros | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 1220-4/99 | Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos | Médio ou Alto | 120 |
| 13 | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS | | |
| | | 13.1 | | Preparação e fiação de fibras têxteis | | |
| | | | 13.11-1 | Preparação e fiação de fibras de algodão | | |
| | | | 1311-1/00 | Preparação e fiação de fibras de algodão | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 13.12-0 | Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão | | |
| | | | 1312-0/00 | Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 13.13-8 | Fiação de fibras artificiais e sintéticas | | |
| | | | 1313-8/00 | Fiação de fibras artificiais e sintéticas | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 13.14-6 | Fabricação de linhas para costurar e bordar | | |
| | | | 1314-6/00 | Fabricação de linhas para costurar e bordar | Médio ou Alto | 100 |
| | | 13.2 | | Tecelagem, exceto malha | | |
| | | | 13.21-9 | Tecelagem de fios de algodão | | |
| | | | 1321-9/00 | Tecelagem de fios de algodão | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 13.22-7 | Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão | | |
| | | | 1322-7/00 | Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 13.23-5 | Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas | | |
| | | | 1323-5/00 | Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas | Médio ou Alto | 200 |
| | | 13.3 | | Fabricação de tecidos de malha | | |
| | | | 13.30-8 | Fabricação de tecidos de malha | | |
| | | | 1330-8/00 | Fabricação de tecidos de malha | Médio ou Alto | 250 |
| | | 13.4 | | Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis | | |

| | | | | | | |
|----|--|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 13.40-5 | Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis | | |
| | | | 1340-5/01 | Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 1340-5/02 | Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1340-5/99 | Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário | Médio ou Alto | 100 |
| | | 13.5 | | Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário | | |
| | | | 13.51-1 | Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico | | |
| | | | 1351-1/00 | Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico | Baixo | 100 |
| | | | 13.52-9 | Fabricação de artefatos de tapeçaria | | |
| | | | 1352-9/00 | Fabricação de artefatos de tapeçaria | Baixo | 150 |
| | | | 13.53-7 | Fabricação de artefatos de cordoaria | | |
| | | | 1353-7/00 | Fabricação de artefatos de cordoaria | Baixo | 150 |
| | | | 13.54-5 | Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos | | |
| | | | 1354-5/00 | Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos | Baixo | 250 |
| | | | 13.59-6 | Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente | | |
| | | | 1359-6/00 | Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| 14 | | | | CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS | | |
| | | 14.1 | | Confecção de artigos do vestuário e acessórios | | |
| | | | 14.11-8 | Confecção de roupas íntimas | | |
| | | | 1411-8/01 | Confecção de roupas íntimas | Baixo | 100 |
| | | | 1411-8/02 | Facção de roupas íntimas | Baixo | 150 |
| | | | 14.12-6 | Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas | | |
| | | | 1412-6/01 | Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida | Baixo | 200 |
| | | | 1412-6/02 | Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas | Baixo | 100 |
| | | | 1412-6/03 | Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas | Baixo | 150 |
| | | | 14.13-4 | Confecção de roupas profissionais | | |
| | | | 1413-4/01 | Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida | Baixo | 300 |
| | | | 1413-4/02 | Confecção, sob medida, de roupas profissionais | Baixo | 200 |
| | | | 1413-4/03 | Facção de roupas profissionais | Baixo | 150 |
| | | | 14.14-2 | Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção | | |
| | | | 1414-2/00 | Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção | Baixo | 150 |
| | | 14.2 | | Fabricação de artigos de malharia e tricotagem | | |
| | | | 14.21-5 | Fabricação de meias | | |
| | | | 1421-5/00 | Fabricação de meias | Baixo | 100 |
| | | | 14.22-3 | Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias | | |
| | | | 1422-3/00 | Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias | | 150 |
| 15 | | | | PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS | | |
| | | 15.1 | | Curtimento e outras preparações de couro | | |
| | | | 15.10-6 | Curtimento e outras preparações de couro | | |
| | | | 1510-6/00 | Curtimento e outras preparações de couro | Médio ou Alto | 600 |
| | | 15.2 | | Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro | | |
| | | | 15.21-1 | Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material | | |
| | | | 1521-1/00 | Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material | Baixo | 150 |
| | | | 15.29-7 | Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente | | |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 1529-7/00 | Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 15.3 | | | Fabricação de calçados | | |
| | | 15.31-9 | | Fabricação de calçados de couro | | |
| | | | 1531-9/01 | Fabricação de calçados de couro | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 1531-9/02 | Acabamento de calçados de couro sob contrato | Médio ou Alto | 200 |
| | | 15.32-7 | | Fabricação de tênis de qualquer material | | |
| | | | 1532-7/00 | Fabricação de tênis de qualquer material | Médio ou Alto | 400 |
| | | 15.33-5 | | Fabricação de calçados de material sintético | | |
| | | | 1533-5/00 | Fabricação de calçados de material sintético | Médio ou Alto | 200 |
| | | 15.39-4 | | Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente | | |
| | | | 1539-4/00 | Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 15.4 | | | Fabricação de partes para calçados, de qualquer material | | |
| | | 15.40-8 | | Fabricação de partes para calçados, de qualquer material | | |
| | | | 1540-8/00 | Fabricação de partes para calçados, de qualquer material | Médio ou Alto | 100 |
| 16 | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA | | |
| | 16.1 | | | Desdobramento de madeira | | |
| | | 16.10-2 | | Desdobramento de madeira | Baixo | |
| | | | 1610-2/01 | Serrarias com desdobramento de madeira | Baixo | 200 |
| | | | 1610-2/02 | Serrarias sem desdobramento de madeira | | 150 |
| | 16.2 | | | Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis | | |
| | | 16.21-8 | | Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada | | |
| | | | 1621-8/00 | Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada | Médio ou Alto | 200 |
| | | 16.22-6 | | Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção | | |
| | | | 1622-6/01 | Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 1622-6/02 | Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 1622-6/99 | Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção | Médio ou Alto | 120 |
| | | 16.23-4 | | Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira | | |
| | | | 1623-4/00 | Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira | Baixo | 100 |
| | | 16.29-3 | | Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis | | |
| | | | 1629-3/01 | Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis | Baixo | 200 |
| | | | 1629-3/02 | Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis | Baixo | 100 |
| 17 | | | | FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL | | |
| | 17.1 | | | Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel | | |
| | | 17.10-9 | | Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel | | |
| | | | 1710-9/00 | Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel | Médio ou Alto | 300 |
| | 17.2 | | | Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão | | |
| | | 17.21-4 | | Fabricação de papel | | |
| | | | 1721-4/00 | Fabricação de papel | Médio ou Alto | 300 |
| | | 17.22-2 | | Fabricação de cartolina e papel-cartão | | |
| | | | 1722-2/00 | Fabricação de cartolina e papel-cartão | Médio ou Alto | 200 |
| | 17.3 | | | Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado | | |
| | | 17.31-1 | | Fabricação de embalagens de papel | | |
| | | | 1731-1/00 | Fabricação de embalagens de papel | Médio ou Alto | 180 |
| | | 17.32-0 | | Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão | | |
| | | | 1732-0/00 | Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão | Médio ou Alto | 100 |

| | | | | | | |
|--|----|------|-----------|---|---------------|-------|
| | | | 17.33-8 | Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado | | |
| | | | 1733-8/00 | Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado | Médio ou Alto | 200 |
| | | 17.4 | | Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado | | |
| | | | 17.41-9 | Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório | | |
| | | | 1741-9/01 | Fabricação de formulários contínuos | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1741-9/02 | Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 17.42-7 | Fabricação de produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário | | |
| | | | 1742-7/01 | Fabricação de fraldas descartáveis | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1742-7/02 | Fabricação de absorventes higiênicos | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 1742-7/99 | Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 17.49-4 | Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente | | |
| | | | 1749-4/00 | Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 18 | | | IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES | | |
| | | 18.1 | | Atividade de impressão | | |
| | | | 18.11-3 | Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas | | |
| | | | 1811-3/01 | Impressão de jornais | Baixo | 150 |
| | | | 1811-3/02 | Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas | Baixo | 130 |
| | | | 18.12-1 | Impressão de material de segurança | | |
| | | | 1812-1/00 | Impressão de material de segurança | Baixo | 150 |
| | | | 18.13-0 | Impressão de materiais para outros usos | | |
| | | | 1813-0/01 | Impressão de material para uso publicitário | Baixo | 140 |
| | | | 1813-0/99 | Impressão de material para outros usos | Baixo | 120 |
| | | 18.2 | | Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos | | |
| | | | 18.21-1 | Serviços de pré-impressão | | |
| | | | 1821-1/00 | Serviços de pré-impressão | Baixo | 100 |
| | | | 18.22-9 | Serviços de acabamentos gráficos | | |
| | | | 1822-9/00 | Serviços de acabamentos gráficos | | 100 |
| | | 18.3 | | Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte | | |
| | | | 18.30-0 | Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte | | |
| | | | 1830-0/01 | Reprodução de som em qualquer suporte | Baixo | 150 |
| | | | 1830-0/02 | Reprodução de vídeo em qualquer suporte | Baixo | 150 |
| | | | 1830-0/03 | Reprodução de software em qualquer suporte | Baixo | 150 |
| | 19 | | | FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS | | |
| | | 19.1 | | Coquerias | | |
| | | | 19.10-1 | Coquerias | | |
| | | | 1910-1/00 | Coquerias | Médio ou Alto | 1.800 |
| | | 19.2 | | Fabricação de produtos derivados do petróleo | | |
| | | | 19.21-7 | Fabricação de produtos do refino de petróleo | | |
| | | | 1921-7/00 | Fabricação de produtos do refino de petróleo | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 19.22-5 | Fabricação de produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino | | |
| | | | 1922-5/01 | Formulação de combustíveis | Médio ou Alto | 1.500 |
| | | | 1922-5/02 | Rerrefino de óleos lubrificantes | Médio ou Alto | 600 |
| | | | 1922-5/99 | Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino | Médio ou Alto | 500 |

| | | | | | | | |
|--|----|------|---------|-----------|---|---------------|-------|
| | | 19.3 | | | Fabricação de biocombustíveis | | |
| | | | 19.31-4 | | Fabricação de álcool | | |
| | | | | 1931-4/00 | Fabricação de álcool | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 19.32-2 | | Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | | |
| | | | | 1932-2/00 | Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool | Médio ou Alto | 1.000 |
| | 20 | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS | | |
| | | 20.1 | | | Fabricação de produtos químicos inorgânicos | | |
| | | | 20.11-8 | | Fabricação de cloro e álcalis | | |
| | | | | 2011-8/00 | Fabricação de cloro e álcalis | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 20.12-6 | | Fabricação de intermediários para fertilizantes | | |
| | | | | 2012-6/00 | Fabricação de intermediários para fertilizantes | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 20.13-4 | | Fabricação de adubos e fertilizantes | | |
| | | | | 2013-4/00 | Fabricação de adubos e fertilizantes | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 20.14-2 | | Fabricação de gases industriais | | |
| | | | | 2014-2/00 | Fabricação de gases industriais | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 20.19-3 | | Fabricação de produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente | | |
| | | | | 2019-3/01 | Elaboração de combustíveis nucleares | Médio ou Alto | 2.000 |
| | | | | 2019-3/99 | Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 800 |
| | | 20.2 | | | Fabricação de produtos químicos orgânicos | | |
| | | | 20.21-5 | | Fabricação de produtos petroquímicos básicos | | |
| | | | | 2021-5/00 | Fabricação de produtos petroquímicos básicos | Médio ou Alto | 900 |
| | | | 20.22-3 | | Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras | | |
| | | | | 2022-3/00 | Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras | Médio ou Alto | 800 |
| | | | 20.29-1 | | Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente | | |
| | | | | 2029-1/00 | Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 500 |
| | | 20.3 | | | Fabricação de resinas e elastômeros | | |
| | | | 20.31-2 | | Fabricação de resinas termoplásticas | | |
| | | | | 2031-2/00 | Fabricação de resinas termoplásticas | Médio ou Alto | 900 |
| | | | 20.32-1 | | Fabricação de resinas termofixas | | |
| | | | | 2032-1/00 | Fabricação de resinas termofixas | Médio ou Alto | 800 |
| | | | 20.33-9 | | Fabricação de elastômeros | | |
| | | | | 2033-9/00 | Fabricação de elastômeros | Médio ou Alto | 800 |
| | | 20.4 | | | Fabricação de fibras artificiais e sintéticas | | |
| | | | 20.40-1 | | Fabricação de fibras artificiais e sintéticas | | |
| | | | | 2040-1/00 | Fabricação de fibras artificiais e sintéticas | Médio ou Alto | 300 |
| | | 20.5 | | | Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários | | |
| | | | 20.51-7 | | Fabricação de defensivos agrícolas | | |
| | | | | 2051-7/00 | Fabricação de defensivos agrícolas | Médio ou Alto | 500 |
| | | | 20.52-5 | | Fabricação de desinfestantes domissanitários | | |
| | | | | 2052-5/00 | Fabricação de desinfestantes domissanitários | Médio ou Alto | 200 |
| | | 20.6 | | | Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | | |
| | | | 20.61-4 | | Fabricação de sabões e detergentes sintéticos | | |
| | | | | 2061-4/00 | Fabricação de sabões e detergentes sintéticos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 20.62-2 | | Fabricação de produtos de limpeza e polimento | | |
| | | | | 2062-2/00 | Fabricação de produtos de limpeza e polimento | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 20.63-1 | | Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | | |
| | | | | 2063-1/00 | Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | Médio ou Alto | 150 |

| | | | | | | | |
|----|--|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | 20.7 | | | Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins | | |
| | | | 20.71-1 | | Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas | | |
| | | | | 2071-1/00 | Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 20.72-0 | | Fabricação de tintas de impressão | | |
| | | | | 2072-0/00 | Fabricação de tintas de impressão | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 20.73-8 | | Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins | | |
| | | | | 2073-8/00 | Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins | Médio ou Alto | 300 |
| | | 20.9 | | | Fabricação de produtos e preparados químicos diversos | | |
| | | | 20.91-6 | | Fabricação de adesivos e selantes | | |
| | | | | 2091-6/00 | Fabricação de adesivos e selantes | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 20.92-4 | | Fabricação de explosivos | | |
| | | | | 2092-4/01 | Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes | Médio ou Alto | 300 |
| | | | | 2092-4/02 | Fabricação de artigos pirotécnicos | Médio ou Alto | 200 |
| | | | | 2092-4/03 | Fabricação de fósforos de segurança | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 20.93-2 | | Fabricação de aditivos de uso industrial | | |
| | | | | 2093-2/00 | Fabricação de aditivos de uso industrial | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 20.94-1 | | Fabricação de catalisadores | | |
| | | | | 2094-1/00 | Fabricação de catalisadores | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 20.99-1 | | Fabricação de produtos químicos não especificados anteriormente | | |
| | | | | 2099-1/01 | Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia | Médio ou Alto | 200 |
| | | | | 2099-1/99 | Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| 21 | | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS | | |
| | | 21.1 | | | Fabricação de produtos farmoquímicos | | |
| | | | 21.10-6 | | Fabricação de produtos farmoquímicos | | |
| | | | | 2110-6/00 | Fabricação de produtos farmoquímicos | Médio ou Alto | 200 |
| | | 21.2 | | | Fabricação de produtos farmacêuticos | | |
| | | | 21.21-1 | | Fabricação de medicamentos para uso humano | | |
| | | | | 2121-1/01 | Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano | Médio ou Alto | 140 |
| | | | | 2121-1/02 | Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano | Médio ou Alto | 140 |
| | | | | 2121-1/03 | Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano | Médio ou Alto | 140 |
| | | | 21.22-0 | | Fabricação de medicamentos para uso veterinário | | |
| | | | | 2122-0/00 | Fabricação de medicamentos para uso veterinário | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 21.23-8 | | Fabricação de preparações farmacêuticas | | |
| | | | | 2123-8/00 | Fabricação de preparações farmacêuticas | Médio ou Alto | 100 |
| 22 | | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO | | |
| | | 22.1 | | | Fabricação de produtos de borracha | | |
| | | | 22.11-1 | | Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar | | |
| | | | | 2211-1/00 | Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 22.12-9 | | Reforma de pneumáticos usados | | |
| | | | | 2212-9/00 | Reforma de pneumáticos usados | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 22.19-6 | | Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente | | |
| | | | | 2219-6/00 | Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 22.2 | | | Fabricação de produtos de material plástico | | |
| | | | 22.21-8 | | Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico | | |
| | | | | 2221-8/00 | Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 22.22-6 | | Fabricação de embalagens de material plástico | | |
| | | | | 2222-6/00 | Fabricação de embalagens de material plástico | Médio ou Alto | 150 |

| | | | | | | |
|----|--|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 22.23-4 | Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção | | |
| | | | 2223-4/00 | Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 22.29-3 | Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente | | |
| | | | 2229-3/01 | Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 2229-3/02 | Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2229-3/03 | Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2229-3/99 | Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| 23 | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS | | |
| | | 23.1 | | Fabricação de vidro e de produtos do vidro | | |
| | | | 23.11-7 | Fabricação de vidro plano e de segurança | | |
| | | | 2311-7/00 | Fabricação de vidro plano e de segurança | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 23.12-5 | Fabricação de embalagens de vidro | | |
| | | | 2312-5/00 | Fabricação de embalagens de vidro | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 23.19-2 | Fabricação de artigos de vidro | | |
| | | | 2319-2/00 | Fabricação de artigos de vidro | Médio ou Alto | 10 |
| | | 23.2 | | Fabricação de cimento | | |
| | | | 23.20-6 | Fabricação de cimento | | |
| | | | 2320-6/00 | Fabricação de cimento | Médio ou Alto | 500 |
| | | 23.3 | | Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes | | |
| | | | 23.30-3 | Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes | | |
| | | | 2330-3/01 | Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2330-3/02 | Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção | Médio ou Alto | |
| | | | 2330-3/03 | Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 2330-3/04 | Fabricação de casas pré-moldadas de concreto | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 2330-3/05 | Preparação de massa de concreto e argamassa para construção | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2330-3/99 | Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes | Médio ou Alto | 120 |
| | | 23.4 | | Fabricação de produtos cerâmicos | | |
| | | | 23.41-9 | Fabricação de produtos cerâmicos refratários | | |
| | | | 2341-9/00 | Fabricação de produtos cerâmicos refratários | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 23.42-7 | Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção | | |
| | | | 2342-7/01 | Fabricação de azulejos e pisos | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 2342-7/02 | Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 23.49-4 | Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente | | |
| | | | 2349-4/01 | Fabricação de material sanitário de cerâmica | Médio ou Alto | 500 |
| | | | 2349-4/99 | Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 23.9 | | Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos | | |
| | | | 23.91-5 | Aparelhamento e outros trabalhos em pedras | | |
| | | | 2391-5/01 | Britamento de pedras, exceto associado à extração | Médio ou Alto | 700 |
| | | | 2391-5/02 | Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2391-5/03 | Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras | Médio ou Alto | 300 |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 23.92-3 | Fabricação de cal e gesso | | |
| | | | 2392-3/00 | Fabricação de cal e gesso | | 400 |
| | | | 23.99-1 | Fabricação de produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente | | |
| | | | 2399-1/01 | Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2399-1/99 | Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| 24 | | | | METALURGIA | | |
| | 24.1 | | | Produção de ferro-gusa e de ferroligas | | |
| | | 24.11-3 | | Produção de ferro-gusa | | |
| | | | 2411-3/00 | Produção de ferro-gusa | Médio ou Alto | 250 |
| | | 24.12-1 | | Produção de ferroligas | | |
| | | | 2412-1/00 | Produção de ferroligas | Médio ou Alto | 200 |
| | 24.2 | | | Siderurgia | | |
| | | 24.21-1 | | Produção de semi-acabados de aço | | |
| | | | 2421-1/00 | Produção de semi-acabados de aço | Médio ou Alto | 300 |
| | | 24.22-9 | | Produção de laminados planos de aço | | |
| | | | 2422-9/01 | Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 2422-9/02 | Produção de laminados planos de aços especiais | Médio ou Alto | 400 |
| | | 24.23-7 | | Produção de laminados longos de aço | | |
| | | | 2423-7/01 | Produção de tubos de aço sem costura | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 2423-7/02 | Produção de laminados longos de aço, exceto tubos | Médio ou Alto | 400 |
| | | 24.24-5 | | Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço | | |
| | | | 2424-5/01 | Produção de arames de aço | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2424-5/02 | Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames | Médio ou Alto | 200 |
| | 24.3 | | | Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura | | |
| | | 24.31-8 | | Produção de tubos de aço com costura | | |
| | | | 2431-8/00 | Produção de tubos de aço com costura | Médio ou Alto | 250 |
| | | 24.39-3 | | Produção de outros tubos de ferro e aço | | |
| | | | 2439-3/00 | Produção de outros tubos de ferro e aço | Médio ou Alto | 250 |
| | 24.4 | | | Metalurgia dos metais não-ferrosos | | |
| | | 24.41-5 | | Metalurgia do alumínio e suas ligas | | |
| | | | 2441-5/01 | Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2441-5/02 | Produção de laminados de alumínio | Médio ou Alto | 400 |
| | | 24.42-3 | | Metalurgia dos metais preciosos | | |
| | | | 2442-3/00 | Metalurgia dos metais preciosos | Médio ou Alto | 400 |
| | | 24.43-1 | | Metalurgia do cobre | | |
| | | | 2443-1/00 | Metalurgia do cobre | Médio ou Alto | 400 |
| | | 24.49-1 | | Metalurgia dos metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente | | |
| | | | 2449-1/01 | Produção de zinco em formas primárias | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 2449-1/02 | Produção de laminados de zinco | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2449-1/03 | Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 2449-1/99 | Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 24.5 | | | Fundição | | |
| | | 24.51-2 | | Fundição de ferro e aço | | |
| | | | 2451-2/00 | Fundição de ferro e aço | Médio ou Alto | 250 |
| | | 24.52-1 | | Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas | | |

| | | | | | | |
|--|----|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 2452-1/00 | Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas | Médio ou Alto | 250 |
| | 25 | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | | 25.1 | | Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada | | |
| | | | 25.11-0 | Fabricação de estruturas metálicas | | |
| | | | 2511-0/00 | Fabricação de estruturas metálicas | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 25.12-8 | Fabricação de esquadrias de metal | | |
| | | | 2512-8/00 | Fabricação de esquadrias de metal | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 25.13-6 | Fabricação de obras de caldeiraria pesada | | |
| | | | 2513-6/00 | Fabricação de obras de caldeiraria pesada | Médio ou Alto | 200 |
| | | 25.2 | | Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras | | |
| | | | 25.21-7 | Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central | | |
| | | | 2521-7/00 | Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 25.22-5 | Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos | | |
| | | | 2522-5/00 | Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos | Médio ou Alto | 300 |
| | | 25.3 | | Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais | | |
| | | | 25.31-4 | Produção de forjados de aço e de metais não-ferrosos e suas ligas | | |
| | | | 2531-4/01 | Produção de forjados de aço | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 2531-4/02 | Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 25.32-2 | Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó | | |
| | | | 2532-2/01 | Produção de artefatos estampados de metal | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 2532-2/02 | Metalurgia do pó | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 25.39-0 | Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais | | |
| | | | 2539-0/00 | Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais | Médio ou Alto | 250 |
| | | 25.4 | | Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas | | |
| | | | 25.41-1 | Fabricação de artigos de cutelaria | | |
| | | | 2541-1/00 | Fabricação de artigos de cutelaria | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 25.42-0 | Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias | | |
| | | | 2542-0/00 | Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 25.43-8 | Fabricação de ferramentas | | |
| | | | 2543-8/00 | Fabricação de ferramentas | Médio ou Alto | 250 |
| | | 25.5 | | Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições | | |
| | | | 25.50-1 | Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições | | |
| | | | 2550-1/01 | Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2550-1/02 | Fabricação de armas de fogo e munições | Médio ou Alto | 400 |
| | | 25.9 | | Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente | | |
| | | | 25.91-8 | Fabricação de embalagens metálicas | | |
| | | | 2591-8/00 | Fabricação de embalagens metálicas | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 25.92-6 | Fabricação de produtos de trefilados de metal | | |
| | | | 2592-6/01 | Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 2592-6/02 | Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 25.93-4 | Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal | | |
| | | | 2593-4/00 | Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 25.99-3 | Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente | | |
| | | | 2599-3/01 | Serviços de confecção de armações metálicas para a construção | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 2599-3/99 | Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|--|---------------|-----|
| 26 | | | | FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS | | |
| | 26.1 | | | Fabricação de componentes eletrônicos | | |
| | | 26.10-8 | | Fabricação de componentes eletrônicos | | |
| | | | 2610-8/00 | Fabricação de componentes eletrônicos | Baixo | 400 |
| | 26.2 | | | Fabricação de equipamentos de informática e periféricos | | |
| | | 26.21-3 | | Fabricação de equipamentos de informática | | |
| | | | 2621-3/00 | Fabricação de equipamentos de informática | Médio ou Alto | 400 |
| | | 26.22-1 | | Fabricação de periféricos para equipamentos de informática | | |
| | | | 2622-1/00 | Fabricação de periféricos para equipamentos de informática | Médio ou Alto | 400 |
| | 26.3 | | | Fabricação de equipamentos de comunicação | | |
| | | 26.31-1 | | Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação | | |
| | | | 2631-1/00 | Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios | Médio ou Alto | 300 |
| | | 26.32-9 | | Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação | | |
| | | | 2632-9/00 | Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios | Médio ou Alto | 200 |
| | 26.4 | | | Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo | | |
| | | 26.40-0 | | Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo | | |
| | | | 2640-0/00 | Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo | Médio ou Alto | 200 |
| | 26.5 | | | Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios | | |
| | | 26.51-5 | | Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle | | |
| | | | 2651-5/00 | Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle | Baixo | 250 |
| | | 26.52-3 | | Fabricação de cronômetros e relógios | | |
| | | | 2652-3/00 | Fabricação de cronômetros e relógios | Baixo | 250 |
| | 26.6 | | | Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação | | |
| | | 26.60-4 | | Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação | | |
| | | | 2660-4/00 | Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação | Médio ou Alto | 300 |
| | 26.7 | | | Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos | | |
| | | 26.70-1 | | Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos | | |
| | | | 2670-1/01 | Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios | Baixo | 250 |
| | | | 2670-1/02 | Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| | 26.8 | | | Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas | | |
| | | 26.80-9 | | Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas | | |
| | | | 2680-9/00 | Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas | Baixo | 250 |
| 27 | | | | FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS | | |
| | 27.1 | | | Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos | | |
| | | 27.10-4 | | Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos | | |
| | | | 2710-4/01 | Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| | | | 2710-4/02 | Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| | | | 2710-4/03 | Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| | 27.2 | | | Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos | | |
| | | 27.21-0 | | Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores | | |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 2721-0/00 | Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores | Médio ou Alto | 300 |
| | | 27.22-8 | | Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores | | |
| | | | 2722-8/01 | Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 2722-8/02 | Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores | Médio ou Alto | 200 |
| | 27.3 | | | Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica | | |
| | | 27.31-7 | | Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica | | |
| | | | 2731-7/00 | Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica | Médio ou Alto | 300 |
| | | 27.32-5 | | Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo | | |
| | | | 2732-5/00 | Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo | Médio ou Alto | 250 |
| | | 27.33-3 | | Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados | | |
| | | | 2733-3/00 | Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados | Médio ou Alto | 250 |
| | 27.4 | | | Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação | | |
| | | 27.40-6 | | Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação | | |
| | | | 2740-6/01 | Fabricação de lâmpadas | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 2740-6/02 | Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação | Médio ou Alto | 200 |
| | 27.5 | | | Fabricação de eletrodomésticos | | |
| | | 27.51-1 | | Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico | | |
| | | | 2751-1/00 | Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios | Baixo | 400 |
| | | 27.59-7 | | Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente | | |
| | | | 2759-7/01 | Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| | | | 2759-7/99 | Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios | Baixo | 120 |
| | 27.9 | | | Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente | | |
| | | 27.90-2 | | Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente | | |
| | | | 2790-2/01 | Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores | Baixo | 150 |
| | | | 2790-2/02 | Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme | Baixo | 150 |
| | | | 2790-2/99 | Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| 28 | | | | FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 28.1 | | | Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão | | |
| | | 28.11-9 | | Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários | | |
| | | | 2811-9/00 | Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários | Médio ou Alto | 600 |
| | | 28.12-7 | | Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas | | |
| | | | 2812-7/00 | Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas | Médio ou Alto | 500 |
| | | 28.13-5 | | Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes | | |
| | | | 2813-5/00 | Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| | | 28.14-3 | | Fabricação de compressores | | |
| | | | 2814-3/01 | Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios | Baixo | 400 |
| | | | 2814-3/02 | Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| | | 28.15-1 | | Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais | | |
| | | | 2815-1/01 | Fabricação de rolamentos para fins industriais | Baixo | 200 |
| | | | 2815-1/02 | Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos | Baixo | 200 |

| | | | | | | | |
|--|--|------|---------|-----------|---|---------------|-------|
| | | 28.2 | | | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral | | |
| | | | 28.21-6 | | Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas | | |
| | | | | 2821-6/01 | Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios | Baixo | 400 |
| | | | | 2821-6/02 | Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios | Baixo | 400 |
| | | | 28.22-4 | | Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas | | |
| | | | | 2822-4/01 | Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios | Baixo | 600 |
| | | | | 2822-4/02 | Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios | Baixo | 500 |
| | | | 28.23-2 | | Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial | | |
| | | | | 2823-2/00 | Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios | Baixo | 400 |
| | | | 28.24-1 | | Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado | | |
| | | | | 2824-1/01 | Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial | Baixo | 500 |
| | | | | 2824-1/02 | Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial | Baixo | 400 |
| | | | 28.25-9 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental | | |
| | | | | 2825-9/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 28.29-1 | | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente | | |
| | | | | 2829-1/01 | Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios | Baixo | 250 |
| | | | | 2829-1/99 | Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios | Baixo | 120 |
| | | 28.3 | | | Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária | | |
| | | | 28.31-3 | | Fabricação de tratores agrícolas | | |
| | | | | 2831-3/00 | Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 28.32-1 | | Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola | | |
| | | | | 2832-1/00 | Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios | Baixo | 500 |
| | | | 28.33-0 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação | | |
| | | | | 2833-0/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação | Baixo | 400 |
| | | 28.4 | | | Fabricação de máquinas-ferramenta | | |
| | | | 28.40-2 | | Fabricação de máquinas-ferramenta | | |
| | | | | 2840-2/00 | Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios | Baixo | 400 |
| | | 28.5 | | | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção | | |
| | | | 28.51-8 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo | | |
| | | | | 2851-8/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios | Baixo | 1.000 |
| | | | 28.52-6 | | Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo | | |
| | | | | 2852-6/00 | Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo | Baixo | 500 |
| | | | 28.53-4 | | Fabricação de tratores, exceto agrícolas | | |
| | | | | 2853-4/00 | Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 28.54-2 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores | | |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|--|---------------|-------|
| | | | 2854-2/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores | Baixo | 800 |
| | 28.6 | | | Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico | | |
| | | 28.61-5 | | Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta | | |
| | | | 2861-5/00 | Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta | Baixo | 800 |
| | | 28.62-3 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo | | |
| | | | 2862-3/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios | Baixo | 500 |
| | | 28.63-1 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil | | |
| | | | 2863-1/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios | Baixo | 500 |
| | | 28.64-0 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados | Baixo | 500 |
| | | | 2864-0/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios | Baixo | 500 |
| | | 28.65-8 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos | | |
| | | | 2865-8/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios | Baixo | 500 |
| | | 28.66-6 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico | | |
| | | | 2866-6/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios | Baixo | 500 |
| | | 28.69-1 | | Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente | | |
| | | | 2869-1/00 | Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios | Baixo | 300 |
| 29 | | | | FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS | | |
| | 29.1 | | | Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários | | |
| | | 29.10-7 | | Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários | | |
| | | | 2910-7/01 | Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários | Médio ou Alto | 1.500 |
| | | | 2910-7/02 | Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 2910-7/03 | Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários | Médio ou Alto | 800 |
| | 29.2 | | | Fabricação de caminhões e ônibus | | |
| | | 29.20-4 | | Fabricação de caminhões e ônibus | | |
| | | | 2920-4/01 | Fabricação de caminhões e ônibus | Médio ou Alto | 1.500 |
| | | | 2920-4/02 | Fabricação de motores para caminhões e ônibus | Médio ou Alto | 800 |
| | 29.3 | | | Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores | | |
| | | 29.30-1 | | Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores | | |
| | | | 2930-1/01 | Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões | Médio ou Alto | 500 |
| | | | 2930-1/02 | Fabricação de carrocerias para ônibus | Médio ou Alto | 500 |
| | | | 2930-1/03 | Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus | Médio ou Alto | 500 |
| | 29.4 | | | Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores | | |
| | | 29.41-7 | | Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores | | |
| | | | 2941-7/00 | Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores | Médio ou Alto | 300 |
| | | 29.42-5 | | Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores | | |
| | | | 2942-5/00 | Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores | Médio ou Alto | 300 |
| | | 29.43-3 | | Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores | | |

| | | | | | | |
|----|--|---------|-----------|---|---------------|-------|
| | | | 2943-3/00 | Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores | Médio ou Alto | 300 |
| | | 29.44-1 | | Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores | | |
| | | | 2944-1/00 | Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores | Médio ou Alto | 300 |
| | | 29.45-0 | | Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias | | |
| | | | 2945-0/00 | Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias | Médio ou Alto | 300 |
| | | 29.49-2 | | Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente | | |
| | | | 2949-2/01 | Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 2949-2/99 | Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 200 |
| | | 29.5 | | Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores | | |
| | | 29.50-6 | | Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores | | |
| | | | 2950-6/00 | Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores | Médio ou Alto | 250 |
| 30 | | | | FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES | | |
| | | 30.1 | | Construção de embarcações | | |
| | | 30.11-3 | | Construção de embarcações e estruturas flutuantes | | |
| | | | 3011-3/01 | Construção de embarcações de grande porte | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 3011-3/02 | Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte | Médio ou Alto | 800 |
| | | 30.12-1 | | Construção de embarcações para esporte e lazer | | |
| | | | 3012-1/00 | Construção de embarcações para esporte e lazer | Médio ou Alto | 800 |
| | | 30.3 | | Fabricação de veículos ferroviários | | |
| | | 30.31-8 | | Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes | | |
| | | | 3031-8/00 | Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes | Médio ou Alto | 800 |
| | | 30.32-6 | | Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários | | |
| | | | 3032-6/00 | Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários | Médio ou Alto | 800 |
| | | 30.4 | | Fabricação de aeronaves | | |
| | | 30.41-5 | | Fabricação de aeronaves | | |
| | | | 3041-5/00 | Fabricação de aeronaves | Médio ou Alto | 2.000 |
| | | 30.42-3 | | Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves | | |
| | | | 3042-3/00 | Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves | Médio ou Alto | 1.500 |
| | | 30.5 | | Fabricação de veículos militares de combate | | |
| | | 30.50-4 | | Fabricação de veículos militares de combate | | |
| | | | 3050-4/00 | Fabricação de veículos militares de combate | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | 30.9 | | Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente | | |
| | | 30.91-1 | | Fabricação de motocicletas | | |
| | | | 3091-1/00 | Fabricação de motocicletas, peças e acessórios | Médio ou Alto | 800 |
| | | 30.92-0 | | Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados | | |
| | | | 3092-0/00 | Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios | Médio ou Alto | 500 |
| | | 30.99-7 | | Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente | | |
| | | | 3099-7/00 | Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 400 |
| 31 | | | | FABRICAÇÃO DE MÓVEIS | | |
| | | 31.0 | | Fabricação de móveis | | |
| | | 31.01-2 | | Fabricação de móveis com predominância de madeira | | |
| | | | 3101-2/00 | Fabricação de móveis com predominância de madeira | Médio ou Alto | 300 |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 31.02-1 | Fabricação de móveis com predominância de metal | | |
| | | | 3102-1/00 | Fabricação de móveis com predominância de metal | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 31.03-9 | Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal | | |
| | | | 3103-9/00 | Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 31.04-7 | Fabricação de colchões | | |
| | | | 3104-7/00 | Fabricação de colchões | Médio ou Alto | 400 |
| 32 | | | | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS | | |
| | 32.1 | | | Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes | | |
| | | 32.11-6 | | Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria | | |
| | | | 3211-6/01 | Lapidação de gemas | Baixo | 200 |
| | | | 3211-6/02 | Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria | Baixo | 200 |
| | | | 3211-6/03 | Cunhagem de moedas e medalhas | Baixo | 200 |
| | | | 32.12-4 | Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes | | |
| | | | 3212-4/00 | Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes | Baixo | 150 |
| | 32.2 | | | Fabricação de instrumentos musicais | | |
| | | 32.20-5 | | Fabricação de instrumentos musicais | | |
| | | | 3220-5/00 | Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios | Baixo | 150 |
| | 32.3 | | | Fabricação de artefatos para pesca e esporte | | |
| | | 32.30-2 | | Fabricação de artefatos para pesca e esporte | | |
| | | | 3230-2/00 | Fabricação de artefatos para pesca e esporte | Baixo | 120 |
| | 32.4 | | | Fabricação de brinquedos e jogos recreativos | | |
| | | 32.40-0 | | Fabricação de brinquedos e jogos recreativos | | |
| | | | 3240-0/01 | Fabricação de jogos eletrônicos | Baixo | 200 |
| | | | 3240-0/02 | Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação | Baixo | 200 |
| | | | 3240-0/03 | Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação | Baixo | 200 |
| | | | 3240-0/99 | Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente | Baixo | 150 |
| | 32.5 | | | Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos | | |
| | | 32.50-7 | | Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos | | |
| | | | 3250-7/01 | Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 3250-7/02 | Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 3250-7/03 | Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 3250-7/04 | Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 3250-7/05 | Fabricação de materiais para medicina e odontologia | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 3250-7/06 | Serviços de prótese dentária | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 3250-7/07 | Fabricação de artigos ópticos | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 3250-7/08 | Fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar | Médio ou Alto | 200 |
| | 32.9 | | | Fabricação de produtos diversos | | |
| | | 32.91-4 | | Fabricação de escovas, pincéis e vassouras | | |
| | | | 3291-4/00 | Fabricação de escovas, pincéis e vassouras | Baixo | 100 |
| | | 32.92-2 | | Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional | | |
| | | | 3292-2/01 | Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo | Baixo | 150 |
| | | | 3292-2/02 | Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional | Baixo | 150 |
| | | 32.99-0 | | Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente | | |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|-------|-----|
| | | | 3299-0/01 | Fabricação de guarda-chuvas e similares | Baixo | 200 |
| | | | 3299-0/02 | Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório | Baixo | 100 |
| | | | 3299-0/03 | Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos | Baixo | 100 |
| | | | 3299-0/04 | Fabricação de painéis e letreiros luminosos | Baixo | 150 |
| | | | 3299-0/05 | Fabricação de aviamentos para costura | Baixo | 100 |
| | | | 3299-0/99 | Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| 33 | | | | MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | | |
| | 33.1 | | | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos | | |
| | | 33.11-2 | | Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos | | |
| | | | 3311-2/00 | Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos | Baixo | 250 |
| | | | 3312-1/02 | Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle | Baixo | 200 |
| | | | 3312-1/03 | Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação | Baixo | 150 |
| | | | 3312-1/04 | Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos | Baixo | 150 |
| | | 33.13-9 | | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos | | |
| | | | 3313-9/01 | Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos | Baixo | 150 |
| | | | 3313-9/02 | Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos | Baixo | 100 |
| | | | 3313-9/99 | Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 33.14-7 | | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica | | |
| | | | 3314-7/01 | Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas | Baixo | 130 |
| | | | 3314-7/02 | Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/03 | Manutenção e reparação de válvulas industriais | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/04 | Manutenção e reparação de compressores | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/05 | Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais | Baixo | 150 |
| | | | 3314-7/06 | Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/07 | Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial | Baixo | 150 |
| | | | 3314-7/08 | Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/09 | Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório | Baixo | 80 |
| | | | 3314-7/10 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente | Baixo | 400 |
| | | | 3314-7/11 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/12 | Manutenção e reparação de tratores agrícolas | Baixo | 150 |
| | | | 3314-7/13 | Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/14 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo | Baixo | 300 |
| | | | 3314-7/15 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo | Baixo | 300 |
| | | | 3314-7/16 | Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas | Baixo | 100 |
| | | | 3314-7/17 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores | Baixo | 200 |
| | | | 3314-7/18 | Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta | Baixo | 200 |

| | | | | | | |
|---|----|---------|-----------|--|---------------|-------|
| | | | 3314-7/19 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo | Baixo | 200 |
| | | | 3314-7/20 | Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados | Baixo | 200 |
| | | | 3314-7/21 | Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos | Baixo | 150 |
| | | | 3314-7/22 | Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico | Baixo | 150 |
| | | | 3314-7/99 | Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 33.15-5 | | Manutenção e reparação de veículos ferroviários | | |
| | | | 3315-5/00 | Manutenção e reparação de veículos ferroviários | Baixo | 150 |
| | | 33.16-3 | | Manutenção e reparação de aeronaves | | |
| | | | 3316-3/01 | Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista | Baixo | 300 |
| | | | 3316-3/02 | Manutenção de aeronaves na pista | Baixo | 250 |
| | | 33.17-1 | | Manutenção e reparação de embarcações | | |
| | | | 3317-1/01 | Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes | Baixo | 300 |
| | | | 3317-1/02 | Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer | Baixo | 200 |
| | | 33.19-8 | | Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente | | |
| | | | 3319-8/00 | Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 33.2 | | Instalação de máquinas e equipamentos | | |
| | | 33.21-0 | | Instalação de máquinas e equipamentos industriais | | |
| | | | 3321-0/00 | Instalação de máquinas e equipamentos industriais | Baixo | 200 |
| | | 33.29-5 | | Instalação de equipamentos não especificados anteriormente | | |
| | | | 3329-5/01 | Serviços de montagem de móveis de qualquer material | Baixo | 100 |
| | | | 3329-5/99 | Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | | | | | |
| D | | | | ELETRICIDADE E GÁS | | |
| | 35 | | | ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES | | |
| | | 35.1 | | Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica | | |
| | | | 35.11-5 | Geração de energia elétrica | | |
| | | | 3511-5/00 | Geração de energia elétrica | Médio ou Alto | 1.000 |
| | | | 35.12-3 | Transmissão de energia elétrica | | |
| | | | 3512-3/00 | Transmissão de energia elétrica | Médio ou Alto | 900 |
| | | | 35.13-1 | Comércio atacadista de energia elétrica | | |
| | | | 3513-1/00 | Comércio atacadista de energia elétrica | Baixo | 600 |
| | | | 35.14-0 | Distribuição de energia elétrica | | |
| | | | 3514-0/00 | Distribuição de energia elétrica | Baixo | 1.500 |
| | | 35.2 | | Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas | | |
| | | | 35.20-4 | Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas | | |
| | | | 3520-4/01 | Produção de gás; processamento de gás natural | Baixo | 400 |
| | | | 3520-4/02 | Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas | Baixo | 300 |
| | | 35.3 | | Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado | | |
| | | | 35.30-1 | Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado | | |
| | | | 3530-1/00 | Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado | Baixo | 200 |
| | | | | | | |
| E | | | | ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO | | |
| | 36 | | | CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | |

| | | | | | | | |
|---|----|------|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | 36.0 | | | Captação, tratamento e distribuição de água | | |
| | | | 36.00-6 | | Captação, tratamento e distribuição de água | | |
| | | | | 3600-6/01 | Captação, tratamento e distribuição de água | Médio ou Alto | 900 |
| | | | | 3600-6/02 | Distribuição de água por caminhos | Médio ou Alto | 100 |
| | 37 | | | | ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS | | |
| | | 37.0 | | | Esgoto e atividades relacionadas | | |
| | | | 37.01-1 | | Gestão de redes de esgoto | | |
| | | | | 3701-1/00 | Gestão de redes de esgoto | Médio ou Alto | 900 |
| | | | 37.02-9 | | Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes | | |
| | | | | 3702-9/00 | Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes | Médio ou Alto | 200 |
| | 38 | | | | COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS | | |
| | | 38.1 | | | Coleta de resíduos | | |
| | | | 38.11-4 | | Coleta de resíduos não-perigosos | | |
| | | | | 3811-4/00 | Coleta de resíduos não-perigosos | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 38.12-2 | | Coleta de resíduos perigosos | | |
| | | | | 3812-2/00 | Coleta de resíduos perigosos | Médio ou Alto | 300 |
| | | 38.2 | | | Tratamento e disposição de resíduos | | |
| | | | 38.21-1 | | Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos | | |
| | | | | 3821-1/00 | Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos | Médio ou Alto | 500 |
| | | | 38.22-0 | | Tratamento e disposição de resíduos perigosos | | |
| | | | | 3822-0/00 | Tratamento e disposição de resíduos perigosos | Médio ou Alto | 500 |
| | | 38.3 | | | Recuperação de materiais | | |
| | | | 38.31-9 | | Recuperação de materiais metálicos | | |
| | | | | 3831-9/01 | Recuperação de sucatas de alumínio | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 3831-9/99 | Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 38.32-7 | | Recuperação de materiais plásticos | | |
| | | | | 3832-7/00 | Recuperação de materiais plásticos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 38.39-4 | | Recuperação de materiais não especificados anteriormente | | |
| | | | | 3839-4/01 | Usinas de compostagem | Médio ou Alto | 300 |
| | | | | 3839-4/99 | Recuperação de materiais não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 39 | | | | DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS | | |
| | | 39.0 | | | Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos | | |
| | | | 39.00-5 | | Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos | | |
| | | | | 3900-5/00 | Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos | Médio ou Alto | 120 |
| | | | | | | | |
| F | | | | | CONSTRUÇÃO | | |
| | 41 | | | | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS | | |
| | | 41.1 | | | Incorporação de empreendimentos imobiliários | | |
| | | | 41.10-7 | | Incorporação de empreendimentos imobiliários | | |
| | | | | 4110-7/00 | Incorporação de empreendimentos imobiliários | Baixo | 200 |
| | | 41.2 | | | Construção de edifícios | | |
| | | | 41.20-4 | | Construção de edifícios | | |
| | | | | 4120-4/00 | Construção de edifícios | Baixo | 180 |
| | 42 | | | | OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA | | |
| | | 42.1 | | | Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais | | |
| | | | 42.11-1 | | Construção de rodovias e ferrovias | | |
| | | | | 4211-1/01 | Construção de rodovias e ferrovias | Médio ou Alto | 150 |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 4211-1/02 | Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos | Médio ou Alto | 100 |
| | | 42.12-0 | | Construção de obras-de-arte especiais | | |
| | | | 4212-0/00 | Construção de obras-de-arte especiais | Médio ou Alto | 180 |
| | | 42.13-8 | | Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas | | |
| | | | 4213-8/00 | Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas | Médio ou Alto | 180 |
| | 42.2 | | | Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos | | |
| | | 42.21-9 | | Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações | | |
| | | | 4221-9/01 | Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4221-9/02 | Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica | Baixo | 200 |
| | | | 4221-9/03 | Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica | Baixo | 100 |
| | | | 4221-9/04 | Construção de estações e redes de telecomunicações | Baixo | 180 |
| | | | 4221-9/05 | Manutenção de estações e redes de telecomunicações | Baixo | 100 |
| | | 42.22-7 | | Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas | | |
| | | | 4222-7/01 | Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4222-7/02 | Obras de irrigação | Médio ou Alto | 150 |
| | | 42.23-5 | | Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto | | |
| | | | 4223-5/00 | Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto | Baixo | 180 |
| | 42.9 | | | Construção de outras obras de infra-estrutura | | |
| | | 42.91-0 | | Obras portuárias, marítimas e fluviais | | |
| | | | 4291-0/00 | Obras portuárias, marítimas e fluviais | Médio ou Alto | 200 |
| | | 42.92-8 | | Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas | | |
| | | | 4292-8/01 | Montagem de estruturas metálicas | Baixo | 180 |
| | | | 4292-8/02 | Obras de montagem industrial | Baixo | 200 |
| | | 42.99-5 | | Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente | | |
| | | | 4299-5/01 | Construção de instalações esportivas e recreativas | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 4299-5/99 | Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| 43 | | | | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO | | |
| | 43.1 | | | Demolição e preparação do terreno | | |
| | | 43.11-8 | | Demolição e preparação de canteiros de obras | | |
| | | | 4311-8/01 | Demolição de edifícios e outras estruturas | Baixo | 180 |
| | | | 4311-8/02 | Preparação de canteiro e limpeza de terreno | Baixo | 100 |
| | | 43.12-6 | | Perfurações e sondagens | | |
| | | | 4312-6/00 | Perfurações e sondagens | Baixo | 180 |
| | | 43.13-4 | | Obras de terraplenagem | | |
| | | | 4313-4/00 | Obras de terraplenagem | Médio ou Alto | 200 |
| | | 43.19-3 | | Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente | | |
| | | | 4319-3/00 | Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | 43.2 | | | Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções | | |
| | | 43.21-5 | | Instalações elétricas | | |
| | | | 4321-5/00 | Instalação e manutenção elétrica | | 180 |
| | | 43.22-3 | | Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração | Baixo | |
| | | | 4322-3/01 | Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 4322-3/02 | Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4322-3/03 | Instalações de sistema de prevenção contra incêndio | Médio ou Alto | 150 |
| | | 43.29-1 | | Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente | | |

| | | | | | | |
|---|----|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 4329-1/01 | Instalação de painéis publicitários | Baixo | 100 |
| | | | 4329-1/02 | Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre | Baixo | 200 |
| | | | 4329-1/03 | Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria | Baixo | 100 |
| | | | 4329-1/04 | Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos | Baixo | 100 |
| | | | 4329-1/05 | Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4329-1/99 | Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 43.3 | | Obras de acabamento | | |
| | | 43.30-4 | | Obras de acabamento | | |
| | | | 4330-4/01 | Impermeabilização em obras de engenharia civil | Baixo | 180 |
| | | | 4330-4/02 | Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material | Baixo | 120 |
| | | | 4330-4/03 | Obras de acabamento em gesso e estuque | Baixo | 100 |
| | | | 4330-4/04 | Serviços de pintura de edifícios em geral | Baixo | 180 |
| | | | 4330-4/05 | Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores | Baixo | 150 |
| | | | 4330-4/99 | Outras obras de acabamento da construção | Baixo | 120 |
| | | 43.9 | | Outros serviços especializados para construção | | |
| | | 43.91-6 | | Obras de fundações | | |
| | | | 4391-6/00 | Obras de fundações | Baixo | 180 |
| | | 43.99-1 | | Serviços especializados para construção não especificados anteriormente | | |
| | | | 4399-1/01 | Administração de obras | Baixo | 200 |
| | | | 4399-1/02 | Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias | Baixo | 100 |
| | | | 4399-1/03 | Obras de alvenaria | Baixo | 180 |
| | | | 4399-1/04 | Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras | Baixo | 100 |
| | | | 4399-1/05 | Perfuração e construção de poços de água | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4399-1/99 | Serviços especializados para construção não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | | | | | |
| G | | | | COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS | | |
| | 45 | | | COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS | | |
| | | 45.1 | | Comércio de veículos automotores | | |
| | | 45.11-1 | | Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores | | |
| | | | 4511-1/01 | Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos | Baixo | 300 |
| | | | 4511-1/02 | Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados | Baixo | 300 |
| | | | 4511-1/03 | Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados | Baixo | 300 |
| | | | 4511-1/04 | Comércio por atacado de caminhões novos e usados | Baixo | 350 |
| | | | 4511-1/05 | Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados | Baixo | 200 |
| | | | 4511-1/06 | Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados | Baixo | 300 |
| | | 45.12-9 | | Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores | | |
| | | | 4512-9/01 | Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores | Baixo | 250 |
| | | | 4512-9/02 | Comércio sob consignação de veículos automotores | Baixo | 300 |
| | | 45.2 | | Manutenção e reparação de veículos automotores | | |
| | | 45.20-0 | | Manutenção e reparação de veículos automotores | | |
| | | | 4520-0/01 | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4520-0/02 | Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4520-0/03 | Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores | Médio ou Alto | 130 |
| | | | 4520-0/04 | Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4520-0/05 | Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores | Médio ou Alto | 120 |

| | | | | | | |
|--|----|------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 4520-0/06 | Serviços de borracharia para veículos automotores | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 4520-0/07 | Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores | Baixo | 150 |
| | | 45.3 | | Comércio de peças e acessórios para veículos automotores | | |
| | | | 45.30-7 | Comércio de peças e acessórios para veículos automotores | | |
| | | | 4530-7/01 | Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores | Baixo | 150 |
| | | | 4530-7/02 | Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar | Baixo | 150 |
| | | | 4530-7/03 | Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores | Baixo | 200 |
| | | | 4530-7/04 | Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores | Baixo | 150 |
| | | | 4530-7/05 | Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar | Baixo | 150 |
| | | | 4530-7/06 | Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores | Baixo | 150 |
| | | 45.4 | | Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios | | |
| | | | 45.41-2 | Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios | | |
| | | | 4541-2/01 | Comércio por atacado de motocicletas e motonetas | Baixo | 250 |
| | | | 4541-2/02 | Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas | Baixo | 150 |
| | | | 4541-2/03 | Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas | Baixo | 300 |
| | | | 4541-2/04 | Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas | Baixo | 250 |
| | | | 4541-2/05 | Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas | Baixo | 150 |
| | | | 45.42-1 | Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios | | |
| | | | 4542-1/01 | Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios | Baixo | 200 |
| | | | 4542-1/02 | Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas | Baixo | 200 |
| | | | 45.43-9 | Manutenção e reparação de motocicletas | | |
| | | | 4543-9/00 | Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas | Médio ou Alto | 150 |
| | 46 | | | COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS | | |
| | | 46.1 | | Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas | | |
| | | | 46.11-7 | Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos | | |
| | | | 4611-7/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos | Baixo | 150 |
| | | | 46.12-5 | Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos | | |
| | | | 4612-5/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos | Baixo | 200 |
| | | | 46.13-3 | Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens | | |
| | | | 4613-3/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens | Baixo | 150 |
| | | | 46.14-1 | Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves | | |
| | | | 4614-1/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves | Baixo | 200 |
| | | | 46.15-0 | Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico | | |
| | | | 4615-0/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico | Baixo | 150 |
| | | | 46.16-8 | Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem | | |
| | | | 4616-8/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem | Baixo | 150 |

| | | | | | | |
|--|--|------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 46.17-6 | Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo | | |
| | | | 4617-6/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo | Baixo | 150 |
| | | | 46.18-4 | Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente | | |
| | | | 4618-4/01 | Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria | Baixo | 150 |
| | | | 4618-4/02 | Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares | Baixo | 150 |
| | | | 4618-4/03 | Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações | Baixo | 100 |
| | | | 4618-4/99 | Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | | 46.19-2 | Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado | | |
| | | | 4619-2/00 | Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado | Baixo | 150 |
| | | 46.2 | | Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos | | |
| | | | 46.21-4 | Comércio atacadista de café em grão | | |
| | | | 4621-4/00 | Comércio atacadista de café em grão | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 46.22-2 | Comércio atacadista de soja | | |
| | | | 4622-2/00 | Comércio atacadista de soja | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 46.23-1 | Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja | | |
| | | | 4623-1/01 | Comércio atacadista de animais vivos | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4623-1/02 | Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4623-1/03 | Comércio atacadista de algodão | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4623-1/04 | Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4623-1/05 | Comércio atacadista de cacau | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4623-1/06 | Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4623-1/07 | Comércio atacadista de sisal | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4623-1/08 | Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4623-1/09 | Comércio atacadista de alimentos para animais | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 4623-1/99 | Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 46.3 | | Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo | | |
| | | | 46.31-1 | Comércio atacadista de leite e laticínios | | |
| | | | 4631-1/00 | Comércio atacadista de leite e laticínios | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 46.32-0 | Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas | | |
| | | | 4632-0/01 | Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4632-0/02 | Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4632-0/03 | Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 46.33-8 | Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros | | |
| | | | 4633-8/01 | Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4633-8/02 | Comércio atacadista de aves vivas e ovos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4633-8/03 | Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 46.34-6 | Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado | | |

| | | | | | | |
|--|--|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 4634-6/01 | Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados | Médio ou Alto | 341 |
| | | | 4634-6/02 | Comércio atacadista de aves abatidas e derivados | Médio ou Alto | 341 |
| | | | 4634-6/03 | Comércio atacadista de pescados e frutos do mar | Médio ou Alto | 341 |
| | | | 4634-6/99 | Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais | Médio ou Alto | 341 |
| | | 46.35-4 | | Comércio atacadista de bebidas | | |
| | | | 4635-4/01 | Comércio atacadista de água mineral | Médio ou Alto | 341 |
| | | | 4635-4/02 | Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante | Médio ou Alto | 341 |
| | | | 4635-4/03 | Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4635-4/99 | Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 46.36-2 | | Comércio atacadista de produtos do fumo | | |
| | | | 4636-2/01 | Comércio atacadista de fumo beneficiado | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4636-2/02 | Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos | Médio ou Alto | 250 |
| | | 46.37-1 | | Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente | | |
| | | | 4637-1/01 | Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4637-1/02 | Comércio atacadista de açúcar | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4637-1/03 | Comércio atacadista de óleos e gorduras | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4637-1/04 | Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4637-1/05 | Comércio atacadista de massas alimentícias | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4637-1/06 | Comércio atacadista de sorvetes | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4637-1/07 | Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4637-1/99 | Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 46.39-7 | | Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral | | |
| | | | 4639-7/01 | Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4639-7/02 | Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada | Médio ou Alto | 250 |
| | | 46.4 | | Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar | | |
| | | 46.41-9 | | Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armário | | |
| | | | 4641-9/01 | Comércio atacadista de tecidos | Baixo | 250 |
| | | | 4641-9/02 | Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho | Baixo | 250 |
| | | | 4641-9/03 | Comércio atacadista de artigos de armário | Baixo | 200 |
| | | 46.42-7 | | Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios | | |
| | | | 4642-7/01 | Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança | Baixo | 250 |
| | | | 4642-7/02 | Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho | Baixo | 250 |
| | | 46.43-5 | | Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem | | |
| | | | 4643-5/01 | Comércio atacadista de calçados | Baixo | 250 |
| | | | 4643-5/02 | Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem | Baixo | 250 |
| | | 46.44-3 | | Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário | | |
| | | | 4644-3/01 | Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4644-3/02 | Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário | Médio ou Alto | 250 |
| | | 46.45-1 | | Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico | | |
| | | | 4645-1/01 | Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4645-1/02 | Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4645-1/03 | Comércio atacadista de produtos odontológicos | Médio ou Alto | 200 |

| | | | | | | |
|--|--|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 46.46-0 | Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | | |
| | | | 4646-0/01 | Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4646-0/02 | Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 46.47-8 | Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações | | |
| | | | 4647-8/01 | Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria | Baixo | 250 |
| | | | 4647-8/02 | Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações | Baixo | 200 |
| | | | 46.49-4 | Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente | | |
| | | | 4649-4/01 | Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico | Baixo | 200 |
| | | | 4649-4/02 | Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico | Baixo | 200 |
| | | | 4649-4/03 | Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos | Baixo | 200 |
| | | | 4649-4/04 | Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria | Baixo | 200 |
| | | | 4649-4/05 | Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas | Baixo | 200 |
| | | | 4649-4/06 | Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures | Baixo | 200 |
| | | | 4649-4/07 | Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos | Baixo | 200 |
| | | | 4649-4/08 | Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4649-4/09 | Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4649-4/10 | Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4649-4/99 | Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 46.5 | | Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação | | |
| | | | 46.51-6 | Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática | | |
| | | | 4651-6/01 | Comércio atacadista de equipamentos de informática | Baixo | 300 |
| | | | 4651-6/02 | Comércio atacadista de suprimentos para informática | Baixo | 300 |
| | | | 46.52-4 | Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação | | |
| | | | 4652-4/00 | Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação | Baixo | 300 |
| | | 46.6 | | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação | | |
| | | | 46.61-3 | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças | | |
| | | | 4661-3/00 | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças | Baixo | 180 |
| | | | 46.62-1 | Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças | | |
| | | | 4662-1/00 | Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças | Baixo | 300 |
| | | | 46.63-0 | Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças | | |
| | | | 4663-0/00 | Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças | Baixo | 300 |
| | | | 46.64-8 | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças | | |
| | | | 4664-8/00 | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 46.65-6 | Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças | | |
| | | | 4665-6/00 | Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças | Baixo | 180 |

| | | | | | | |
|--|--|------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 46.69-9 | Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças | | |
| | | | 4669-9/01 | Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças | Baixo | 180 |
| | | | 4669-9/99 | Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças | Baixo | 120 |
| | | 46.7 | | Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção | | |
| | | | 46.71-1 | Comércio atacadista de madeira e produtos derivados | | |
| | | | 4671-1/00 | Comércio atacadista de madeira e produtos derivados | Baixo | 250 |
| | | | 46.72-9 | Comércio atacadista de ferragens e ferramentas | | |
| | | | 4672-9/00 | Comércio atacadista de ferragens e ferramentas | Baixo | 250 |
| | | | 46.73-7 | Comércio atacadista de material elétrico | | |
| | | | 4673-7/00 | Comércio atacadista de material elétrico | Baixo | 250 |
| | | | 46.74-5 | Comércio atacadista de cimento | | |
| | | | 4674-5/00 | Comércio atacadista de cimento | Baixo | 250 |
| | | | 46.79-6 | Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral | | |
| | | | 4679-6/01 | Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares | Baixo | 250 |
| | | | 4679-6/02 | Comércio atacadista de mármore e granitos | Baixo | 250 |
| | | | 4679-6/03 | Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais | Baixo | 200 |
| | | | 4679-6/04 | Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | | 4679-6/99 | Comércio atacadista de materiais de construção em geral | Baixo | 180 |
| | | 46.8 | | Comércio atacadista especializado em outros produtos | | |
| | | | 46.81-8 | Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP | | |
| | | | 4681-8/01 | Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR) | Médio ou Alto | 350 |
| | | | 4681-8/02 | Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR) | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 4681-8/03 | Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 4681-8/04 | Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 4681-8/05 | Comércio atacadista de lubrificantes | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 46.82-6 | Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) | | |
| | | | 4682-6/00 | Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 46.83-4 | Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo | | |
| | | | 4683-4/00 | Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 46.84-2 | Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos | | |
| | | | 4684-2/01 | Comércio atacadista de resinas e elastômeros | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4684-2/02 | Comércio atacadista de solventes | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4684-2/99 | Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 46.85-1 | Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção | | |
| | | | 4685-1/00 | Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção | Baixo | 250 |
| | | | 46.86-9 | Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens | | |
| | | | 4686-9/01 | Comércio atacadista de papel e papelão em bruto | Baixo | 200 |
| | | | 4686-9/02 | Comércio atacadista de embalagens | Baixo | 200 |

| | | | | | | | |
|--|----|------|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 46.87-7 | | Comércio atacadista de resíduos e sucatas | | |
| | | | | 4687-7/01 | Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 4687-7/02 | Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 4687-7/03 | Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 46.89-3 | | Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente | | |
| | | | | 4689-3/01 | Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis | Baixo | 150 |
| | | | | 4689-3/02 | Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados | Baixo | 200 |
| | | | | 4689-3/99 | Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 46.9 | | | Comércio atacadista não-especializado | | |
| | | | 46.91-5 | | Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios | | |
| | | | | 4691-5/00 | Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 46.92-3 | | Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários | Médio ou Alto | |
| | | | | 4692-3/00 | Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários | Médio ou Alto | |
| | | | 46.93-1 | | Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários | | |
| | | | | 4693-1/00 | Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários | Médio ou Alto | 250 |
| | 47 | | | | COMÉRCIO VAREJISTA | | |
| | | 47.1 | | | Comércio varejista não-especializado | | |
| | | | 47.11-3 | | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados | | |
| | | | | 4711-3/01 | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados | Médio ou Alto | 400 |
| | | | | 4711-3/02 | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 47.12-1 | | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns | | |
| | | | | 4712-1/00 | Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 47.13-0 | | Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios | | |
| | | | | 4713-0/01 | Lojas de departamentos ou magazines | Médio ou Alto | 250 |
| | | | | 4713-0/02 | Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines | Médio ou Alto | 200 |
| | | | | 4713-0/03 | Lojas duty free de aeroportos internacionais | Médio ou Alto | 300 |
| | | 47.2 | | | Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | | |
| | | | 47.21-1 | | Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes | | |
| | | | | 4721-1/01 | Padaria e confeitaria com predominância de produção própria | Médio ou Alto | 120 |
| | | | | 4721-1/02 | Padaria e confeitaria com predominância de revenda | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 4721-1/03 | Comércio varejista de laticínios e frios | Médio ou Alto | 120 |
| | | | | 4721-1/04 | Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 47.22-9 | | Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias | | |
| | | | | 4722-9/01 | Comércio varejista de carnes - açougues | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 4722-9/02 | Peixaria | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 47.23-7 | | Comércio varejista de bebidas | | |
| | | | | 4723-7/00 | Comércio varejista de bebidas | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 47.24-5 | | Comércio varejista de hortifrutigranjeiros | | |

| | | | | | | |
|--|------|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 4724-5/00 | Comércio varejista de hortifrutigranjeiros | Médio ou Alto | 120 |
| | | 47.29-6 | | Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo | | |
| | | | 4729-6/01 | Tabacaria | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4729-6/99 | Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 47.3 | | | Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores | | |
| | | 47.31-8 | | Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores | | |
| | | | 4731-8/00 | Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores | Médio ou Alto | 350 |
| | | | 47.32-6 | Comércio varejista de lubrificantes | | |
| | | | 4732-6/00 | Comércio varejista de lubrificantes | Médio ou Alto | 150 |
| | 47.4 | | | Comércio varejista de material de construção | | |
| | | 47.41-5 | | Comércio varejista de tintas e materiais para pintura | | |
| | | | 4741-5/00 | Comércio varejista de tintas e materiais para pintura | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 47.42-3 | Comércio varejista de material elétrico | | |
| | | | 4742-3/00 | Comércio varejista de material elétrico | Baixo | 150 |
| | | | 47.43-1 | Comércio varejista de vidros | | |
| | | | 4743-1/00 | Comércio varejista de vidros | Baixo | 100 |
| | | | 47.44-0 | Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção | | |
| | | | 4744-0/01 | Comércio varejista de ferragens e ferramentas | Baixo | 150 |
| | | | 4744-0/02 | Comércio varejista de madeira e artefatos | Baixo | 180 |
| | | | 4744-0/03 | Comércio varejista de materiais hidráulicos | Baixo | 180 |
| | | | 4744-0/04 | Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas | Baixo | 180 |
| | | | 4744-0/05 | Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | | 4744-0/99 | Comércio varejista de materiais de construção em geral | Baixo | 180 |
| | 47.5 | | | Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico | | |
| | | 47.51-2 | | Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática | | |
| | | | 4751-2/00 | Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática | Baixo | 200 |
| | | | 47.52-1 | Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação | | |
| | | | 4752-1/00 | Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação | Baixo | 200 |
| | | 47.53-9 | | Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo | | |
| | | | 4753-9/00 | Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo | Baixo | 200 |
| | | | 47.54-7 | Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação | | |
| | | | 4754-7/01 | Comércio varejista de móveis | Baixo | 200 |
| | | | 4754-7/02 | Comércio varejista de artigos de colchoaria | Baixo | 180 |
| | | | 4754-7/03 | Comércio varejista de artigos de iluminação | Baixo | 150 |
| | | 47.55-5 | | Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho | | |
| | | | 4755-5/01 | Comércio varejista de tecidos | Baixo | 150 |
| | | | 4755-5/02 | Comercio varejista de artigos de armarinho | Baixo | 70 |
| | | | 4755-5/03 | Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho | Baixo | 150 |
| | | 47.56-3 | | Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios | | |
| | | | 4756-3/00 | Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios | Baixo | 150 |
| | | 47.57-1 | | Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação | | |
| | | | 4757-1/00 | Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação | Baixo | 150 |
| | | 47.59-8 | | Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente | | |

| | | | | | | |
|--|--|------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 4759-8/01 | Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas | Baixo | 150 |
| | | | 4759-8/99 | Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 47.6 | | Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | | |
| | | | 47.61-0 | Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria | | |
| | | | 4761-0/01 | Comércio varejista de livros | Baixo | 120 |
| | | | 4761-0/02 | Comércio varejista de jornais e revistas | Baixo | 100 |
| | | | 4761-0/03 | Comércio varejista de artigos de papelaria | Baixo | 120 |
| | | | 47.62-8 | Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas | | |
| | | | 4762-8/00 | Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas | Baixo | 100 |
| | | | 47.63-6 | Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos | | |
| | | | 4763-6/01 | Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos | Baixo | 120 |
| | | | 4763-6/02 | Comércio varejista de artigos esportivos | Baixo | 100 |
| | | | 4763-6/03 | Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios | Baixo | 120 |
| | | | 4763-6/04 | Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping | Baixo | 100 |
| | | | 4763-6/05 | Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios | Baixo | 150 |
| | | 47.7 | | Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | | |
| | | | 47.71-7 | Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário | | |
| | | | 4771-7/01 | Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas | Médio ou Alto | 140 |
| | | | 4771-7/02 | Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas | Médio ou Alto | 140 |
| | | | 4771-7/03 | Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos | Médio ou Alto | 140 |
| | | | 4771-7/04 | Comércio varejista de medicamentos veterinários | Médio ou Alto | 160 |
| | | | 47.72-5 | Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | | |
| | | | 4772-5/00 | Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 47.73-3 | Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos | | |
| | | | 4773-3/00 | Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 47.74-1 | Comércio varejista de artigos de óptica | | |
| | | | 4774-1/00 | Comércio varejista de artigos de óptica | Médio ou Alto | 150 |
| | | 47.8 | | Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | | |
| | | | 47.81-4 | Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios | | |
| | | | 4781-4/00 | Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios | Baixo | 150 |
| | | | 47.82-2 | Comércio varejista de calçados e artigos de viagem | | |
| | | | 4782-2/01 | Comércio varejista de calçados | Baixo | 150 |
| | | | 4782-2/02 | Comércio varejista de artigos de viagem | Baixo | 120 |
| | | | 47.83-1 | Comércio varejista de jóias e relógios | | |
| | | | 4783-1/01 | Comércio varejista de artigos de joalheria | Baixo | 180 |
| | | | 4783-1/02 | Comércio varejista de artigos de relojoaria | Baixo | 150 |
| | | | 47.84-9 | Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) | | |
| | | | 4784-9/00 | Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 47.85-7 | Comércio varejista de artigos usados | | |
| | | | 4785-7/01 | Comércio varejista de antiguidades | Baixo | 100 |
| | | | 4785-7/99 | Comércio varejista de outros artigos usados | Baixo | 80 |
| | | | 47.89-0 | Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente | | |
| | | | 4789-0/01 | Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos | Baixo | 100 |
| | | | 4789-0/02 | Comércio varejista de plantas e flores naturais | Baixo | 100 |
| | | | 4789-0/03 | Comércio varejista de objetos de arte | Baixo | 120 |

| | | | | | | |
|---|----|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 4789-0/04 | Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 4789-0/05 | Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4789-0/06 | Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4789-0/07 | Comércio varejista de equipamentos para escritório | Baixo | 120 |
| | | | 4789-0/08 | Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem | Baixo | |
| | | | 4789-0/09 | Comércio varejista de armas e munições | Baixo | 130 |
| | | | 4789-0/99 | Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 47.9 | | Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista | | |
| | | 47.90-3 | | Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista | | |
| | | | | | Médio ou Alto | 100 |
| H | | | | TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO | | |
| | 49 | | | TRANSPORTE TERRESTRE | | |
| | | 49.1 | | Transporte ferroviário e metroferroviário | | |
| | | 49.11-6 | | Transporte ferroviário de carga | | |
| | | | 4911-6/00 | Transporte ferroviário de carga | Baixo | |
| | | 49.12-4 | | Transporte metroferroviário de passageiros | | |
| | | | 4912-4/01 | Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4912-4/02 | Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4912-4/03 | Transporte metroviário | Médio ou Alto | 200 |
| | | 49.2 | | Transporte rodoviário de passageiros | | |
| | | 49.21-3 | | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana | | |
| | | | 4921-3/01 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4921-3/02 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana | Médio ou Alto | 250 |
| | | 49.22-1 | | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional | | |
| | | | 4922-1/01 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4922-1/02 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 4922-1/03 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional | Médio ou Alto | 300 |
| | | 49.23-0 | | Transporte rodoviário de táxi | | |
| | | | 4923-0/01 | Serviço de táxi | Baixo | 50 |
| | | | 4923-0/02 | Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista | Baixo | 150 |
| | | 49.24-8 | | Transporte escolar | | |
| | | | 4924-8/00 | Transporte escolar | Baixo | 100 |
| | | 49.29-9 | | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente | | |
| | | | 4929-9/01 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 4929-9/02 | Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 4929-9/03 | Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 4929-9/04 | Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 4929-9/99 | Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 49.3 | | Transporte rodoviário de carga | | |
| | | 49.30-2 | | Transporte rodoviário de carga | | |
| | | | 4930-2/01 | Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal | Médio ou Alto | 150 |

| | | | | | | |
|--|----|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 4930-2/02 | Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, inter-municipal, interestadual e internacional | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 4930-2/03 | Transporte rodoviário de produtos perigosos | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 4930-2/04 | Transporte rodoviário de mudanças | Baixo | 100 |
| | | 49.4 | | Transporte dutoviário | | |
| | | | 49.40-0 | Transporte dutoviário | | |
| | | | 4940-0/00 | Transporte dutoviário | Baixo | 180 |
| | | 49.5 | | Trens turísticos, teleféricos e similares | | |
| | | | 49.50-7 | Trens turísticos, teleféricos e similares | | |
| | | | 4950-7/00 | Trens turísticos, teleféricos e similares | Baixo | 300 |
| | 50 | | | TRANSPORTE AQUAVIÁRIO | | |
| | | 50.1 | | Transporte marítimo de cabotagem e longo curso | | |
| | | | 50.11-4 | Transporte marítimo de cabotagem | | |
| | | | 5011-4/01 | Transporte marítimo de cabotagem - Carga | Baixo | 200 |
| | | | 5011-4/02 | Transporte marítimo de cabotagem - passageiros | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 50.12-2 | Transporte marítimo de longo curso | | |
| | | | 5012-2/01 | Transporte marítimo de longo curso - Carga | Baixo | 300 |
| | | | 5012-2/02 | Transporte marítimo de longo curso - Passageiros | Médio ou Alto | 300 |
| | | 50.2 | | Transporte por navegação interior | | |
| | | | 50.21-1 | Transporte por navegação interior de carga | | |
| | | | 5021-1/01 | Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia | Baixo | 250 |
| | | | 5021-1/02 | Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia | Baixo | 300 |
| | | | 50.22-0 | Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares | | |
| | | | 5022-0/01 | Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 5022-0/02 | Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia | Médio ou Alto | 300 |
| | | 50.3 | | Navegação de apoio | | |
| | | | 50.30-1 | Navegação de apoio | | |
| | | | 5030-1/01 | Navegação de apoio marítimo | Baixo | 250 |
| | | | 5030-1/02 | Navegação de apoio portuário | Baixo | 250 |
| | | 50.9 | | Outros transportes aquaviários | | |
| | | | 50.91-2 | Transporte por navegação de travessia | | |
| | | | 5091-2/01 | Transporte por navegação de travessia, municipal | Baixo | 100 |
| | | | 5091-2/02 | Transporte por navegação de travessia, intermunicipal | Baixo | 180 |
| | | | 50.99-8 | Transportes aquaviários não especificados anteriormente | | |
| | | | 5099-8/01 | Transporte aquaviário para passeios turísticos | Baixo | 100 |
| | | | 5099-8/99 | Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | 51 | | | TRANSPORTE AÉREO | | |
| | | 51.1 | | Transporte aéreo de passageiros | | |
| | | | 51.11-1 | Transporte aéreo de passageiros regular | | |
| | | | 5111-1/00 | Transporte aéreo de passageiros regular | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 51.12-9 | Transporte aéreo de passageiros não-regular | | |
| | | | 5112-9/01 | Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 5112-9/99 | Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular | Médio ou Alto | 250 |
| | | 51.2 | | Transporte aéreo de carga | | |
| | | | 51.20-0 | Transporte aéreo de carga | | |
| | | | 5120-0/00 | Transporte aéreo de carga | Médio ou Alto | 300 |

| | | | | | |
|----|------|-----------|---|---------------|-----|
| | 51.3 | | Transporte espacial | | |
| | | 5130-7/00 | Transporte espacial | Baixo | 800 |
| 52 | | | ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES | | |
| | 52.1 | | Armazenamento, carga e descarga | | |
| | | 52.11-7 | Armazenamento | | |
| | | 5211-7/01 | Armazéns gerais - emissão de warrant | Baixo | |
| | | 5211-7/02 | Guarda-móveis | Baixo | |
| | | 5211-7/99 | Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis | Baixo | |
| | | 52.12-5 | Carga e descarga | | |
| | | 5212-5/00 | Carga e descarga | Baixo | 120 |
| | 52.2 | | Atividades auxiliares dos transportes terrestres | | |
| | | 52.21-4 | Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados | | |
| | | 5221-4/00 | Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados | Baixo | 200 |
| | | 52.22-2 | Terminais rodoviários e ferroviários | | |
| | | 5222-2/00 | Terminais rodoviários e ferroviários | Médio ou Alto | 150 |
| | | 52.23-1 | Estacionamento de veículos | | |
| | | 5223-1/00 | Estacionamento de veículos | Médio ou Alto | 120 |
| | | 52.29-0 | Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente | | |
| | | 5229-0/01 | Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada | Baixo | 80 |
| | | 5229-0/02 | Serviços de reboque de veículos | Baixo | |
| | | 5229-0/99 | Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | 52.3 | | Atividades auxiliares dos transportes aquaviários | | |
| | | 52.31-1 | Gestão de portos e terminais | | |
| | | 5231-1/01 | Administração da infra-estrutura portuária | Baixo | 500 |
| | | 5231-1/02 | Operações de terminais | Baixo | 200 |
| | | 52.32-0 | Atividades de agenciamento marítimo | | |
| | | 5232-0/00 | Atividades de agenciamento marítimo | Baixo | 500 |
| | | 52.39-7 | Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente | | |
| | | 5239-7/00 | Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | 52.4 | | Atividades auxiliares dos transportes aéreos | | |
| | | 52.40-1 | Atividades auxiliares dos transportes aéreos | | |
| | | 5240-1/01 | Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem | Baixo | 300 |
| | | 5240-1/99 | Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem | Baixo | 120 |
| | 52.5 | | Atividades relacionadas à organização do transporte de carga | | |
| | | 52.50-8 | Atividades relacionadas à organização do transporte de carga | | |
| | | 5250-8/01 | Comissaria de despachos | Baixo | 120 |
| | | 5250-8/02 | Atividades de despachantes aduaneiros | Baixo | 150 |
| | | 5250-8/03 | Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo | Baixo | 150 |
| | | 5250-8/04 | Organização logística do transporte de carga | Baixo | 150 |
| | | 5250-8/05 | Operador de transporte multimodal - OTM | Baixo | 200 |
| 53 | | | CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA | | |
| | 53.1 | | Atividades de Correio | | |
| | | 53.10-5 | Atividades de Correio | | |
| | | 5310-5/01 | Atividades do Correio Nacional | Baixo | 200 |
| | | 5310-5/02 | Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional | Baixo | 150 |

| | | | | | | | |
|---|----|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | 53.2 | | | Atividades de malote e de entrega | | |
| | | | 53.20-2 | | Atividades de malote e de entrega | | |
| | | | | 5320-2/01 | Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional | Baixo | 150 |
| | | | | 5320-2/02 | Serviços de entrega rápida | Baixo | 120 |
| | | | | | | | |
| I | | | | | ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO | | |
| | 55 | | | | ALOJAMENTO | | |
| | | 55.1 | | | Hotéis e similares | | |
| | | | 55.10-8 | | Hotéis e similares | | |
| | | | | 5510-8/01 | Hotéis | Médio ou Alto | 130 |
| | | | | 5510-8/02 | Apart-hotéis | Médio ou Alto | 130 |
| | | | | 5510-8/03 | Motéis | Médio ou Alto | 130 |
| | | 55.9 | | | Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente | | |
| | | | 55.90-6 | | Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente | | |
| | | | | 5590-6/01 | Albergues, exceto assistenciais | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 5590-6/02 | Campings | Médio ou Alto | 120 |
| | | | | 5590-6/03 | Pensões (alojamento) | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 5590-6/99 | Outros alojamentos não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 56 | | | | ALIMENTAÇÃO | | |
| | | 56.1 | | | Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas | | |
| | | | 56.11-2 | | Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas | | |
| | | | | 5611-2/01 | Restaurantes e similares | Médio ou Alto | 180 |
| | | | | 5611-2/02 | Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 5611-2/03 | Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares | Médio ou Alto | 110 |
| | | | 56.12-1 | | Serviços ambulantes de alimentação | | |
| | | | | 5612-1/00 | Serviços ambulantes de alimentação | Médio ou Alto | 80 |
| | | 56.2 | | | Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada | | |
| | | | 56.20-1 | | Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada | | |
| | | | | 5620-1/01 | Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas | Médio ou Alto | 200 |
| | | | | 5620-1/02 | Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 5620-1/03 | Cantinas - serviços de alimentação privativos | Médio ou Alto | 110 |
| | | | | 5620-1/04 | Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar | Médio ou Alto | |
| | | | | | | | |
| J | | | | | INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | | |
| | 58 | | | | EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO | | |
| | | 58.1 | | | Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição | | |
| | | | 58.11-5 | | Edição de livros | | |
| | | | | 5811-5/00 | Edição de livros | Baixo | 150 |
| | | | 58.12-3 | | Edição de jornais | | |
| | | | | 5812-3/00 | Edição de jornais | Baixo | 150 |
| | | | 58.13-1 | | Edição de revistas | | |
| | | | | 5813-1/00 | Edição de revistas | Baixo | 200 |
| | | | 58.19-1 | | Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos | | |
| | | | | 5819-1/00 | Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos | Baixo | 110 |
| | | 58.2 | | | Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações | | |
| | | | 58.21-2 | | Edição integrada à impressão de livros | | |
| | | | | 5821-2/00 | Edição integrada à impressão de livros | Baixo | 110 |

| | | | | | |
|----|------|-----------|---|-------|-----|
| | | 58.22-1 | Edição integrada à impressão de jornais | | |
| | | 5822-1/00 | Edição integrada à impressão de jornais | Baixo | 110 |
| | | 58.23-9 | Edição integrada à impressão de revistas | | |
| | | 5823-9/00 | Edição integrada à impressão de revistas | Baixo | 110 |
| | | 58.29-8 | Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos | | |
| | | 5829-8/00 | Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos | Baixo | 100 |
| 59 | | | ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA | | |
| | 59.1 | | Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão | | |
| | | 59.11-1 | Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão | | |
| | | 5911-1/01 | Estúdios cinematográficos | Baixo | 300 |
| | | 5911-1/02 | Produção de filmes para publicidade | Baixo | 200 |
| | | 5911-1/99 | Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente | Baixo | 150 |
| | | 59.12-0 | Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão | | |
| | | 5912-0/01 | Serviços de dublagem | Baixo | 150 |
| | | 5912-0/02 | Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual | Baixo | 120 |
| | | 5912-0/99 | Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 59.13-8 | Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão | | |
| | | 5913-8/00 | Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão | Baixo | 150 |
| | | 59.14-6 | Atividades de exibição cinematográfica | | |
| | | 5914-6/00 | Atividades de exibição cinematográfica | Baixo | 200 |
| | 59.2 | | Atividades de gravação de som e de edição de música | | |
| | | 59.20-1 | Atividades de gravação de som e de edição de música | | |
| | | 5920-1/00 | Atividades de gravação de som e de edição de música | Baixo | 180 |
| 60 | | | ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO | | |
| | 60.1 | | Atividades de rádio | | |
| | | 60.10-1 | Atividades de rádio | | |
| | | 6010-1/00 | Atividades de rádio | Baixo | 180 |
| | 60.2 | | Atividades de televisão | | |
| | | 60.21-7 | Atividades de televisão aberta | | |
| | | 6021-7/00 | Atividades de televisão aberta | Baixo | 200 |
| | | 60.22-5 | Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura | | |
| | | 6022-5/01 | Programadoras | Baixo | 120 |
| | | 6022-5/02 | Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras | Baixo | 180 |
| 61 | | | TELECOMUNICAÇÕES | | |
| | 61.1 | | Telecomunicações por fio | | |
| | | 61.10-8 | Telecomunicações por fio | | |
| | | 6110-8/01 | Serviços de telefonia fixa comutada - STFC | Baixo | 700 |
| | | 6110-8/02 | Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT | Baixo | 500 |
| | | 6110-8/03 | Serviços de comunicação multimídia - SCM | Baixo | 400 |
| | | 6110-8/99 | Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente | Baixo | 200 |
| | 61.2 | | Telecomunicações sem fio | | |
| | | 61.20-5 | Telecomunicações sem fio | | |
| | | 6120-5/01 | Telefonia móvel celular | Baixo | 800 |
| | | 6120-5/02 | Serviço móvel especializado - SME | Baixo | 180 |
| | | 6120-5/99 | Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente | Baixo | 120 |

| | | | | | | | |
|---|----|------|---------|-----------|---|-------|-------|
| | | 61.3 | | | Telecomunicações por satélite | | |
| | | | 61.30-2 | | Telecomunicações por satélite | | |
| | | | | 6130-2/00 | Telecomunicações por satélite | Baixo | 900 |
| | | 61.4 | | | Operadoras de televisão por assinatura | | |
| | | | 61.41-8 | | Operadoras de televisão por assinatura por cabo | | |
| | | | | 6141-8/00 | Operadoras de televisão por assinatura por cabo | Baixo | 1000 |
| | | | 61.42-6 | | Operadoras de televisão por assinatura por microondas | | |
| | | | | 6142-6/00 | Operadoras de televisão por assinatura por microondas | Baixo | 900 |
| | | | 61.43-4 | | Operadoras de televisão por assinatura por satélite | | |
| | | | | 6143-4/00 | Operadoras de televisão por assinatura por satélite | Baixo | 700 |
| | | 61.9 | | | Outras atividades de telecomunicações | | |
| | | | 61.90-6 | | Outras atividades de telecomunicações | | |
| | | | | 6190-6/01 | Provedores de acesso às redes de comunicações | Baixo | 500 |
| | | | | 6190-6/02 | Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP | Baixo | 400 |
| | | | | 6190-6/99 | Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | 62 | | | | ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | | |
| | | 62.0 | | | Atividades dos serviços de tecnologia da informação | | |
| | | | 62.01-5 | | Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda | | |
| | | | | 6201-5/00 | Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda | Baixo | 200 |
| | | | 62.02-3 | | Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis | | |
| | | | | 6202-3/00 | Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis | Baixo | 180 |
| | | | 62.03-1 | | Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis | | |
| | | | | 6203-1/00 | Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis | Baixo | 150 |
| | | | 62.04-0 | | Consultoria em tecnologia da informação | | |
| | | | | 6204-0/00 | Consultoria em tecnologia da informação | Baixo | 150 |
| | | | 62.09-1 | | Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação | | |
| | | | | 6209-1/00 | Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação | Baixo | 150 |
| | 63 | | | | ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO | | |
| | | 63.1 | | | Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas | | |
| | | | 63.11-9 | | Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet | | |
| | | | | 6311-9/00 | Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet | Baixo | 200 |
| | | | 63.19-4 | | Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet | | |
| | | | | 6319-4/00 | Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet | Baixo | 180 |
| | | 63.9 | | | Outras atividades de prestação de serviços de informação | | |
| | | | 63.91-7 | | Agências de notícias | | |
| | | | | 6391-7/00 | Agências de notícias | Baixo | 200 |
| | | | 63.99-2 | | Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente | | |
| | | | | 6399-2/00 | Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | | | | | | | |
| K | | | | | ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS | | |
| | 64 | | | | ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS | | |
| | | 64.1 | | | Banco Central | | |
| | | | 64.10-7 | | Banco Central | | |
| | | | | 6410-7/00 | Banco Central | Baixo | 2.000 |

| | | | | | | |
|--|--|------|-----------|--|-------|-------|
| | | 64.2 | | Intermediação monetária - depósitos à vista | | |
| | | | 64.21-2 | Bancos comerciais | | |
| | | | 6421-2/00 | Bancos comerciais | Baixo | 1.800 |
| | | | 64.22-1 | Bancos múltiplos, com carteira comercial | | |
| | | | 6422-1/00 | Bancos múltiplos, com carteira comercial | Baixo | 1.800 |
| | | | 64.23-9 | Caixas econômicas | | |
| | | | 6423-9/00 | Caixas econômicas | Baixo | 1.800 |
| | | | 64.24-7 | Crédito cooperativo | | |
| | | | 6424-7/01 | Bancos cooperativos | Baixo | 600 |
| | | | 6424-7/02 | Cooperativas centrais de crédito | Baixo | 600 |
| | | | 6424-7/03 | Cooperativas de crédito mútuo | Baixo | 600 |
| | | | 6424-7/04 | Cooperativas de crédito rural | Baixo | 600 |
| | | 64.3 | | Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação | | |
| | | | 64.31-0 | Bancos múltiplos, sem carteira comercial | | |
| | | | 6431-0/00 | Bancos múltiplos, sem carteira comercial | Baixo | 600 |
| | | | 64.32-8 | Bancos de investimento | | |
| | | | 6432-8/00 | Bancos de investimento | Baixo | 800 |
| | | | 64.33-6 | Bancos de desenvolvimento | | |
| | | | 6433-6/00 | Bancos de desenvolvimento | Baixo | 600 |
| | | | 64.34-4 | Agências de fomento | | |
| | | | 6434-4/00 | Agências de fomento | Baixo | 700 |
| | | | 64.35-2 | Crédito imobiliário | | |
| | | | 6435-2/01 | Sociedades de crédito imobiliário | Baixo | 700 |
| | | | 6435-2/02 | Associações de poupança e empréstimo | Baixo | 700 |
| | | | 6435-2/03 | Companhias hipotecárias | Baixo | 700 |
| | | | 64.36-1 | Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras | | |
| | | | 6436-1/00 | Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras | Baixo | 700 |
| | | | 64.37-9 | Sociedades de crédito ao microempreendedor | | |
| | | | 6437-9/00 | Sociedades de crédito ao microempreendedor | Baixo | 700 |
| | | | 64.38-7 | Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não-monetária | | |
| | | | 6438-7/01 | Bancos de câmbio | Baixo | 600 |
| | | | 6438-7/99 | Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente | Baixo | 600 |
| | | 64.4 | | Arrendamento mercantil | | |
| | | | 64.40-9 | Arrendamento mercantil | | |
| | | | 6440-9/00 | Arrendamento mercantil | Baixo | 500 |
| | | 64.5 | | Sociedades de capitalização | | |
| | | | 64.50-6 | Sociedades de capitalização | | |
| | | | 6450-6/00 | Sociedades de capitalização | Baixo | 800 |
| | | 64.6 | | Atividades de sociedades de participação | | |
| | | | 64.61-1 | Holdings de instituições financeiras | | |
| | | | 6461-1/00 | Holdings de instituições financeiras | Baixo | 800 |
| | | | 64.62-0 | Holdings de instituições não-financeiras | | |
| | | | 6462-0/00 | Holdings de instituições não-financeiras | Baixo | 500 |
| | | | 64.63-8 | Outras sociedades de participação, exceto holdings | | |
| | | | 6463-8/00 | Outras sociedades de participação, exceto holdings | Baixo | 200 |
| | | 64.7 | | Fundos de investimento | | |
| | | | 64.70-1 | Fundos de investimento | | |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|-------|------|
| | | | 6470-1/01 | Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários | Baixo | 500 |
| | | | 6470-1/02 | Fundos de investimento previdenciários | Baixo | 400 |
| | | | 6470-1/03 | Fundos de investimento imobiliários | Baixo | 300 |
| | 64.9 | | | Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente | | |
| | | 64.91-3 | | Sociedades de fomento mercantil - factoring | | |
| | | | 6491-3/00 | Sociedades de fomento mercantil - factoring | Baixo | 300 |
| | | 64.92-1 | | Securitização de créditos | | |
| | | | 6492-1/00 | Securitização de créditos | | 200 |
| | | 64.93-0 | | Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos | | |
| | | | 6493-0/00 | Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos | Baixo | 400 |
| | | 64.99-9 | | Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente | | |
| | | | 6499-9/01 | Clubes de investimento | Baixo | 600 |
| | | | 6499-9/02 | Sociedades de investimento | Baixo | 500 |
| | | | 6499-9/03 | Fundo garantidor de crédito | Baixo | 800 |
| | | | 6499-9/04 | Caixas de financiamento de corporações | Baixo | 600 |
| | | | 6499-9/05 | Concessão de crédito pelas OSCIP | Baixo | 800 |
| | | | 6499-9/99 | Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente | Baixo | 200 |
| 65 | | | | SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE | | |
| | 65.1 | | | Seguros de vida e não-vida | | |
| | | 65.11-1 | | Seguros de vida | | |
| | | | 6511-1/01 | Seguros de vida | Baixo | 1000 |
| | | | 6511-1/02 | Planos de auxílio-funeral | Baixo | 350 |
| | | 65.12-0 | | Seguros não-vida | | |
| | | | 6512-0/00 | Seguros não-vida | Baixo | 300 |
| | 65.2 | | | Seguros-saúde | | |
| | | 65.20-1 | | Seguros-saúde | | |
| | | | 6520-1/00 | Seguros-saúde | Baixo | 200 |
| | 65.3 | | | Resseguros | | |
| | | 65.30-8 | | Resseguros | | |
| | | | 6530-8/00 | Resseguros | | |
| | 65.4 | | | Previdência complementar | | |
| | | 65.41-3 | | Previdência complementar fechada | | |
| | | | 6541-3/00 | Previdência complementar fechada | Baixo | 200 |
| | | 65.42-1 | | Previdência complementar aberta | | |
| | | | 6542-1/00 | Previdência complementar aberta | Baixo | 280 |
| | 65.5 | | | Planos de saúde | | |
| | | 65.50-2 | | Planos de saúde | | |
| | | | 6550-2/00 | Planos de saúde | Baixo | 230 |
| 66 | | | | ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE | | |
| | 66.1 | | | Atividades auxiliares dos serviços financeiros | | |
| | | 66.11-8 | | Administração de bolsas e mercados de balcão organizados | | |
| | | | 6611-8/01 | Bolsa de valores | Baixo | 800 |
| | | | 6611-8/02 | Bolsa de mercadorias | Baixo | 600 |
| | | | 6611-8/03 | Bolsa de mercadorias e futuros | Baixo | 800 |
| | | | 6611-8/04 | Administração de mercados de balcão organizados | Baixo | 900 |
| | | 66.12-6 | | Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias | | |
| | | | 6612-6/01 | Corretoras de títulos e valores mobiliários | Baixo | 900 |

| | | | | | | |
|---|------|---------|-----------|--|-------|-----|
| | | | 6612-6/02 | Distribuidoras de títulos e valores mobiliários | Baixo | 900 |
| | | | 6612-6/03 | Corretoras de câmbio | Baixo | 900 |
| | | | 6612-6/04 | Corretoras de contratos de mercadorias | Baixo | 900 |
| | | | 6612-6/05 | Agentes de investimentos em aplicações financeiras | Baixo | 900 |
| | | 66.13-4 | | Administração de cartões de crédito | | |
| | | | 6613-4/00 | Administração de cartões de crédito | Baixo | 950 |
| | | 66.19-3 | | Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente | | |
| | | | 6619-3/01 | Serviços de liquidação e custódia | Baixo | 400 |
| | | | 6619-3/02 | Correspondentes de instituições financeiras | Baixo | 250 |
| | | | 6619-3/03 | Representações de bancos estrangeiros | Baixo | 250 |
| | | | 6619-3/04 | Caixas eletrônicos | Baixo | 250 |
| | | | 6619-3/05 | Operadoras de cartões de débito | Baixo | 250 |
| | | | 6619-3/99 | Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | 66.2 | | | Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde | | |
| | | 66.21-5 | | Avaliação de riscos e perdas | | |
| | | | 6621-5/01 | Peritos e avaliadores de seguros | Baixo | 250 |
| | | | 6621-5/02 | Auditoria e consultoria atuarial | Baixo | 250 |
| | | 66.22-3 | | Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde | | |
| | | | 6622-3/00 | Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde | Baixo | 250 |
| | | 66.29-1 | | Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente | | |
| | | | 6629-1/00 | Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | 66.3 | | | Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão | | |
| | | 66.30-4 | | Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão | | |
| | | | 6630-4/00 | Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão | Baixo | 350 |
| | | | | | | |
| L | | | | ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS | | |
| | 68 | | | ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS | | |
| | | 68.1 | | Atividades imobiliárias de imóveis próprios | | |
| | | | 68.10-2 | Atividades imobiliárias de imóveis próprios | | |
| | | | 6810-2/01 | Compra e venda de imóveis próprios | Baixo | 300 |
| | | | 6810-2/02 | Aluguel de imóveis próprios | Baixo | 200 |
| | | 68.2 | | Atividades imobiliárias por contrato ou comissão | | |
| | | | 68.21-8 | Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis | | |
| | | | 6821-8/01 | Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis | Baixo | 250 |
| | | | 6821-8/02 | Corretagem no aluguel de imóveis | Baixo | 200 |
| | | | 68.22-6 | Gestão e administração da propriedade imobiliária | | |
| | | | 6822-6/00 | Gestão e administração da propriedade imobiliária | Baixo | |
| | | | | | | |
| M | | | | ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS | | |
| | 69 | | | ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA | | |
| | | 69.1 | | Atividades jurídicas | | |
| | | | 69.11-7 | Atividades jurídicas, exceto cartórios | | |
| | | | 6911-7/01 | Serviços advocatícios | Baixo | 150 |
| | | | 6911-7/02 | Atividades auxiliares da justiça | Baixo | 150 |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 6911-7/03 | Agente de propriedade industrial | Baixo | 180 |
| | | 69.12-5 | | Cartórios | | |
| | | | 6912-5/00 | Cartórios | Baixo | 350 |
| | 69.2 | | | Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária | | |
| | | 69.20-6 | | Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária | | |
| | | | 6920-6/01 | Atividades de contabilidade | Baixo | 100 |
| | | | 6920-6/02 | Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária | Baixo | 120 |
| 70 | | | | ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL | | |
| | 70.1 | | | Sedes de empresas e unidades administrativas locais | | |
| | | 70.10-7 | | Sedes de empresas e unidades administrativas locais | | |
| | 70.2 | | | Atividades de consultoria em gestão empresarial | | |
| | | 70.20-4 | | Atividades de consultoria em gestão empresarial | | |
| | | | 7020-4/00 | Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica | Baixo | 140 |
| 71 | | | | SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS | | |
| | 71.1 | | | Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas | | |
| | | 71.11-1 | | Serviços de arquitetura | | |
| | | | 7111-1/00 | Serviços de arquitetura | Médio ou Alto | 150 |
| | | 71.12-0 | | Serviços de engenharia | | |
| | | | 7112-0/00 | Serviços de engenharia | Médio ou Alto | 150 |
| | | 71.19-7 | | Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia | | |
| | | | 7119-7/01 | Serviços de cartografia, topografia e geodésia | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 7119-7/02 | Atividades de estudos geológicos | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 7119-7/03 | Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 7119-7/04 | Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 7119-7/99 | Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 71.2 | | | Testes e análises técnicas | | |
| | | 71.20-1 | | Testes e análises técnicas | | |
| | | | 7120-1/00 | Testes e análises técnicas | Médio ou Alto | 120 |
| 72 | | | | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO | | |
| | 72.1 | | | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais | | |
| | | 72.10-0 | | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais | | |
| | | | 7210-0/00 | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais | Médio ou Alto | 150 |
| | 72.2 | | | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas | | |
| | | 72.20-7 | | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas | | |
| | | | 7220-7/00 | Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas | Médio ou Alto | 150 |
| 73 | | | | PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO | | |
| | 73.1 | | | Publicidade | | |
| | | 73.11-4 | | Agências de publicidade | | |
| | | | 7311-4/00 | Agências de publicidade | Baixo | 150 |
| | | 73.12-2 | | Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação | | |
| | | | 7312-2/00 | Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação | Baixo | 120 |
| | | 73.19-0 | | Atividades de publicidade não especificadas anteriormente | | |
| | | | 7319-0/01 | Criação de estandes para feiras e exposições | Baixo | 120 |
| | | | 7319-0/02 | Promoção de vendas | Baixo | 100 |
| | | | 7319-0/03 | Marketing direto | Baixo | 120 |
| | | | 7319-0/04 | Consultoria em publicidade | Baixo | 120 |

| | | | | | | |
|---|----|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 7319-0/99 | Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 73.2 | | Pesquisas de mercado e de opinião pública | | |
| | | | 73.20-3 | Pesquisas de mercado e de opinião pública | | |
| | | | 7320-3/00 | Pesquisas de mercado e de opinião pública | Baixo | 120 |
| | 74 | | | OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS | | |
| | | 74.1 | | Design e decoração de interiores | | |
| | | | 74.10-2 | Design e decoração de interiores | | |
| | | | 7410-2/01 | Design | Baixo | 150 |
| | | | 7410-2/02 | Decoração de interiores | Baixo | 150 |
| | | 74.2 | | Atividades fotográficas e similares | | |
| | | | 74.20-0 | Atividades fotográficas e similares | | |
| | | | 7420-0/01 | Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina | Baixo | 180 |
| | | | 7420-0/02 | Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas | Baixo | 180 |
| | | | 7420-0/03 | Laboratórios fotográficos | Baixo | 120 |
| | | | 7420-0/04 | Filmagem de festas e eventos | Baixo | 120 |
| | | | 7420-0/05 | Serviços de microfilmagem | Baixo | 140 |
| | | 74.9 | | Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente | | |
| | | | 74.90-1 | Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente | | |
| | | | 7490-1/01 | Serviços de tradução, interpretação e similares | Baixo | 100 |
| | | | 7490-1/02 | Escafandria e mergulho | Baixo | 100 |
| | | | 7490-1/03 | Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 7490-1/04 | Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários | Baixo | 120 |
| | | | 7490-1/05 | Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 7490-1/99 | Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 75 | | | ATIVIDADES VETERINÁRIAS | | |
| | | 75.0 | | Atividades veterinárias | | |
| | | | 75.00-1 | Atividades veterinárias | | |
| | | | 7500-1/00 | Atividades veterinárias | Médio ou Alto | 140 |
| | | | | | | |
| N | | | | ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES | | |
| | 77 | | | ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS | | |
| | | 77.1 | | Locação de meios de transporte sem condutor | | |
| | | | 77.11-0 | Locação de automóveis sem condutor | | |
| | | | 7711-0/00 | Locação de automóveis sem condutor | Baixo | 150 |
| | | | 77.19-5 | Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor | | |
| | | | 7719-5/01 | Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos | Baixo | 140 |
| | | | 7719-5/02 | Locação de aeronaves sem tripulação | Baixo | 130 |
| | | | 7719-5/99 | Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor | Baixo | 120 |
| | | 77.2 | | Aluguel de objetos pessoais e domésticos | | |
| | | | 77.21-7 | Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos | | |
| | | | 7721-7/00 | Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos | Baixo | 150 |
| | | | 77.22-5 | Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares | | |
| | | | 7722-5/00 | Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares | Baixo | 100 |
| | | | 77.23-3 | Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios | | |
| | | | 7723-3/00 | Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios | Baixo | 100 |

| | | | | | | |
|----|--|------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 77.29-2 | Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente | | |
| | | | 7729-2/01 | Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos | Baixo | 350 |
| | | | 7729-2/02 | Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais | Baixo | 100 |
| | | | 7729-2/03 | Aluguel de material médico | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 7729-2/99 | Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | 77.3 | | Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador | | |
| | | | 77.31-4 | Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador | | |
| | | | 7731-4/00 | Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador | Baixo | 150 |
| | | | 77.32-2 | Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador | | |
| | | | 7732-2/01 | Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes | Baixo | 150 |
| | | | 7732-2/02 | Aluguel de andaimes | Baixo | 100 |
| | | | 77.33-1 | Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório | | |
| | | | 7733-1/00 | Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório | Baixo | 100 |
| | | | 77.39-0 | Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente | | |
| | | | 7739-0/01 | Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador | Baixo | 200 |
| | | | 7739-0/02 | Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 7739-0/03 | Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes | Baixo | 100 |
| | | | 7739-0/99 | Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador | Baixo | 120 |
| | | 77.4 | | Gestão de ativos intangíveis não-financeiros | | |
| | | | 77.40-3 | Gestão de ativos intangíveis não-financeiros | | |
| | | | 7740-3/00 | Gestão de ativos intangíveis não-financeiros | Baixo | 400 |
| 78 | | | | SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | | |
| | | 78.1 | | Seleção e agenciamento de mão-de-obra | | |
| | | | 78.10-8 | Seleção e agenciamento de mão-de-obra | | |
| | | | 7810-8/00 | Seleção e agenciamento de mão-de-obra | Baixo | 120 |
| | | 78.2 | | Locação de mão-de-obra temporária | | |
| | | | 78.20-5 | Locação de mão-de-obra temporária | | |
| | | | 7820-5/00 | Locação de mão-de-obra temporária | Baixo | 120 |
| | | 78.3 | | Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros | | |
| | | | 78.30-2 | Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros | | |
| | | | 7830-2/00 | Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros | | 120 |
| 79 | | | | AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS | | |
| | | 79.1 | | Agências de viagens e operadores turísticos | | |
| | | | 79.11-2 | Agências de viagens | | |
| | | | 7911-2/00 | Agências de viagens | Baixo | 130 |
| | | | 79.12-1 | Operadores turísticos | | |
| | | | 7912-1/00 | Operadores turísticos | Baixo | 100 |
| | | 79.9 | | Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente | | |
| | | | 79.90-2 | Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente | | |
| | | | 7990-2/00 | Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| 80 | | | | ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO | | |
| | | 80.1 | | Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores | | |

| | | | | | |
|----|------|-----------|--|---------------|--------|
| | | 80.11-1 | Atividades de vigilância e segurança privada | | |
| | | 8011-1/01 | Atividades de vigilância e segurança privada | Baixo | 200 |
| | | 8011-1/02 | Serviços de adestramento de cães de guarda | Baixo | 150 |
| | | 80.12-9 | Atividades de transporte de valores | | |
| | | 8012-9/00 | Atividades de transporte de valores | Baixo | 920 |
| | 80.2 | | Atividades de monitoramento de sistemas de segurança | | |
| | | 80.20-0 | Atividades de monitoramento de sistemas de segurança | | |
| | | 8020-0/00 | Atividades de monitoramento de sistemas de segurança | Baixo | 300 |
| | 80.3 | | Atividades de investigação particular | | |
| | | 80.30-7 | Atividades de investigação particular | | |
| | | 8030-7/00 | Atividades de investigação particular | Baixo | 100 |
| 81 | | | SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS | | |
| | 81.1 | | Serviços combinados para apoio a edifícios | | |
| | | 81.11-7 | Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais | | |
| | | 8111-7/00 | Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais | Baixo | 150 |
| | | 81.12-5 | Condomínios prediais | | |
| | | 8112-5/00 | Condomínios prediais | Baixo | ISENTO |
| | 81.2 | | Atividades de limpeza | | |
| | | 81.21-4 | Limpeza em prédios e em domicílios | | |
| | | 8121-4/00 | Limpeza em prédios e em domicílios | Médio ou Alto | 120 |
| | | 81.22-2 | Imunização e controle de pragas urbanas | | |
| | | 8122-2/00 | Imunização e controle de pragas urbanas | Médio ou Alto | 120 |
| | | 81.29-0 | Atividades de limpeza não especificadas anteriormente | | |
| | | 8129-0/00 | Atividades de limpeza não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 81.3 | | Atividades paisagísticas | | |
| | | 81.30-3 | Atividades paisagísticas | | |
| | | 8130-3/00 | Atividades paisagísticas | Baixo | 100 |
| 82 | | | SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS | | |
| | 82.1 | | Serviços de escritório e apoio administrativo | | |
| | | 82.11-3 | Serviços combinados de escritório e apoio administrativo | | |
| | | 8211-3/00 | Serviços combinados de escritório e apoio administrativo | Baixo | 150 |
| | | 82.19-9 | Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo | | |
| | | 8219-9/01 | Fotocópias | Baixo | 80 |
| | | 8219-9/99 | Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | 82.2 | | Atividades de teleatendimento | | |
| | | 82.20-2 | Atividades de teleatendimento | | |
| | | 8220-2/00 | Atividades de teleatendimento | Médio ou Alto | 100 |
| | 82.3 | | Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos | | |
| | | 82.30-0 | Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos | | |
| | | 8230-0/01 | Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas | Médio ou Alto | 150 |
| | | 8230-0/02 | Casas de festas e eventos | Médio ou Alto | 200 |
| | 82.9 | | Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas | | |
| | | 82.91-1 | Atividades de cobrança e informações cadastrais | | |
| | | 8291-1/00 | Atividades de cobrança e informações cadastrais | Baixo | 120 |
| | | 82.92-0 | Envasamento e empacotamento sob contrato | | |
| | | 8292-0/00 | Envasamento e empacotamento sob contrato | Baixo | 100 |

| | | | | | | |
|---|----|------|-----------|--|---------------|--------|
| | | | 82.99-7 | Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente | | |
| | | | 8299-7/01 | Medição de consumo de energia elétrica, gás e água | Baixo | 120 |
| | | | 8299-7/02 | Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares | Baixo | 100 |
| | | | 8299-7/03 | Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção | Baixo | 120 |
| | | | 8299-7/04 | Leiloeiros independentes | Baixo | 150 |
| | | | 8299-7/05 | Serviços de levantamento de fundos sob contrato | Baixo | 120 |
| | | | 8299-7/06 | Casas lotéricas | Baixo | 200 |
| | | | 8299-7/07 | Salas de acesso à internet | Baixo | 120 |
| | | | 8299-7/99 | Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente | Baixo | 120 |
| O | | | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL | | |
| | 84 | | | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL | | |
| | | 84.1 | | Administração do estado e da política econômica e social | | |
| | | | 84.11-6 | Administração pública em geral | | |
| | | | 8411-6/00 | Administração pública em geral | Baixo | Isento |
| | | | 84.12-4 | Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais | | |
| | | | 8412-4/00 | Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais | Baixo | Isento |
| | | | 84.13-2 | Regulação das atividades econômicas | | |
| | | | 8413-2/00 | Regulação das atividades econômicas | Baixo | Isento |
| | | 84.2 | | Serviços coletivos prestados pela administração pública | | |
| | | | 84.21-3 | Relações exteriores | | |
| | | | 8421-3/00 | Relações exteriores | Baixo | Isento |
| | | | 84.22-1 | Defesa | | |
| | | | 8422-1/00 | Defesa | Baixo | Isento |
| | | | 84.23-0 | Justiça | | |
| | | | 8423-0/00 | Justiça | Baixo | Isento |
| | | | 84.24-8 | Segurança e ordem pública | | |
| | | | 8424-8/00 | Segurança e ordem pública | Baixo | Isento |
| | | | 84.25-6 | Defesa Civil | | |
| | | | 8425-6/00 | Defesa Civil | Baixo | Isento |
| | | 84.3 | | Seguridade social obrigatória | | |
| | | | 84.30-2 | Seguridade social obrigatória | | |
| | | | 8430-2/00 | Seguridade social obrigatória | Baixo | Isento |
| P | | | | EDUCAÇÃO | | |
| | 85 | | | EDUCAÇÃO | | |
| | | 85.1 | | Educação infantil e ensino fundamental | | |
| | | | 85.11-2 | Educação infantil - creche | | |
| | | | 8511-2/00 | Educação infantil - creche | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 85.12-1 | Educação infantil - pré-escola | | |
| | | | 8512-1/00 | Educação infantil - pré-escola | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 85.13-9 | Ensino fundamental | | |
| | | | 8513-9/00 | Ensino fundamental | Médio ou Alto | 200 |
| | | 85.2 | | Ensino médio | | |
| | | | 85.20-1 | Ensino médio | | |

| | | | | | | |
|---|------|---------|-----------|---|---------------|------|
| | | | 8520-1/00 | Ensino médio | Médio ou Alto | 500 |
| | 85.3 | | | Educação superior | | |
| | | 85.31-7 | | Educação superior - graduação | | |
| | | | 8531-7/00 | Educação superior - graduação | Médio ou Alto | 800 |
| | | 85.32-5 | | Educação superior - graduação e pós-graduação | | |
| | | | 8532-5/00 | Educação superior - graduação e pós-graduação | Médio ou Alto | 900 |
| | | 85.33-3 | | Educação superior - pós-graduação e extensão | | |
| | | | 8533-3/00 | Educação superior - pós-graduação e extensão | Médio ou Alto | 1000 |
| | 85.4 | | | Educação profissional de nível técnico e tecnológico | | |
| | | 85.41-4 | | Educação profissional de nível técnico | | |
| | | | 8541-4/00 | Educação profissional de nível técnico | Médio ou Alto | 500 |
| | | 85.42-2 | | Educação profissional de nível tecnológico | | |
| | | | 8542-2/00 | Educação profissional de nível tecnológico | Médio ou Alto | 300 |
| | 85.5 | | | Atividades de apoio à educação | | |
| | | 85.50-3 | | Atividades de apoio à educação | | |
| | | | 8550-3/01 | Administração de caixas escolares | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8550-3/02 | Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares | Médio ou Alto | 120 |
| | 85.9 | | | Outras atividades de ensino | | |
| | | 85.91-1 | | Ensino de esportes | | |
| | | | 8591-1/00 | Ensino de esportes | Médio ou Alto | 100 |
| | | 85.92-9 | | Ensino de arte e cultura | | |
| | | | 8592-9/01 | Ensino de dança | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8592-9/02 | Ensino de artes cênicas, exceto dança | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8592-9/03 | Ensino de música | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8592-9/99 | Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | 85.93-7 | | Ensino de idiomas | | |
| | | | 8593-7/00 | Ensino de idiomas | Médio ou Alto | 120 |
| | | 85.99-6 | | Atividades de ensino não especificadas anteriormente | | |
| | | | 8599-6/01 | Formação de condutores | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 8599-6/02 | Cursos de pilotagem | Médio ou Alto | 150 |
| | | | 8599-6/03 | Treinamento em informática | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8599-6/04 | Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 8599-6/05 | Cursos preparatórios para concursos | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8599-6/99 | Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| Q | | | | SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS | | |
| | 86 | | | ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA | | |
| | | 86.1 | | Atividades de atendimento hospitalar | | |
| | | | 86.10-1 | Atividades de atendimento hospitalar | | |
| | | | 8610-1/01 | Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências | Médio ou Alto | 2300 |
| | | | 8610-1/02 | Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências | Médio ou Alto | 1500 |
| | 86.2 | | | Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes | | |
| | | 86.21-6 | | Serviços móveis de atendimento a urgências | | |
| | | | 8621-6/01 | UTI móvel | Médio ou Alto | 800 |
| | | | 8621-6/02 | Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel | Médio ou Alto | 400 |
| | | 86.22-4 | | Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências | | |

| | | | | | | |
|--|------|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 8622-4/00 | Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências | Médio ou Alto | 300 |
| | 86.3 | | | Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos | | |
| | | 86.30-5 | | Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos | | |
| | | | 8630-5/01 | Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos | Médio ou Alto | 500 |
| | | | 8630-5/02 | Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares | Médio ou Alto | 500 |
| | | | 8630-5/03 | Atividade médica ambulatorial restrita a consultas | Médio ou Alto | 300 |
| | | | 8630-5/04 | Atividade odontológica | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8630-5/06 | Serviços de vacinação e imunização humana | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8630-5/07 | Atividades de reprodução humana assistida | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 8630-5/99 | Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 86.4 | | | Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica | | |
| | | 86.40-2 | | Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica | | |
| | | | 8640-2/01 | Laboratórios de anatomia patológica e citológica | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 8640-2/02 | Laboratórios clínicos | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 8640-2/03 | Serviços de diálise e nefrologia | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/04 | Serviços de tomografia | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/05 | Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/06 | Serviços de ressonância magnética | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/07 | Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/08 | Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/09 | Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/10 | Serviços de quimioterapia | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/11 | Serviços de radioterapia | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/12 | Serviços de hemoterapia | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/13 | Serviços de litotripsia | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/14 | Serviços de bancos de células e tecidos humanos | Médio ou Alto | 400 |
| | | | 8640-2/99 | Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 86.5 | | | Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos | | |
| | | 86.50-0 | | Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos | | |
| | | | 8650-0/01 | Atividades de enfermagem | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8650-0/02 | Atividades de profissionais da nutrição | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8650-0/03 | Atividades de psicologia e psicanálise | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8650-0/04 | Atividades de fisioterapia | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8650-0/05 | Atividades de terapia ocupacional | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8650-0/06 | Atividades de fonoaudiologia | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8650-0/07 | Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8650-0/99 | Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | 86.6 | | | Atividades de apoio à gestão de saúde | | |
| | | 86.60-7 | | Atividades de apoio à gestão de saúde | | |
| | | | 8660-7/00 | Atividades de apoio à gestão de saúde | Médio ou Alto | 180 |
| | 86.9 | | | Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente | | |
| | | 86.90-9 | | Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente | | |
| | | | 8690-9/01 | Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana | Médio ou Alto | 180 |



| | | | | | | |
|---|----|------|-----------|---|---------------|-----|
| | | | 8690-9/02 | Atividades de bancos de leite humano | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 8690-9/99 | Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 180 |
| | 87 | | | ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES | | |
| | | 87.1 | | Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares | | |
| | | | 87.11-5 | Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares | | |
| | | | 8711-5/01 | Clínicas e residências geriátricas | | |
| | | | 8711-5/02 | Instituições de longa permanência para idosos | Médio ou Alto | 180 |
| | | | 8711-5/03 | Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8711-5/04 | Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8711-5/05 | Condomínios residenciais para idosos | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 87.12-3 | Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio | | |
| | | | 8712-3/00 | Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio | Médio ou Alto | 180 |
| | | 87.2 | | Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química | | |
| | | | 87.20-4 | Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química | | |
| | | | 8720-4/01 | Atividades de centros de assistência psicossocial | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 8720-4/99 | Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 100 |
| | | 87.3 | | Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares | | |
| | | | 87.30-1 | Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares | | |
| | | | 8730-1/01 | Orfanatos | Médio ou Alto | 50 |
| | | | 8730-1/02 | Albergues assistenciais | Médio ou Alto | 50 |
| | | | 8730-1/99 | Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 100 |
| | 88 | | | SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO | | |
| | | 88.0 | | Serviços de assistência social sem alojamento | | |
| | | | 88.00-6 | Serviços de assistência social sem alojamento | | |
| | | | 8800-6/00 | Serviços de assistência social sem alojamento | Médio ou Alto | 80 |
| | | | | | | |
| R | | | | ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO | | |
| | 90 | | | ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS | | |
| | | 90.0 | | Atividades artísticas, criativas e de espetáculos | | |
| | | | 90.01-9 | Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares | | |
| | | | 9001-9/01 | Produção teatral | Baixo | 80 |
| | | | 9001-9/02 | Produção musical | Baixo | 100 |
| | | | 9001-9/03 | Produção de espetáculos de dança | Baixo | 100 |
| | | | 9001-9/04 | Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 9001-9/05 | Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 9001-9/06 | Atividades de sonorização e de iluminação | Baixo | 100 |
| | | | 9001-9/99 | Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| | | | 90.02-7 | Criação artística | | |

| | | | | | | |
|----|------|---------|-----------|--|---------------|-----|
| | | | 9002-7/01 | Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores | Baixo | 100 |
| | | | 9002-7/02 | Restauração de obras de arte | Baixo | 100 |
| | | 90.03-5 | | Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas | | |
| | | | 9003-5/00 | Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas | Baixo | 100 |
| 91 | | | | ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL | | |
| | 91.0 | | | Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental | | |
| | | 91.01-5 | | Atividades de bibliotecas e arquivos | | |
| | | | 9101-5/00 | Atividades de bibliotecas e arquivos | Baixo | 80 |
| | | 91.02-3 | | Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares | | |
| | | | 9102-3/01 | Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares | Baixo | 80 |
| | | | 9102-3/02 | Restauração e conservação de lugares e prédios históricos | Baixo | 100 |
| | | 91.03-1 | | Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental | | |
| | | | 9103-1/00 | Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental | Médio ou Alto | 80 |
| 92 | | | | ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS | | |
| | 92.0 | | | Atividades de exploração de jogos de azar e apostas | | |
| | | 92.00-3 | | Atividades de exploração de jogos de azar e apostas | | |
| | | | 9200-3/01 | Casas de bingo | Médio ou Alto | 700 |
| | | | 9200-3/02 | Exploração de apostas em corridas de cavalos | Médio ou Alto | 600 |
| | | | 9200-3/99 | Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 800 |
| 93 | | | | ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER | | |
| | 93.1 | | | Atividades esportivas | | |
| | | 93.11-5 | | Gestão de instalações de esportes | | |
| | | | 9311-5/00 | Gestão de instalações de esportes | Médio ou Alto | 100 |
| | | 93.12-3 | | Clubes sociais, esportivos e similares | | |
| | | | 9312-3/00 | Clubes sociais, esportivos e similares | Médio ou Alto | 100 |
| | | 93.13-1 | | Atividades de condicionamento físico | | |
| | | | 9313-1/00 | Atividades de condicionamento físico | Médio ou Alto | 100 |
| | | 93.19-1 | | Atividades esportivas não especificadas anteriormente | | |
| | | | 9319-1/01 | Produção e promoção de eventos esportivos | Médio ou Alto | 100 |
| | | | 9319-1/99 | Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 100 |
| | 93.2 | | | Atividades de recreação e lazer | | |
| | | 93.21-2 | | Parques de diversão e parques temáticos | | |
| | | | 9321-2/00 | Parques de diversão e parques temáticos | Médio ou Alto | 100 |
| | | 93.29-8 | | Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente | | |
| | | | 9329-8/01 | Discotecas, danceterias, salões de dança e similares | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 9329-8/02 | Exploração de boliches | Médio ou Alto | 250 |
| | | | 9329-8/03 | Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 9329-8/04 | Exploração de jogos eletrônicos recreativos | Médio ou Alto | 200 |
| | | | 9329-8/99 | Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| S | | | | OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS | | |
| 94 | | | | ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS | | |
| | 94.1 | | | Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais | | |
| | | 94.11-1 | | Atividades de organizações associativas patronais e empresariais | | |
| | | | 9411-1/00 | Atividades de organizações associativas patronais e empresariais | Baixo | 100 |

| | | | | | | |
|----|--|------|-----------|---|---------------|--------|
| | | | 94.12-0 | Atividades de organizações associativas profissionais | | |
| | | | 9412-0/00 | Atividades de organizações associativas profissionais | Baixo | 100 |
| | | 94.2 | | Atividades de organizações sindicais | | |
| | | | 94.20-1 | Atividades de organizações sindicais | | |
| | | | 9420-1/00 | Atividades de organizações sindicais | Baixo | Isento |
| | | 94.3 | | Atividades de associações de defesa de direitos sociais | | |
| | | | 94.30-8 | Atividades de associações de defesa de direitos sociais | | |
| | | | 9430-8/00 | Atividades de associações de defesa de direitos sociais | Baixo | 100 |
| | | 94.9 | | Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente | | |
| | | | 94.91-0 | Atividades de organizações religiosas | | |
| | | | 9491-0/00 | Atividades de organizações religiosas | Médio ou Alto | Isento |
| | | | 94.92-8 | Atividades de organizações políticas | | |
| | | | 9492-8/00 | Atividades de organizações políticas | Baixo | Isento |
| | | | 94.93-6 | Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte | | |
| | | | 9493-6/00 | Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte | Baixo | Isento |
| | | | 94.99-5 | Atividades associativas não especificadas anteriormente | | |
| | | | 9499-5/00 | Atividades associativas não especificadas anteriormente | Baixo | Isento |
| 95 | | | | REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS | | |
| | | 95.1 | | Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação | | |
| | | | 95.11-8 | Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos | | |
| | | | 9511-8/00 | Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos | Baixo | 150 |
| | | | 95.12-6 | Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação | | |
| | | | 9512-6/00 | Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação | Baixo | 150 |
| | | 95.2 | | Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos | | |
| | | | 95.21-5 | Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico | | |
| | | | 9521-5/00 | Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico | Baixo | 100 |
| | | | 95.29-1 | Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente | | |
| | | | 9529-1/01 | Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem | Baixo | 100 |
| | | | 9529-1/02 | Chaveiros | Baixo | 100 |
| | | | 9529-1/03 | Reparação de relógios | Baixo | 100 |
| | | | 9529-1/04 | Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados | Baixo | 100 |
| | | | 9529-1/05 | Reparação de artigos do mobiliário | Baixo | 100 |
| | | | 9529-1/06 | Reparação de jóias | Baixo | 100 |
| | | | 9529-1/99 | Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente | Baixo | 120 |
| 96 | | | | OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS | | |
| | | 96.0 | | Outras atividades de serviços pessoais | | |
| | | | 96.01-7 | Lavanderias, tinturarias e toalheiros | | |
| | | | 9601-7/01 | Lavanderias | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 9601-7/02 | Tinturarias | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 9601-7/03 | Toalheiros | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 96.02-5 | Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza | | |
| | | | 9602-5/01 | Cabeleireiros | Médio ou Alto | 50 |
| | | | 9602-5/02 | Outras atividades de tratamento de beleza | Médio ou Alto | 80 |
| | | | 96.03-3 | Atividades funerárias e serviços relacionados | | |
| | | | 9603-3/01 | Gestão e manutenção de cemitérios | Médio ou Alto | 300 |



| | | | | | | | |
|---|----|------|---------|-----------|---|---------------|--------|
| | | | | 9603-3/02 | Serviços de cremação | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 9603-3/03 | Serviços de sepultamento | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 9603-3/04 | Serviços de funerárias | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 9603-3/05 | Serviços de somatoconservação | Médio ou Alto | 100 |
| | | | | 9603-3/99 | Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | | 96.09-2 | | Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente | | |
| | | | | 9609-2/01 | Clínicas de estética e similares | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 9609-2/02 | Agências matrimoniais | Médio ou Alto | 150 |
| | | | | 9609-2/03 | Alojamento, higiene e embelezamento de animais | Médio ou Alto | 120 |
| | | | | 9609-2/04 | Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda | Médio ou Alto | 300 |
| | | | | 9609-2/99 | Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente | Médio ou Alto | 120 |
| | | | | | | | |
| T | | | | | SERVIÇOS DOMÉSTICOS | | |
| | 97 | | | | SERVIÇOS DOMÉSTICOS | | |
| | | 97.0 | | | Serviços domésticos | | |
| | | | 97.00-5 | | Serviços domésticos | | |
| | | | | 9700-5/00 | Serviços domésticos | Baixo | 80 |
| | | | | | | | |
| U | | | | | ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITÓRIAS | | |
| | 99 | | | | ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITÓRIAS | | |
| | | 99.0 | | | Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais | | |
| | | | 99.00-8 | | Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais | | |
| | | | | 9900-8/00 | Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais | Baixo | Isento |

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de dezembro de 2009

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 11 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.506

LEI Nº. 1.506, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1481/09, Nº 1482/09 E Nº 1499/09, QUE DISPÕEM SOBRE O PPA 2010/2013, LDO DE 2010, LOA DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a suplementar na Rubrica de Receita 2119.00.00.00.00 - Outras Operações de Crédito Internas o valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) passando do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o montante de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) no orçamento do exercício de 2010 da Prefeitura Municipal de Forquilha, não incluído nas leis citadas acima.

Art. 2º O valor da suplementação de que trata o artigo

anterior, fica por conta da anulação da Rubrica de Receita 2471.02.00.00.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas Educação no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), 2471.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de Convênio da União no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), 2472.02.00.00.00.00 - Transferências de Recursos Destinados a Programas Educação no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), 2472.99.00.00.00.00 - Outras Transferências de Convênio dos Estados no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), previstas para o exercício financeiro de 2010.

Art. 3º Fica autorizado a inserir o Projeto/Atividade 1.052 – Implantação do centro de Triagem de Lixo, órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde – Forquilha, no programa Forquilha Município Saudável, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não incluído nas leis 1481/09, 1482/09 e 1499/09 que referem-se ao PPA -2010-2013, LDO 2010 e LOA 2010.

Art. 4º O valor da ação que trata o artigo anterior fica por conta da redução do Projeto 1.024 – Implantação do centro de Triagem de Lixo, órgão 10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, no programa Recuperação do Meio Ambiente, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com destinação (0.1.00) - recursos próprios e na rubrica 2471990000 – Outras Transferências de Convênio com a União o valor de R\$ 70.000,00, previstas para o exercício financeiro de 2010.

Art. 5º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 – Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2010 – Lei Municipal nº. 1.482/2009 e Lei Orçamentária Anual para 2010 – Lei Municipal nº. 1.499/2009, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.



Art. 6º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.507

LEI Nº. 1.507, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR A CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 17, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso de espaço público para instalação de antena de telefonia móvel.

Parágrafo único. A concessão de que trata o caput deste artigo, será a título oneroso e se realizará mediante processo licitatório, na modalidade de concorrência pública, do tipo Maior Preço.

Art. 2º O espaço público a que se refere o artigo 1º, assim se descrevem: um terreno no Bairro Saturno, anexo ao Cemitério Municipal, com área de 900,00m² (novecentos metros quadrados).

§ 1º A área disposta no inciso caput deste artigo será reservada à instalação de antena de telefonia móvel.

§ 2º A disposição de equipamentos e mobiliário a serem utilizados na instalação do empreendimento deverão constar de respectivo projeto de instalação a ser aprovado pela Secretaria de Planejamento.

§ 3º Eventuais alterações ou ampliações de equipamentos e mobiliário ou do espaço destinado a exploração dos serviços de que trata esta lei serão permitidos mediante a anuência do Poder Executivo e parecer favorável da Secretaria de Planejamento, após a apresentação por parte da concessionária de respectivo projeto.

Art. 3º Os requisitos para a exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art. 4º A exploração dos serviços a serem prestados ficarão sujeitos à legislação e fiscalização do Poder concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art. 5º O edital de concorrência pública, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores e da Lei Orgânica do Município, conterá exigências relativas:

I – a observação da legislação relativa à execução de obras em espaços públicos, obedecendo, rigorosamente, o projeto aprovado;

II – ao funcionamento das atividades no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de outorga;

III – a não utilização do espaço cedido para finalidade diversa da aprovada, assim como a proibição de transferência ou cessão do espaço ou das atividades objeto de exploração a terceiros, ainda que parcialmente;

IV – a autorização e aprovação prévia e expressa da concedente nas hipóteses da realização de eventuais benfeitorias na área cedida, observadas as disposições contidas no § 2º do art. 2º desta lei;

V – ao cumprimento das exigências impostas como contrapartida, bem como ao pagamento dos tributos incidentes e todas as des-

pesas decorrentes da concessão;

VI – a responsabilização da concessionária, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da ocupação do espaço, bem como do trabalho, serviços e obras que executar;

VII – desativação por parte da concessionária das instalações, inclusive com a remoção dos equipamentos e mobiliário, ao término do prazo pactuado, sem direito a qualquer retenção ou indenização, seja a que título for, pelas benfeitorias, ainda que necessárias, obras e trabalhos executados;

VIII – a submissão por parte da concessionária à fiscalização, inspeções e vistorias periódicas da concedente, principalmente quanto às normas de saúde pública;

IX – a manutenção da padronização e exigências técnicas estipuladas no edital;

X – a responsabilidade da concessionária diante dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução dos serviços que se propõe a prestar.

Art. 6º O Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único. A intervenção será feita através de decreto, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 7º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornam ao Poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 8º A concessão de que trata esta lei será outorgada pelo prazo de 20 anos.

Art. 9º A concessão ora tratada será regida e embasada, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, pelo edital de licitação e pelas cláusulas contratuais a serem firmadas.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta lei correm por conta de dotações constantes no orçamento municipal.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.508

LEI Nº. 1.508, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, COM ENCARGOS, DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir a concessão de direito real de uso a empresa CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 05.754.281/0001-91, de área de terra pertencente ao Município de Forquilha, correspondente a 736,80m², matrícula nº. 4.218 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, com as seguintes confrontações:



NORTE - 16,00 metros, com a Avenida Eurico Back;
SUL - 16,00 metros, com área verde;
LESTE - 46,05 metros, com área a desmembrar;
OESTE - 16,05 metros, com terras do INSS;

Parágrafo único. Destina o imóvel, ora concedido, à implantação dos serviços de Radiologia Digital, Ultrassonografia e Biópsias, entre outros.

Art. 2º A partir da data da publicação desta Lei, a concessão caducará e o imóvel constituído de terreno (nua propriedade) reverterá automaticamente ao Município concedente, se a CONCESSIONÁRIA ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I - Não iniciar, a partir da assinatura do contrato, dentro 06 (seis) meses, e a concluí-la dentro de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável a critério do Conselho Municipal de Indústria e Comércio, as obras de construção civil do galpão industrial de sua sede social;
II - Não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual a referida área foi concedida ou não serem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual. Qualquer forma de negócio ou atividade que a Empresa vier a exercer, não poderá, sob qualquer hipótese, provocar a degeneração dos objetivos e finalidades desta concessão que consiste rigorosamente na exploração das atividades industriais;

III - Caso a concessionária locar ou proceder sublocação da totalidade ou mesmo parte do imóvel, inclusive do prédio industrial existente ou daqueles que vierem a ser constituídos;

IV - Em caso da Empresa concessionária apresentar estágio de ociosidade, bem como apresentar brusca e inexplicável diminuição do seu quadro de mão de obra, demonstrando aspectos pré-falimentares;

V - No caso da Empresa concessionária, ou ainda pessoa física ou entidade jurídica por ela autorizada, edificar qualquer tipo de construção residencial de qualquer porte no terreno concedido, sob qualquer justificativa, à exceção de alojamento, de pequeno porte, que venha ser utilizado por pessoas de relacionamento da firma concessionária;

VI - De qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora, dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente concessão.

VII - Gravar o imóvel com ônus real de garantia.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa concessionária apresente ao Órgão Executivo, relatório demonstrativo das obrigações concretizadas, e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 3º Fica proibido o desvio de destinação do imóvel para outras finalidades que não a prevista nesta Lei.

Art. 4º O prazo da concessão será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada enquanto houver interesse público.

Art. 5º Reverterá ao Poder Público Municipal, o terreno cedido a título de incentivo econômico, quando não o utilizou na finalidade prevista no projeto original, ou, quando a utilização afrontou qualquer dispositivo desta lei e do Termo de Concessão, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 6º A empresa beneficiada deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.509

LEI Nº. 1.509, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR R\$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS) AO COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Santa Catarina, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar, durante o exercício de 2010, R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada, para ao Colégio Sagrada Família, entidade filantrópica, com inscrição no CNPJ nº 92.736.040/0007-00, destinados a concessão de bolsas de estudos aos alunos do Segundo Grau.

Art. 2º Os critérios para concessão de bolsa de estudo serão definidos no Convênio que será firmado.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Município no exercício do ano 2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.510

LEI Nº. 1.510, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS NA ÁREA DA AGRICULTURA EM INCENTIVO À SAFRINHA.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Santa Catarina, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a subsidiar em até 50% (cinquenta por cento) os custos de aquisição de sementes de Feijão fiscalizadas e/ou certificadas, limitado a 120 (cento e vinte) quilos de semente por família de produtores do município que tenham interesse no plantio de feijão da Safrinha.

Parágrafo Único. A quantidade de sementes a ser adquirida e os produtores a serem beneficiados serão objetos de deliberação do Conselho Municipal de agricultura e Meio Ambiente em cooperação com a EPAGRI.

Art. 2º Os interessados deverão procurar os Órgãos acima



mencionados para requererem o benefício até o dia 22 de dezembro de 2009.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta as dotações do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.511

LEI Nº. 1.511, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO À INFRAERO – EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DOS IMÓVEIS ONDE FUNCIONA O AEROPORTO REGIONAL DIOMÍCIO FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Santa Catarina, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ou ceder, mediante Termo de Convênio para Cessão de Uso, área de terra à Infraero - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, correspondente ao imóvel de matrícula nº. 59.624, com 46.498,00m2, localizada ao lado do Aeroporto Regional Diomício Freitas, bairro Santa Líbera.

Art. 2º A doação ou cessão dos imóveis referidos no artigo anterior tem como único objetivo para a Infraero - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária possa ampliar o Aeroporto Regional Diomício Freitas com a construção de novos hangares.

Art. 3º Fica expressamente vedado à empresa beneficiada com a doação ou cessão:

I - Alienar o imóvel.

II - Gravar o imóvel com ônus real de garantia.

III - Dar destinação diversa da prevista na doação.

Art. 4º Reverterá ao Poder Público Municipal o terreno doado ou cedido, quando não mais for utilizado para abrigar o aeroporto Diomício Freitas, sem ônus para o Município, sendo que as benfeitorias não removíveis seguirão a sorte do principal.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.512

LEI Nº. 1.512, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

REAJUSTA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM EM 4,18% (QUATRO VÍRGULA DEZOITO POR CENTO).

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Santa Catarina, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reajustada em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento) a Unidade Fiscal Municipal – UFM, passando 1 (uma) UFM a valer em 1º de janeiro de 2010, o equivalente a R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos), que será utilizada como valor de correção dos tributos municipais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.513

LEI Nº. 1.513, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 494, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Santa Catarina, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É alterado o § 5º do artigo 252, da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º Obtido o valor venal final do imóvel e após a apuração do valor do tributo, com a aplicação de uma das alíquotas de que tratam os artigos seguintes, será concedido, sobre o imposto, um desconto de 83% (oitenta e três por cento).”

Art. 2º É alterado a tabela do artigo 392 da Lei Municipal nº. 494, de 17 de dezembro de 1998, passando a vigorar com a seguinte redação:

| | SERVIÇOS | QUANTIDADE DE UFM |
|----|---|-------------------|
| 01 | Abertura de processos: | 6,00 |
| 02 | Alvarás, cartões de inscrição, atestados, certidões, 2ª vias: | 6,00 |
| 03 | Análise de projetos de construção: | Isento |
| | a) Até 60 m2: | |
| | b) De 60,01 até 120,00 m2: | 10,00 |
| | c) Pelo que exceder a 120,00 m2, por metro quadrado: | 0,10 |
| 04 | Vistorias de qualquer natureza: | 8,00 |
| 05 | Análise de processos para loteamento, desmembramento e condomínios: | 23,00 |
| 06 | Cópias: | 0,20 |
| | a) Fotostáticas, por folha: | |
| | b) Plotagem, por metro: | 5,00 |
| 07 | Relações diversas, por página ou lauda: | 1,50 |



| | | |
|----|---|------|
| 08 | Consulta prévia: | 6,00 |
| 09 | Autorização para impressão de notas fiscais, por unidade: | 8,00 |

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições previstas pela Lei nº. 494, de 17 de dezembro de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.514

LEI Nº. 1.514, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, BEM MÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, À COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA, inscrita no CNPJ sob o número 83.646.653/001-70, 3313 (três mil trezentos e treze) equipamentos de iluminação pública do Município de Forquilha, instalados junto à rede de distribuição de energia elétrica da donatária, que de acordo com levantamento físico realizado "in loco" em novembro de 2009 quantificou com o seguinte:

I – 2911 equipamentos de iluminação pública com potência de 70W;

II – 78 equipamentos de iluminação pública com potência de 150W; e

III – 324 equipamentos de iluminação pública com potência de 250W;

Parágrafo único. Compreende-se por equipamentos de iluminação pública: arruelas, base para relé fotoelétrico, braço para luminária, cabos flexíveis, conectores cunha de alumínio, lâmpada vapor de sódio, luminária, parafusos, porcas, reator vapor de sódio e relé fotoelétrico.

Art. 2º A partir da efetivação da doação competirá a Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA toda e qualquer manutenção necessária ao regular funcionamento dos equipamentos de iluminação pública, bem como a troca dos equipamentos defeituosos e inservíveis, tudo a suas expensas.

Art. 3º A partir da data da publicação desta Lei, a doação caducará e os bens doados reverterão automaticamente ao Município, se a donatária ou seus sucessores não cumprirem as especificações e condições abaixo:

I – não realizarem a manutenção adequada dos equipamentos de iluminação de forma que prejudiquem o serviço de iluminação;

II - não exercer, não executar, não exercitar, bem como alterar a finalidade para a qual os referidos bens ou não derem o uso prometido ou o desviarem de sua finalidade contratual.

III - de qualquer maneira alienar, transacionar, dar em penhora,

dação em pagamento, permutar ou qualquer outra forma de negócio que venha provocar degeneração dos objetivos e finalidades da presente doação; e

IV - suprimir os pontos de iluminação pública com a retirada dos equipamentos sem prévia e expressa autorização do Poder Público Municipal.

Art. 4º O Município fica responsável pelos investimentos dos equipamentos destinados as implantações de novas redes de iluminação pública, bem como expansão das redes existentes consideradas necessárias, e que após a instalação fica autorizada a doação à Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA de tais equipamentos, devendo a manutenção ser feita na forma do disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 16 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº.125

DECRETO Nº.125, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DIAS 24 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais de Forquilha, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2009.

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos na data referida no artigo primeiro.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 16 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº. 126

DECRETO Nº. 126, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.

INSTITUI O REGIME DE FÉRIAS COLETIVAS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL.



O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990; art. 139 e seguintes do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e §3º do art. 84 da Lei Municipal nº 487/98;

CONSIDERANDO haver recesso e férias escolares;

CONSIDERANDO que a maioria dos servidores goza férias nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro;

CONSIDERANDO que no mês de janeiro, historicamente tem registro em nosso Município, que os serviços públicos em geral têm mantido um ritmo reduzido em relação aos demais períodos do ano, em virtude das férias escolares e a temporada de verão;

CONSIDERANDO que no período das férias coletivas haverá manutenção geral nas máquinas e equipamentos;

CONSIDERANDO que não haverá prejuízo para os serviços essenciais, pois nestes setores não haverá férias coletivas;

CONSIDERANDO que todas as Secretarias manterão plantão para os casos de urgência e emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime de férias coletivas ao funcionalismo público do Executivo Municipal, no período compreendido entre os dias 04 de janeiro de 2010 até 02 de fevereiro de 2010.

Parágrafo único. Aos que desempenham atividades consideradas essenciais não se aplica o regime de férias coletivas.

Art. 2º Cada Secretaria Municipal manterá plantão para o atendimento dos serviços considerados urgentes.

Art. 3º O regime de férias coletivas poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 4º Os servidores contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando novo período aquisitivo.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de dezembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 16 de dezembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Garopaba

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1.372/2009

LEI N.º 1.372, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

DENOMINA RUA NO BAIRRO ENCANTADA NO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Rua existente no Bairro Encantada, que se inicia na Rua Luiz Zanelato – Serraria, com a extensão de 80m (oitenta metros) de comprimento por 8m (oito metros) de largura, com termino em terreno baldio até trecho interrompido passa a ser denominada ANTÔNIO DOMINGOS MARTINS, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2009, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

Lei Nº 1.373/2009

LEI N.º 1.373, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

DENOMINA RUAS NO BAIRRO AREIAS DO MACACU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Rua existente no Bairro Areias do Macacu do Município, que se inicia na Estrada Municipal – GRP 010, e termina nas terras do Falecido Roberto Amorim, possui aproximadamente 110m (cento e dez metros) de comprimento, por 07m (sete metros) de largura, passa a ser denominada RUA OTÁVIO GONÇALVES, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. A rua existente no Bairro Areias de Macacu do Município, que se inicia na Rua Otávio Gonçalves, conforme art. 1º do presente projeto, e termina na Estrada Municipal - GRP 010 com aproximadamente 240m (duzentos e quarenta metros) de comprimento, por 07m (sete metros) de largura, passa a ser denominada RUA CAMILO DE JESUS, conforme croqui em anexo.

Art. 3º. A Rua existente no Bairro Areias de Macacu do Município, que se inicia na Rua Otávio Gonçalves, conforme art. 1º do presente projeto, com término na Rua Camilo de Jesus, conforme art. 2º do presente possui aproximadamente 150m (cento e cinquenta metros) de comprimento, por 07m (sete metros) de largura, passa a ser denominada RUA ROBERTO AMORIM, conforme croqui anexo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Garopaba, 21 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2009, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

Decreto N.º 157/2009

DECRETO N.º 157, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei Municipal n.º 1.282, de 20 de fevereiro de 2009 e Lei Municipal n.º 1.287, de 11 de março de 2009,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Cláudio Pereira;

Suplente: Valdeci Cardoso Vieira.

II - PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: José Antonio Gonçalves;

Suplente: Rosa Maria de Souza Bento.

III - DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Titular: Carmem Aparecida de Souza

Suplente: Flavia Pereira Pereira

IV - SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Titular: Sandra Aparecida Amaral

Suplente: Rosa Joaquina de Souza

V - PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Titular: Maurício Dapper de Oliveira

Erondina de Abreu Inácio

Suplente: Valdir Linhares

Mirela de Bez Zuliam

VI – PODER EXECUTIVO

Titular: Ronye Paes

Suplente: Tula Souza do Amaral

VII - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Angela Maria Zanelatto

Suplente: João Pacheco de Souza

VIII – CONSELHO TUTELAR

Titular: Anamalia Thorstenberg Ribas

Suplente: Itamar José Duarte Júnior

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 023/2009 e alterações.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/12/2009, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

Decreto N.º 158/2009

DECRETO N.º 158, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.274 de 04/12/2008 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

| | |
|---|-----------|
| 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 40.000,00 |
| 12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental | 40.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 40.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|---|-----------|
| 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 40.000,00 |
| 12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental | 40.000,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 40.000,00 |

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/12/2009, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração em Exercício

Extrato de Termo Aditivo nº 01.Cont.51/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 84/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Santech – Saneamento & Tec. Ambiental Ltda; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 51/2009, de 25/06/2009 o valor de R\$ 27.650,00 (vinte sete mil seiscentos e cinquenta reais) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 27.650,00; Data da Assinatura: 30/11/2009.

Extrato de Termo Aditivo nº 01.Cont.16/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Contrato: 16/2009; Processo nº. 42/2009; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Lobos Construções e Transportes Ltda - ME; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº. 16/2009, de 01/09/2009 o valor de R\$ 1.688,45 (Hum mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) referentes ao aumento quantitativo de seu objeto; Valor: R\$ 1.688,45; Data da Assinatura: 14/12/2009.



Nota de Anulação de Processo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO

Processo nº. 47/2009; Pregão Presencial nº. 25/2009; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupas hospitalares, com fornecimento de produtos, a Secretaria de Saúde.

O Município de Garopaba torna publico para conhecimento dos interessados, que revogou o Processo Licitatorio acima citado, por não aludirem interessados a participar do presente Processo.

Garopaba, 17 de dezembro de 2009.

RAFAEL DE SOUZA

Diretor de Licitação

Prefeitura M. de Garopaba

Garuva**Prefeitura Municipal****Lei Nº 1453/2009**

LEI Nº 1453, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Disposição Preliminar

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/00 as diretrizes orçamentárias do Município de Garuva para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública, em consonância com o Plano Plurianual 2010/2013;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida e ao endividamento público municipal;

V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre a receita e as alterações na legislação tributária do Município;

VII – as disposições sobre política tarifária;

VIII – as disposições finais.

CAPÍTULO I**Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal**

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2010, especificadas de acordo com os programas estabelecidos no Plano Plurianual, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2010 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2010, o poder executivo poderá aumentar ou diminuir

as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II**Da Estrutura e Organização dos Orçamentos**

Art. 3º - O orçamento programa para o exercício financeiro de 2010 abrangerá o poder Legislativo, o poder Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

§ 1º - para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – sub-função, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 2º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial estará identificada pela função e a sub-função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de lei orçamentários por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 5º - Os projetos, atividades e operações especiais serão desdobradas em subtítulos, sem alteração da finalidade e da denominação das metas correspondentes, para especificar a localização geográfica integral ou parcial da ação desenvolvida.

§ 6º- As metas físicas serão indicadas em nível de projeto e atividade e suas descrições e quantificações deverão ser claras e uniformes.

§ 7º – A estrutura organizacional da Prefeitura é composta dos seguintes órgãos e suas atividades:

Poder Legislativo

01.00 – CÂMARA DE VEREADORES

01.01 – Câmara de Vereadores

Poder Executivo

I - Órgãos de Assessoramento Superior:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Departamento de Gabinete

02.02 - Departamento de Comunicação

02.03 - Departamento de Controladoria Geral

02.04 - Departamento do Gabinete do Vice-prefeito

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



II - Unidade Administrativa de Atividade - Meio:**04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

- 04.01 - Departamento de Administração e Planejamento
- 04.02 - Departamento de Licitação e Compras
- 04.03 - Departamento de Recursos Humanos.
- 04.04 - Departamento de Contabilidade
- 04.05 - Departamento de Finanças

III - Unidades Administrativas de Atividades - Fim:**05.00 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO**

- 05.01 - Departamento de Esporte
- 05.02 - Departamento para Assuntos da Juventude

06.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 06.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico

07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 07.01 - Departamento de Ensino
- 07.02 - Departamento Administrativo de Educação

08.00 - SECRETARIA DE SAÚDE

- 08.01 - Departamento de Saúde

09.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

- 09.01 - Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação

10.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO;

- 10.01 - Departamento de Urbanismo
- 10.02 - Departamento de Manutenção Predial
- 10.03 - Departamento de Infraestrutura

11.00 - SECRETARIA DE ESTRATÉGIAS RURAIS

- 11.01 - Departamento de Estratégias Rurais

12.00 - SECRETARIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

- 12.01 - Departamento de Saneamento Ambiental

ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA - Subordinado à Secretaria Municipal De Estratégias Rurais.

14.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Subordinado à Secretaria Municipal de Saúde

15.00 - FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação.

16.00 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE GARUVA- Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação..

17.00 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – Subordinado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação.

18.00 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

19.00 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS – Subordinado a Secretaria de Administração Planejamento e Finanças.

Com as seguintes atividades:

Poder Legislativo

- 01.00 – Câmara de Vereadores
- 01.01 – Câmara de Vereadores

1) Treinamento dos servidores e vereadores do Poder Legislativo com a participação em cursos, seminários, congressos ou outra modalidade de aperfeiçoamento diretamente relacionada com o cargo ou função, desde que de interesse da Administração do Poder Legislativo Municipal;

2) Concessão de bolsas de estudos de nos cursos de graduação

e pós-graduação para servidores efetivos desde que seja da área de interesse do Poder Legislativo Municipal, após aprovação da Mesa Diretora;

3) Implementação de normas e sistemas de avaliação funcional, aprimoramento de recursos humanos e outras ações inerentes à administração de pessoal;

4) Desenvolvimento de mecanismos com os objetivos para melhorar o processo legislativo, inclusive com a aquisição de softwares;

5) Melhoramentos da página da Câmara na web, visando maior alcance e publicidade das informações;

6) Elaboração de peças orçamentárias (PPA, LDO, LOA) com programas/atividades do Poder Legislativo atendendo a legislação em vigor;

7) Modernização dos controles, especialmente para atendimento à legislação com melhoria funcional;

8) Aquisição de produtos de acordo com a discriminação de dotações na elaboração da peça orçamentária, tais como: material e suprimentos de escritório, suprimentos de informática, materiais de distribuição gratuita, placas de homenagens, de instalação, de manutenção, bem como contratação de serviços para realização de reparos nas instalações físicas, de equipamentos, entre outros;

9) Divulgação institucional das atividades do legislativo, melhoria do sistema de comunicação, divulgação dos atos e das atividades administrativas, acesso a internet, homepage, e-mails, periódicos, jornais, etc.

10) Melhoria do controle interno do Poder Legislativo;

11) Assinaturas de jornais, revistas, periódicos, informativos de interesse da administração do Poder Legislativo;

12) Concessão de diárias, desde que atendida a legislação em vigor;

13) Contratação de Consultoria Técnica a distância para auxílio de atendimento das necessidades legais do Poder Legislativo;

14) Criação e implementação de verba indenizatória parlamentar, após aprovação de lei específica;

15) Contratação de serviços de terceiros para sonorização e gravação das sessões ordinárias da Câmara Municipal, bem como da Câmara Mirim, estendendo-se as necessidades quando da realização de audiências públicas, sessões extraordinárias, sessões itinerantes, ou outros eventos de interesse do Poder Legislativo;

16) Outras despesas necessárias a manutenção e administração do Poder Legislativo Municipal.

Atividades Relacionadas com Despesas de Pessoal

1) Realização de concurso público para preenchimento de vagas no quadro permanente de pessoal;

2) Contribuição para a Previdência Social;

3) Concessão da revisão geral anual para os servidores e agentes políticos do Poder Legislativo;

4) Reajuste dos vencimentos dos servidores do Legislativo até o limite de 15 % (quinze por cento);

5) Elaboração e implantação do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo com a conseqüente adequação da remuneração;

6) Investiduras por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

7) Contratações de pessoal temporário, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem a necessidade do Poder Legislativo, após aprovação em lei específica de origem do Poder Legislativo, até a realização de concurso público, com posterior nomeação dos aprovados;

8) Concessão de vantagens (quinqüênio) e progressão funcional aos servidores do Poder Legislativo asseguradas na legislação, podendo as mesmas ser indenizadas de acordo com Ato da Mesa Diretora;

9) Reforma da Estrutura Administrativa do Poder Legislativo com a conseqüente criação, adequação ou extinção de cargos, dentre os quais:

a) Criação de 02 (duas) vagas para estagiários, sendo uma de



nível médio e uma de nível superior;

b) Criação de vagas para os cargos efetivos de recepcionista, assessor parlamentar nível I e II, assessor jurídico e operador de som;

c) Criação de função de confiança de Diretor Legislativo e Coordenador da Câmara Mirim;

d) Criação de cargo comissionado para Assessor de Bancada;

e) Alteração, extinção, adequação dos cargos existentes na atual estrutura administrativa para a estrutura a ser implantada.

f) Pagamento de licença maternidade;

Parágrafo único – as alterações produzidas pela reforma administrativa não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) da quantidade de cargos existentes na atual estrutura administrativa do Poder legislativo.

Investimentos:

1) Aquisição de veículos, equipamentos e material permanente, em especial equipamentos de informática, móveis e utensílios, de acordo com as dotações aprovadas na Lei Orçamentária e posterior alterações;

2) Ampliação e reforma da sede do Poder Legislativo Municipal;

Poder Executivo

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Departamento de Gabinete

Construção do novo Gabinete do Prefeito; Aquisição de veículos; Aquisição de equipamento e material permanente; Melhoria no sistema de comunicação e divulgação dos atos e atividades administrativas, acesso à internet, homepage, e-mails, projeto de informatização total das atividades municipais, como forma de propiciar o acesso de todo e qualquer cidadão aos registros públicos do município; Apoio e continuidade na gestão de atividades e fornecimento de meios físicos, materiais e de pessoal destinados à manutenção da Comarca, Casa da Cidadania e outros mecanismos da justiça civil e eleitoral e da segurança do município, medidas para a implementação de planejamento estratégico de gestão, acompanhamento de metas e riscos fiscais, de políticas de investimento e atos de representação do município; Programa de controle, avaliação e auditoria; Manutenção da filiação da Prefeitura em órgãos e entidades de representação de municípios como AMUNESC, FECAM, CNM, entre outros; Apoio a eventos de conagração e de reconhecimento aos servidores públicos municipais; Apoio a comemoração de datas cívicas e festivas do Município; Atuação conjunta com o Corpo de Bombeiros do Município com a disponibilização de pessoal para atuar na Defesa Civil; Apoio as entidades com reconhecimento de Utilidade Pública e Associações Comunitárias; Criação de novas secretarias municipais com a possibilidade de extinção ou alteração das existentes. Promover assinatura de convênios visando à obtenção de financiamento para investimentos em obras e equipamentos; consorciar-se com outros municípios ou associações para o desenvolvimento de programas e fiscalização ou regulação dos serviços concessionados.

02.02 – Departamento de Comunicação

Aquisição de equipamento e material permanente; divulgação institucional, das atividades e potencialidades do município, cerimônia para ancorar os eventos oficiais.

02.03 – Controladoria Geral

Manutenção e aquisição de equipamento e material permanente, Manutenção do sistema de controle interno, que atuará de forma integrada com o Poder Legislativo, com abrangência em todos os órgãos e agente público da administração direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos, para assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração

relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

02.04 – Departamento do Gabinete do Vice-Prefeito

Realizar os objetivos fundamentais do município, pautado na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, na moralidade administrativa e na responsabilidade pública; Desenvolver, coordenar, avaliar e controlar Programas que atendam aos interesses da comunidade; Aquisição de veículos; Aquisição de equipamento e material permanente; Aquisição de combustível; Melhoria no sistema de comunicação e divulgação dos atos e atividades administrativas, acesso à internet, homepage, e-mails, projetos de informatização total das atividades municipais, como forma de propiciar o acesso de todo e qualquer cidadão aos registros públicos do município; Apoio a eventos de conagração e de reconhecimento aos servidores públicos municipais. Apoio à comemoração de datas cívicas e festivas do Município; Apoio às entidades com reconhecimento de Utilidade Pública e Associações Comunitárias; Apoio aos Secretários Municipais atendendo aos interesses e assuntos inerentes a pasta que cada um representa;

03.00 – PROCURADORIA JURÍDICA

Despesas de pessoal e contribuição previdenciária. Manutenção e aquisição de equipamentos e material permanente. Material de consumo. Pagamento de diligências, e perícias em processos de execução fiscal, e outras demandas Judiciais que o Município for parte. Despesas com diárias, de acordo com Lei Municipal. Aquisição ou locação de software para controle dos processos Judiciais e Administrativos da Procuradoria. Contratação de Assessoria Jurídica especializada, quando houver necessidade, para elaboração de parecer e ou defesa em processo judicial.

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.01 – Departamento de Administração e Planejamento

Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente. Realização de Operação de Crédito para aquisição de máquinas e equipamentos e aprimoramento da Administração Municipal. Realização de concurso público, para preenchimento de vagas no quadro permanente de pessoal; Realização de leilão para venda de veículos e equipamentos usados; Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração incluindo o 13º salário e assentamento funcional dos servidores municipais e dos agentes políticos, controle de lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; Contribuição para a Previdência Social; Contribuição ao PASEP; Treinamento de servidores públicos; Continuidade na implantação do plano de cargos, salários e carreiras; Alteração do estatuto do servidor; Implantação do sistema de previdência própria; Aprimoramento dos recursos humanos; Avaliação, pagamento de dívidas parceladas junto ao INSS; Implantação do Regime Previdenciário Próprio; Implementação de normas e sistemas de avaliação funcional e outras ações inerentes à administração de pessoal; Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais; Elaboração de lei específica para implantação do PDV (Programa de Demissão Voluntária); Alteração da estrutura administrativa do poder Executivo, com a possibilidade de criação, alteração e extinção de cargos. Emissão de CDA para ajuizamento de execução fiscal. Levantamento e consolidação patrimonial, com a implementação de rotinas administrativas visando o controle dos bens e próprios municipais. Unificação do sistema informatizado. Ampliação e recuperação de prédios; Municipalização do serviço de água e esgoto. Aquisição de materiais para escritório, oficina, combustível entre outros, além de equipamentos e material permanente, controle rígido do processo de compras; Elaboração de



processos licitatórios. Elaboração de orçamento programa do município, assessoria aos orçamentos dos órgãos autônomos. Atualização do cadastro imobiliário para fins de IPTU; Regularização fundiária. Recadastramento fiscal, para fins de cobrança de taxas de poder de polícia. Manutenção das atividades do Conselho Tutelar. Manutenção das atividades do Conselho da Cidade. Locação de imóveis necessários à ação municipal. Elaboração do plano de água e esgoto para definir a forma de oferta deste bem à comunidade. Modernização do código tributário; Remodelação dos sistemas de cobrança; Implantação e desenvolvimento de serviços de fiscalização de tributos; Atualização dos softwares de gestão tributária; Providências e fiscalização destinadas ao controle de movimento econômico do município; Implementação de novos mecanismos de cobrança dos tributos municipais, como forma de melhorar as receitas próprias do município e atendimento as novas regulamentações da gestão fiscal; Criar programa de recuperação de crédito fiscal. Implantação de Programa de Educação Fiscal e desenvolvimento Empresarial. Apoio às entidades filantrópicas e entidades municipalistas. Promoção de desapropriações necessárias à ação municipal.

04.02 – Departamento de Licitação e Compras

Aquisição de material de consumo, material permanente e equipamento. Licitação; princípios e finalidade; objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade. Modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. Procedimento: edital, publicação, convite, recebimento da documentação e proposta, homologação e adjudicação, anulação e revogação.

04.03 – Departamento de Recursos Humanos

Aquisição de material de consumo, material permanente e equipamento. Criar diretrizes e planos de ações que contribuam para a modernização, eficiência e eficácia funcional. Acesso á intranet aos servidores como forma de melhoria na comunicação interna. Implantação de programa de atenção à saúde servidor. Criação de grupos multidisciplinares de Recursos Humanos a fim de promover a democratização das relações de trabalho no serviço público, contribuindo para o aprofundamento e conhecimento das Leis. Promover programas, atividades e ações que visem a valorização e a integração do servidor público municipal. Melhoria no atendimento ao público interno e externo através de acesso direto a internet com home page própria. Atualização dos softwares da folha de pagamento. Implementação de normas e regulamentos de trabalho. Desenvolvimento de mecanismos que visem a melhoria na gestão dos arquivos inativos referentes á recursos humanos.

04.04 – Departamento de Contabilidade

Aquisição de materiais para escritório, equipamentos e material permanente. Melhoria da eficiência funcional. Modernização nos controles, especialmente para atendimento à legislação fiscal, registros contábeis; Emissão de demonstrativos e melhoria da eficiência funcional. Pagamento de amortização e juros da Dívida Pública; Desenvolvimento de mecanismos para o controle do fluxo de caixa; Melhoria no atendimento ao público através de acesso a internet com home page própria, resultando numa maior eficiência funcional.

04.05– Departamento de Finanças

Aquisição de materiais de expediente, além de equipamentos e material permanente; modernização nos controles, especialmente para atendimento à legislação fiscal e registros contábeis; Pagamento de amortização e juros da Dívida Pública; Desenvolvimento de mecanismos para o controle do fluxo de caixa; Melhoria no atendimento ao público através de acesso a internet com home page própria, resultando numa maior eficiência funcional.

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

05.01 Departamento de Esporte

Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo. Construção, manutenção e reforma de quadras, estádios, módulos esportivos e poliesportivos em geral. Apoio à manutenção e desenvolvimento das atividades para o desenvolvimento de campeonatos municipais em modalidades esportivas diversas. Participação em eventos esportivos oficiais. Apoio à participação de representantes ou equipes esportivas do município em competições e eventos esportivos de caráter regional, estadual e nacional. Aquisição de material esportivo e implantação e manutenção de escolinhas de esportes. Manutenção do programa Segundo Tempo. Implantação de concurso de atividades relacionadas ao esporte. Treinamento de professores, atletas e árbitros esportivos.

05.01.01 Setor de Turismo

Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo. Divulgação das potencialidades do município para a atração de novos investimentos. Apoio e desenvolvimento de atividades turísticas. Construção de aparelhos turísticos diversos. Criação e manutenção de infra-estrutura de sinalização e paisagismo de roteiros turísticos. Incentivos ao turismo rural e ecológico. Promover a construção e aparelhamento de centro cultural e portal turístico. Apoio financeiro a eventos visando às comemorações de datas cívicas e festivas do município. Produção de vídeos e impressos sobre o Município. Participação do Município em feiras e exposições. Manutenção de informações em homepage das informações turísticas do município.

05.01.02 Setor de Cultura

Aquisição de equipamentos, material permanente e consumo. Estímulo à cultura, preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico. Construção de Centro Multiuso/Centro eventos e Museu/ Casa de Memória. Reforma e ampliação das instalações dos prédios administrativos destinados à cultura. Implantação de grupos folclóricos e étnicos. Construção, locação ou adaptação de um imóvel e manutenção da Biblioteca Pública Municipal e Casa da Cultura. Legalização e regulamentação da Casa da Cultura. Aquisição de livros para a biblioteca pública. Implantação de concurso de poemas, poesias, teatro e outras atividades, relacionadas à cultura. Apoio a participação de grupos culturais e folclóricos em eventos que visem a divulgação da cultura garuvense. Incentivo e apoio a manifestações culturais diversas. Aquisição de imóveis.

05.02 – Departamento para Assuntos da Juventude

Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo, Criação do Conselho da Juventude, Manutenção e apoio de equipes competitivas de diversas modalidades que envolvam jovens; Acesso ao esporte, lazer e atividade física para o jovem portador de deficiência; Criação e fortalecimento de organizações juvenis, estimulando a participação e a parceria desses segmentos organizados; Criar redes institucionais para garantir o acesso dos jovens aos serviços municipais oferecidos pelas políticas públicas.

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

06.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico.

Aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo, desenvolvimento de políticas destinadas à implementação do desenvolvimento econômico. Dinamização do Conselho Municipal de Emprego e Renda, do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Estudo para aquisição de áreas e unidades prediais e prestação de serviços destinados ao estímulo necessário à implantação e ampliação de empresas e/ou negócios. Promoção e apoio ao empresário local com intuito de gerar renda e empregos. Fortalecimento da divisão através de parcerias da Associação Comercial

e Industrial de Garuva. Implantação de cursos de Qualificação e cursos Técnicos Profissionalizantes. Manutenção e ampliação das áreas industriais. Fomentos de atividades micro-empresariais. Manutenção do SINE. Apoio na realização de eventos que promovam as potencialidades do município.

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 – Departamento de Ensino

Desenvolvimento e manutenção das atividades na área de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Supletivo do Ensino Fundamental, de acordo com o que estabelece o MEC, a LDB, o FUN-DEB e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Programa de capacitação de docentes, técnicos, especialistas e profissionais de serviço de apoio escolar. Pesquisa e concursos de qualidade na educação, reforço escolar, aceleração e atenção à saúde física e mental do estudante. Contratação de assessoria e aquisição de material para otimização dos resultados educacionais esperados. Implantação gradativa do programa de escola em tempo integral. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade na aquisição de equipamentos e material permanente e consumo. Supervisão na qualidade do sistema de transporte escolar. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade na aquisição de material escolar, didático e uniforme aos alunos. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade dos laboratórios de informática, bibliotecas, quadras de esportes e sala de vídeo. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de construção, locação ou adaptação de um imóvel para Centro de Apoio Pedagógico EMAP (Equipe Multidisciplinar de Apoio Pedagógico) com contratação de psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade na aquisição de material pedagógico especial para atendimento aos alunos com dificuldades e deficiências de aprendizagem. Levantamento da necessidade e supervisão na qualidade de construção, ampliação e reforma de pré-escolas com aquisição de moveis, equipamentos e utensílios. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de construção, ampliação e reforma de creches com aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e material pedagógico. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Supervisão na qualidade da manutenção dos programas Socioambiental Ser Cidadão e Unidade Móvel de Informática. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de construção, locação ou adaptação de um imóvel para o programa Musicart e Cidadania com contratação de maestros. Levantamento da necessidade e supervisão da qualidade de aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

07.02 – Departamento Administrativo de Educação.

Aquisição de equipamentos e material permanente e consumo. Melhoria e manutenção do sistema de transporte escolar. Compra e distribuição eficaz de merenda escolar de acordo com as normas estabelecidas pelo MEC e Ministério da Saúde, atingindo as especificações calóricas e protéicas, na refeição distribuída no período em que a criança permanece na escola. Aquisição e distribuição de material escolar, didático e uniforme, aos alunos. Criação de laboratórios de informática, bibliotecas, cozinhas, refeitórios, quadras de esportes, sala de vídeo e manutenção/ampliação dos já existentes. Construção, locação ou adaptação de um imóvel para Centro de Apoio Pedagógico EMAP (Equipe Multidisciplinar de Apoio Pedagógico) com contratação de psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Aquisição de material pedagógico especial para atendimento aos alunos com dificuldades e deficiências de aprendizagem. Construção, ampliação e reforma de pré-escolas com aquisição de moveis, equipamentos e utensílios. Construção, ampliação e reforma de escolas, com

aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e material didático. Construção, ampliação e reforma de creches com aquisição de móveis, equipamentos, utensílios e material pedagógico. Aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Manutenção dos programas Socioambiental Ser Cidadão e Unidade Móvel de Informática. Construção, locação ou adaptação de um imóvel para o programa Musicart e Cidadania com contratação de maestros. Aquisição de veículos para manutenção do Ensino. Auxílio ao estudante para professores. Apoio e convênio junto as APPs. Aquisição de imóveis para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Contratação de veículos diversos. Construção, ampliação e reforma de instalações para atender o Setor de Educação com aquisição de móveis e equipamentos. Aquisição de material de limpeza e suprimento de informática. Promover a divulgação das avaliações municipais e nacionais dos índices educacionais.

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

08.01 – Departamento de Saúde

Construção de Unidades de Saúde. Ampliação do Setor de Saúde. Informatização da Secretaria Municipal de Saúde. Capacitação dos Profissionais da área de Saúde em Atenção Básica, Urgência e Emergência e Programas de Saúde. Implantação do Programa Municipal Saúde Mental. Implantação do Programa Municipal Saúde do Trabalhador. Manutenção dos Programas já implantados. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para as Unidades de Saúde. Implantação da Unidade de Pronto Atendimento - UPA. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para o Pronto Atendimento. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Sanitária. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Epidemiológica. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para Secretaria Municipal de Saúde. Aquisição de Unidade Móvel de Saúde. Aquisição de ambulância equipada. Aquisição de veículos. Manutenção e implementação do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde. Manutenção de serviços de consultoria. Manutenção e contratação de serviços terceirizados. Repasse de recursos para manutenção do CIS/AMUNESC. Repasse de recursos para manutenção do SAMU. Implantação do Programa de Controle, Avaliação e Auditoria. Dinamizar as ações na promoção do atendimento a Vigilância Sanitária e inspeção municipal de produtos de origem animal. Manutenção da Frota de veículos.

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 – Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação

Instituir ações, apoio técnico e financeiro ao Fundo Municipal de Assistência Social; atendimento as comunidades carentes, acompanhamento e avaliação sócio econômica, encaminhamento de pessoas de acordo com as suas necessidades; minimização das desigualdades sociais, com fornecimento de bens e serviços de acordo com parecer social, que indique tal providência; atendimento as associações comunitárias e outras ações inerentes ao atendimento social da população. Manutenção do Abrigo Provisório, manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social com aquisição de equipamento e material permanente. Informatização da Secretaria de Desenvolvimento Social, capacitação dos profissionais da área social, aquisição e manutenção de veículos. Manutenção de serviços de consultoria. Manutenção e contratação de serviços terceirizados, contratação de técnicos para área social. Construção e manutenção do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Credenciamento de estabelecimento par atendimento alternativo aos dependentes químicos.

10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO

10.01 – Departamento de Urbanismo.

Aquisição de equipamentos e material permanente, projetos



urbanísticos e pavimentação de vias públicas. Recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas, e caminhões. Sinalização viária do quadro urbano. Construção e reforma e ajardinamento de praças e vias públicas, construção e recuperação de abrigos de passageiros (ponto de ônibus).

10.02 – Departamento de Manutenção Predial

Construção e manutenção de capelas mortuárias e cemitérios municipais; Administração de cemitérios e outras atividades inerentes; Apoio à implantação da Unidade de Corpo de Bombeiros no município. Capacitação de servidores.

Manutenção de iluminação pública; Manutenção e reforma de praças e prédios municipais; Manutenção do Paço Municipal.

10.03 – Departamento de Infraestrutura

Recuperação de pavimentação em vias urbanas e Estradas do interior. Construção e recuperação de bueiros, pontes de concreto e pontilhões de madeira. Abertura, retificação e ampliação de novas ruas, recuperação e conservação com ensaibramento da pista de rodagem das vias do quadro urbano e estradas do interior. Recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas, e caminhões. Serviço de drenagem com limpeza de valas e colocação de tubos de drenagem em diversas ruas no município. Construção de tratamento individual de esgoto primário, construção e ampliação de rede de água. Ampliação da área industrial. Aquisição e contratação de veículos, máquinas e equipamentos, manutenção do serviço de coleta e transporte de lixo doméstico, industrial e hospitalar.

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIAS RURAIS

11.01 – Departamento de Estratégias Rurais

Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Aquisição de equipamentos e material permanente e manutenção do setor. Manutenção e aquisição de veículos. Construção, ampliação e melhoria de sistema de abastecimento de água potável na área rural. Realização de eventos promocionais. Manutenção e contratação de serviços de terceiros. Repasse de recursos para entidades privadas de utilidade pública. Construção de Centro de Eventos. Manutenção e aquisição de Patrulha Mecanizada. Aquisição de saibros e material para manutenção das estradas e pontes do interior do município. Capacitação do quadro funcional. Ampliação e manutenção do Programa Microbacias. Manutenção e ampliação da regularização fundiária. Implementação do Programa de Hora Máquina. Dinamizar, ampliar e aparelhar os Programas de Inseminação Artificial, Sanidade Animal e o serviço de inspeção municipal dos produtos de origem animal e vegetal. Promover e colaborar com a Festa do Colono, Promover o desenvolvimento da agropecuária através de programas contratando serviços, fornecendo combustível para realização dos mesmos. Apoio técnico e financeiro ao Fundo Municipal de Agricultura; Implantação de programas de incentivo aos produtores rurais. Implantação de viveiro de mudas nativas. Aquisição de equipamentos e material permanente para recuperação de estradas do interior. Construção e recuperação de bueiros, pontes de concreto e pontilhões de madeira nas estradas da zona rural. Abertura, retificação e ampliação de novas ruas, recuperação e conservação com ensaibramento da pista de rodagem e limpeza das laterais das vias e estradas da zona rural. Recuperação de equipamentos, veículos leves, máquinas, e caminhões. Sinalização viária da zona rural. Serviços de drenagem com limpeza de valas e colocação de tubos de drenagem nas ruas da zona rural do município. Construção de tratamento individual de esgoto primário, construção e ampliação de rede de água. Aquisição e contratação de veículos, máquinas e equipamentos.

12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

12.01 – Departamento de Saneamento Ambiental

Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Criação e gestão das Áreas de Proteção Ambiental do Rio Palmital e Monte Crista; implementação de arborização urbana; apoio à implantação, recuperação e manutenção de áreas verdes do município; elaboração e execução de projetos de recuperação de áreas degradadas; Gerenciamento, ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água potável na área urbana e rural; manutenção e implementação de melhorias no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos de Garuva – CENTRAG; implementação de coleta seletiva; aquisição de veículo (caminhão) compactador para serviço de coleta de resíduos sólidos urbano; coordenação, conservação e ampliação dos cemitérios; aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição e manutenção de veículo para fiscalização; capacitação e revitalização do setor de fiscalização ambiental; aquisição de equipamentos e materiais destinados à promoção da educação ambiental. Elaboração e execução de projetos voltados a implantação do sistema de saneamento básico. Participação em seminários, cursos e capacitação técnica. Análises laboratoriais.

13 – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Aquisição de equipamentos e material permanente. Aquisição e manutenção de veículos, tratores e implementos agrícolas. Manutenção e contratação de serviços de terceiros. Manutenção e ampliação do Programa de inseminação artificial, Hora Máquina e Porteira Adentro. Repasse de recursos para entidades privadas de utilidade pública. Capacitação de servidores. Capacitação de agricultores e pecuarista. Desenvolver e celebrar convênios com outras entidades governamentais. Estimular o setor agropecuário do município. Divulgar nos meios de comunicação dados técnicos e de interesse do setor.

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Construção de Unidades de Saúde. Ampliação do Setor de Saúde. Capacitação dos profissionais da área de saúde em Atenção Básica, Urgência e Emergência e Programas de Saúde. Implantação de Equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal. Implantação do Programa Municipal Saúde Mental. Manutenção dos Programas já implantados. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para as Unidades de Saúde. Implantação do Pronto Atendimento 24 horas. Manutenção e aquisição de equipamentos permanentes para o Pronto Atendimento. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Sanitária. Manutenção e aquisição de equipamentos para Vigilância Epidemiológica. Aquisição de Unidade Móvel de Saúde. Aquisição de ambulância equipada. Aquisição de veículos. Manutenção e implementação do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde. Manutenção de serviços de consultoria. Manutenção e contratação de serviços terceirizados. Dinamizar as ações na promoção do atendimento a Vigilância Sanitária e inspeção municipal de produtos de origem animal. Manutenção da frota de veículos. Manutenção do Conselho Municipal de Saúde.

15 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em conformidade com o que foi aprovado no PPA há necessidade de aquisição de equipamentos e material permanente, manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social, criação do Fundo Municipal do Idoso, manutenção do Conselho Municipal do Idoso e dos programas de auxílios sociais, acompanhamento e controle social dos programas existentes na Secretaria de Desenvolvimento Social, implementação de ações para desenvolvimento de novos projetos habitacionais. O Conselho Municipal de Assistência Social, quando da sua aprovação, dará apoio às entidades não governamentais para os projetos específicos. Construção do CRAS com aquisição de equipamentos. Aquisição de material de consumo para manutenção do CRAS. Aquisição do corpo Técnico e funcional para atender no CRAS. Proteção Social Básica e piso de Transição para atender serviços específicos de proteção Social, bem como: atividades com Idosos, criança de 0 a 6 anos, ativida-

des com BPC, atendimento as famílias com múltiplas ações. Aquisição de material permanente para manutenção da unidade de acolhimento institucional. Aquisição de corpo técnico e funcional para atender a unidade de acolhimento institucional do município. Implementação e aquisição dos Programas SENTINELA, PETI e BOLSA FAMÍLIA. Aquisição de um carro para atender todos os Programas e Projetos da Secretária de Desenvolvimento Social. Contratação de um motorista. Construção do CREAS com aquisição de equipamentos. Aquisição de material de consumo para manutenção do CREAS. Aquisição do corpo Técnico e funcional para atender o CREAS. Manutenção de serviços de consultoria bem como manutenção e contratação de serviços terceirizados. Convênios com entidades e empresas privadas visando melhorar atendimento na área social. Construção de um espaço físico para o PETI, construção ou aquisição de espaços para a Secretaria de Desenvolvimento Social manutenção desses espaços com aquisição de material. Manutenção do carro. Manutenção de cursos de formação para os técnicos e demais servidores lotados na Secretaria. Manutenção de viagens para ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

16 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA DE GARUVA

Aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de móveis e utensílios, implantação de serviços assistências a crianças, adolescentes e portadores de deficiência. Construção ampliação e aquisição de prédios para atendimento de crianças e adolescentes. Erradicação do trabalho infantil no município, contratação de serviços de terceiros de suporte técnico, aquisição de veículos, celebração de convênios para atendimento de maneira geral às crianças e suas famílias, em consonância com o Programa Fome Zero, do governo Federal, realização de campanhas de conscientização e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, drogas, entorpecentes e álcool. Manutenção das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

17 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Formação de corpo técnico. Cursos de capacitação para corpo técnico. Implantação dos serviços de planejamento, captação e aplicação de recursos destinados à habitação popular, melhorias habitacionais; saneamento básico e unidade de atendimento comunitário e integrado, gestão desses recursos, aquisição de equipamentos e material permanente, móveis e utensílios, programa de recuperação e manutenção do crédito habitacional, projetos para unidades de médio e baixo custo, estudos de novas tecnologias e materiais alternativos para desenvolvimento de novos núcleos de habitação verticalizadas ou horizontalizadas e outras ações de interesse da população com vista ao desenvolvimento de atos e ações para minimizar as carências da falta de habitação e saneamento básico.

18 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de móveis e utensílios, manutenção e contratação de serviços terceirizados, e manutenção das atividades atribuídas ao Fundo.

19 – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE GARUVA – FUMREBOM

Aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de móveis e utensílios para manutenção da Unidade do Corpo de Bombeiros, e manutenção das atividades atribuídas do Fundo.

Art. 4º - A lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a Despesa de cada unidade gestora, (por função, programa, sub-função, PORTARIA 42), projeto ou atividade.

Parágrafo Único - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação

em seu menor nível, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

I – pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos.

V – inversão financeira, incluída, se for o caso, quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas, e;

VI - amortização da dívida.

Art. 5º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no sistema de contabilidade central do Município.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30/10/2009 será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento fiscal discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - documentos a que se refere o art.5º, II da Lei Complementar 101/00;

Parágrafo Único - Para efeito do disposto nos artigos anteriores, o Poder Legislativo, e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo até 15 de outubro de 2009 suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Para Elaboração e Execução

Dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º - Os estudos para definição do orçamento da receita de 2010 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º - As transferências constitucionais, base de cálculo para a contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos;

§ 2º - Em atendimento ao disposto no parágrafo terceiro, do artigo segundo da Lei Complementar 101/00, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído da Receita Corrente Líquida.

Art. 8º - Se a receita estimada para 2010, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, solicitará ao executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da despesa afetará o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, obedecendo rigorosamente à ordem das seguintes despesas abaixo:

I – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão



até o limite de 30% dos cargos ocupados;
II – racionalização de gastos com diária;
III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
IV – eliminação de despesas com horas extras;
V – redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
VI – redução dos investimentos programados.

§ 1º - Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados à Câmara de Vereadores para aprovação, como também, os decretos de créditos suplementares serão autorizados pelo Poder Executivo, sendo dependentes de lei específica, sob pena de nulidade, na forma e com os detalhamentos estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 2º - Os projetos de créditos adicionais, bem como suas modificações, serão acompanhados de demonstrativos, contendo, por projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos, a dotação inicial, os cancelamentos e suplementações efetuados, a dotação empenhada, a despesa realizada, a repercussão nas metas e a justificação das alterações propostas.

§ 3º - Os decretos de crédito suplementar, autorizados na lei orçamentária anual, observados os limites e detalhamentos por ela fixados, serão publicados com demonstrativos das informações necessárias e suficientes para a avaliação dos acréscimos e cancelamentos das dotações neles contidas, das fontes de recursos que os atenderão e das metas a serem atingidas.

Art. 10 – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2010, a 5% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2009, de conformidade com o artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar 101/00.

Art. 11 - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos após autorização do Poder Legislativo, com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2009, caso ocorra;

Parágrafo Único - Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12 – O orçamento para o exercício de 2010, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 06% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, em consonância com o disposto no artigo 5º, III, da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo Único – para os efeitos desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas impossíveis de qualquer previsão e as ações/intempéries da natureza tais como, enchentes, vendavais, estiagem entre outras.

Art. 13 – As despesas de investimentos com prazo de realização superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual, se estiverem contempladas no Plano Plurianual de Investimentos, conforme dispõe no artigo 5º, § 5º, da Lei Complementar 101/00.

Art. 14 – O Executivo Municipal fica obrigado a elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma do exercício a qual ela se refere, contendo a previsão de desembolso mensal para suas unidades gestoras.

Art. 15 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, somente serão executados e utilizados se ocorrer o seu efetivo ingresso no

fluxo de caixa.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16 – As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2010, serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 17 – A transferência de recursos a qualquer título por parte do Tesouro Municipal, quando a entidades, somente será possível quando estas sejam de caráter educativo, social, assistencial, cultural ou desportivo e de cooperação técnica, que sejam exclusivamente sem fins lucrativos e declarados por lei de utilidade pública, e ainda, que comprovadamente existam e tenha atividade regular a pelo menos dois anos.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá estar constituída há no mínimo 02 (dois) anos, estar cadastrada no órgão competente do Poder Executivo, apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2010, por no mínimo uma autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º. Cumprir em seu estatuto, o preceito do Código Civil Brasileiro

§ 4º. As transferências efetuadas na forma deste artigo deverão ser precedidas da celebração do respectivo convênio.

Art. 18 – Não se aplicam o disposto no artigo 17, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o município for associado.

Art. 19 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 – Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes após autorização do legislativo e previstos recursos na lei orçamentária.

Parágrafo Único – A cessão de pessoal do quadro de servidores do município, somente será possível, quando o ente de destino arcar com os custos efetivos, inclusive de remuneração, vantagens e acréscimos decorrentes de despesas de previdência, excetuando-se aqueles que forem previstos nos instrumentos citados no “caput” do presente artigo.

Art. 21 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2010 a preços correntes.

Art. 22 – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a suplementações orçamentárias, quando houver:

I – insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de quinze por cento do valor total de cada unidade orçamentária, me-

diante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que limitada a cinco por cento do valor total de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

c) da reserva de contingência, até o limite total de 50% (cinquenta por cento), do seu valor fixado, e o seu saldo ficando reservado para contingenciamentos derivados de situações configuradas como de emergência ou calamidade pública;

II – insuficiência de recursos relativa aos grupos de despesas: outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital, constantes dos subtítulos objeto da suplementação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor originalmente aprovado para o grupo de despesa, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações destinadas aos mencionados grupos de despesa, no âmbito da mesma unidade orçamentária;

III – do superávit financeiro dos fundos e das entidades da administração indireta apurada em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, desde que limitado a vinte por cento do valor de cada projeto ou atividade;

IV – para incorporar aos Orçamentos do Município os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União ou pelo Estado, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitado os valores e a destinação programática;

Art. 23 – Durante a execução orçamentária do exercício de 2010, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 24. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Serão garantidos na Lei Orçamentária recursos para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus Poderes, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 25. Na lei orçamentária para o exercício de 2010, as despesas com precatórios, amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas, nas decisões judiciais e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 26. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 27. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/00 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 28. No exercício financeiro de 2010, as despesas com pessoal do Poder Executivo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar 101/00, assim como os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados:

I - de declaração do ordenador de despesas com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101 de 2000;

II - simulação que demonstre o impacto orçamentário e financeiro da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos e a análise sobre o mérito do resultado obtido;

III - de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição Federal da República do Brasil, ou na falta deste, da manifestação dos servidores representados pela sua Associação.

Art. 29. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/00, aplicar-se-á a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 30. Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde, assistência social e de saneamento.

Art.31. No exercício de 2010, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 33 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 32. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, parágrafo 1o, inciso II, da Constituição Federal, fica autorizado, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico, desde que observados o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/00:

I - NO PODER EXECUTIVO

a) aumentos de remuneração em percentual de até 10% (dez por cento);

b) criação de cargos, empregos públicos e funções de confiança;

c) reforma do plano de carreira do magistério público municipal;

d) alterações de estrutura de carreiras;

e) investiduras por admissão por aprovação para cargos ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

f) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal vigente e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação;

g) revisão geral anual.

Art. 33 – A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2009, acrescida de até 10% (dez pontos percentuais), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de pontos percentuais) e 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos de pontos percentuais), da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 34 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de



horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento de pontos percentuais), do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsão do art. 22, § único, V, do mesmo diploma legal.

Art. 35 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – Dispensa de funcionários de outras pessoas de direito público cedidos com ônus para o município.

II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – eliminação das despesas com horas extras;

IV – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

V – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal”, sub-elemento do elemento de despesa – Serviços de Terceiros e Encargos e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Garuva, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais e equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre a Receita e as Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 38. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 39. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 40. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101/00.

Parágrafo Único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput.

Art. 41. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 42 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança, sejam muito próximos ou superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, a qualquer título, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, se for o caso, e inclusive:

I – indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;

II – definam os limites de prazo e valor;

III – tenham período de vigência igual ao da lei que aprovar o plano plurianual.

Art. 44. A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Município, compatibilizará os princípios de:

I – cobertura dos custos com justa remuneração do capital investido;

II - capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio-econômico de usuários;

III – concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo Único. Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em lei específica.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 45. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 46. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 47. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 48. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2010, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101/00.

Art. 49. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem compro-

vada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 50. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2o, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, após autorização Legislativa, utilizando as fontes de recursos previstas no art. 43 da Lei 4.320/64.

Art. 51. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário e financeiro definido no art. 16 da Lei Complementar 101/00 e da indicação das fontes de recursos.

Art. 52. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 53. O Poder executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação do projeto de lei do orçamento anual, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 54 – Ocorrendo assistência pela União prevista no art. 64 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá:

I – encaminhar junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma previstas da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – elaborar os Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal conforme previsto em dispositivos da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – implantar sistema de controle de custo e avaliação de resultados conforme preconiza o art. 4º, I, “e” da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

IV – elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, de acordo com normas da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 55 – O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de Outubro de 2009, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2009.

§ 1º - a Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado para sanção até o início do exercício de 2010, qualquer despesa só poderá ser efetuada após a aprovação de Lei específica, respeitados os limites e dispositivos da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão após a sanção da lei orçamentária anual, mediante abertura de créditos adicionais suplementares, através de Lei específica, usando como fontes de recursos eventuais saldos de Superávit Financeiro do Exercício de 2009, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender

os riscos fiscais previstos.

Art. 56 – Serão consideradas legais as despesas pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 57 – A administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 58 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos nos exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, após aprovação de lei específica.

Art. 59 – O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com os Governos Estaduais e ou Municipais, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras, serviços de competência exclusiva do município.

Art. 60 - O poder executivo no exercício de 2010 poderá realizar, após autorização de Lei específica:

I – Operações de crédito a longo prazo, com destinação específica e vinculação ao projeto;

II – Operações de crédito por antecipação de receita, respeitada a legislação específica;

III – Celebrar convênios, ajustes ou contratos, com outras pessoas de direito público ou privado com o objetivo de desenvolver programas prioritários, que atendam interesses da população do município, nas áreas de ação da administração pública municipal.

IV – Os recursos recebidos para operações de crédito a longo prazo e por convênios, contratos ou ajustes com qualquer outra esfera de governo, ou particulares, servirão de fonte de receita para a abertura de créditos adicionais, podendo sua formalização ser feita por decreto, e deverão ser integralmente aplicados no programa específico.

Art. 61 – O poder executivo, através da administração direta ou dos fundos, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos, e declaradas por lei de utilidade pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que obrigatoriamente participará com a contrapartida definida em lei específica.

Art. 62 – O orçamento consignará dotações para:

I – Contribuição para entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e contribuições estatutárias para as entidades municipalistas em que o município for associado.

II – Transferência financeira aos Fundos Municipais de Agricultura, Saúde, Assistência Social e da Infância e da Adolescência, Habitação, Meio ambiente e FUMREBOM;

III – Ajuda as APP's – Associação de Pais e Professores legalmente constituídas e declaradas de utilidade pública;

IV – Transferência financeira a pessoas, desde que consideradas em condição de carência, através de estudo social com a emissão de parecer específico, firmado por profissional habilitado.

V - Contribuição à CIS/AMUNESC, AMUNESC, FECAM, IBAM, CNM, SAMU.

Art. 63 - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar, por decreto as dotações, as de pessoal civil, e obrigações patronais até o limite dos reajustes concedidos por Lei, utilizando-se para tanto de recursos de eventual excesso de arrecadação, ou de saldos de programas ou projetos que serão postergados ou que não tiveram mais utilização prevista.

Art. 64 – Os Secretários Municipais, e gestores de Fundos Municipais, ficam autorizados a ordenar as despesas de suas unidades orçamentárias, passando a ter as prerrogativas e responsabilidades de ordenadores primários das mesmas.

Art. 65 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Romão
Prefeito Municipal

ANEXO I PROJETOS

| | |
|----|--|
| 1 | Gestão Administrativa Executivo Municipal |
| 2 | Processo Legislativo |
| 3 | Apoio Administrativo |
| 4 | Gestão de Recursos Humanos |
| 5 | Gestão de Patrimônio |
| 6 | Compras Governamentais |
| 7 | Gestão da Administração Contábil e Financeira |
| 8 | Conselho Tutelar |
| 9 | Administração Tributária |
| 10 | Planejamento |
| 11 | Manutenção do Setor de Saúde |
| 12 | Estratégia Saúde da Família |
| 13 | Estratégia Saúde Bucal |
| 14 | Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde |
| 15 | Política Nacional de Humanização na Ass. em Saúde |
| 16 | Programa Nacional de Imunização |
| 17 | Programa de Controle da Tuberculose |
| 18 | Programa de Controle da Hanseníase |
| 19 | Programa de Controle do Tabagismo |
| 20 | Programa de Combate a Dengue |
| 21 | Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher |
| 22 | Programa de Saúde da Criança |
| 23 | Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus |
| 24 | Programa Saúde do Trabalhador |
| 25 | Serviço de Saúde Mental Básica |
| 26 | Assistência Farmacêutica |
| 27 | Vigilância Epidemiológica |
| 28 | Vigilância Sanitária |
| 29 | Transf. ao Serv. de Atend. Móvel de Urgência - SAMU |
| 30 | Transf. Cons. Intermunicipal de Saúde CIS/AMUNESC |
| 31 | Pronto Atendimento 24 horas |
| 32 | Construção e Ampliação de Prédios |
| 33 | Promoção e Prevenção do Desenvolvimento Social |
| 34 | Implantação do Centro de Ref. De Ass. Social - CRAS |
| 35 | Implantação do Centro de Ref. Esp. Ass. Social - CREAS |
| 36 | Programa de Proteção Especial - Abrigo Municipal |
| 37 | Programa de Proteção Básica - Família em Foco |
| 38 | Educação em Foco |
| 39 | Cultura em Foco |
| 40 | Programa de Educação Infantil |
| 41 | Esporte em Foco |
| 42 | Programa de Alimentação Escolar |
| 43 | Urbanização, Humanização e Infraestrutura Urbana e Rural |
| 44 | Promoção do Desenvolvimento Empresarial |
| 45 | Promoção do Desenvolvimento Turístico |
| 46 | Desenvolvimento Rural |
| 47 | Comemoração ao Dia do Colono |
| 48 | Programa Hora Máquina |
| 49 | Programa Porteira a Dentro |
| 50 | Prog. de Desenv. de Práticas Agrícolas e Agroecológicas |
| 51 | Desenvolvimento da Pecuária |
| 52 | Desenvolvimento Agroindustriais |

| | |
|----|------------------------------------|
| 53 | Sanidade Animal |
| 54 | Programa de Inseminação Artificial |
| 55 | Programa de Meio-Ambiente |

ATIVIDADES

| | |
|------|---|
| 1 | Gestão Administrativa Executivo Municipal |
| 1.1 | Manutenção e Investimentos do Gabinete do Prefeito e Vice |
| 1.2 | Manutenção e Investimentos da Divisão Assessoria Jurídica |
| 1.3 | Manutenção e Investimentos da Divisão de Imprensa |
| 1.4 | Manutenção e Investimentos do Setor de Controle Interno |
| 2 | Processo Legislativo |
| 2.1 | Manutenção do Legislativo |
| 3 | Apoio Administrativo |
| 3.1 | Manutenção da Divisão de Administração e Fazenda |
| 3.1 | Contribuição a Entidades e Associações |
| 3.3 | Operações de Crédito Externa (Financiamentos) |
| 4 | Gestão de Recursos Humanos |
| 4.1 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos |
| 5 | Gestão de Patrimônio |
| 5.1 | Manutenção do Setor de Patrimônio |
| 6 | Compras Governamentais |
| 6.1 | Manutenção do Setor de Compras e Licitações |
| 7 | Gestão da Administração Contábil e Financeira |
| 7.1 | Manutenção do Setor de Contabilidade e Tesouraria |
| 7.2 | Amortização do Principal e Encargos da Dívida Pública |
| 7.3 | Contribuição ao PASEP |
| 8 | Conselho Tutelar |
| 8.1 | Manutenção do Conselho Tutelar |
| 9 | Administração Tributária |
| 9.1 | Reestruturação do Cadastro Econômico |
| 9.2 | Manutenção do Setor de Tributos |
| 9.3 | Projeto de Conscientização Tributária |
| 10 | Planejamento |
| 10.1 | Reestruturação do Cadastro Imobiliário/Geoprocessamento |
| 10.2 | Efetivação dos Planos Setoriais - Plano Diretor |
| 10.3 | Manutenção da Divisão de Planejamento |
| 10.4 | Manutenção do Conselho da Cidade |
| 11 | Manutenção do Setor de Saúde |
| 11.1 | Manutenção e Implementação do Quadro Funcional |
| 11.2 | Informatização do Setor de Saúde |
| 11.3 | Implantação do Setor de Controle, Avaliação e Auditoria |
| 11.4 | Manutenção e Contratação de Serviços Terceirizados |
| 11.5 | Material de Consumo |
| 11.6 | Aquisição de Equipamentos para Secretaria de Saúde |
| 11.7 | Aquisição de Unidade Móvel |
| 11.8 | Aquisição de Ambulância Equipada |
| 12 | Estratégia Saúde da Família |
| 12.1 | Capacitação Permanente das Equipes ESFs |
| 12.2 | Aquisição de Equipamentos para ESFs |
| 12.3 | Aquisição de Materiais de Consumo para ESFs |
| 12.4 | Implantação de Equipes de Saúde ESFs |
| 13 | Estratégia Saúde Bucal |
| 13.1 | Capacitação Permanente das Equipes Saúde Bucal |
| 13.2 | Aquisição de Equipamentos para Estratégias Saúde Bucal |
| 13.3 | Aquisição de Materiais de Consumo para Saúde Bucal |
| 13.4 | Implantação de Equipes de Saúde Bucal |
| 14 | Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde |
| 14.1 | Capacitação Permanente dos Agentes de Saúde |
| 15 | Política Nacional de Humanização na Ass. em Saúde |
| 15.1 | Capacitação Permanente dos Profissionais de Saúde |
| 16 | Programa Nacional de Imunização |
| 16.1 | Capacitação dos Profissionais de Imunização |
| 16.2 | Aquisição de Equipamentos para Salas de Vacina |
| 16.3 | Aquisição de Materiais de Consumo |



| | |
|------|---|
| 17 | Programa de Controle da Tuberculose |
| 17.1 | Capacitação dos Profissionais |
| 17.2 | Aquisição de Materiais de Consumo |
| 18 | Programa de Controle da Hanseníase |
| 18.1 | Capacitação dos Profissionais |
| 18.2 | Aquisição de Materiais de Consumo |
| 19 | Programa de Controle do Tabagismo |
| 19.1 | Capacitação dos Profissionais |
| 19.2 | Aquisição de Materiais de Consumo |
| 20 | Programa de Combate a Dengue |
| 20.1 | Capacitação dos Profissionais |
| 20.2 | Aquisição de Materiais de Consumo |
| 21 | Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher |
| 21.1 | Prevenção a Saúde da Mulher |
| 21.2 | Orientação Preventiva nas Escolas Municipais |
| 21.3 | Fornecimento de Métodos Contraceptivos Hormonais |
| 21.4 | Realização de Exames Citopatológico de Colo Uterino |
| 21.5 | Inscrição das Gestantes no Programa SISPRENATAL |
| 22 | Programa de Saúde da Criança |
| 22.1 | Capacitação dos Profissionais |
| 22.2 | Aquisição Material de Consumo |
| 23 | Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus |
| 23.1 | Capacitação dos Profissionais |
| 23.2 | Aquisição Material de Consumo |
| 24 | Programa Saúde do Trabalhador |
| 24.1 | Capacitação dos Profissionais |
| 25 | Serviço de Saúde Mental Básica |
| 25.1 | Implantação da Equipe Saúde Mental (Terceirizado) |
| 25.2 | Capacitação de Profissionais |
| 26 | Assistência Farmacêutica |
| 26.1 | Medicamentos para Consumo e Distribuição SUS |
| 27 | Vigilância Epidemiológica |
| 27.1 | Aquisição de Equipamentos para Vigilância Epidemiológica |
| 27.2 | Aquisição de Materiais de Consumo |
| 27.3 | Serviço de Terceiros |
| 27.4 | Capacitação de Profissionais |
| 27.5 | Aquisição de Veículo para Vigilância Epidemiológica |
| 28 | Vigilância Sanitária |
| 28.1 | Aquisição de Equipamentos para Vigilância Sanitária |
| 28.2 | Aquisição Materiais de Consumo V.S |
| 28.3 | Serviço de Terceiros |
| 28.4 | Capacitação de Profissionais |
| 29 | Transf. ao Serv. de Atend. Móvel de Urgência - SAMU |
| 29.1 | Repasso de Recursos para Manutenção SAMU |
| 30 | Transf. Cons. Intermunicipal de Saúde CIS/AMUNESC |
| 30.1 | Repasso de Recursos para Manutenção CIS/AMUNESC |
| 31 | Unidade de Pronto Atendimento 24 horas |
| 31.1 | Manutenção e Implementação do Quadro Funcional P.A 24h |
| 31.2 | Material de Consumo |
| 31.3 | Serviço de Terceiros |
| 31.4 | Capacitação de Profissionais |
| 31.5 | Aquisição de Equipamentos Permanentes |
| 32 | Construção e Ampliação de Prédios |
| 32.1 | Construção de Unidades de Saúde |
| 32.2 | Manutenção, Reforma e Ampliação do Setor de Saúde |
| 33 | Promoção e Prevenção do Desenvolvimento Social |
| 33.1 | Auxílio de Passagens, Internações, Cestas Básicas... |
| 33.2 | Auxílio Penas Restritivas de Direito |
| 33.3 | Auxílio Funeral |
| 33.4 | Programa Sentinella |
| 33.5 | Atendimento a criança e adolescente autores ato infracional |
| 33.6 | Programa PETI |
| 33.7 | Atendimento a portadores de Necessidades Especiais |
| 34 | Implantação do Centro de Ref. De Ass. Social - CRAS |

| | |
|-------|--|
| 34.1 | Implantação Estrutura Física do CRAS |
| 34.2 | Contratação de profissionais para atendimento do CRAS |
| 35 | Implantação do Centro de Ref. Esp. Ass. Social - CREAS |
| 35.1 | Implantação Estrutura Física do CRAES |
| 35.2 | Contratação de profissionais para atendimento do CREAS |
| 36 | Programa de Proteção Especial - Abrigo Municipal |
| 36.1 | Manutenção dos Atendimentos no Abrigo |
| 36.2 | Contratação Profissionais para Atendimento Abrigo |
| 37 | Programa de Proteção Básica - Família em Foco |
| 37.1 | Projeto Geração de Renda |
| 37.2 | Projeto Atividade com Idosos - Associações |
| 37.3 | Projeto com Crianças e Adolescentes e famílias |
| 37.4 | Atendimento a Crianças e Adolescentes Programa PETI |
| 37.5 | Atend à famílias em situação de risco e violação de direitos |
| 37.6 | Projeto de Conscientização Papel da Família |
| 37.7 | Projeto Oficinas Artesanais |
| 37.8 | Implantação do Posto de Atendimento dos BPC |
| 38 | Educação em Foco |
| 38.1 | Desap. Terrenos /Const. Amp e Ref. De Escolas Municipais |
| 38.2 | Manutenção do Setor de Educação |
| 38.3 | Contribuição a Entidades Educacionais |
| 38.4 | Manutenção de Convênios Diversos |
| 39 | Cultura em Foco |
| 39.1 | Construção e Aquisição de Imóveis para Cultura |
| 39.2 | Construção Centro de Eventos |
| 39.3 | Manutenção do Setor de Cultura |
| 39.4 | Contribuição a Entidades Culturais |
| 40 | Programa de Educação Infantil |
| 40.1 | Construção Ampliação e Reforma de Creches Municipais |
| 40.2 | Construção Ampliação e Reforma de Pré Escolas |
| 40.3 | Serviço de Ensino Infantil - Creche |
| 40.4 | Serviço de Ensino Infantil - Pré Escola |
| 41 | Esporte em Foco |
| 41.1 | Construção e Ampliação de parques, estádios e ginásios |
| 41.2 | Manutenção do Setor de Esportes |
| 41.3 | Contribuição a Entidades Esportivas |
| 42 | Programa de Alimentação Escolar |
| 42.1 | Merenda Escolar |
| 43 | Urbaniz, Humaniz e Infraestrutura Urb. e Rural |
| 43.1 | Abertura/Retificação de Estradas Urbanas |
| 43.2 | Construção e Ampliação Rede de Esgoto Pluvial em vias |
| 43.3 | Const.Amp e Retificação de Estradas Munc. Rurais |
| 43.4 | Const. Amp. De Praças Parques e Jardins |
| 43.5 | Drenagem e Macro drenagem Urbana e Rural |
| 43.6 | Sinalização/Urbanização de Vias Urbanas |
| 43.7 | Limpeza Urbana |
| 43.8 | Const. De Pontes, Galerias e Bueiros nas Estradas Munic. |
| 43.9 | Aquisição de Novos Maquinários e Veículos |
| 43.10 | Const. E Recuperação de Abrigos de Ônibus |
| 43.11 | Manutenção do Paço |
| 43.12 | Const. Ampliação Capelas Mortuárias e Cemitérios |
| 43.13 | Implantação de Loteamentos Urbanizados e Regularizados |
| 43.14 | Manutenção de Convênios com a Segurança Pública |
| 43.15 | Construção de Parques Infantis e Praças de Esporte |
| 43.16 | Manutenção do Setor de Estradas de Rodagem |
| 43.17 | Manutenção do Setor de Obras e Serviços Públicos |
| 44 | Promoção do Desenvolvimento Empresarial |
| 44.1 | Aquisição de Imóveis para Ampliação Áreas Industriais |
| 44.2 | Aquisição de Veículo para Setor Desenv. Econômico |
| 44.3 | Fomento das Atividades Microempresariais |
| 44.4 | Incentivo e Manutenção das Áreas Industriais |
| 44.5 | Manutenção do Setor de Desenvolvimento Econômico |
| 44.6 | Promoção e Apoio a Cursos Profissionalizantes |
| 44.7 | Promoção de Eventos do Setor Empresarial |



| | |
|-------|--|
| 44.8 | Convênios |
| 45 | Promoção do Desenvolvimento Turístico |
| 45.1 | Divulgação das Potencialidades Turísticas |
| 45.2 | Fomento das Atividades Turísticas |
| 45.3 | Infra Est. e Manutenção de Sinalização e Paisagismo |
| 45.4 | Manutenção do Setor de Turismo |
| 45.5 | Promoção e Apoio a Cursos Profissionalizantes |
| 45.6 | Promoção de Eventos do Setor Turístico |
| 45.7 | Convênios |
| 46 | Desenvolvimento Rural |
| 46.1 | Manutenção com Despesas Correntes |
| 46.2 | Capacitação Pessoal |
| 46.3 | Aquisição Material Permanente |
| 46.4 | Manutenção do Setor de Agropecuária |
| 46.5 | Aquisição de Patrulha Mecanizada |
| 46.6 | Associativismo Artesanal |
| 46.7 | Convênios com Associações e Entidades |
| 46.8 | Aquisição de Imóvel e Construção do Centro de Convenções |
| 47 | Comemoração ao Dia do Colono |
| 47.1 | Festa do Colono |
| 48 | Programa Hora Máquina |
| 48.1 | Hora Máquina |
| 49 | Programa Porteira a Dentro |
| 49.1 | Porteira a Dentro |
| 50 | Prog. de Desenv. de Prát. Agrícolas e Agroecológicas |
| 50.1 | Desenv. de Práticas Agrícolas e Agroecológicas |
| 51 | Desenvolvimento da Pecuária |
| 51.1 | Prog. De Capacitação e Amp. Cadeias Produtivas |
| 51.2 | Aquisição de Fármacos, vacinas, equip. e materiais |
| 51.3 | Convênios |
| 51.4 | Ampliação e Desenv. Da Psicultura e Preserv. Ambiental |
| 51.5 | Ampliação e Desenv. Da Pecuária e Preserv. Ambiental |
| 52 | Desenvolvimento Agroindustriais |
| 52.1 | Realização de Exames Microbiológicos |
| 52.2 | Convênios |
| 52.3 | Ampliação e Desenvolvimento das Agroindustrias |
| 52.4 | Aparelhamento do Serviço de Inspeção/Selo de Qualidade |
| 53 | Sanidade Animal |
| 53.1 | Realização de Exames Sorológicos Brucelose/Tuberculose |
| 53.2 | Convênios |
| 53.3 | Combate a Zoonoses |
| 53.4 | Reposição e Substituição de Matrizes e Animais Sacrif. |
| 54 | Programa de Inseminação Artificial |
| 54.1 | Programa de Inseminação Artificial |
| 55 | Programa Meio-Ambiente |
| 55.1 | Implantação de Redes de Esgoto |
| 55.2 | Implantação e Ampliação da Rede de Água |
| 55.3 | Coleta e Disposição Final do Lixo Domiciliar |
| 55.4 | Ampliação e Reforma do Centrag |
| 55.5 | Plano Estratégico do Meio-Ambiente |
| 55.6 | Arborização Urbana |
| 55.7 | Repovoamento de Peixes do Rio Palmital |
| 55.8 | Programa Pomares Caseiros |
| 55.9 | Criação de Unidade de Conservação Monte Crista |
| 55.10 | Manutenção do Setor de Meio Ambiente |

Lei Nº 1457/2009

LEI Nº 1457, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 07.01.012.365.1006.1017 | Constr. e ampliação de unidades pré-escolares | 449051 | 01.01.00 | R\$ | 15.000,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 07.01.012.365.1006.1016 | Construção e ampliação de creches municipais | 449051 | 01.01.00 | R\$ | 15.000,00 |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na unidade orçamentária da Câmara de Vereadores de Garuva.

| | | | | | |
|---------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 01.01.031.1001.2001 | Outros Serv. De Terceiros - Pessoa Jurídica | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 7.000,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Equipamento e Material Permanente | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 13.000,00 |

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º., serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias, da unidade Câmara de Vereadores de Garuva:

| | | | | | |
|---------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 01.01.031.1001.2001 | Contratação por tempo determinado | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Vencimento e Vantagens fixas | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 4.800,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Obrigações Patronais | 319013 | 01.00.00 | R\$ | 3.030,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Passagens e despesas com locomoção | 319033 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Serviços de Consultoria | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Outros auxílios financeiros a pessoa física | 339048 | 01.00.00 | R\$ | 1.670,00 |

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Lei Nº 1458/2009

LEI Nº 1458, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 111.996,88 (cento e onze mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 07.01.012.365.1006.1016 | Construção e ampliação de creches municipais | 449051 | 01.01.00 | R\$ | 15.000,00 |
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios Diversos | 339039 | 01.15.52 | R\$ | 32.717,31 |



| | | | | |
|-------------------------|----------------------------------|--------|----------|---------------|
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios Diversos | 339039 | 01.22.55 | R\$ 51.928,83 |
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios Diversos | 339039 | 01.15.49 | R\$ 27.350,74 |

Art. 2º- Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | |
|-------------------------|---------------------------------|--------|----------|----------------|
| 07.01.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 339039 | 01.19.00 | R\$ 111.996,88 |
|-------------------------|---------------------------------|--------|----------|----------------|

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1460/2009

LEI Nº. 1460, de 08 de dezembro de 2009

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 345.660,00 (trezentos e quarenta e cinco mil seiscientos e sessenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|---------------|
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 319011 | 01.00.00 | R\$ 13.000,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339039 | 01.00.00 | R\$ 8.500,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 319011 | 01.00.00 | R\$ 62.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339039 | 01.00.00 | R\$ 15.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 319011 | 01.00.00 | R\$ 12.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 319011 | 01.00.00 | R\$ 5.000,00 |
| 03.001.004.123.1003.2008 | Manutenção dos Set. de Contab. e Tesouraria | 319011 | 01.00.00 | R\$ 13.000,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 319011 | 01.00.00 | R\$ 23.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig.San.e Epid. | 319004 | 01.02.00 | R\$ 53.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig.San.e Epid. | 319011 | 01.02.00 | R\$ 65.000,00 |

| | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|---------------|
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig.San.e Epid. | 319013 | 01.02.00 | R\$ 25.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig.San.e Epid. | 319016 | 01.02.00 | R\$ 7.000,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 319011 | 01.00.00 | R\$ 44.160,00 |

Art. 2º - -Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|---------------|
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 319011 | 01.00.00 | R\$ 18.000,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 319016 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339030 | 01.00.00 | R\$ 40,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339035 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339036 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339091 | 01.00.00 | R\$ 70,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 449052 | 01.00.00 | R\$ 15,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 449091 | 01.00.00 | R\$ 385,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 319016 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339033 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 449052 | 01.00.00 | R\$ 50,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 319004 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 319011 | 01.00.00 | R\$ 500,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 319016 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 339035 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 339036 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 339030 | 01.00.00 | R\$ 100,00 |



| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|--------|
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 449061 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 170,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 305,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339018 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339031 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339092 | 01.00.00 | R\$ | 10,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 35,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 449061 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2005 | Contribuições a Entidades e Associações | 335041 | 01.00.00 | R\$ | 14.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 319013 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 30,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 340,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 225,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 155,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339018 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 620,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 65,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.028.843.1003.2010 | Amortização da Dívida Interna | 469071 | 01.00.00 | R\$ | 9.500,00 |
| 03.001.028.845.1003.2009 | Contribuição para a Formação do PASEP | 339047 | 01.00.00 | R\$ | 4.000,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ.e Turismo | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 4.000,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ.e Turismo | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 4.990,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ.e Turismo | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 2.805,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ.e Turismo | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 950,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ.e Turismo | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 2.485,00 |
| 05.001.010.301.1004.1004 | Constr. Ampl. de Prédios p/ Atend. à Saúde | 449051 | 01.02.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.1004 | Constr. Ampl. de Prédios p/ Atend. à Saúde | 449061 | 01.02.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig.San.e Epid. | 319004 | 01.02.00 | R\$ | 625,00 |
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 339030 | 01.24.19 | R\$ | 5.500,00 |
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 339036 | 01.24.19 | R\$ | 440,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|------------|
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 339039 | 01.24.19 | R\$ | 6.000,00 |
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 449052 | 01.24.19 | R\$ | 1.370,00 |
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 700,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 625,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 260,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 30.000,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-Estrutura | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-Estrutura | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-Estrutura | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 07.001.010.306.1006.2020 | Manutenção de Convênios – Merenda Escolar | 339032 | 01.01.00 | R\$ | 114,00 |
| 07.001.010.306.1006.2020 | Manutenção de Convênios – Merenda Escolar | 339032 | 01.15.51 | R\$ | 191,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 319004 | 01.18.00 | R\$ | 178.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 319004 | 01.19.00 | R\$ | 16.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 339014 | 01.01.00 | R\$ | 1.410,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 339033 | 01.01.00 | R\$ | 380,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 30,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 50,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339031 | 01.00.00 | R\$ | 8.305,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 95,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 9.000,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 950,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 50,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 235,00 |
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 2.590,00 |
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 1.195,00 |

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319011 | 01.02.00 | R\$ | 45.000,00 |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319004 | 01.14.12 | R\$ | 25.500,00 |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319013 | 01.02.00 | R\$ | 17.000,00 |
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319016 | 01.02.00 | R\$ | 2.500,00 |

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 39.320,00 (trinta e nove mil trezentos e vinte reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 12.001.008.244.1005.2001 | Manut. do Fundo Mun. de Desenv. Social | 319004 | 01.29.07 | R\$ | 8.500,00 |
| 12.001.008.244.1005.2001 | Manut. do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339032 | 01.24.54 | R\$ | 30.820,00 |

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319016 | 01.02.00 | R\$ | 11.500,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMREBOM | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 3.500,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMREBOM | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 900,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMREBOM | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 14.000,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMREBOM | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 9.420,00 |

Art. 7o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 13.001.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 18.500,00 |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|

Art. 8o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7o., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 16.001.016.482.1007.1007 | Progr.de Constr. Reforma de Hab. Urbanas | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 150,00 |
| 16.001.016.482.1007.1007 | Progr.de Constr. Reforma de Hab. Urbanas | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 960,00 |
| 16.001.016.482.1007.1007 | Progr.de Constr. Reforma de Hab. Urbanas | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 2.645,00 |
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 550,00 |
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 1.635,00 |
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 339048 | 01.00.00 | R\$ | 5.500,00 |
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 390,00 |
| 16.001.017.512.1004.1002 | Construção de Rede de Esg. e Drenagem | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 110,00 |



| | | | | |
|--------------------------|---|----------------|-----|----------|
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sani- tários | 33903001.00.00 | R\$ | 1.450,00 |
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sani- tários | 33903201.00.00 | R\$ | 535,00 |
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sani- tários | 33903601.00.00 | R\$ | 1.575,00 |
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sani- tários | 33903901.00.00 | R\$ | 3.000,00 |

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | |
|--------------------------|---|----------------|-----|-----------|
| 13.001.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 33903201.00.00 | R\$ | 31.500,00 |
|--------------------------|---|----------------|-----|-----------|

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9º., serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas receitas de Dívida Ativa e Multa e Juros da Dívida Ativa.

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 308.340,00 (trezentos e oito mil trezentos e quarenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | |
|--------------------------|---|----------------|-----|-----------|
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 31901101.00.00 | R\$ | 10.840,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 31901601.00.00 | R\$ | 3.000,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra- Estrutura | 31901601.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 31901101.18.00 | R\$ | |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 31901101.19.00 | R\$ | 77.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 31901301.18.00 | R\$ | 24.000,00 |
| 07.001.012.365.1006.2022 | Serviços Ensino Infantil –Cre- ches | 31901101.18.00 | R\$ | 3.500,00 |
| 07.001.012.365.1006.2022 | Serviços Ensino Infantil –Cre- ches | 31901101.19.00 | R\$ | 1.500,00 |
| 07.001.012.365.1006.2023 | Serviços Ensino Infantil-Pré- escolares | 31901101.18.00 | R\$ | 16.000,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 31901101.00.00 | R\$ | 5.500,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 31901601.00.00 | R\$ | 500,00 |

| | | | | |
|--------------------------|---|----------------|-----|-----------|
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 31901101.00.00 | R\$ | 21.500,00 |
| | | | | |

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 11, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas receitas de Dívida Ativa e Multa e Juros da Dívida Ativa.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1461/2009

LEI Nº 1461, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS"

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, instalar e manter Creche Municipal.

Art. 2º - A Creche Municipal criada por esta lei será denominada "JOÃO DE DEUS" e, funcionará de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei – 9.394/96, e legislação municipal pertinente.

Art. 3º - A instalação do estabelecimento de ensino de que trata esta Lei subordinar-se-á, à prévia consignação, no Orçamento do Município, das dotações necessárias, assim como a criação dos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento, por iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Art. 4º - Em consequência desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a assegurar os recursos necessários no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Para manutenção e instalação do estabelecimento de que trata este artigo poderão ser utilizados, ainda, recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1462/2009

LEI Nº 1462, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GARUVA".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no valor de R\$ 18.500,00 (Dezoito mil e quinhentos reais), a Associação dos Servidores Públicos Municipais, para fazer frente às festividades natalinas dos servidores públicos municipais.



Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei N° 1463/2009

LEI N° 1463, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

"ALTERA ANEXO III E ANEXO IV DA LEI N° 1441/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL 2010-2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam alterados os Anexo III e VI, que fazem parte integrante da Lei N° 1441/2009, de 20 de agosto de 2009, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013 de Garuva, na forma anexa a presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei N° 1464/2009

LEI N° 1464, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM GARUVA".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2009, a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Garuva, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) frente às despesas relacionadas a manutenção de programa social na comunidade.

Parágrafo único - Fica a referida associação obrigada a apresentar os comprovantes da aplicação da verba no programa ora mencionado.

Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 136/2009

DECRETO N°. 136 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR KLAUS LENNERTZ FILHO, PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o senhor KLAUS LENNERTZ FILHO, inscrito no CI-RG 1.548.682 e CPF 692.818.589-91, para cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura Urbanismo – CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 167/2009

DECRETO N. 167 DE 26 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1405/2008, de 29/12/2008.

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 4.500,00 |
| 03.01.004.122.1003.2004 | Manutenção da Divisão de Admin. e Finanças | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 05.01.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig.San.e Epid. | 339030 | 01.02.00 | R\$ | 1.500,00 |

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 4.500,00 |
| 03.01.004.122.1003.2004 | Manutenção da Divisão de Admin. e Finanças | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 05.01.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig.San.e Epid. | 319011 | 01.02.00 | R\$ | 1.500,00 |

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 170/2009

DECRETO N°. 170, de 04 de novembro de 2009

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N° 1454 de 04 de novembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 167.985,00 (cento e sessenta e sete mil novecentos e oitenta e cinco reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:



| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 02.01.018.541.1008.2030 | Man. do Setor de M.Amb., Fisc.Amb e Ed.Amb | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 37.000,00 |
| 03.01.004.122.1003.2005 | Contribuição a entidades e associações | 335041 | 01.00.00 | R\$ | 30.000,00 |
| 04.01.022.122.1002.2012 | Manutenção da Divisão de Des. Ec. e Turismo | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 8.000,00 |
| 06.01.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-estrutura | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 8.800,00 |
| 06.01.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-estrutura | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 8.800,00 |
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 55.985,00 |
| 06.01.015.451.1007.1009 | Constr.ampliação e retif. e pavimentação Urb. | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 19.400,00 |

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 22.000,00 |
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 3.000,00 |
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339018 | 01.00.00 | R\$ | 1.620,00 |
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 8.000,00 |
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 5.400,00 |
| 02.01.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e Imprensa | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 32.000,00 |
| 02.01.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e Imprensa | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 800,00 |
| 02.01.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e Imprensa | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 1.100,00 |
| 02.01.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 02.01.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 02.01.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 02.01.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 1.465,00 |

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 02.01.018.541.1008.2030 | Manutenção do Setor de Meio Amb. Fiscalização | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 10.000,00 |
| 2.01.018.541.1008.2030 | Manutenção do Setor de Meio Amb. Fiscalização | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 3.000,00 |
| 02.01.018.541.1008.2030 | Manutenção do Setor de Meio Amb. Fiscalização | 339018 | 01.00.00 | R\$ | 1.400,00 |
| 02.01.018.541.1008.2030 | Manutenção do Setor de Meio Amb. Fiscalização | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 1.500,00 |
| 06.01.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-estrutura | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 1.500,00 |
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.17.00 | R\$ | 54.400,00 |
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 08.01.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agricultura | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 3.000,00 |
| 08.01.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agricultura | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 08.01.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agricultura | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 3.000,00 |
| 08.01.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agricultura | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 08.01.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agricultura | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 2.800,00 |

Art. 3o – A abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 72.865,00 (setenta e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 02.01.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e Imprensa | 449091 | 01.00.00 | R\$ | 72.865,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 13.300,00 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 335041 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 6.000,00 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339030 | 01.24.54 | R\$ | 13.704,00 |

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339032 | 01.24.54 | R\$ | 23.000,00 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 1.561,80 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 449052 | 01.24.54 | R\$ | 4.709,00 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 449052 | 01.24.55 | R\$ | 3.590,20 |
| | | | | | |

Art. 5o – A abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 118.200,00 (cento e dezoito mil e duzentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|------------|
| 02.01.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e Imprensa | 449091 | 01.00.00 | R\$ | 118.200,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|------------|

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 13.01.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 8.000,00 |
| 13.01.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 53.900,00 |
| 13.01.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 10.000,00 |
| 13.01.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 12.300,00 |
| 13.01.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 34.000,00 |
| | | | | | |

Art. 7o – A abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 49.935,00 (quarenta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 02.01.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e Imprensa | 449091 | 01.00.00 | R\$ | 49.935,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|

Art. 8º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 18.01.006.182.1007.1015 | Implantação de Unidade do Corpo de Bombeiros | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 49.935,00 |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|

Art. 9o – A abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 2.065,00 (dois mil e sessenta e cinco reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------|----------|-----|----------|
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 2.065,00 |
|-------------------------|-------------------------------------|--------|----------|-----|----------|

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 18.01.006.182.1007.1015 | Implantação de Unidade do Corpo de Bombeiros | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 2.065,00 |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|

Art. 11 – A abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------|----------|-----|------------|
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100.000,00 |
|-------------------------|-------------------------------------|--------|----------|-----|------------|

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 11, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.01.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 339030 | 01.14.08 | R\$ | 20.000,00 |
| 15.01.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 339030 | 01.02.00 | R\$ | 29.500,00 |
| 15.01.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 339030 | 01.14.15 | R\$ | 1.500,00 |
| 15.01.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 339032 | 03.14.13 | R\$ | 32.000,00 |
| 15.01.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 339032 | 03.23.55 | R\$ | 17.000,00 |
| | | | | | 100.000 |
| | | | | | |

Art. 13 – A abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 29.950,00 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------|----------|-----|-----------|
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 29.950,00 |
|-------------------------|-------------------------------------|--------|----------|-----|-----------|

Art. 14 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 13, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 17.01.017.512.1004.1003 | Progr. de Tratam. Indiv de Esgotos Sanitários | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 17.01.016.482.1007.1007 | Progr. de Constr. Reforma de Habit. Urbanas | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 3.000,00 |
| 17.01.016.482.1007.1007 | Progr. de Constr. Reforma de Habit. Urbanas | 449051 | 01.24.54 | R\$ | 6.596,00 |
| 17.01.016.482.1007.1007 | Progr. de Constr. Reforma de Habit. Urbanas | 449051 | 01.24.55 | R\$ | 4.404,00 |
| 17.01.016.482.1007.1007 | Progr. de Constr. Reforma de Habit. Urbanas | 449061 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 17.01.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Habitação | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 2.750,00 |

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 17.01.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Habitação | 339092 | 01.00.00 | R\$ | 2.200,00 |
| 17.01.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Habitação | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 2.808,00 |
| 17.01.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Habitação | 449052 | 01.24.55 | R\$ | 2.192,00 |

Art. 15 – A abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 6.000,00 |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|

Art. 16 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 15, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 12.01.008.244.1005.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339048 | 01.00.00 | R\$ | 4.000,00 |

Art. 17 – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 171

“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar 026/2005, art. 149.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida para o exercício de 2010 a atualização monetária dos débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias, a UFM – Unidade Fiscal Municipal e as demais penalidades em 4,07 %, correspondente a variação do IPCA-E apurado pelo IBGE, no período de novembro de 2008 a outubro de 2009.

Art. 2º. – Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 172/2009

DECRETO N. 172 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2009

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1405/2008, de 29/12/2008.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 600,00 |
| 03.01.004.122.1003.2004 | Manutenção da Divisão de Admin. e Finanças | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 2.700,00 |

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 600,00 |
| 03.01.004.122.1003.2004 | Manutenção da Divisão de Admin. e Finanças | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 1.700,00 |
| 03.01.004.122.1003.2004 | Manutenção da Divisão de Admin. e Finanças | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 173/2009

DECRETO N° 173, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2009

“CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE GARUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere o art.79., da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 10, de 30 de junho de 2009, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria N° 136, de 19 de agosto de 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 4ª Conferência Municipal da Cidade de Garuva, a se realizar no dia 02 de dezembro de 2009, em Garuva, sob a coordenação do CONCIGA - Conselho da Cidade de Garuva.

Art. 2º - A 4ª Conferência Municipal da Cidade de Garuva desenvolverá seus trabalhos a partir do lema " Cidades para todos e todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social" e sobre o tema "Avanços, Dificuldades e Desafios na implementação da Política de Desenvolvimento Urbano".

Art. 3º - A 4ª Conferência Municipal da Cidade de Garuva será presidida pela Presidente do Conselho da Cidade e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário de Administração Planejamento e Finanças.

Art. 4º - O Prefeito expedirá, mediante portaria, o regimento da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Garuva.

Parágrafo único - O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Garuva, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.



Art. 5º - As despesas com a realização da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Garuva correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 174/2009

DECRETO N°. 174 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR JAKSON CÉSAR HATTENHAUER, PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE CONTABILIDADE."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o servidor JAKSON CÉSAR HATTENHAUER, para cargo comissionado de Diretor de Contabilidade – CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 175/2009

DECRETO N°. 175 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA CHRISTINE ZWETTLER TEIXEIRA, PARA O CARGO DE CHEFE DO SETOR DE TURISMO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeada a servidora CHRISTINE ZWETTLER TEIXEIRA, para cargo de Chefe do Setor de Turismo - FC, subordinado a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 176/2009

DECRETO N°. 176 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PAULO AFONSO PEREIRA DA ROCHA, PARA O CARGO DE CHEFE DO SETOR DE CADASTRO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o servidor PAULO AFONSO PEREIRA DA ROCHA, para cargo de Chefe do Setor de Cadastro - FC, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 177/2009

DECRETO N. 177 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferida, e especialmente a Lei nº 1405/2008, de 29 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 260,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 260,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 186/2009

DECRETO N. 186 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferida, e especialmente a Lei nº 1405/2008, de 29 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 200,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 200,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|--------|



Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 187/2009

DECRETO N° 187, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N° 1457 de 26 de novembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 07.01.012.365.1006.1017 | Constr. e ampliação de unidades pré-escolares | 449051 | 01.01.00 | R\$ | 15.000,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 07.01.012.365.1006.1016 | Construção e ampliação de creches municipais | 449051 | 01.01.00 | R\$ | 15.000,00 |
|-------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|

Art. 3o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na unidade orçamentária da Câmara de Vereadores de Garuva.

| | | | | | |
|---------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 01.01.031.1001.2001 | Outros Serv. De Terceiros - Pessoa Jurídica | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 7.000,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Equipamento e Material Permanente | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 13.000,00 |

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o., serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias, da unidade Câmara de Vereadores de Garuva:

| | | | | | |
|---------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 01.01.031.1001.2001 | Contratação por tempo determinado | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Vencimento e Vantagens fixas | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 4.800,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Obrigações Patronais | 319013 | 01.00.00 | R\$ | 3.030,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Passagens e despesas com locomoção | 319033 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Serviços de Consultoria | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 01.01.031.1001.2001 | Outros auxílios financeiros a pessoa física | 339048 | 01.00.00 | R\$ | 1.670,00 |

Art. 5o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 188/2009

DECRETO N° 188, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N° 1458 de 01 de dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 111.996,88 (cento e onze mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|----------------------------------|--------|----------|-----|-----------|
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios Diversos | 339039 | 01.15.52 | R\$ | 32.717,31 |
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios Diversos | 339039 | 01.22.55 | R\$ | 51.928,83 |
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios Diversos | 339039 | 01.15.49 | R\$ | 27.350,74 |

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---------------------------------|--------|----------|-----|------------|
| 07.01.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 339039 | 01.19.00 | R\$ | 111.996,88 |
|-------------------------|---------------------------------|--------|----------|-----|------------|

Art. 3o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 189/2009

DECRETO N. 189 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferida, e especialmente a Lei n° 1405/2008, de 29/12/2008.

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 600,00 |
| 03.01.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 200,00 |
| 03.01.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |
| 03.01.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 900,00 |
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 7.400,00 |
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios - Diversos | 339036 | 01.15.49 | R\$ | 300,00 |

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do



Artigo 1º, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 02.01.004.122.1003.2002 | Manutenção do Gabinete do Prefeito | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 600,00 |
| 03.01.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 317111 | 01.00.00 | R\$ | 200,00 |
| 03.01.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 319013 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |
| 03.01.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 900,00 |
| 06.01.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 7.400,00 |
| 07.01.012.361.1006.2021 | Manutenção de Convênios - Diversos | 339039 | 01.15.49 | R\$ | 300,00 |

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 13.01.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 8.000,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|----------|

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 13.01.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 8.000,00 |
|-------------------------|---|--------|----------|-----|----------|

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto N° 190/2009

DECRETO N°. 190, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ALTERA O INCISO V DO Art.11 DO ANEXO I DO DECRETO N° 70/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI FEDERAL 10520/02, ESPECIFICAMENTE DE 17 DE JULHO DE 2002, ESPECIFICAMENTE O INCISO V DO Art. 4º DA CITADA LEI.

Considerando o prazo estabelecido pela lei Federal 10520/02 de oito dias úteis para realização de licitação na modalidade pregão.

Considerando a necessidade de celeridade nesta modalidade de licitação sem ferir a legislação Federal

DECRETA:

Art. 1o. – Altera o inciso V do art.11 do anexo I do decreto 70/2006 de 02 de outubro de 2006, passando a ter a seguinte redação:

"Art.11-

"V- O Edital fixará prazo não inferior a 08(oito) dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas:"

Art. 2o. - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal.

Decreto N° 191/2009

DECRETO N°. 191, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N° 1460 de 08 de dezembro de 2009:

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 343.630,00 (trezentos e quarenta e três mil seiscentos e trinta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 13.000,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 8.500,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 62.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 15.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 12.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 03.001.004.123.1003.2008 | Manutenção dos Set. de Contab. e Tesouraria | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 13.000,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 23.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig. San.e Epid. | 319004 | 01.02.00 | R\$ | 50.970,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig. San.e Epid. | 319011 | 01.02.00 | R\$ | 65.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig. San.e Epid. | 319013 | 01.02.00 | R\$ | 25.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.2013 | Manut. da Divisão de Saúde e Vig. San.e Epid. | 319016 | 01.02.00 | R\$ | 7.000,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 44.160,00 |

Art. 2º - -Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 18.000,00 |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|



| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|--------|
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 40,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 339091 | 01.00.00 | R\$ | 70,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 15,00 |
| 02.001.002.062.1003.2003 | Manutenção da Divisão Jurídica e de Imprensa | 449091 | 01.00.00 | R\$ | 385,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2002 | Manutenção do Setor de Gabinete do Prefeito | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 50,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.004.122.1003.2029 | Manutenção da Controladoria Geral | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|--------|
| 02.001.018.541.1008.1006 | Contr.e ou Ampl. da Usina de Lixo e M. Amb | 449061 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1023 | Programa de Preserv. dos Recursos Naturais | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.1024 | Programa de Gerenc. da Baia do Rio Palmital | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 170,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 305,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 02.001.018.541.1008.2030 | Man.do Setor de M.Amb, Fisc.Amb e Ed.Amb. | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339018 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |



| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339031 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339035 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 339092 | 01.00.00 | R\$ | 10,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 35,00 |
| 03.001.004.122.1003.2004 | Manut. da Div. Administração | 449061 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2005 | Contribuições a Entidades e Associações | 335041 | 01.00.00 | R\$ | 14.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 319013 | 01.00.00 | R\$ | 5.000,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 30,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 340,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 225,00 |
| 03.001.004.122.1003.2006 | Manutenção do Setor de Recursos Humanos | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 155,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339018 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 620,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 03.001.004.122.1003.2011 | Manut. do Setor de Orcam. e de Lic. e Compras | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 65,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.004.129.1003.2007 | Manutenção do Setor de Tributos | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 03.001.028.843.1003.2010 | Amortização da Dívida Interna | 469071 | 01.00.00 | R\$ | 9.500,00 |
| 03.001.028.845.1003.2009 | Contribuição para a Formação do PASEP | 339047 | 01.00.00 | R\$ | 4.000,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ. e Turismo | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 4.000,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ. e Turismo | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 4.990,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ. e Turismo | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 2.805,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ. e Turismo | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 950,00 |
| 04.001.022.122.1002.2012 | Manutenção Divisão de Des. Econ. e Turismo | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 2.485,00 |
| 05.001.010.301.1004.1004 | Constr. Ampl. de Prédios p/Atend. à Saúde | 449051 | 01.02.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 05.001.010.301.1004.1004 | Constr. Ampl. de Prédios p/Atend. à Saúde | 449061 | 01.02.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 339030 | 01.24.19 | R\$ | 5.500,00 |
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 339036 | 01.24.19 | R\$ | 440,00 |
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 339039 | 01.24.19 | R\$ | 6.000,00 |
| 06.001.006.181.1007.2017 | Manut. de Convênios com a Segurança Pública | 449052 | 01.24.19 | R\$ | 1.370,00 |
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |



| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|------------|
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 06.001.015.452.1007.1014 | Construção e Recup. de Abrigos de Ônibus | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 700,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 625,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 260,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 30.000,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-Estrutura | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-Estrutura | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-Estrutura | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 1.000,00 |
| 07.001.010.306.1006.2020 | Manutenção de Convênios – Merenda Escolar | 339032 | 01.01.00 | R\$ | 114,00 |
| 07.001.010.306.1006.2020 | Manutenção de Convênios – Merenda Escolar | 339032 | 01.15.51 | R\$ | 191,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 319004 | 01.18.00 | R\$ | 178.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 319004 | 01.19.00 | R\$ | 16.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 339014 | 01.01.00 | R\$ | 1.410,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 339033 | 01.01.00 | R\$ | 380,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 30,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 50,00 |
| 07.002.013.392.1006.2024 | Manutenção do Setor de Cultura | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|----------|
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 300,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339031 | 01.00.00 | R\$ | 6.900,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 95,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 9.000,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 950,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 50,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339033 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 235,00 |
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 319004 | 01.00.00 | R\$ | 100,00 |
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 2.590,00 |
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 339014 | 01.00.00 | R\$ | 1.195,00 |

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319011 | 01.02.00 | R\$ | 45.000,00 |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319004 | 01.14.12 | R\$ | 25.500,00 |
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319013 | 01.02.00 | R\$ | 17.000,00 |



| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319016 | 01.02.00 | R\$ | 2.500,00 |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|----------|

Art. 5º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 39.320,00 (trinta e nove mil trezentos e vinte reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 12.001.008.244.1005.2001 | Manut. do Fundo Mun. de Desenv. Social | 319004 | 01.29.07 | R\$ | 8.500,00 |
| 12.001.008.244.1005.2001 | Manut. do Fundo Mun. de Desenv. Social | 339032 | 01.24.54 | R\$ | 30.820,00 |

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|-----------|
| 15.001.010.302.1004.2001 | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde | 319016 | 01.02.00 | R\$ | 11.500,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMRE-BOM | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 3.500,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMRE-BOM | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 900,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMRE-BOM | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 14.000,00 |
| 18.001.006.182.1007.2001 | Manutenção do FUMRE-BOM | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 9.420,00 |

Art. 7º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 13.001.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 18.500,00 |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|

Art. 8º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7º., serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 16.001.016.482.1007.1007 | Progr.de Constr. Reforma de Habit. Urbanas | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 150,00 |
| 16.001.016.482.1007.1007 | Progr.de Constr. Reforma de Habit. Urbanas | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 960,00 |
| 16.001.016.482.1007.1007 | Progr.de Constr. Reforma de Habit. Urbanas | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 2.645,00 |
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 550,00 |
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 1.635,00 |

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|----------|
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 339048 | 01.00.00 | R\$ | 5.500,00 |
| 16.001.016.482.1007.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Habitação | 449052 | 01.00.00 | R\$ | 390,00 |
| 16.001.017.512.1004.1002 | Construção de Rede de Esg. e Drenagem | 449051 | 01.00.00 | R\$ | 110,00 |
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sanitários | 339030 | 01.00.00 | R\$ | 1.450,00 |
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sanitários | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 535,00 |
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sanitários | 339036 | 01.00.00 | R\$ | 1.575,00 |
| 16.001.017.512.1004.1003 | Progr.de Tratam. Indiv. Esgotos Sanitários | 339039 | 01.00.00 | R\$ | 3.000,00 |

Art. 9º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 13.001.020.122.1008.2001 | Manutenção do Fundo Mun. de Agricultura | 339032 | 01.00.00 | R\$ | 31.500,00 |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9º., serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas receitas de Dívida Ativa e Multa e Juros da Dívida Ativa.

Art. 11 – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 308.340,00 (trezentos e oito mil trezentos e quarenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

| | | | | | |
|--------------------------|--|--------|----------|-----|------------|
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 10.840,00 |
| 06.001.015.452.1007.2016 | Manutenção da Divisão de Manutenção | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 3.000,00 |
| 06.001.026.782.1007.2015 | Manutenção do Setor de Infra-Estrutura | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 2.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 319011 | 01.18.00 | R\$ | 143.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 319011 | 01.19.00 | R\$ | 77.000,00 |
| 07.001.012.361.1006.2018 | Manutenção do Setor de Educação | 319013 | 01.18.00 | R\$ | 24.000,00 |
| 07.001.012.365.1006.2022 | Serviços Ensino Infantil –Creches | 319011 | 01.18.00 | R\$ | 3.500,00 |



| | | | | | |
|--------------------------|---|--------|----------|-----|-----------|
| 07.001.012.365.1006.2022 | Serviços Ensino Infantil –Creches | 319011 | 01.19.00 | R\$ | 1.500,00 |
| 07.001.012.365.1006.2023 | Serviços Ensino Infantil- Pré-escolares | 319011 | 01.18.00 | R\$ | 16.000,00 |
| 07.003.027.812.1006.2026 | Manutenção da Divisão de Esportes | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 5.500,00 |
| 08.001.020.122.1008.2028 | Manutenção da Divisão de Agropecuária | 319016 | 01.00.00 | R\$ | 500,00 |
| 09.001.008.244.1005.2014 | Manutenção da Divisão de Desenv. Social | 319011 | 01.00.00 | R\$ | 21.500,00 |

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 11, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas receitas de Dívida Ativa e Multa e Juros da Dívida Ativa.

Art. 13 – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 294/2009

PORTARIA N°. 294, DE 21 DE SETEMBRO DE 2009

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, a qual encontra-se devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, ODETE DANIEL DA CRUZ, inscrita no CI-2/R 2.510.805 SSP-SC e CPF 279.556.809-87, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 295/2009

PORTARIA N°. 295, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ANÍGIA BENKENDORF HATTENHAUER, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 236/2009, de 06 de agosto de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 296/2009

PORTARIA N°. 296, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, CRISTIANE PEREIRA DA SILVA, do cargo de Professora Nível II, admitida através da portaria nº. 233/2009, de 05 de agosto de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 298/2009

PORTARIA N°. 298, DE 01 DE OUTUBRO DE 2009

“DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 002/98 DE 29 DE ABRIL DE 1998,

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de enquadramento vertical, anexa a esta portaria.

Art. 2º. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 298/2009

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS IV E V DA LEI COMPLEMENTAR 002/98 DE 29/04/98.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

| NOME | ENQUADRAMENTO |
|----------------------|---------------|
| SILVIA LEITE PEDROSO | 1.3A |



MAGISTÉRIO

| NOME | ENQUADRAMENTO |
|----------------------------|---------------|
| MARIA EDLAMAR AGUIAR COSTA | 3.2A |

Portaria N° 299/2009

PORTARIA N°. 299, DE 05 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 002/98 DE 29 DE ABRIL DE 1998,

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de enquadramento horizontal, anexa a esta portaria.

Art. 2º. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 299/2009

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS IV E V DA LEI COMPLEMENTAR 002/98 DE 29/04/98.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

| NOME | ENQUADRAMENTO |
|-------------------------------|---------------|
| ADAMASTOR SAAD BENEDET JUNIOR | 5.2C |
| ANTONIO DAMAZIO FILHO | 4.1B |
| CARLA LIZETE RAMOS | 5.2D |
| CARMEN LUCIA BON BARBOSA | 7.2B |
| CLAUDETE MARIA GUAREZI | 3.1C |
| CLAUSSE CIDREA DAVET | 5.2C |
| CLEA LUIZA DE MIRANDA | 1.2B |
| ERMÍNIO LEITE | 1.2C |
| GUIDO JELONSCHKE | 3.2C |
| HELENO VEDOLIN DA SILVA | 4.1B |
| IRACI SCHULTZ DE NOVAES | 1.1B |
| ISABELA ARAGÃO PEREIRA | 7.1C |
| JAKSON CESAR HATTENHAUER | 6.2A |
| JANETE SIZ | 1.1C |
| MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI | 1.1B |
| MARILZA LEANDRO DE CASTRO | 1.2C |
| MÁRIO DA VEIGA | 2.1B |
| PAULO AFONSO PEREIRA DA ROCHA | 5.1B |
| REINVALD SCHNEIDER | 1.3A |
| ROSÁLIA STOCKHAUSEN DA SILVA | 3.1B |
| SILVANA RIBEIRO DA LUZ | 6.1B |
| TANIA NARA VAGELESKI ALVES | 3.2E |
| VUNIBALDO FELDHAUS | 4.2E |

MAGISTÉRIO

| NOME | ENQUADRAMENTO |
|------------------------|---------------|
| ELVIS NEI ESTEVAM | 3.2E |
| VERA LUCIA GOLIN GROSS | 3.1B |

Portaria N° 300/2009

PORTARIA N°. 300, DE 06 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 , 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ELIANE FATIMA BORDIN, do cargo de Psicólogo, admitida através da portaria nº. 298/2007, de 08 de outubro de 2007.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria N° 301/2009

PORTARIA N° 301, de 07 de outubro de 2009.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

Art. 1o. Admitir em caráter temporário, ELIANE FATIMA BORDIN inscrita no CI-RG 5.740.463 e CPF 394.521.589-72, na função de Psicóloga, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria N° 302/2009

PORTARIA N°. 302, de 09 de outubro de 2009

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 , 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

Art. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, NOELI DA SILVA LIMA, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, admitida através da portaria nº. 295/2007, de 08 de outubro de 2007.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 303/2009

PORTARIA Nº. 303, de 09 de outubro de 2009.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

Art. 1o. Admitir em caráter temporário, NOELI DA SILVA LIMA, inscrita no CI-RG 2.511.011-0 e CPF 705.324.949-20, na função de Auxiliar de Enfermagem, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor no dia 10/10/2009.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 304/2009

PORTARIA Nº. 304, de 13 de outubro de 2009

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, a qual encontra-se devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

Art. 1o. Admitir em caráter temporário, JANAÍNA NUNES DA SILVA, inscrita no CI- 4.295.501 SSP-SC e CPF 052.018.569-26, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 305/2009

PORTARIA Nº 305, de 13 de outubro de 2009.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Administração, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

Art. 1o. Admitir em caráter temporário, BRUNA IRACEMA KRÜEGER DA ROCHA, inscrita no CI-RG 5.347.910 e CPF 056.723.159-33, para o cargo de Agente Administrativo, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 306/2009

PORTARIA Nº. 306, de 13 de outubro de 2009.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 197/2009;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 SEÇÃO IV ALTERAÇÕES;

Art. 1o. Conceder licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, pelo período de 02 (dois) anos a contar da data de 13 de Outubro de 2009, a servidora pública municipal CARLA KELI BRANTL POPPER, ocupante do cargo de Professora Nível III.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 307/2009

PORTARIA Nº. 307, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 002/98 DE 29 DE ABRIL DE 1998,

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de enquadramento horizontal, anexa a esta portaria.

Art. 2º. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.



Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 307/2009

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS IV E V DA LEI COMPLEMENTAR 002/98 DE 29/04/98.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

| NOME | ENQUADRAMENTO |
|-------------------------------|---------------|
| IVO POLZIN | 4.2D |
| MARIA TEREZINHA MACHADO ZIETZ | 1.1B |
| MARLENE HASCHTEL | 1.1B |
| ROSMERI MARIA ROCHA | 5.2E |

MAGISTÉRIO

| NOME | ENQUADRAMENTO |
|--------------------|---------------|
| NEUSA ALVES VIEIRA | 2.1B |

Portaria N° 308/2009

PORTARIA Nº. 308, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual encontra-se devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS

MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 02/98 DE 29/04/98 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, PAULO DE TARSO STEIN RIBEIRO, inscrito no CI-RG 000143572 e CPF 286.254.551-15, na função de Médico, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 309/2009

PORTARIA Nº. 309, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

Considerando, Lei 45/2009 de 15/10/2009 - Plano de Cargos e Vencimentos, Capítulo VII.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de enquadramento, anexa a esta portaria.

Art. 2º. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 309/2009

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

| Matrícula | Servidor | Cargo | Carreira | Classe | Referência |
|-----------|------------------------------------|-------------------------------|-----------------------|--------|------------|
| 6136.0 | ADAMASTOR SAAD BENEDET JÚNIOR | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | M |
| 8721.1 3 | ADRIANA FRANZOLOSO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 8973.7 1 | ADRIANA SANTINI | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 6042.9 2 | ADRIANA SCHMIDT FLOR | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | C |
| 6004.6 | ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO | SUPERVISOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | JÚNIOR | D |
| 7916.2 | AFONSO ALBRECHT | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | D |
| 6128.0 | ALCEU ALLENBRANDT JACOBSEN | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS | OPERACIONAL IV | I | L |
| 6188.3 | ALCINDO WENDOLINO MULLER JÚNIOR | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA | APOIO | I | M |
| 5971.4 | ALESSANDRO BRZOWSKI | ENGENHEIRO FLORESTAL | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | J |
| 8445.0 | ALEXANDRE DIERSCHNABEL | FISCAL DE MEIO AMBIENTE | OPERACIONAL IV | I | C |
| 6206.5 1 | ALEXANDRE SAAD BENEDET | CONTADOR | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | J |
| 9616.4 | ALINE KRAUSE TONDORF | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | A |
| 6216.2 | ANA TELMA GOMES GUIMARÃES DA SILVA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6001.1 1 | ANDREIA DOS SANTOS | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | F |
| 10105.2 | ANDREIA MARIA FERREIRA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | A |
| 6084.4 2 | ANGELA MERLIN ORZENN | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | D |



| | | | | | |
|----------|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------|--------|---|
| 6143.3 | ANNELIESE BON BARBOSA HUBNER | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | O |
| 8784.0 | ANTONIO DAMAZIO FILHO | PEDREIRO | OPERACIONAL IV | I | C |
| 6129.8 | APARECIDA CASTORINA DE OLIVEIRA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | L |
| 6179.4 | APARECIDA DA CONCEICAO FERREIRA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 1137.1 | AYRTON MIRANDA LEITE | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 6045.3 | CARIN PISKE DE SOUZA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | L |
| 6318.5 5 | CARLA ANDREA GALANDO ESTEVAM | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 9726.8 | CARLA KELI BRANTL POPPER | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6199.9 | CARLA LIZETE RAMOS | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | O |
| 9666.0 | CARLOS ALBERTO POPPER | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6120.4 | CARMEN LUCIA BON BARBOSA | ARQUITETA | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | L |
| 9565.6 | CATIA REGINA LEANDRO | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 11174.0 | CECILIA PALUDO SALLES LUNARDI | ODONTOLOGO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | A |
| 9605.9 | CECILIA SENKE | ENFERMEIRO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | C |
| 6118.2 | CECILIA ZAWODINE PETERS | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 5813.0 | CELIA MARTINS DO NASCIMENTO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 6653.2 2 | CELONI PIZATTO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 7382.2 | CÉSAR CASSIUS MOCKER | ENGENHEIRO AGRONOMO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | D |
| 9465.0 1 | CHRISTINE ZWETTLER TEIXEIRA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | C |
| 6185.9 | CIDINÉIA DA SILVA RIBEIRO | RECEPCIONISTA | OPERACIONAL II | I | M |
| 8361.5 | CLAUDETE MARIA GUAREZI | MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES | OPERACIONAL III | I | D |
| 6201.4 | CLAUDIA GLOVATSKI | TELEFONISTA | OPERACIONAL II | I | M |
| 7373.3 4 | CLAUDIA PEREIRA DA SILVA REGUELM | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 7915.4 | CLAUDIMAR ROBERTO BRUNETTO | OPERADOR DE MÁQUINA | OPERACIONAL IV | I | D |
| 9038.7 1 | CLAUDINEIA MOREIRA DOS SANTOS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 6119.0 | CLAUSSE CIDREA DAVET | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | M |
| 6127.1 | CLEA LUIZA DE MIRANDA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | L |
| 6171.9 | CLEIDE MAFRA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | L |
| 7462.4 | DAIANE SITADELA | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 7921.9 | DANIELE MONNEY | RECEPCIONISTA | OPERACIONAL II | I | D |
| 6319.3 1 | DAYANE MIRANDA ROCHA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | C |
| 7787.9 2 | DEISE GRABOWSKI | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6213.8 | DEJANIR MARIA BRANDAO | PROFESSOR NÍVEL I | PROFESSOR | I | L |
| 6191.3 | DEJANIRA DA CONCEIÇÃO FERREIRA | MONITOR DE CRECHE | EDUCADOR | I | F |
| 9441.2 1 | DENISE ROMANZINI DA SILVA | SUPERVISOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | JÚNIOR | C |
| 5994.3 1 | DILSE GOMES FURTADO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | F |
| 7920.0 | DIOGO COSTA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | D |
| 8710.6 2 | EDILENE MEZADRI WINTER | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 5973.0 1 | EDSON JAIR BACK | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA | APOIO | I | C |
| 9463.3 1 | ELFRIEDE HERMIENE ZWETTLER TEIXEIRA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 170.8 2 | ELI KEPKA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 6180.8 | ELIANE ETHUR DE QUADROS | ODONTOLOGO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | M |
| 6075.5 3 | ELIANE FIEDLER | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | F |
| 9602.4 | ELIANE GENOVEZ | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | C |
| 9478.1 2 | ELIANE NAGEL CRISTOFOLINI | MONITOR DE CRECHE | EDUCADOR | I | A |
| 7779.8 | ELISABETE DO AMARAL MEDEIROS | ENFERMEIRO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | C |
| 5989.7 | ELISABETE MOTA PEREIRA | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | J |
| 8383.6 | ELISABETH RADWANSKI | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | A |
| 10235.0 | ELIZABETE DE FREITAS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | A |
| 6212.0 | ELSA THOMEN | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | P |

| | | | | | |
|----------|--|-----------------------------|-------------------------|--------|---|
| 321.2 | ELVIS NEI ESTEVAM | SUPERVISOR DESPORTIVO | ESPECIALISTA | JÚNIOR | P |
| 8854.4 1 | EMMANUELLE VERVLOET REIS | MÉDICO | ESPECIALISTA SUPERIOR I | JÚNIOR | C |
| 6157.3 | ERMINIO LEITE | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | M |
| 6161.1 | ERNO JELONSCHKE | PEDREIRO | OPERACIONAL IV | I | M |
| 7907.3 | EVERLI BORBA AVANZI | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | D |
| 6215.4 | FABIANE AGUIAR DE OLIVEIRA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | J |
| 7104.8 3 | FABIANE PATRICIA ALVES LAGES LIMA FERREIRA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 5984.6 | GIOVANA MEWS DOS SANTOS | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | F |
| 6029.1 1 | GRAZIELE VIEIRA MAES | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6148.4 | GUIDO JELONSCHKE | VIGILANTE | OPERACIONAL II | I | M |
| 6565.0 | HELENO VEDOLIN DA SILVA | PEDREIRO | OPERACIONAL IV | I | C |
| 11024.8 | HILDA VITORIO | SUPERVISOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | JÚNIOR | A |
| 11039.6 | IARA DUTRA DE ARMAS | ASSISTENTE SOCIAL | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | A |
| 6117.4 3 | IDELINA PIACESKI STREY | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | D |
| 2617.4 | ILDA MARIA CONCEIÇÃO | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | L |
| 6000.3 | IOLANDO DE ASSIS | ENGENHEIRO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | J |
| 7906.5 | IRACI MACIEL DE OLIVEIRA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | D |
| 6097.6 1 | IRACI SCHULTZ DE NOVAES | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 6235.9 | IVANA DUARTE | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | Q |
| 6183.2 | IVANILDA HEIN | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | M |
| 6210.3 | IVO POLSIN | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA | APOIO | I | O |
| 6150.6 1 | IVONE HATTENHAUER PEREIRA | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | J |
| 6720.2 | IZAQUE MATOS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | D |
| 6845.4 | IZAQUEU MATOS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | D |
| 8024.1 1 | ISABELA ARAGÃO PEREIRA | ENFERMAGEM | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | D |
| 391.3 | JAKSON CÉSAR HATTENHAUER | TÉCNICO EM CONTABILIDADE | TÉCNICO | I | J |
| 9665.2 | JANES DANIELA DELFINO DE ARAÚJO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 10192.3 | JANETE APARECIDA DOS SANTOS | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | A |
| 7804.2 | JANETE SIZ | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | D |
| 6228.6 | JAQUELINE A OLIVEIRA LOEFFLER | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 9569.9 | JEAN CARLOS GONÇALVES | FISCAL DE MEIO AMBIENTE | OPERACIONAL IV | I | D |
| 7966.9 | JESSICA MARCELLA CORREA | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | A |
| 6162.0 | JOÃO DA SILVA | VIGILANTE | OPERACIONAL II | I | J |
| 2324.8 | JOÃO MAES | VIGILANTE | OPERACIONAL II | I | H |
| 3012.0 2 | JONATAS LEMOS | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | J |
| 6231.6 | JOSÉ LIPINSKI | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | II | Q |
| 7710.0 1 | JOSIANE GISELE BRESSAN | ENFERMEIRO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | D |
| 6168.9 | JUCÉLIA DE SOUZA UMLAUF | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | D |
| 6195.6 | JUCELINO GUAREZI | MECÂNICO | OPERACIONAL IV | I | N |
| 8828.5 | JUREMA DE JESUS CRUZ BISEWSKI | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 8384.4 1 | KARLA ADRIANA PEDRALI BALDISSARELLI | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 6208.1 | LAURENCIA DA SILVA | RECEPCIONISTA | OPERACIONAL II | I | O |
| 9905.8 | LAURILETE COSTA | VIGILANTE | OPERACIONAL II | I | A |
| 7101.3 1 | LEIA CANDIDO DA VEIGA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 6665.6 5 | LENITA LUBAWSKI | MONITOR DE CRECHE | EDUCADOR | I | C |
| 2862.2 2 | LIDIANE SALES CASANOVA TREVISAN | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6200.6 | LISETE HEIN BRUNS | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | O |
| 6189.1 | LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 6236.7 | LUIZ CARLOS PADILHA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | Q |
| 6149.2 | LUIZ CARLOS SARAMENTO | OPERADOR DE MÁQUINA | OPERACIONAL IV | I | L |



| | | | | | | |
|---------|---|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------|--------|---|
| 6079.8 | 2 | LUIZ HENRIQUE DA SILVA | PROFESSOR NÍVEL I | PROFESSOR | I | J |
| 6051.8 | 3 | LUIZA FRANCISCONE ARCENO | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | C |
| 2562.3 | 1 | MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA | ORIENTADOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | JÚNIOR | J |
| 6105.0 | | MARCIA MARIA FERREIRA | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | M |
| 6050.0 | | MARCIA NAGEL CRISTOFOLINI | PROFESSOR NÍVEL III | OPERACIONAL I | III | F |
| 9604.0 | | MARCIA VERGINIA DE SOUZA CARDOSO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 6122.0 | | MARCOS JOSÉ FERREIRA | VIGILANTE SANITÁRIO | AUXILIAR | I | A |
| 6104.2 | | MARCOS OTTO STREY | OPERADOR DE MÁQUINA | OPERACIONAL IV | I | L |
| 7909.0 | | MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 5987.0 | | MARIA BERNADETE DOS SANTOS | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | J |
| 9464.1 | 1 | MARIA DE FÁTIMA JUNQUEIRA MALUCELLI | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 5968.4 | | MARIA DE LOURDES PAKUSZEWSKI | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | E |
| 6348.7 | | MARIA EDLAMAR AGUIAR COSTA | SUPERVISOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | JÚNIOR | J |
| 6449.1 | 3 | MARIA HELENA RIBEIRO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | D |
| 6583.8 | 3 | MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 5986.2 | | MARIA JOSÉ LISBOA FARIAS | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | J |
| 6970.1 | | MARIA SALVELINA DE MELO | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | C |
| 9002.6 | 2 | MARIA TEREZINHA MACHADO ZIETZ | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 6007.0 | 1 | MARILDA MARTINS BUDAL | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 11036.1 | | MARILDA RAMOS | ORIENTADOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | III | A |
| 7100.5 | 1 | MARILENE SANTOS DE OLIVEIRA DUARTE | ADMINISTRADOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | JÚNIOR | C |
| 9413.7 | | MARILSA DAS DORES DE ARAUJO BUENO | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6174.3 | | MARILZA LEANDRO DE CASTRO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | M |
| 8181.7 | | MARINILDA DA SILVA MARIAN | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | D |
| 9895.7 | | MARIO DA VEIGA | VIGILANTE | OPERACIONAL II | I | A |
| 9037.9 | 2 | MARLENE HASCHEL | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | C |
| 2548.8 | | MARLENE PECH CORREA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | F |
| 2802.9 | | MARLENE TEREZINHA AMARAL | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | G |
| 6232.4 | | MARLENE TEREZINHA RÖDER | ODONTOLOGO | ESPECIALISTA SUPERIOR | PLENO | Q |
| 6137.9 | 2 | MARLI GRUN PARISOTTO | ADMINISTRADOR ESCOLAR | ESPECIALISTA | JÚNIOR | C |
| 6187.5 | | MARLI TEREZINHA LEANDRO SIMMERMAN | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6182.4 | | MARLI VOLLMER KESSLER | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | H |
| 5993.5 | 2 | MARTA RIBEIRO DA LUZ | VIGILANTE SANITÁRIO | AUXILIAR | I | A |
| 9562.1 | | MAURICIR FURLAN | FISCAL DE MEIO AMBIENTE | OPERACIONAL IV | I | D |
| 6041.0 | 5 | MELISSA RODRIGUES DE LIMA DA SILVA | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | C |
| 9893.0 | | MICHELE DOS SANTOS LICETTI ALVES | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6008.9 | 1 | MILEIDY SCHEFFEN | PROFESSOR NÍVEL I | PROFESSOR | I | J |
| 6003.8 | 2 | MONISE NAGEL MOREIRA DA SILVA | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6099.2 | 3 | NAIR DA SILVA | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6219.7 | | NEUSA ALVES VIEIRA | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | C |
| 5983.8 | | NEUSA REGINA WACHHOLZ | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | F |
| 7908.1 | | NOELI NAUMANN | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | C |
| 8907.9 | 2 | PAULO AFONSO PEREIRA DA ROCHA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | C |
| 2535.6 | | PAULO DOS SANTOS | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6125.5 | | PEDRO CIZ | PEDREIRO | OPERACIONAL IV | I | L |
| 7923.5 | | PAULO GUATAÇARA DA COSTA LIMA | MÉDICO VETERINÁRIO | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | D |
| 9664.4 | | RAQUEL DO NASCIMENTO ROCHA | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | A |
| 6190.5 | | REGINA FOCK FROELICH | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6816.0 | 3 | REGINA RIBEIRO LUBAWSKI | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6234.0 | | REINVALD SCHNEIDER | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | II | Q |

| | | | | | |
|----------|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------------|--------|---|
| 3011.2 1 | RENATO DISSENHA | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | J |
| 9731.4 | RIVELINO SELL | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 7773.9 | ROBERTO GOUVEA ALVES SOARES | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | A |
| 10722.0 | ROGÉRIO CATARINA DE OLIVEIRA | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA | APOIO | I | A |
| 1927.5 | ROSALIA STOCKHAUSEN DA SILVA | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | C |
| 6126.3 | ROSANE LEANDRO OLIVÉRIO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | F |
| 6181.6 | ROSE DA SILVA SÁ | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6192.1 | ROSELI DE FÁTIMA GOMES BARBOSA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | L |
| 6109.3 | ROSIANI F RIBEIRO BOEING | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | C |
| 7965.0 | ROSILDA ELI SAMPAIO BARROS FRANCO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | D |
| 6209.0 | ROSMERI MARIA ROCHA | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | P |
| 6240.5 | SAMUEL FERREIRA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | II | R |
| 426.0 2 | SANDRA FOCK | PROFESSOR NÍVEL II | PROFESSOR | II | A |
| 6108.5 | SANDRO ELIAS HUBNER | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | D |
| 1615.2 2 | SANDRO LUIZ CASA | FISCAL DE TRIBUTOS | TÉCNICO | I | F |
| 6178.6 | SANTINA BISEWSKI | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | M |
| 6083.6 1 | SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | J |
| 6241.3 | SIGFRIEDO NAGEL | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | II | R |
| 6874.8 3 | SILVANA BEATRIZ SALOMÃO | PROFESSOR II | PROFESSOR | II | C |
| 9127.8 1 | SILVANA MEWS | NUTRICIONISTA | ESPECIALISTA SUPERIOR | JÚNIOR | C |
| 7914.6 | SILVANA NAGEL WASEN | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | D |
| 2769.3 5 | SILVANA RIBEIRO DA LUZ | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6227.8 | SILVIA LEITE PEDROSO | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | II | Q |
| 6121.2 | SIMONE NEVES | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | M |
| 6032.1 1 | SIONETE JEANE KRUTZSCH SALES | MONITOR DE CRECHE | EDUCADOR | I | D |
| 8763.7 1 | SOLANGE DE VILAS BOAS | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 7924.3 | SUZANE APARECIDA SCHOVARTEZ | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | D |
| 6211.1 | TANIA NARA VAGELESKI ALVES | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO II | I | P |
| 6152.2 1 | VALDIVIA NOECI GARCIA PEREIRA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | OPERACIONAL I | I | J |
| 6610.9 | VALMIR JOÃO DE SOUZA | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS | OPERACIONAL IV | I | F |
| 1838.4 1 | VALMIR MARCOS CRISTOFOLINI | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS | OPERACIONAL IV | I | C |
| 10094.3 | VALTRAUDE SCHOVARTEZ | MERENDEIRA | OPERACIONAL I | I | A |
| 9667.9 | VANDERLEI ROBERTO CARDOSO | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | A |
| 6089.5 1 | VANESSA MARILYNG BACKES NAGEL | AGENTE ADMINISTRATIVO | ADMINISTRATIVO I | I | D |
| 6010.0 5 | VERA LÚCIA GOLIN GROSS | PROFESSOR NÍVEL III | PROFESSOR | III | C |
| 9568.0 | VICENTE LUIZ SALOMÃO | FISCAL DE MEIO AMBIENTE | OPERACIONAL IV | I | A |
| 5981.1 3 | VILMA SIMON MACHADO | MONITOR DE CRECHE | EDUCADOR | I | D |
| 6764.4 | VIVIAN NAGEL | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | TÉCNICO | I | A |
| 6222.7 | VUNIBALDO FELDHAUS | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS | OPERACIONAL IV | I | P |

Portaria N° 310/2009

PORTARIA N° 310, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica aprovada a lista nominal de lotação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, anexa a esta portaria.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 310/2009

LISTAGEM NOMINAL DE LOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

| MATRIC. | SERVIDOR | CARGO |
|----------|-------------------------------|--------------------------|
| 6206.5-1 | Alexandre Saad Benedet | Contador |
| 9616.4 | Aline Krause Tondorf | Auxiliar Administrativo |
| 6199.9 | Carla Lizete Ramos | Agente Administrativo |
| 6120.4 | Carmem Lucia Bom Barbosa | Arquiteta |
| 6201.4 | Claudia Glovatski | Telefonista |
| 6171.9 | Cleide Mafra | Agente Administrativo |
| 7921.9 | Daniele Monney | Recepcionista |
| 6319.3-1 | Dayane Miranda Rocha | Agente Administrativo |
| 7920.0 | Diogo Costa | Agente Administrativo |
| 6212.0 | Elsa Thomen | Agente Administrativo |
| 7907.3 | Everli Borba Avanzi | Auxiliar Serviços Gerais |
| 391.3 | Jakson Cesar Hattenhauer | Técnico de Contabilidade |
| 7966.9 | Jéssica Marcella Correa | Auxiliar Administrativo |
| 3012.0-2 | Jonatas Lemos | Agente Administrativo |
| 5987.0 | Maria Bernadete dos Santos | Merendeira |
| 8907.9-2 | Paulo Afonso Pereira da Rocha | Agente Administrativo |
| 3011.2-1 | Renato Dissenha | Auxiliar Administrativo |
| 1927.5 | Rosália Stockhausen da Silva | Auxiliar Administrativo |
| 6209.0 | Rosmeri Maria Rocha | Agente Administrativo |
| 1615.2-2 | Sandro Luiz Casa | Fiscal de Tributos |
| 6241.3 | Sigfriedo Nagel | Auxiliar Administrativo |
| 6089.5-1 | Vanessa Marilyng Backes Nagel | Agente Administrativo |

Portaria N° 311/2009

PORTARIA N° 311, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de lotação da Secretaria Municipal de Saúde, anexa a esta portaria.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 311/2009

LISTAGEM NOMINAL DE LOTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

| MATRIC. | SERVIDOR | CARGO |
|----------|-----------------------------------|-----------------------------|
| 6188.3 | Alcindo Wendolino Muller Junior | Motorista de Ambulância |
| 9565.6 | Catia Regina Leandro | Técnico de enfermagem |
| 11174.0 | Cecilia Paludo Salles Lunardi | Odontóloga |
| 9605.9 | Cecilia Senke | Enfermeiro |
| 6185.9 | Cidineia da Silva Ribeiro | Recepcionista |
| 6127.1 | Clea Luiza de Miranda | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 7462.4 | Daiane Sitadela | Técnico de enfermagem |
| 7787.9-2 | Deise Grabowski | Técnico de enfermagem |
| 5973.0-1 | Edson Jair Back | Motorista Ambulância |
| 6180.8 | Eliane Ethur de Quadros | Odontóloga |
| 7779.8 | Elisabete do Amaral Medeiros | Enfermeiro |
| 8854.4-1 | Emmanuelle Vervloet Reis | Médico |
| 6029.1-1 | Graziele Vieira Maes | Técnico de enfermagem |
| 8024.1-1 | Isabela Aragão Pereira | Enfermeiro |
| 6210.3 | Ivo Polzin | Motorista Ambulância |
| 10192.3 | Janete Aparecida dos Santos | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 7710.0-1 | Josiane Gisele Bressan | Enfermeiro |
| 6208.1 | Laurência da Silva | Recepcionista |
| 6122.0 | Marcos José Ferreira | Vigilante Sanitário |
| 7909.0 | Margarete Bueno Schuzaizerski | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 5968.4 | Maria de Lourdes Pakuszewski | Técnico de enfermagem |
| 5986-2 | Maria José Lisboa Farias | Merendeira |
| 9413.7 | Marilsa das Dores de Araujo Bueno | Técnico de enfermagem |
| 6232.4 | Marlene Terezinha Roder | Odontóloga |
| 6187.5 | Marli Terezinha Leandro Simmerman | Técnico de enfermagem |
| 6182.4 | Marli Vollmer Kessler | Técnico de enfermagem |
| 5993.5-2 | Marta Ribeiro da Luz | Vigilante Sanitário |
| 6099.2-3 | Nair da Silva | Técnico de enfermagem |
| 6816.0-3 | Regina Ribeiro Lubawski | Técnico de enfermagem |
| 10722.0 | Rogério Catarina de Oliveira | Motorista Ambulância |
| 2769.3-5 | Silvana Ribeiro da Luz | Técnico de enfermagem |
| 6610.9 | Valmir João de Souza | Motorista Veículos Pesados |
| 6764.4 | Vivian Nagel | Técnico de enfermagem |

Portaria N° 312/2009

PORTARIA N° 312, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de lotação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, anexa a esta portaria.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.



JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 312/2009

LISTAGEM NOMINAL DE LOTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

| MATRIC. | SERVIDOR | CARGO |
|---------|-------------------------------|-------------------------|
| 6136.0 | Adamastor Saad Benedet Junior | Agente Administrativo |
| 6045.3 | Carin Piske de Souza | Agente Administrativo |
| 11039.6 | Iara Dutra de Armas | Assistente Social |
| 6121.2 | Simone Neves | Auxiliar Administrativo |

Portaria N° 313/2009

PORTARIA N° 313, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica aprovada a lista nominal de lotação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, anexa a esta portaria.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 313/2009

LISTAGEM NOMINAL DE LOTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO

| MATRIC. | SERVIDOR | CARGO |
|---------|----------------------------|-------------------------------|
| 7916.2 | Afonso Albrecht | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 6128.0 | Alceu Allenbrandt Jacobsen | Motorista de Veículos Pesados |
| 8784.0 | Antonio Damazio Filho | Pedreiro |
| 1137.1 | Ayrton Miranda Leite | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 7915.4 | Claudimar Roberto Brunetto | Operador de Máquina |
| 6157.3 | Ermínio Leite | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 6161.1 | Erno Jelonscheck | Pedreiro |
| 6148.4 | Guido Jelonscheck | Vigilante |
| 6565.0 | Heleno Vedolin da Silva | Pedreiro |
| 6000.3 | Iolando de Assis | Engenheiro |
| 6720.2 | Izaque Matos | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 6845.4 | Izaque Matos | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 6162.0 | João da Silva | Vigilante |
| 2324.8 | João Maes | Vigilante |
| 6231.6 | José Lipinski | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 6195.6 | Jucelino Guarezi | Mecânico |
| 9905.8 | Laurilete Costa | Vigilante |
| 6236.7 | Luiz Carlos Padilha | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 6149.2 | Luiz Carlos Saramento | Operador de Máquina |
| 6104.2 | Marcos Otto Strey | Operador de Máquina |
| 9895.7 | Mario da Veiga | Vigilante |
| 6125.5 | Pedro Ciz | Pedreiro |
| 6234.0 | Reinvald Schneider | Auxiliar de Serviços Gerais |
| 6240.5 | Samuel Ferreira | Auxiliar de Serviços Gerais |

| | | |
|----------|----------------------------|----------------------------|
| 1838.4-1 | Valmir Marcos Cristofolini | Motorista Veículos Pesados |
|----------|----------------------------|----------------------------|

Portaria N° 314/2009

PORTARIA N° 314, de 15 de outubro de 2009.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de lotação da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais, anexa a esta portaria.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 314/2009

LISTAGEM NOMINAL DE LOTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRATÉGIAS RURAIS

| MATRIC. | SERVIDOR | CARGO |
|---------|-------------------------------|-------------------------|
| 5971.4 | Alessandro Brzozowski | Engenheiro Florestal |
| 7382.2 | Cesar Cassius Mocker | Engenheiro Agrônomo |
| 7923.5 | Paulo Guataçara da Costa Lima | Médico Veterinário |
| 6105.0 | Márcia Maria Ferreira | Auxiliar Administrativo |

Portaria N° 315/2009

PORTARIA N° 315, DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

“DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica aprovada a lista nominal de lotação do Gabinete do Prefeito, anexa a esta portaria.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor da data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1 DA PORTARIA 315/2009

LISTAGEM NOMINAL DE LOTAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

| MATRIC. | SERVIDOR | CARGO |
|---------|----------------------------|-------------------------|
| 6119.0 | Clausse Cidrea Davet | Agente Administrativo |
| 8383.6 | Elisabeth Radwanski | Auxiliar Administrativo |
| 6211.1 | Tania Nara Vagileski Alves | Auxiliar Administrativo |

Portaria N° 316/2009

PORTARIA N°. 316, DE 16 DE OUTUBRO DE 2009

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE FATOS CONFORME DENÚNCIAS EM ANEXO, A SERVIDORA APARECIDA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”



O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, Art. 198.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à comissão permanente de processo administrativo a abertura de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO para apurar irregularidades praticadas pela servidora APARECIDA DA CONCEIÇÃO FERREIRA.

Art. 2º. Conceder o prazo de 60 (sessenta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 317/2009

PORTARIA Nº. 317 DE 29 DE OUTUBRO DE 2009

"CRIA COMISSÃO DO TESTE SELETIVO PARA PROVIMENTO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DOS CARGOS EVENTUALMENTE VAGOS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PARA ANO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º. – Criar Comissão de Teste Seletivo para provimento, em caráter temporário, dos cargos eventualmente vagos do quadro do magistério para o ano de 2010.

§ 1º – A comissão, será composta pelos servidores públicos municipais Márcia Aparecida Amaral Correa, Maria Edlamar Aguiar Costa e Alexandre Saad Benedet.

§ 2º – A comissão, presidida pela servidora Márcia Aparecida Amaral Correa, deverá expedir edital, receber e homologar inscrições, aplicar provas, classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação e homologar a seleção, além de apreciar recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

§ 3º – A comissão poderá convocar servidores para exercer funções administrativas, bem como, fiscalizar a aplicação das provas.

Art. 2º. – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder a elaboração e correção das provas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 318/2009

PORTARIA Nº. 318, DE 29 DE OUTUBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual encontra-se devidamente

justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, ELIZETE DOS SANTOS MOTA, inscrita no CI-RG 2/R 2.765.056 SSP-SC e CPF 753.824.409-30, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 03/11/2009.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 319/2009

PORTARIA Nº. 319, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JANAÍNA NUNES DA SILVA, do cargo de Professora Nível I, admitida através da portaria nº. 304/2009, de 13 de outubro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 320/2009

PORTARIA Nº. 320, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, URSULA SCHLOGL, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, admitida através da portaria nº. 317/2007, de 07 de novembro de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 321/2009

PORTARIA Nº 321, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de



29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Admitir em caráter temporário, URSULA SCHLOGL, inscrita no CI-RG 925.415 e CPF 506.678.079-34, na função de Agente Comunitária de Saúde, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 322/2009

PORTARIA N°. 322, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento dos cargos da Estratégia de Saúde da Família – ESF e da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – EACS, relacionados no edital nº. 015/2009.

Art. 2º. – Designar JOSIANE GISELE BRESSAN, ISABELA ARAGÃO PEREIRA e MARCOS JOSÉ FERREIRA para comporem a COMISSÃO, que irá, sob a presidência da primeira, coordenar a realização do Processo Seletivo Simplificado conforme Edital nº. 015/2009, homologar inscrições, preparar, aplicar e corrigir as provas, divulgar resultados e analisar eventuais recursos e decidir, com base na Lei Municipal, sobre pontos omissos do Edital.

Art. 3º. – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder o Curso Introdutório de Formação Inicial para profissionais da Saúde da Família, conforme prevê Portaria 648/2006 do Ministério da Saúde e Lei Federal 13.350/2006.

Art. 4o. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 323/2009

PORTARIA N°. 323, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E

ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, CHEILA DE PAULA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da portaria nº. 227/2008, de 17 de novembro de 2008.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria N° 324/2009

PORTARIA N° 324, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Admitir em caráter temporário, FRANCIELE PADILHA DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.900.085-3 e CPF 055.933.179-76, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

Prefeitura Municipal

Lei nº. 3.179/09

LEI N°. 3.179, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA ANEXOS DA LEI N°. 2.803, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam substituídos os Anexos 02 e 03 e as Tabelas 01 e 02 da Lei nº. 2.803, de 10 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Gaspar e dá



outras providências, pelos anexos que acompanham a presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 21 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei nº. 3.180/09

LEI Nº. 3.180, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA ANEXO DA LEI Nº. 3.130, DE 25 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR PARA O QUADRIÊNIO 2010/2013.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei nº. 3.130, de 25 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Gaspar para o quadriênio 2010/2013, modificando as seguintes planilhas de ações por programas:

- I – Fundo Municipal de Assistência Social;
- II – Fundo da Infância e Adolescência;
- III – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar - SAMUSA;
- IV – Secretaria de Saúde;
- V – Secretaria de Administração e Finanças;
- VI – Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 21 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei nº. 3.181/09

LEI Nº. 3.181, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA A LEI Nº. 3.137, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei nº. 3.137, de 10 de setembro de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2010 e dá outras providências, modificando as metas físicas priorizadas para o Exercício de 2010 dos seguintes programas:

- I - Gestão da Secretaria de Administração e Finanças;
- II - Reserva de Contingência da Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- III - Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social;
- IV - Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- V - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;
- VI - Reserva de Contingência da Gestão da Fundação Municipal de Esportes;
- VII - Gestão do SAMUSA;

VIII - Reserva de Contingência do SAMUSA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 21 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei nº. 3.182/09

LEI Nº. 3.182, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA A LEI Nº. 2.738/2006 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO MENSAL AO GAIAA - GRUPO DE APOIO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ABRIGADA PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ABRIGO "CASA LAR - SEMENTES DO AMANHÃ" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o § 2º do artigo 1º da Lei nº. 2.738, de 19 de maio de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

[...]”

§ 2º Excepcionalmente, em decorrência de determinação judicial, poderão ser abrigados até cinco menores além do limite fixado no parágrafo anterior, caso em que poderá ser realizado o repasse financeiro no valor mensal de até R\$ 2.022,55 (dois mil e vinte dois reais e cinquenta e cinco centavos) à entidade, por cada menor excedente abrigado originário da cidade de Gaspar.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Gaspar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 21 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei nº. 3.183/09

LEI Nº. 3.183, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 3.053, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO MENSAL À ENTIDADE CASA GERIÁTRICA DE REPOUSO DE BRUSQUE, DESTINADO AO INTERNAMENTO DE PESSOAS QUE NECESSITAM DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL E ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº. 3.053, de 19 de setembro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a realizar repasse financeiro mensal à entidade Casa Geriátrica de Repouso de Brusque, destinado ao internamento de pessoas que necessitam de acompanhamento especial e encontram-se em situação de vulnerabilidade social, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro mensal à entidade Casa Geriátrica de Repou-



so de Brusque, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 01.317.532/0001-10, com sede na cidade de Brusque/SC, no valor mensal de até R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), destinado ao internamento de pessoas que necessitam de acompanhamento especial e encontram-se em situação de vulnerabilidade social.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 21 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei nº. 3.184/09

LEI Nº. 3.184, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO SOCIAL AO GAIAA - GRUPO DE APOIO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA ABRIGADA PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ABRIGO "CASA LAR - SEMENTES DO AMANHÃ".

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse financeiro ao Grupo de Apoio à Infância e à Adolescência Abrigada - GAIAA, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.872.300/0001-00, no valor de R\$ 23.466,65 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Parágrafo único. O repasse das verbas especificadas neste artigo poderá ser concedido parceladamente, de acordo com o cronograma definido e/ou a disponibilidade financeira e orçamentária do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Os valores discriminados na presente Lei somente serão repassados à entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro previsto nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do ano de 2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 21 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei nº. 3.185/09

LEI Nº. 3.185, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a realizar repasse financeiro ao Centro Gasparsense de Proteção ao Adolescente

Masculino – CEGAPAM, inscrito no CNPJ sob o nº. 07.642.574/0001-02, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a finalidade de custear despesas para execução da ampliação e reforma do abrigo.

Parágrafo único. O repasse da verba especificada neste artigo será realizado no mês de janeiro, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Poder Executivo Municipal, e em observância aos autos nº. 025.09.006323-0.

Art. 2º O valor discriminado na presente Lei somente será repassado à respectiva entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro, previsto nesta Lei, sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Parágrafo único. A entidade beneficiada nesta Lei deverá aplicar o respectivo recurso segundo a finalidade indicada, nos moldes definidos no projeto apresentado ao Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente do Fundo Municipal de Atendimento da Infância e do Adolescente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 21 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Portaria nº. 2.043/09

PORTARIA Nº. 2.043, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 17/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE TAYNARA CLARISSE VETTER SCHNEIDER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, a partir de 02 de janeiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 17/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de TAYNARA CLARISSE VETTER SCHNEIDER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.044/09

PORTARIA Nº. 2.044, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO



ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 10/2008, INSTAURADA PARA APURAR OS FATOS EM RELAÇÃO A DESENTENDIMENTO OCORRIDO ENTRE SERVIDORES NO ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO GASPARINHO QUADRO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 12 de janeiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 10/2008, instaurado para apurar os fatos em relação a desentendimento ocorrido entre servidores no ESF – Estratégia Saúde da Família do Bairro Gasparinho Quadro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.045/09

PORTARIA Nº. 2.045, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 11/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE MARLA JANAÍNA DA SILVA MORAES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 17 de janeiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 11/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de MARLA JANAÍNA DA SILVA MORAES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.046/09

PORTARIA Nº. 2.046, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 01/2009, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO RELATIVAS A VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO SAMUSA – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR, QUE, À ÉPOCA DA AUTUAÇÃO, ESTAVA CEDIDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 30 de janeiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 01/2009, instaurado para apurar a responsabilidade por infrações de trânsito relativas a veículo de propriedade do SAMUSA – Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar, que, à época da autuação, estava cedido à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.047/09

PORTARIA Nº. 2.047, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 08/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE JUVENAL MAIA DA MOTTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 31 de janeiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 08/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de JUVENAL MAIA DA MOTTA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.048/09

PORTARIA Nº. 2.048, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 15/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE ROSSANA CASTRO GUIDOTTI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 03 de fevereiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 15/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de ROSSANA CASTRO GUIDOTTI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.049/09

PORTARIA Nº. 2.049, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 13/2007, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE CLÁUDIO FELIPE CASAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 08 de fevereiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 13/2007, instaurado para apurar a responsabilidade de CLÁUDIO FELIPE CASAS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.050/09

PORTARIA Nº. 2.050, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 18/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE FRANK AURÉLIO CARVALHO RODRIGUES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 14 de fevereiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 18/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de FRANK AURÉLIO CARVALHO RODRIGUES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.051/09

PORTARIA Nº. 2.051, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 02/2009, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE PEDRO DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 17 de fevereiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 02/2009, instaurado para apurar a responsabilidade de PEDRO DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.052/09

PORTARIA Nº. 2.052, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 14/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE JOCIMARA KWIATKOVSKI DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 24 de fevereiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 14/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de JOCIMARA KWIATKOVSKI DE OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.053/09

PORTARIA Nº. 2.053, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.



PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 10/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE JANE FLORES AIROSO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 28 de fevereiro de 2010, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 10/2008, instaurado para apurar a responsabilidade de JANE FLORES AIROSO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 917/2009

PORTARIA Nº 917/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, ao Servidor JULIO ROMANO HERMES, (Matr. 44), nascido aos 12/12/1966, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 7/C, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/D, anexo III, a partir de 17 de dezembro de 2009, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 21 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação nº 0010/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0128/2009

Inexigibilidade de Licitação nº 0010/2009

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.

Objeto: Credenciamento de farmácia para o fornecimento de

medicamentos controlados e outros demais, para doação a pessoas carentes do município de Herval d'Oeste (SC).

Contratado: FARMÁCIA HERVAL LTDA.

Fundamentação legal: Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 22 de dezembro de 2009.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Edital de Processo Seletivo Nº005/SMECE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº005/SMECE DE 21 DEZEMBRO DE 2009.

ABRE INSCRIÇÕES E FIXA NORMAS AO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE.

O Prefeito do Município de HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo por base as Leis Complementares Municipais nº 0189/2005, 192/2005, 193/2006, 194/2006 e 205/2006 com suas alterações posteriores, demais dispositivos legais pertinentes à matéria, e,

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, estabelece normas para realização do Processo Seletivo de Provas para contratação de servidores em caráter temporário que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 .O presente Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da vencedora do certame licitatório.

1.2 .O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes, de acordo com o previsto no anexo I.

1.3 .A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

II. DAS INSCRIÇÕES

2.1.As inscrições serão recebidas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2.2. A inscrição neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. A inscrição somente será efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo.

2.4. Cada candidato poderá inscrever-se apenas uma vez para o cargo constante na Tabela de Cargos deste Edital.

2.5. A inscrição será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, ocasião em que o candidato, sob as penas da Lei, declarará:

2.5.1- Ter nacionalidade brasileira;

2.5.2- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.5.3 - Ser portador de CPF válido;

2.5.4- Gozar de boa saúde;

2.5.5- Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.5.6- Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.5.7- Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital e



nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo;

2.6. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato.

2.7. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, não terá sua inscrição homologada, e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.8. A inscrição será somente presencial, não podendo ser feita pelo correio, e-mail ou fac-símile, e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.9. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.10. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.11. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

2.12. A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição, a qual estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

2.13. A taxa de inscrição será de R\$ 20,00 para todos os candidatos, a mesma deverá ser recolhida no Banco do Brasil, antigo Besc, Agência N°. 5213-2 Conta N°. 01.700.103-X Herval d'Oeste/SC

Observação: Os candidatos deverão trazer o comprovante de inscrição, e deixar junto com seus documentos (xérox)

III. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5 % (cinco por cento) das vagas oferecidas, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

3.2. Serão consideradas necessidades especiais somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99.

3.3. Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.4. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

3.5. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

3.6. O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, no prazo previsto no item 2.1, deverá entregar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da necessidade especial e o não impedimento do candidato ao exercício do cargo pretendido, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no local das inscrições, impreterivelmente até o último dia e horário estabelecido para as inscrições.

a) Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

b) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-

á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Herval d'Oeste, que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

3.7. O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo com justificativa, quando da sua inscrição.

3.9 A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade, e será deferida pela Comissão Especial para o Processo Seletivo devendo obedecer aos seguintes requisitos: ser datilografada ou digitada em duas vias devidamente assinadas com a argumentação da solicitação.

3.10. A publicação do resultado final do certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

3.11. Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados, respeitando-se a ordem de classificação.

IV. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante no ANEXO III deste Edital, e estarão disponíveis no mural público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste/SC.

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.3. O candidato deverá verificar a relação de inscrições homologadas para confirmar sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido homologada, o mesmo não poderá prestar provas.

V. DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e a contratação obedecerá ao Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Herval d'Oeste e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

VI. DAS PROVAS

6.1. O Processo Seletivo constará de prova objetiva, de acordo com as especificações e disposições deste Edital.

6.2. Todos os candidatos deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, não podendo a mesma ser realizada individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital e em suas alterações posteriores.

6.3. A prova será realizada no dia 24/01/2010, na Escola Municipal Cruz e Sousa, sito à Rua 1ª de janeiro – Bairro São Jorge – Herval d'Oeste – SC, tendo início às 09:00 (prazo de duração de três horas), sendo que o fechamento dos portões ocorrerá às 09:00, recomendando-se que o candidato esteja no local das provas até às 08:30 munido de documento de identidade.

VII. DA PROVA OBJETIVA

7.1. A prova objetiva inclui questões de língua portuguesa, matemática, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, conforme ementa das disciplinas constantes do Anexo II, parte integrante deste Edital, e será realizada em etapa única de três



(03) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

7.2 A prova será objetiva e constará de 25 (vinte) questões, com 04 (quatro) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas 01 (uma) deve ser assinalada.

7.3. A pontuação de cada questão será de 0,4 pontos.

7.4. Para a realização da prova objetiva, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

a) Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

b) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

c) Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

d) Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

e) Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

7.7. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

7.8. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

7.9. Durante a realização das provas é vedada consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no Processo Seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

7.10. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

a) emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;

b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;

d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.11. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

7.12. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após 30 (trinta) minutos de seu início.

7.13. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do lo-

cal de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será eliminado automaticamente do Processo Seletivo.

7.14. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

7.15. Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com antecedência de trinta (30) minutos em relação ao início da mesma, sendo vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

7.16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital para todos os candidatos.

7.17. A prova objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (uma) decimal, sem arredondamento.

7.18. Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

7.19. O Gabarito referente à prova objetiva será divulgado a partir das 10 horas do primeiro dia útil após a realização da referida prova, no mural público da Prefeitura Municipal.

7.20. Havendo impugnação de questões da prova objetiva, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

a) O formulário de impugnação de questão poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

b) As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

c) A questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

8.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) a idade, dando-se preferência para o candidato mais idoso;

b) maior nota na prova de conhecimentos específicos;

c) maior nota na prova de língua portuguesa;

d) se mesmo assim persistir o empate, o critério adotado será o sorteio.

8.3. A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no ANEXO III deste Edital e será divulgada nos meios oficiais de publicação a critério da Administração Pública Municipal.

8.4. A listagem a que se refere o item acima conterá somente os candidatos aprovados, em ordem de classificação, com as notas detalhadas de acordo com a modalidade de prova.

8.4.1. Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas poderão enviar solicitação à comissão especial, por escrito, digitado ou datilografado.

8.4.2 A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF e data de nascimento do candidato interessado.

IX. DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Processo Seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos constantes do anexo III;

a) homologação das inscrições;

b) publicação do gabarito provisório da prova objetiva;

c) divulgação da nota da prova objetiva;

d) divulgação do resultado final do Processo Seletivo.

9.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos: ser datilografado ou digitado em duas vias, assinado; ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente; ser



apresentado em folhas separadas, para questões diferentes.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, no Setor de Planejamento, dentro do seu horário de funcionamento, cabendo à Comissão Especial do Processo Seletivo a apreciação.

9.4. O candidato que desejar obter o teor das provas após a realização do Processo Seletivo, poderá fazê-lo através de contato com a Comissão Especial.

9.4.1. A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF e data de nascimento do candidato interessado.

9.5. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.6. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, Internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

9.7. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.8. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva.

9.9. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída, conforme se verificar ou não erros na conferência.

a) Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

b) As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

9.10. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

X. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do Processo Seletivo objeto deste Edital será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste e no órgão de publicação oficial do Município de Herval d'Oeste.

XI. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

a) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);

b) Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;

c) Comprovante de escolaridade;

e) Declaração de bens;

f) Declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;

g) Laudo médico de saúde física e mental.

h) Ter idade mínima de (dezoito) 18 anos no ato da contratação.

11.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

11.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

XII. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência à Comissão Especial do Processo Seletivo para:

a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas;

b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;

c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;

d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;

e) definir normas para aplicação das provas;

f) constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

XIII. DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Herval d'Oeste.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

14.2. Este Processo Seletivo será válido pelo prazo de contratação de (01) um anos, podendo ser prorrogado por igual tempo.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.4. O candidato classificado no Processo Seletivo, que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, poderá requerer, de forma expressa, sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

14.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.6. Será excluído do certame, por ato da Comissão Especial do Processo Seletivo, o candidato que:

a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas, desde que devidamente comprovado;

b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

14.8. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário ficará impossibilitado de realizar as provas.

14.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Herval d'Oeste.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ANEXO I

DAS VAGAS E HABILITAÇÕES

| Identificação do Cargo | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento | Habilitação Mínima |
|---|---------------------|-----------------------|------------|---------------------------------------|
| Agente Atendentes Ginásio de Esportes e locais de prática de desporto e lazer | Cadastro de reserva | 20 horas semanais | R\$ 450,00 | Séries Iniciais do Ensino Fundamental |

Obs: Aos ocupantes do cargo acima descrito, competirão as atividades constantes da Lei Complementar Municipal nº. 192/2005



DA DESCRIÇÃO DO CARGO:

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão.
- Requisitar material necessário aos serviços;
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependência do órgão;
- Receber e transmitir mensagens;
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;
- Relatar as anormalidades verificadas;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.
- Conferir, se for o caso, o pagamento das taxas para utilização do órgão, bem como do início e final (horário) da atividade ali desenvolvida.

ANEXO II**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****1. CARGO: AGENTE ATENDENTE GINASIO DE ESPORTES**

a) Língua Portuguesa: ortografia, alfabeto, vogais, consoantes, gênero do substantivo: masculino e feminino, número do substantivo: singular e plural, grau do substantivo: diminutivo e aumentativo, pontuação, interpretação de texto.

b) Matemática: Operações fundamentais de adição, subtração, multiplicação e divisão, primando para o raciocínio matemático lógico dos candidatos.

c) Conhecimentos gerais: Aspectos históricos e geográficos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Herval d'Oeste; Aspectos econômicos Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Herval d'Oeste; Atualidades relativas ao Brasil, ao Estado de Santa Catarina e ao município de Herval d'Oeste.

d) Conhecimentos específicos: Noções gerais sobre higiene: a higiene e a saúde; Hábitos de higiene; Noções gerais sobre limpeza e conservação das instalações e remoção e limpeza dos móveis, máquinas e materiais, vidros e instalações sanitárias; Remoção de lixo e detritos; Noções de segurança e higiene do trabalho; Relacionamento pessoal com as autoridades municipais, com os servidores públicos e com os munícipes.

ANEXO III**CRONOGRAMA PREVISTO**

(sujeito a alterações)

1. PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 22/12/2009
2. PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 23/12/2009 a 14/01/2010
4. DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS: 15/01/2010
5. RECURSO QUANTO ÀS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS: 18/01/2010
6. HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES: 19/01/2010
7. REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 24/01/2010
8. PRAZO PARA RECURSOS QUANTO ÀS QUESTÕES DA PROVA: 25/01/2010
9. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO: 26/01/2010
10. PRAZO PARA RECURSOS QUANTO AO RESULTADO FINAL: 27/01/2010
11. HOMOLOGAÇÃO FINAL: 28/01/2010

IPREVI/HO

Resolução IPREVI-HO nº 019/2009

RESOLUÇÃO Nº 019/2009

"TORNA PÚBLICO AOS INATIVOS SEGURADOS DO IPREVI-HO, APOSENTADOS POR INVALIDEZ PERMANENTE, O RESULTADO DE

PERÍCIA MÉDICA BIANUAL DE AVALIAÇÃO DA PERMANÊNCIA DA INCAPACIDADE LABORATIVA QUE GEROU O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DIVO PEDRO PALUDO, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o disposto no art. 33, § 8º, da Lei Complementar nº 0179/2005;

Considerando o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 0179/2005;

Considerando a necessidade de avaliar a condição de incapacidade dos aposentados por invalidez permanente e a permanência nessa condição;

Considerando o resultado das avaliações médicas exaradas em laudo pericial individual dos inativos convocados através da Resolução nº 017/2009;

RESOLVEM:

Art. 1º - Dar ciência aos convocados cuja avaliação médica pericial comprovou a permanência da incapacidade laborativa que gerou a aposentadoria por invalidez cujo parecer conclusivo atesta a condição de aposentado em decorrência de doença aos inativos: Abílio Dutra Duarte; Aldemir Dahmer Primo; Antonio Adecir Dias de Almeida; Antonio Antunes; Gilberto Alves de Almeida; Ivo Pires da Silva; Mafalda Viero; Orestes Lopes dos Santos; Rudi Luiz Parize; Sebastiana Jurema Martins; e, Sonia Aparecida Moreira.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 22 de dezembro de 2009.

JAQUELINE RAZERA

DIVO PEDRO PALUDO

Diretora Administrativa

Presidente do Conselho de Administração

Termo Aditivo nº 001/2009

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) – IPREVI-HO
CNPJ/MF Nº: 07.733.382/0001-01

TERMO ADITIVO Nº 001/2009, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

DIVO PEDRO PALUDO, Presidente do Conselho de Administração / Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) – IPREVI-HO, resolve por este instrumento, PRORROGAR o prazo de validade do Termo de Credenciamento abaixo referido até 31.12.2010, contados a partir de 01 de janeiro de 2010.

| Edital de Credenciamento | Processo Licitatório | Modalidade | Nº do Termo de Credenciamento | Credenciada |
|--------------------------|----------------------|---------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Nº 001/2009 | Nº 120/2009 | INEXIG. Nº 007/2009 | Nº 001/2009 | CLÍNICA MÉDICA MARESCH LTDA |

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Termo de Credenciamento acima referido e que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor.

Herval d'Oeste (SC), 21 de dezembro de 2009.

DIVO PEDRO PALUDO

Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO – GESTOR



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Testemunhas:

CHARLENE RAMPAZZO
CPF nº 038.919.389-50

FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI
CPF nº 494.748.399-72

Termo Aditivo nº 002/2009

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d' Oeste
UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores
Públicos de Herval d' Oeste (SC) – IPREVI-HO
CNPJ/MF Nº: 07.733.382/0001-01

TERMO ADITIVO Nº 002/2009, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

DIVO PEDRO PALUDO, Presidente do Conselho de Administração / Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste (SC) – IPREVI-HO, resolve por este instrumento, PRORROGAR o prazo de validade do Termo de Credenciamento abaixo referido até 31.12.2010, contados a partir de 01 de janeiro de 2010.

| Edital de Credenciamento | Processo Licitatório | Modalidade | Nº do Termo de Credenciamento | Credenciada |
|--------------------------|----------------------|---------------------|-------------------------------|---|
| Nº 001/2009 | Nº 121/2009 | INEXIG. Nº 008/2009 | Nº 002/2009 | CRISVAL CLÍNICA ESPECIAL. EM MED. E SEG. DO TRABALHO LTDA |

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Termo de Credenciamento acima referido e que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor.

Herval d' Oeste (SC), 21 de dezembro de 2009.
DIVO PEDRO PALUDO
Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO - GESTOR

Testemunhas:

CHARLENE RAMPAZZO
CPF nº 038.919.389-50

FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI
CPF nº 494.748.399-72

Imbituba

Prefeitura Municipal

Portaria nº 342

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 342, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente, FERNANDA DA COSTA

PEREIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 064.456.009-64 e RG nº 4.883.287-1 – SSP / SC, para exercer o cargo/função de Fiscal de Obras e Posturas, conforme decreto PMI Nº 169, de 7 de dezembro de 2009, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 17 de dezembro de 2009.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria nº 343

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 343, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir KARINE CRISTIANE STANGLER ABELLA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 009.524.700-98, aprovada no Processo Seletivo Público, Edital n.º 001/2009, para exercer o cargo/emprego público de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração proporcional consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 18 de dezembro de 2009.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Dispensa 37/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 163/2009
DISPENSAS Nº 37/2009

Objeto: Aquisição de sistema para apuração de resultados em tempo real nota a nota Surfpro e Confecção de hot site que centralizará todas as informações.

Valor Total: R\$ 7.200,00

Empresa: Surfpro Processamentos de Dados Ltda. ME.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 21 de dezembro de 2009.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal



Câmara de Vereadores**Portaria CMI nº 83/2009**

PORTARIA CMI nº 083/2009

"CONCEDE FÉRIAS A ANALISTA LEGISLATIVO CHIRLEY DE MIRANDA".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sr.^a Chirley de Miranda, Analista Legislativo, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 03/09/2008 a 02/09/2009, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente

Registe-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 84/2009

PORTARIA CMI nº 084/2009

"CONCEDE FÉRIAS AO TÉCNICO LEGISLATIVO GUILHERME PILON CARVALHO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Guilherme Pilon Carvalho, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 12/05/2008 a 11/05/2009, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente

Registe-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 85/2009

PORTARIA CMI nº 085/2009

"Concede Férias ao Analista Legislativo Marcelo José Cardoso."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferi-

das pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Marcelo José Cardoso, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2009 a 09/01/2010, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente

Registe-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 86/2009

PORTARIA CMI nº 086/2009

"CONCEDE FÉRIAS AO ANALISTA LEGISLATIVO EMERSON PACHECO CUSTÓDIO."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Emerson Pacheco Custódio, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 21/01/2009 a 20/01/2010, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 02/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente

Registe-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa

Portaria CMI Nº 87/2009

PORTARIA CMI nº 087/2009

"CONCEDE FÉRIAS AO CONTADOR EVANDRO DE MEDEIROS."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Evandro de Medeiros, Contador, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2009 a 10/01/2010, a ser gozada no período de 11/01/2010 a 09/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2010
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Portaria CMI Nº 88/2009

PORTARIA CMI nº 088/2009

"CONCEDE FÉRIAS AO TÉCNICO LEGISLATIVO THIAGO GUIMARÃES MACHADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, férias regulamentares de 10 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2008 a 28/01/2009, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 13/01/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 89/2009

PORTARIA CMI nº 089/2009

"CONCEDE FÉRIAS AO TÉCNICO LEGISLATIVO THIAGO GUIMARÃES MACHADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2009 a 28/01/2010, a ser gozada no período de 14/01/2010 a 02/02/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 90/2009

PORTARIA CMI Nº 090/2009

"CONCEDE FÉRIAS À ANALISTA LEGISLATIVO TATIANNE DE BONA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Tatianne de Bona, férias regulamentares de 10 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 25/06/2008 a 25/06/2009, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 13/01/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDRÉA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 91/2009

PORTARIA CMI nº 091/2009

"Concede Férias a Auxiliar de Serviços Rosalba da Silveira Espíndola"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sra. Rosalba da Silveira Espíndola, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2009 a 09/01/2010, a ser gozada no período de 04/01/2010 a 23/01/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 09 de dezembro de 2009.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2009.

ANDREA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Irineópolis

Prefeitura Municipal

Lei Complementar N° 046/2009

LEI COMPLEMENTAR N° 046/2009 de 16/12/2009.

"CRIA CARGOS NO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso III da Lei Orgânica do Município, submete a apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte,

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam criados no Anexo I da Lei Complementar n.º 03/99 - Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal, os seguintes cargos:

Anexo I – Cargos de Provimento Efetivo (Criação)

| Grupo | Quantidade | Categoria Funcional | Vencimento Inicial (Em R\$) | Habilitação |
|-------|------------|---|-----------------------------|--|
| I | 02 | Assistente Técnico Pedagógico | 1.321,04 | Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Educação. |
| | 02 | Professor Especialista – Educação Inclusiva | 1.200,98 | Portador de Certificado de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com Especialização em Educação Especial ou Psicopedagogia. |
| II | 05 | Assistente de Educação | 975,16 | Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio. |

Obs: Carga Horária de 40 horas semanais para os cargos de nível superior e de 44 horas semanais para o cargo de nível médio.

Art.2º - As vagas criadas por esta Lei serão preenchidas a medida da necessidade, conveniência e interesse público, além da disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

Art. 3º - Em razão das alterações de que trata esta Lei, o Anexo I da Lei Complementar n° 03/99, de 18/05/1999, passa a vigorar de acordo com a relação constante do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei.

Art. 4º - Os recursos decorrentes da execução desta Lei serão oriundas do orçamento geral do Município de cada exercício.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 16 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 008/2009

ANEXO I – A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03,/99

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO

| Grupo ocupacional | Cargos | Área de atuação | Níveis | Referência | Cargos | | |
|-------------------|---|--------------------|----------------|------------|--------|----|----|
| Magistério | Professor I e II (20 horas semanais) | Educação Infantil | "1", "2" e "3" | A a J | Q | P | V |
| | | | | | 04 | 02 | 02 |
| | | Ensino Fundamental | "1", "2" e "3" | A a J | 37 | 08 | 29 |
| | | | | | | | |
| | Professor I e II (40 horas semanais) | Educação Infantil | "1", "2" e "3" | A a J | 06 | 05 | 01 |
| | | | | | | | |
| | | Ensino Fundamental | "1", "2" e "3" | A a J | 40 | 34 | 06 |
| | | | | | | | |
| | Especialista em Educação | Ensino Fundamental | Único | A a J | 11 | 04 | 07 |
| | | | | | | | |
| | Professor de 5.ª à 8.ª séries | Ensino Fundamental | "2" e "3" | A a J | 27 | 13 | 14 |
| | | | | | | | |
| | Professor Especialista – Educação Inclusiva | Ensino Fundamental | "2" e "3" | A a J | 02 | - | 02 |
| | | | | | | | |
| | Assistente Técnico Pedagógico | Ensino Fundamental | Único | A a J | 02 | - | 02 |
| | | | | | | | |
| | Assistente de Educação | Ensino Fundamental | Único | A a J | 05 | - | 05 |
| | | | | | | | |
| | T O T A L | | | | 134 | 66 | 68 |

Q – Quantidade (compreende os já existentes e os criados na presente Lei)

P – Providos

V - Vagos

| Título do cargo | Quantidade | Providos | Vagos |
|--|------------|----------|-------|
| Orientador Educacional | 04 | 01 | 03 |
| Supervisor Escolar | 03 | 01 | 02 |
| Administrador Escolar | 04 | 02 | 02 |
| Assistente de Educação | 05 | - | 05 |
| Assistente Técnico Pedagógico | 02 | - | 02 |
| Professor de Português | 03 | 03 | - |
| Professor de Ciências | 02 | 02 | - |
| Professor de Educação Física | 08 | 02 | 06 |
| Professor de Geografia | 03 | 02 | 01 |
| Professor de História | 02 | 00 | 02 |
| Professor de Inglês | 04 | 01 | 03 |
| Professor de Matemática | 02 | 02 | |
| Professor de Artes | 03 | 01 | 02 |
| Professor Especialista em Educação Inclusiva | 02 | - | 02 |
| T O T A L | 38 | 17 | 21 |

Portaria N° 256/2009

PORTARIA NR. 256/2009

NOMEIA COMISSÃO PARA FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o inciso I, do artigo 8º e inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - Constituir Comissão Especial para estudar padronização dos pneus a serem utilizados pelos veículos e equipamentos de propriedade do Município, os quais serão adquiridos pela Administração Pública Municipal, através de Procedimento Licitatório, de acordo com o inciso I, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º - Designar como membros da Comissão:

Dalmo Edson Stein

José Felix Martins

João Pedro Fideles

Mauricio Juraszek, na qualidade de Secretário; e

Marcio Rafael Dams, na qualidade de Presidente.

Art. 3º - O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de dezembro de 2.009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Revogação de Processo Licitatório N° 29/2009 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Senhor Wanderlei Lezan, no uso de suas atribuições legais, conforme faculta o 49 da lei 8.666/93, consolidada, resolve revogar o Processo Licitatório nº 29/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 17/2009, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, consubstanciado a necessidade de melhor análise das características, descrição e quantidades do objeto licitado.

Irineópolis – SC, 22 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

PREFEITO MUNICIPAL

Revogação Processo Licitatorio N° 13/2009 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

A Secretaria de Saúde e Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Senhora Nilda Edite Banhuki Galvão, no uso de suas atribuições legais, conforme faculta o 49 da lei 8.666/93, consolidada, resolve revogar o Processo Licitatório nº 13/2009, Modalidade Pregão Presencial nº 09/2009, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, consubstanciado a necessidade de melhor análise das características, descrição e quantidades do objeto licitado.

Irineópolis – SC, 22 de dezembro de 2009.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

Extrato de contrato 109/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 109/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Roberto Jose de Souza ME

Objeto: Executar açudes para armazenamento de água, de acordo com projetos.

Valor: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Vigência – 21.12.2009 a 20.02.2010

Base Legal – Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso I.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Luzerna**Prefeitura Municipal****Decreto Legislativo N° 002**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002 de 21 de dezembro de 2009.

“DELEGA RESPONSABILIDADE À GEORGE ALMEIDA ME PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA PROVIMENTO EFETIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA(SC), CONFORME EDITAL CMV Nº 001/09 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCIR JOÃO DENARDI, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica DELEGADA à GEORGE ALMEIDA ME a responsabilidade pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos decorrentes das provas e divulgação do Resultado Final do CONCURSO PÚBLICO, Edital CMV nº 001/2009.

Parágrafo Único - A GEORGE ALMEIDA ME poderá contar com o auxílio de bancas suplementares sob a supervisão da COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2009.

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.

ALCIR JOÃO DENARDI

Presidente

Decreto Legislativo N° 003/09

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/09 de 21 de dezembro de 2009.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO, EDITAL CMV Nº 001/2009”

ALCIR JOÃO DENARDI, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PÚBLICO que trata o Edital CMV Nº 001/2009, que será composta pelos Vereadores abaixo relacionados, para que, sob a Presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Concurso Público, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

1. MOISÉS DIERSMANN - Presidente
2. JULIANO SCHNEIDER - membro
3. RODRIGO SOUZA - membro

Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2009.

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2009.
ALCIR JOÃO DENARDI
Presidente

Decreto 1170

DECRETO Nº 1170 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2009".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.21, da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no valor de R\$ 60.067,00 (sessenta mil e sessenta e sete reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2008, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2009, atribuído às Atividades:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
GABINETE DO PREFEITO
Atividade - 02.0201.04.122.0004.2002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários.....R\$ 8.600,00
Destinação de Recursos - 000000 - Sem destinação de recursos

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Departamento de Educação - Setor de Ensino
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários.....R\$ 27.000,00
Destinação de Recursos - 000000 - Sem destinação de recursos

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade - 11.1101.15.452.0061.2050 - Funcionamento e Manutenção dos Serviços Urbanos
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários.....R\$ 6.700,00
Destinação de Recursos - 000000 - Sem destinação de recursos
Atividade - 11.1101.15.452.0061.2054 - Manutenção da Iluminação Pública
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesa Correntes
Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários.....R\$ 17.767,00
Destinação de Recursos - 000000 - Sem destinação de recursos

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2008.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de dezembro de 2009.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1171

DECRETO Nº 1171 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica)R\$ 24.100,00
Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL ANULADO.....R\$ 24.100,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício.....R\$ 24.100,00
Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 24.100,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2009.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1173

DECRETO Nº 1173 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:



UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica)R\$ 8.000,00
Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL ANULADO.....R\$ 8.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída a respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 08.0801.12.361.0031.2028 - Manutenção do Ensino Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício).....R\$ 8.000,00
Detalhamento das Destinações de Recursos - 000000 - Sem destinação de Recursos

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 8.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1174

DECRETO Nº 1174 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 139.286,88 (cento e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 18 de dezembro de 2009, na Fonte 24 - Transferência de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde), originário do Contrato de Repasse nº 0278435-13/2008, no âmbito do Programa Gestão da Política de Desenvolvimento, sob a gestão do Ministério das Cidades, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE O BRAS E SERVIÇOS
Projeto - 1101.15.451.0061.1051 - Pavimentação de Ruas e Passeios Públicos
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 24 - de Convênios Outros (não relacionados a educação/saúde)
.....R\$ 139.286,88
Detalhamento dos Recursos - 000054 - Transferência de Convênios da União

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 139.286,88

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1175

DECRETO Nº 1175 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art.1º- O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA(SC) na forma do art.6º da Lei nº 041 de 08/05/1997, alterado pela Lei nº 738 de 16/08/2007, fica assim constituído:

a)Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Titular: RÉGIS VALTER WEISER

Suplente: LENIR COSTA BEBER

b)Representante da Associação de Desenvolvimento Rural:

Titular: VILMAR LAMPERT

Suplente: LINO TURRA

c)Representante da Associação dos Avicultores:

Titular: EDUARDO LAMB HEINFARTH

Suplente: FERNANDO COSTA BEBER

d)Representante da Associação das Mulheres Agricultoras:

Titular: NAIR MOTTA

Suplente: ANA NEFF ARENHART

e)Representante da Coperio:

Titular: ANGELO DENGÓ

Suplente: PAULO AUGUSTO SCHAEGLER

f)Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: ARI ALLAN BALLER

Suplente: ALTAIR FIORIN

g)Representante da EPAGRI:

Titular: JAIME TURRA

Suplente: REGIS VALTER WEISER

h)Representante das Localidades de:

- Linha Barra do Estreito:

Titular: LUIS TEDESCO

Suplente: ANTÔNIO MANNES

- Linha Leãozinho/São Bento:

Titular: MARCOS LAMB

Suplente: AMARILDO ROSA PIAIA

- Linha Roça Grande/Passo da Invernada:

Titular: SILVESTRE SALVADOR

Suplente: RICARDO DILDEY

- Linha Grafunda Alta/Baixa:

Titular: ELOI BRUGNARA

Suplente: VITOR SIGNORI

- Linha Alto Rochedo:

Titular: MARILDO BOGONI

Suplente: AURÉLIO MOTERLE

- Vila Kennedy/Linha Dois Irmãos:

Titular: VOLNEY ANTÔNIO VENCATO

Suplente: ERVINO WOLZ

- Linha Nogueira/Germano:

Titular: LUIZ CARLOS GRAEF

Suplente: MAURY FRANCISCO DE BAIROS

- Linha do Salto/Limeira:

Titular: LEOZIR STOFFEL

Suplente: VELÍCIO EDGAR GEHM



Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato Portaria 185/09

Portaria nº 185/09 de 15/12/09 - "Prorroga licença gestação concedida à servidora que especifica" (Prorroga, nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 081 de 11/08/2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora JANE ELISA OTTO BRANDALISE, que exerce o emprego público efetivo de Técnico Administrativo, Nível 01, Classe "E", do Grupo III - Atividades de Administração Geral, a partir de 15/12/2009.)

Extrato Portaria 186/09

Portaria nº 186/09 de 18/12/09 - "Prorroga a vigência dos contratos por prazo determinado que especifica" (Portarias nºs 045/09; 046/09; 047/09; 048/09; 049/09; 050/09; 042/09; 053/09; 055/09; 056/09; 057/09; 058/09; 059/09; 060/09; 061/09; 062/09; 063/09; 064/09; 067/09; 074/09; 075/09; 076/09; 077/09; 078/09; 084/09; 113/09 e 129/09)

Extrato Portaria 187/09

Portaria nº 187/09 de 18/12/09 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (FERNANDA WARKEN, Agente Administrativo, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, Nível 02, Classe "A", adicional pela conclusão regular de graduação de 10%).

Extrato Portaria 188/09

Portaria nº 188/09 de 18/12/09 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (RAIMUNDO ANTÔNIO PASCOTTO, Motorista I, Nível 04, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, o adicional pela conclusão regular de Ensino Médio de 5%).

Extrato de termo de credenciamento Nº: fms.003.09 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: fms.003.09 - Primeiro Termo Aditivo

CREDENCIANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

CREDENCIADA: LABORATÓRIO PASTEUR ANÁLISES CLÍNICAS SC LTDA

OBJETO: Alterar a denominação social da CREDENCIADA em razão de alteração no nome empresarial de LABORATÓRIO PASTEUR ANÁLISES CLÍNICAS SC LTDA para G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA e alterar a dotação para 2010, alterando o Preâmbulo e a Cláusula Décima Primeira do Termo de Credenciamento fms.003.09

DOTAÇÃO:

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Elemento: 3.3.90.39.50 - Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial

Reduzido 003

Fonte 02: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2009.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CREDENCIANTE

G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA

GLÁUCIO GRANDO GALLI

CREDENCIADA

Paulo Lopes

Prefeitura Municipal

Lei 1.368-2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

LEI Nº 1.368/2009

AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica O Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 428.890,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e noventa reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 24.050,00
0412200062.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 24.050,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 24.050,00

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 5.500,00
0412200091.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 5.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 22.000,00
0412300122.006 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 22.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0501 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 160,00
175110034.2.010 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 160,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 160,00

0503 - SECRETARIA AS SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 3.000,00
0824400282.012 - Atendimento às Famílias Carentes R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
0824400282.014 - Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DA FAMÍLIA E HABITAÇÃO R\$ 3.450,00
1648200402.050 - Manutenção da Secretaria da Família R\$ 3.450,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.450,00

0701 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 199.500,00
1236100181.019 - Construção e Reforma de Escolas R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
0836700182.025 - Atendimento ao Deficiente R\$ 9.300,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.300,00
1236100182.022 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 142.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 63.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
1236500182.021 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 18.200,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 14.200,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0801 - SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 7.900,00
2369500512.035 - Manutenção da Sec. de Turismo e Meio Ambiente R\$ 7.900,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.300,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00



0901 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE R\$ 6.100,00
 2781200212.027 – Apoio ao Esporte Amador R\$ 6.100,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.100,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1001 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 63.000,00
 1545200312.029 – Manutenção da Limpeza Pública R\$ 33.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 33.000,00
 2678200312.031 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 30.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1101 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA R\$ 7.550,00
 2060600482.039 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 7.550,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.550,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 16.880,00
 2884500000.043 – Contribuição ao PASEP R\$ 16.880,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.880,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 65.000,00
 1030100252.052 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 60.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 1030100252.053 – Manutenção do Programa Agentes Com. Saúde R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 326.990,00 (trezentos e vinte e seis mil, novecentos e noventa reais) e pelo excesso das fontes 0.1.19 no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), 0.1.18 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e 0.1.01 no valor de R\$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil e novecentos reais):

0501 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 1.630,00
 175110034.2.010 – Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.630,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 130,00

0502 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 1.500,00
 0824300272.007 – Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente R\$ 1.500,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 500,00
 0824300272.008 – Pagamento de Conselheiros Tutelares R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0503 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 6.000,00
 0824400282.014 – Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 6.000,00
 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 6.000,00

0701 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 70.580,00
 1236100181.017 – Aquisição de Ônibus Escolar R\$ 690,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 690,00
 1236100181.019 – Construção e Reforma de Escolas R\$ 7.100,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 7.100,00
 1236100181.020 – Construção de Sala de Informática R\$ 15.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.15 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 1236500181.018 – Construção e Ampliação de Escolas R\$ 37.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.15 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 0830600182.023 – Manutenção da Merenda Escolar R\$ 120,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 120,00
 1236100182.022 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 8.300,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 60,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 40,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 3.200,00
 1236500182.021 – Manutenção do Ensino Infantil R\$ 2.370,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 60,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 – Aplicações Diretas R\$ 2.310,00

1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 5.620,00

0412200000.041 – Contribuição a Entidades Municipalistas R\$ 5.620,00
 3.5.50.00.00.00.00.0.1.00 – Transferências a Instituições Privadas R\$ 5.620,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 227.460,00
 1030100251.046 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 560,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 560,00
 1030100252.045 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 161.900,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 115.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 46.900,00
 1030100252.053 – Manutenção do Programa Agente Com. Saúde R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 1030100252.054 – Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 7.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
 1030100252.055 – Manutenção do Componente Compensação R\$ 16.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 1030100252.056 – Manutenção do Componente Vigilância Epid. R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 1030100252.057 – Manutenção do Componente Vigilância Sanit. R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 1030100252.058 – Manutenção do Componente Assistência Farm. R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 22 de dezembro de 2009.
 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios no dia 23 de dezembro de 2009

Decreto 50-2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
 DECRETO Nº 050/2009

Dispõe sobre a Concessão de Incentivos Fiscais e Econômicos à Empresa Rafaela Santos-EPP e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes e o art. 2º da Lei 1243/2007, e considerando o requerimento da empresa em processo administrativo; DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida à empresa Rafaela Santos- EPP, nos termos do art. 4º, da Lei 1243/2007, a isenção de impostos e taxas municipais pelo período de 03 (três) anos a contar do exercício de 2010.

Art. 2º - Fica concedido à empresa Rafaela Santos- EPP, nos termos dos arts. 3º e 11 da Lei 1243/2007, o direito real de uso de terreno correspondente as áreas A02,A03,A04, e A05 da Área Industrial do Município, criada pela Lei Municipal nº 1242/2007 a ser formalizada em contrato firmado entre o poder concedente e o concessionário.

Art. 3º - As Secretarias Municipais de Administração e de Finanças expedirão os atos administrativos necessários para efetivação do presente Decreto.

Art. 4º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, conforme estudo de impacto orçamentário realizado.



Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes, 22 de Dezembro de 2009.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios no dia 23 de Dezembro de 2009.

ZENON BERTO BORGES
Sec.Munc.Administração

Decreto 51-2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

DECRETO Nº 51/2009

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica O Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 428.890,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e noventa reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 24.050,00
0412200062.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 24.050,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 24.050,00

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 5.500,00
0412200091.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 5.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 22.000,00
0412300122.006 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 22.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0501- SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 160,00
175110034.2.010 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 160,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 160,00

0503 - SECRETARIA AS SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 3.000,00
0824400282.012 - Atendimento às Famílias Carentes R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
0824400282.014 - Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0601 - SECRETARIA DA FAMÍLIA E HABITAÇÃO R\$ 3.450,00
1648200402.050 - Manutenção da Secretaria da Família R\$ 3.450,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.450,00

0701 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 199.500,00
1236100181.019 - Construção e Reforma de Escolas R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
0836700182.025 - Atendimento ao Deficiente R\$ 9.300,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.300,00
1236100182.022 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 142.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 63.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
1236500182.021 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 18.200,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.18 - Aplicações Diretas R\$ 14.200,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0801 - SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 7.900,00
2369500512.035 - Manutenção da Sec. de Turismo e Meio Ambiente R\$ 7.900,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.300,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

0901 - SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE R\$ 6.100,00
2781200212.027 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 6.100,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.100,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

1001 - SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS R\$ 63.000,00
1545200312.029 - Manutenção da Limpeza Pública R\$ 33.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 33.000,00
2678200312.031 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA R\$ 7.550,00
2060600482.039 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 7.550,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.550,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 16.880,00
2884500000.043 - Contribuição ao PASEP R\$ 16.880,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 16.880,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 65.000,00
1030100252.052 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 60.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
1030100252.053 - Manutenção do Programa Agentes Com. Saúde R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.2.14 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 326.990,00 (trezentos e vinte e seis mil, novecentos e noventa reais) e pelo excesso das fontes 0.1.19 no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), 0.1.18 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e 0.1.01 no valor de R\$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil e novecentos reais):

0501- SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 1.630,00
175110034.2.010 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.630,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 130,00

0502 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 1.500,00
0824300272.007 - Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente R\$ 1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
0824300272.008 - Pagamento de Conselheiros Tutelares R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0503 - SECRETARIA AS SAÚDE E ASSIST. SOCIAL R\$ 6.000,00
0824400282.014 - Manutenção do Fundo Mun. da Assistência Social R\$ 6.000,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Transferências a Instituições Privadas R\$ 6.000,00

0701 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO R\$ 70.580,00
1236100181.017 - Aquisição de Ônibus Escolar R\$ 690,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 690,00
1236100181.019 - Construção e Reforma de Escolas R\$ 7.100,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 7.100,00
1236100181.020 - Construção de Sala de Informática R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
1236500181.018 - Construção e Ampliação de Escolas R\$ 37.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.15 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
0830600182.023 - Manutenção da Merenda Escolar R\$ 120,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 120,00
1236100182.022 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 8.300,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 60,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 - Aplicações Diretas R\$ 40,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00
1236500182.021 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 2.370,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 60,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.19 - Aplicações Diretas R\$ 2.310,00



1201 – ENCARGOS GERAIS R\$ 5.620,00
 0412200000.041 – Contribuição a Entidades Municipalistas R\$ 5.620,00
 3.5.50.00.00.00.00.00.0.1.00 – Transfe-
 rências a Instituições Privadas R\$ 5.620,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 227.460,00
 1030100251.046 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 560,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 560,00
 1030100252.045 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 161.900,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 115.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 46.900,00
 1030100252.053 – Manutenção do Programa Agente Com. Saúde R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 1030100252.054 – Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 7.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
 1030100252.055 – Manutenção do Componente Compensação R\$ 16.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 1030100252.056 – Manutenção do Componente Vigilância Epid. R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 1030100252.057 – Manutenção do Componente Vigilância Sanit. R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 1030100252.058 – Manutenção do Componente Assistência Farm. R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 22 de dezembro de 2009.
 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios no dia 23 de dezembro de 2009

Câmara de Vereadores

Resolução nº. 08

RESOLUÇÃO Nº. 08 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009
 RENOVA A COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS RELATIVOS ÀS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA BR 101/SUL, NOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES/SC.

AUTOR: Mesa Diretora

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado pelo Plenário, baixa a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Na forma do art. 46, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulo Lopes/SC, fica renovado pelo prazo de três meses a Comissão Temporária Especial para tratar de assuntos relativos às obras duplicação da BR 10-Sul, nos limites do Município de Paulo Lopes.

Art. 2º A referida comissão será composta pelos vereadores Jucinei de Souza, este na posição de presidente da comissão, e como membros os vereadores Oziel Evaldo Silva, Tobias Manoel Raupp e João dos Passos Custódia.

Art. 3º Esta Resolução tem como prazo de validade o período de 03 (três) meses, a contar do dia subsequente à data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 22 de dezembro de 2009.
 JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO
 Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes/SC.

Publicada a presente Resolução no Diário Oficial dos Municípios em 22 de dezembro de 2009.

Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação 014/2009

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
 AVISO DE LICITAÇÃO
 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2009
 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 12 de janeiro de 2010, licitação modalidade Tomada de Preços nº 014/2009. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de obra pública de engenharia, consistente na construção de 03 (três) casas populares geminadas, em Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/01/2010, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site WWW.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Dezembro de 2009.
 EUZÉBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 015/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
 AVISO DE LICITAÇÃO
 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2009
 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 12 de janeiro de 2010, licitação modalidade Tomada de Preços nº 015/2009. Objeto: contratação de empresa para a execução de obras públicas, consistente na construção de pavimentação com pedras irregulares em via pública do Município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/01/2010, até às 14:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 21 de Dezembro de 2009.
 EUZÉBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal



Porto Belo

Prefeitura Municipal

Lei nº 1.784/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.784/2009

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Porto Belo autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 365,79 (Trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos) para suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal Vigente:

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-Programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.0300 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 365,79

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente na mesma importância.

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-Programática: 01.031.0001

Projeto: 1.002 – Construção do Prédio da Câmara

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.0300 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 365,79

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,
em Porto Belo – SC, aos 21 dias do mês de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Lei nº 1.785/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.785/2009

“ESTABELECE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO”.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a concessão aos Vereadores do Poder Legislativo de Porto Belo, reposição salarial com base na variação do IPCA (IBGE), compreendido no período de janeiro de 2009 a

outubro de 2009, estabelecido no percentual de 5,24% a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,
em Porto Belo – SC, aos 21 dias do mês de dezembro de 2009.

ALBERT STADLER

Prefeito

Edital de Cadastramento

EDITAL DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DA PONTA DO ARAÇÁ

A PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA PONTA DO ARAÇÁ ELAINE DA CRUZ,

FAZ SABER a quem deste tiver conhecimento, que, no uso de suas atribuições legais, bem como tendo em vista o que restou aprovado em assembléia ordinária do Conselho Gestor ocorrida em 07 de dezembro de 2009, torna pública a abertura do prazo para o cadastramento de entidades sem fins lucrativos, com atuação comprovada no Município de Porto Belo na área de proteção e conservação do meio ambiente, visando à possibilidade de ingresso como membro do Conselho Gestor da APA Ponta do Araçá, em decorrência da vacância de mandato de instituição.

O cadastramento será efetuado a partir do dia 04 de janeiro de 2010, de forma improrrogável, até o dia 02 de fevereiro de 2010, mediante protocolo na Procuradoria Geral do Município da Ficha de Cadastramento da entidade devidamente preenchida e acompanhada: (a) do Estatuto social e das alterações subsequentes devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos; (b) da Ata de Eleição da Diretoria; (c) do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); (d) de Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de Negativas de Débito de Tributos Federais da Receita Federal e do INSS em validade, se a lei assim o exigir; (e) se, Instituição Filantrópica o comprovante de reconhecimento da entidade expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); (f) se, OSCIP a certificação do Ministério da Justiça, g) demais organizações sociais (Lei 9.637/98), a comprovação de declaração de utilidade pública pelo Município ou pelo Estado; h) Balancete, se a lei assim o exigir. Caso sejam apresentados documentos por cópia, esses devem ser autenticados, havendo a possibilidade de a autenticação ser promovida pela Procuradoria, à vista do original. A não apresentação de qualquer dos documentos acima exigidos implicará no indeferimento do cadastramento da entidade. Não será deferido o cadastramento cujos representantes não possuírem atribuição estatutária ou legal para assinar o requerimento. A Ficha de Cadastramento poderá ser obtida na Procuradoria do Município ou na página www.portobelo.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de Porto Belo, disponível na rede mundial de computadores.

Este Edital será afixado no átrio da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial do Município e na página www.portobelo.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de Porto Belo, disponível na rede mundial de computadores.

DADO E PASSADO nesta cidade de Porto Belo, Santa Catarina, em 18 de dezembro de 2009.

ELAINE DA CRUZ

Presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá



Porto União

Prefeitura Municipal

Dispensa de Licitação 003/2009 FAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 021/2009 FAS

Dispensa de Licitação n.º 003/2009 FAS

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Ação Social necessita locar um imóvel para instalar a Associação dos Agentes Recicladores de Porto União, como parte de incentivo para o programa geração de renda de reciclagem solidária.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel urbano, com área de 600,00 m2 situada na Avenida João Pessoa, neste município, inscrito sob a matrícula 1537 do Registro de imóveis da Comarca de Porto União SC, anexo ao presente processo licitatório.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade do Senhor Lauro Fernandes Luiz Junior em razão as sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Unidade: 01.15 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade: 2.049 - Manutenção FMAS

Elemento : 3.3.90.36.00.00.00.0100 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física
Cid 02

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 27 de novembro de 2009.

DEIVIDSON LUIZ OKOPNIK

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 078/2009

Dispensa de Licitação 016/2009

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 153/2009

Dispensa de Licitação n.º 016/2009

Caracterização da Situação: O Município necessita contratar instituição financeira com a finalidade de prestação de serviços para arrecadação de contas.

Descrição do Objeto: Contratação de instituição financeira com a finalidade de prestação de serviços destinada ao recebimento e tratamento de documentos d arrecadação da CONTRATANTE através da rede de atendimento da Caixa.

Razão da escolha: A escolha do objeto recaiu sobre a Caixa Econômica Federal em razão dos seguintes motivos: (a) o Município somente pode arrecadar e manter contas em bancos públicos ou empresas de economia mista; b) os relatórios de baixa, já estão todos configurados de acordo com o software do Município; c) o agente arrecador é uma empresa de economia mista.

Do Preço: O valor total, estimado a ser cobrado (R\$ 70.000,00 – setenta mil reais) pelo período de 12 (doze) meses, encontra-se dentro do preço de mercado, comparados com os demais agentes arrecadores conforme comprovam os documentos que anexam

o presente processo licitatório.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no artigo 24, inciso VIII da lei n.º 8.666/93.

Porto União, 09 dezembro de 2009

DEIVIDSON LUIS OKOPNIK

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 078/2009

Processo Licitatório 018/2009 FAS Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitação 018/2009 FAS

Tomada de Preços 003/2009 FAS

Homologo o processo licitatório em epigrafe e adjudico a empresa Fênix Informática e Telefonia Ltda e Lider Suprimentos para Informática Ltda.

Porto União SC, 22 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 148/2009 Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitação 148/2009

Pregão presencial 028/2009

Homologo o processo licitatório em epigrafe e adjudico a empresa Radaelli Haiduk & Cia Ltda, Jackiw & Jackiw Ltda, Mercado Kosera Ltda.

Porto União SC, 09 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 151/2009 Homologação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitação 151/2009

Pregão presencial 059/2009

Homologo o processo licitatório em epigrafe e adjudico a empresa Enersolar Comercial Ltda.

Porto União SC, 18 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Processo Licitatório 005/2009 FUNREBOM Revogação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitação 005/2009

Pregão presencial 003/2009 FUNREBOM

Revoga-se o aludido processo licitatório, com base no art 49 da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de dezembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal



Processo Licitatório 147/2009 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitação 147/2009
Tomada de Preços 030/2009

Expirado o prazo recursal, torna publica a homologação do processo licitatorio em epigrafe e adjudico a empresa J.B. Moreira Serviços Ltda.

Porto União SC, 18 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 150/2009 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitação 150/2009
Pregão presencial 058/2009

Homologo o processo licitatorio em epigrafe e adjudico a empresa Ursula Waldruff e Ernesto Gohl Filho .

Porto União SC, 17 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 152/2009 Homologação.

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitação 152/2009
Pregão presencial 060/2009

Homologo o processo licitatorio em epigrafe e adjudico a empresa Bigger Caminhões Ltda e Paraná Equipamentos SA.

Porto União SC, 22 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 040/2009 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 040/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Lauro Fernandes Luiz Netto
Objeto: locação de um imóvel de propriedade do locador, situado a Avenida João Pessoa.
Valor mensal: R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: 12 meses.
Base legal art 24 inciso X da lei 8.666/93

Porto União SC, 04 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Lauro Fernandes Luiz Netto
Contratada

Extrato de Contrato 273/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 273/2009
Partes: Município de Porto União e Caixa Econômica Federal
Objeto: prestação de serviços destinado ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação da CONTRATANTE através da Rede de atendimento da Caixa

Valor total: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)
Vigência: 12 meses.
Base legal art 24 inciso VIII da lei 8.666/93

Porto União SC, 17 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Caixa Econômica Federal
Contratada

Extrato de Contrato 277/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 277/2009
Termo aditivo 03 ao contrato 008/2009
Partes: Município de Porto União e Transporte Nossa Senhora da Piedade Ltda.
Clausula Primeira: Vigência
Prorroga-se o aludido contrato superior partir de 08 de fevereiro de 2010 a 20 de dezembro de 2010. As demais clausulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 18 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Transportes Nossa Senhora da Piedade Ltda
Contratada

Processo Licitatório 251/2009 Extrato de Contrato 276/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 276/2009
Partes: Município de Porto União e Enersolar Comercial Ltda
Objeto: Instalação de Sistema de Climatização na Secretaria Municipal da Educação.
Valor total: R\$ 23.615,00 (vinte e três mil seiscentos e quinze reais)
Vigência: 08 de janeiro de 2009 ou a retirada total dos equipamentos licitados.
Base legal Pregão 059/2009 e lei 8.666/93

Porto União SC, 18 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Enersolar Comercial Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 047/2009 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 047/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda.
Objeto: fornecimento de materiais para Programa Bolsa Família FAS
Valor total: R\$ 4.491,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais)
Vigência: 31 de dezembro de 2009 ou a retirada total dos equipamentos licitados.
Base legal Pregão presencial 003/2009 e lei 10.520/02

Porto União SC, 22 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 272/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 047/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda.
Objeto: fornecimento de materiais para Programa Bolsa Família FAS
Valor total: R\$ 4.491,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais)
Vigência: 31 de dezembro de 2009 ou a retirada total dos equipamentos licitados.
Base legal Pregão presencial 003/2009 e lei 10.520/02

Porto União SC, 22 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 275/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 275/2009
Partes: Município de Porto União e J.B. Moreira Serviços Ltda
Objeto: execução da obra de reforma /reparos/conservação melhoria incluindo material e mão de obra no Núcleo Educacional Hermínio Millis
Valor total: R\$ 123.777,07 (cento e vinte e tres mil, setecentos e setenta e sete reais e sete centavos)
Vigência: 240 dias.
Base legal tp 030/2009 e lei 8.666/93

Porto União SC, 18 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

J.B. Moreira Serviços Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 048/2009 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 048/2009 FAS
Partes: Município de Porto União e Líder Suprimentos para Informática Ltda.
Objeto: fornecimento de materiais d para Programa Bolsa Família FAS
Valor total: R\$ 1.863,50 (hum mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)
Vigência: 31 de dezembro de 2009 ou a retirada total dos equipamentos licitados.
Base legal Pregão presencial 003/2009 e lei 10.520/02

Porto União SC, 22 de dezembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Líder Suprimentos para Informática Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 278/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 278/2009
Partes: Município de Porto União e Bigger Caminhões Ltda
Objeto: fornecimento de 02 (dois) Caminhões novos
Valor total: R\$ 338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil reais)
Vigência: 12 meses
Base legal Pregão Presencial 060/2009 e lei 10.520/02

Porto União SC, 22 de dezembro de 2009
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Bigger Caminhões Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 279/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 279/2009
Partes: Município de Porto União e Paraná Equipamentos Ltda
Objeto: fornecimento de 02 (duas) Pa Carregadeiras novas
Valor total: R\$ 632.000,00 (seiscientos e trinta e dois mil reais)
Vigência: 12 meses
Base legal Pregão Presencial 060/2009 e lei 10.520/02

Porto União SC, 22 de dezembro de 2009
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Paraná Equipamentos Ltda
Contratada

Rio do Sul

Prefeitura Municipal

Decreto n º 1037/09

DECRETO Nº 1037, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
"CONCEDE PENSÃO A SRA. SELMA PACHECO PEDROSO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da EC 41/2003.

DECRETA:

Art 1º - Fica concedida a partir de 04 de novembro de 2009, pensão vitalícia a Sra. Selma Pacheco Pedroso, brasileira, viúva, residente na Rua Geremias Medeiros nº 390, Bairro Taboão, na cidade de Rio do Sul, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. David Pedroso, ex-servidor público municipal, matrícula nº 874.5-00, aposentado desde 01/05/2001, no cargo de Vigia, nível 20, faixa 21, com proventos proporcionais de 21/35 avos e adicional de tempo de serviço de 12%.



§ 1º - A pensão por morte será rateada em partes iguais aos seguintes dependentes:

I - 50% para Selma Pacheco Pedroso – na qualidade de esposa, e
II - 50% para Itayran Lúcio Cezar Pedroso, nascido em 20/03/1997, filho do ex-servidor falecido até completar a maioridade (21 anos).

§ 2º - Após o cumprimento da maioridade de Itayran Lúcio Cezar Pedroso, o valor da cota parte da pensão, reverterá automaticamente para a Sra. Selma Pacheco Pedroso.

Art. 2º - De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da EC nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor inativando, falecido em 03/11/2009.

Art. 3º – A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina-TCE.

Art. 4º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrn

Decreto nº 1038/09

DECRETO Nº 1.038, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 4.953, de 18 de dezembro de 2009.

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 310.229,31, (trezentos e dez mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

| | | | |
|-----------|-----------------------------------|-----|------------|
| 08.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| 08.02 | Departamento Pedagógico de Ensino | | |
| 2.035 | Manutenção do Ensino Infantil | | |
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | |
| 3.1.90.00 | Aplicações Diretas | R\$ | 310.229,31 |
| | Total | R\$ | 310.229,31 |

Art.2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 310.229,31 (trezentos e dez mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos), a seguinte dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

| | | | |
|-----------|-----------------------------------|--|--|
| 08.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| 08.02 | Departamento Pedagógico de Ensino | | |
| 2.095 | Manutenção do Ensino Infantil | | |
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |

| | | | |
|-----------|--|-----|------------|
| 3.3.50.00 | Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos | R\$ | 310.229,31 |
| | TOTAL | R\$ | 310.229,31 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de dezembro de 2.009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1039/09

DECRETO Nº 1039, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

“CONCEDE PENSÃO A SRA. ANGELA DE JESUS.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “a” inciso II do artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da EC 41/2003.

DECRETA:

Art 1º - Fica concedida a partir de 10 de novembro de 2009, pensão vitalícia a Sra. Ângela de Jesus, brasileira, viúva, residente na Rua João Pedro Marcelino nº 184, Bairro Pamplona, na cidade de Rio do Sul, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Olimpio Nilo de Jesus, ex-servidor público municipal, matrícula nº 248-8, aposentado desde 01/09/2002, no cargo de Operador de Equipamentos, nível 40, faixa 41, com proventos proporcionais de 23/35 avos e adicional de tempo de serviço de 9%.

Art. 2º - De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da EC nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor inativando, falecido em 09/11/2009.

Art. 3º – A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina-TCE.

Art. 4º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1036/2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

22 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrn

Decreto nº 1040/09

DECRETO Nº 1040, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

“CONCEDE PENSÃO A SRA. SELMA PACHECO PEDROSO.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “a” inciso II do artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de



21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da EC 41/2003.

DECRETA:

Art 1º - Fica concedida a partir de 04 de novembro de 2009, pensão vitalícia a Sra. Selma Pacheco Pedroso, brasileira, viúva, residente na Rua Geremias Medeiros nº 390, Bairro Taboão, na cidade de Rio do Sul, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. David Pedroso, ex-servidor público municipal, matrícula nº 874.5-00, aposentado desde 01/05/2001, no cargo de Vigia, nível 20, faixa 21, com proventos proporcionais de 21/35 avos e adicional de tempo de serviço de 12%.

§ 1º - A pensão por morte será rateada em partes iguais aos seguintes dependentes:

I - 50% para Selma Pacheco Pedroso – na qualidade de esposa, e

II - 50% para Itayran Lúcio Cezar Pedroso, nascido em 20/03/1997, filho do ex-servidor falecido até completar a maioridade (21 anos).

§ 2º - Após o cumprimento da maioridade de Itayran Lúcio Cezar Pedroso, o valor da cota parte da pensão, reverterá automaticamente para a Sra. Selma Pacheco Pedroso.

Art. 2º - De conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso I da EC nº 41/2003 o valor do benefício da pensão por morte ora concedido, corresponderá ao valor da totalidade dos proventos do servidor inativando, falecido em 03/11/2209.

Art. 3º – A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina-TCE.

Art. 4º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1037/2009

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

22 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vlrn

Extrato de edital 71/2009 FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2009 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICAO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS PARA ATENDER NECESSIDADES DA FARMÁCIA DESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 11/01/2010, às 09:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 11/01/2010.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437 e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Departamento de Assistência Farmacêutica.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.411.3.3.90

As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Setor de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, nº 154, Centro,, ou fax (47) 3531-1427, informando sua razão social, endereço eletrônico, telefone e fax, solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas. A Prefeitura Municipal de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá à Prefeitura Municipal de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Dispensa de Licitação 121/2009

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 121/2009

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de um imóvel com área de 294,96m² para Secretaria de Municipal de Educação, situado na área urbana desta cidade, na Travessa Henrique Conick, 40, Bairro Jardim América.

Prazo: 12 (doze) meses.

Valor R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) mês.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 22 de dezembro de 2009
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Alteração Pregão 112/2009

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que ficam alterados as redações dos itens 1.2 – ENTREGA DOS ENVELOPES e 2 - OBJETO do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2009, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

1.2 – ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/12/2009, às 10:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 28/12/2009.

1 – OBJETO

1.1– Este edital refere-se à contratação de empresa, pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, para efetuar o fornecimento, instalação, manutenção e suporte de 01 (um) link de acesso a internet com velocidade de 10mbps dedicado (Full), a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:



| Item | Qte. | Especificações |
|------|------|---|
| | | <p>A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para efetuar o fornecimento, instalação, manutenção e suporte de um link de acesso a INTERNET com velocidade de 10 Mbps dedicado (Full);</p> <p>Compreendendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviço de acesso a internet com velocidade de 10 Mbps dedicado FULL ; - Mínimo de 10 IP's públicos fixo e válidos; - A contratada deverá fornecer a instalação, manutenção e todos os equipamentos necessários para o devido funcionamento; <p>Instalação, Manutenção e Suporte</p> <p>A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a instalação e devido funcionamento de acesso ao Link, disponibilizando no prédio central da Prefeitura Municipal de Rio do Sul;</p> <p>Toda e qualquer manutenção ou substituição de equipamentos necessária durante a vigência do contrato ficará por conta da contratada.</p> <p>A contratada, deverá garantir a conectividade, velocidades nominais contratadas e o suporte operacional aos serviços em regime sem interrupções, durante vinte e quatro (24) horas por dia e sete (7) dias por semana.</p> <p>A CONTRATADA deve disponibilizar meios de comunicação (incluindo pelo menos um número de telefone) e procedimentos pelos quais a CONTRATANTE possa a qualquer momento iniciar e acompanhar processo de reclamação quanto a eventuais falhas.</p> <p>Uma vez efetuada a reclamação, a CONTRATADA deverá contatar a CONTRATANTE de volta, no prazo máximo de 120 minutos fornecendo nesse momento um primeiro diagnóstico quanto a falha, informando quanto a previsão de restabelecimento do serviço, e dando instruções para a sequência de acompanhamento da reclamação.</p> <p>Constatada a ocorrência de divergência na especificação técnica, falhas de componentes dos equipamentos ou defeitos de operação durante o período de vigência do contrato fica à contratada obrigada a providenciar a sua correção ou, a critério da contratante, a substituição do equipamento em até 08 (oito) horas, contados a partir da notificação da ocorrência por parte da CONTRATANTE, sujeitando-se a contratada às penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.</p> <p>A contratada, obriga-se a conceder deduções nos valores dos serviços mensais, caso o serviço seja interrompido, cujas causas não sejam atribuíveis à contratante, desde que verificadas as paralisações por período de tempo superior ao previsto.</p> |
| 1 | 1 | |

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Salto Veloso

Prefeitura Municipal

Extrato de Termo Aditivo 001/2009 - Contrato nº 0061/2009

Extrato de Termo Aditivo 001/2009

Contrato nº 0061/2009

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

CONTRATO Nº 0061/2009

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: ACISV – Associação Comercial de Salto Veloso juntamente com a FACISC- Federação das Associações Empresariais de

Santa Catarina.

Objeto: Contratação de Empresa para fornecer Cartão de Vale Alimentação para os funcionários Públicos conforme Lei Municipal nº 1.335/2009 de 30 de Setembro de 2009

Valor Total: 1.932,00 reais referente taxa administrativa (2%) a ser paga pelo comércio que venderá os produtos aos funcionários beneficiados com o cartão vale alimentação à ACISV no período de 12 meses.

Vigência: 28/01/10 à 28/12/10.

Base Legal: Processo Licitatório nº 0046/2009 – DL nº 0002/2009.

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 21 de dezembro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Extrato de Inexigibilidade Processo 123

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 123/2009

INEXIGIBILIDADE N. 5/2009

Contratada: LAR PEQUENO ACONCHEGO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.565.814/0001-36, Bom Jesus dos Pinhais.

Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 25, caput.

Valor Total: R\$ 22.080,00.

Vigência: Da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio Nº 071

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 071, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

Origem: artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº 1.846, de 16 de dezembro de 2009.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste.

Conveniada: Associação de Moradores da Comunidade de São Paulinho.

Objeto: Repasse financeiro do Conveniente ao Conveniado, constituindo auxílio destinado a reformas na sede do Conveniado.

Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a ser pago no dia 22 de dezembro do corrente ano.

Dotação Orçamentária: 08.01.08.244.4514.2.037.3.3.50.00.00.00.00.00.

Projeto Atividade: Projeto Atividade: 2.037 – Assistência Comunitária.

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2009.

Vigência: A vigência do presente convênio será da data de assinatura a 30 de março de 2009.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste – pelo Conveniente e Alziro Alberto Milan - pelo Conveniado.



São Pedro de Alcântara

Prefeitura Municipal

Decreto n.º 503/2009

DECRETO N.º 503/2009

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ANTÔNIO LORIBERTO HAMES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do Cargo de Operador de Máquina II, férias por 30 dias que gozará a partir de 21/12/09 a 19/01/10, referente ao período aquisitivo de 2008/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 504/2009

DECRETO N.º 504/2009

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2010 – EDITAL nº. 001/2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1.º- Fica homologado o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado para o ano de 2010 – Edital nº. 001/2009, cuja relação dos aprovados é parte integrante deste Decreto.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Decreto n.º 505/2009

DECRETO N.º 505/2009

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO FUNCIONÁRIO MARIVAN KRETZER, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde ao funcionário MARIVAN KRETZER, pelo período de 13/12/2009 A 04/01/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/12/2009.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2009.

Schroeder

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1.772/2009

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, INSTRUMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder, nos termos da presente lei e seus anexos.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, tem como diretrizes, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 3º Para o estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I - a universalização, a integralidade e a disponibilidade;

II – preservação da saúde pública e a proteção do meio ambiente;

III - a adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

IV - a articulação com outras políticas públicas;

V - a eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;

VI - a utilização de tecnologias apropriadas;

VII - a transparência das ações;

VIII - controle social;



IX - a segurança, qualidade e regularidade;

X - a integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Schroeder.

Parágrafo único. Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do presente Plano:

I - garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;

II - implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;

III - criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;

IV - estimular a conscientização ambiental da população; e

V - atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, consideram-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

I – abastecimento de água;

II – esgotamento sanitário;

III – drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e

IV – limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Art. 6º Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder deverá respeitar o que determina o art. 16, §4º, da Lei Municipal nº 1.743/2009, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial o estudo que integra o Anexo I desta lei.

§ 1º A revisão de que trata o caput, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Schroeder.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços correlatos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I - das Políticas Municipais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Municipais e Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 4º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município de Schroeder estiver inserido, se houver.

Art. 7º A gestão dos serviços de saneamento básico terá como

instrumentos básicos os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 8º A prestação dos serviços públicos de saneamento é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, podendo o mesmo realizar a prestação desses serviços de forma direta, ou conceder ou permitir a prestação respectiva, a terceiros, de direito público ou privado, de uma ou mais dessas atividades, atendendo os postulados legais pertinentes à matéria.

§ 1º Os executores das atividades mencionadas no caput deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º A Administração Municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á às mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

Art. 9º Os programas, projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados, inclusive especificando as dotações orçamentárias a serem aplicadas.

Art. 10. Constitui órgão executivo do presente plano a Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental, na forma da Lei Municipal nº1.743/2009.

Art. 11. Constitui órgão superior do presente plano, de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Saneamento Básico, constituído com base no art. 20, da Lei Municipal nº 1.743/2009.

Art. 12. Constitui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder o documento inserido no Anexo I desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

ANEXO I

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SCHROEDER – SC

1. Apresentação

O presente documento constitui o Plano de Saneamento Básico do Município de Schroeder – PMSB-Schroeder, abrangendo os Sistemas de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 19 da Lei Federal nº11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico e a Lei Municipal nº1.743/2009 que institui a Política Municipal de Saneamento.



O PMSB-Schroeder foi desenvolvido considerando-se período de planejamento de 20 (vinte) anos, projetado, portanto, para os anos de 2010 a 2029.

Conforme determinação do § 4º do Artigo 19 da Lei nº11.445/07, o PMSB-Schroeder deverá ser revisto em prazo não superior a quatro anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual do Município.

2. Estrutura do PMSB-Schroeder

O PMSB-Schroeder apresenta sua estrutura conforme segue:



3. Objetivos do PMSB-Schroeder

3.1 Objetivo Geral:

Estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Schroeder ao saneamento básico.

3.2 Objetivos Específicos:

- Garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;
- Implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;
- Criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
- Estimular a conscientização ambiental da população e
- Atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

4. Metodologia:

A metodologia aplicada para elaboração do PMSB-Schroeder teve como princípio básico o estímulo a participação da comunidade schroedense.

Para tanto um conjunto de atividades foram realizadas de forma a estimular a efetiva participação da sociedade.

No item 15 deste Plano são apresentados os elementos relacionados à mobilização social e efetiva participação da comunidade.

De forma geral a metodologia contempla:

- Levantamento de dados (informações documentais e dados de campo)
- Consultas públicas – Reuniões Comunitárias
- Diagnóstico da situação atual
- Objetivos e metas Imediatos, de curto, médio e longo prazos
- Proposição de programas e ações para atender as metas
- Mecanismos e procedimentos para avaliação das ações programadas

- Audiência Pública
- Adequação de resultados da Audiência Pública
- Consolidação do Plano Municipal de Saneamento.

Estes trabalhos foram realizados entre maio e dezembro de 2009.

5. Características Gerais do Município:

O município de Schroeder localiza-se no vale do Rio Itapocu, dispõe de uma área aproximada de 161,508 km², e atualmente, comporta uma população de 14.000 habitantes, segundo dados do IBGE – 2009. Possui densidade populacional de 86,68 habitantes por km².

O município está integrado na região administrada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul. Também faz parte da AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu.

Segundo dados do PNUD – 2000, o município de Schroeder apresenta elevado índice de desenvolvimento humano – IDH, valor igual a 0,838.

5.1 Aspectos Históricos:

A história de Schroeder começa já com o casamento de dona Francisca Carolina Joana Carlota Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (de Bragança e Orleans) (1824-1898) e o Príncipe François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans (1818-1900) que com o casamento passou a residir fora do império. Recebem em dotes terras e apólices da dívida do império. Ao príncipe coube o dote de 1000 contos de réis em apólices, mas em compensação, obteve ainda, em favor do patrimônio total, terras a serem por eles escolhidas num ou mais lugares, nas melhores localizações da então província de Santa Catarina, num total de 5 mil léguas em quadro ou 25 léguas quadradas, de 3000 braças, segundo a lei de 25 de janeiro de 1909, equivalente a uma superfície de 46.582 hectares. E foi destas terras que depois de mandar escolhe-la, medi-las e demarcá-las através de seu procurador, senhor Francisco Leôncio Aubé, o príncipe cederia mais tarde, mediante ajustes, uma área inicial de 8 léguas, em alienação perpétua, ao senhor Christian Mathias Schroeder (de Hamburgo), de origem pomerana, para que colonizassem segundo as condições do contrato, tendo prometido a cessão de mais 12 léguas.

Assim em 1901, colonos vindos de colonizações vizinhas, adquiriram terras nas imediações da comunidade de Schroeder I, e assim, suas terras foram sendo povoadas com elementos, quase todos de descendência germânica, da religião Evangélica Luterana, oriunda da reforma de Lutero. Esses colonos de instalaram mata adentro, seguindo as margens do rio Itapocuzinho e depois as margens do rio Braço do Sul, pois o mesmo fica a oeste do município.

Também em 1901, o senador Wilhen Köplin, adquiriu terras nesta comunidade (Braço do Sul) que doou às suas quatro filhas, sendo uma delas a senhora Helena Köplin (Gneipel), última a falecer, mãe do senhor Oscar Guilherme Gneipel. Essas terras pertenciam na maioria à família Gneipel.

Também no início da colonização do município, na localidade de Rio Hern, havia uma serraria e a tafona (moinho de milho) pertencentes ao Senhor Jacob Pflieger, que atendia a população do povoado.

Em 1913, novos colonizadores foram adquirindo terras, ampliando as áreas de cultivo, abrindo estradas, construindo casas, etc.

Em 1919, vieram os colonizadores italianos, sendo ainda alguns

nascidos na Itália, que residiam no município de Luiz Alves, tal como a família Tomaselli, Cândido, Antônio, João Maria. Seus descendentes nascidos no Brasil: Jerônimo, Aníbal e Santos, abriram caminho para que fosse possível o cultivo dessas terras. É com Jerônimo Tomaselli também que se põe em funcionamento mais uma serraria na nova povoação, movida a força d'água. As atividades foram se diversificando e logo surgiu uma olaria nas proximidades de Rio Hern. O Senhor Gotlieb fazia o comércio a varejo, e a compra de produtos agropecuários também se difundiu.

Assim como o loiro imigrante trouxe de sua pátria de origem a cultura, a civilização, os costumes e tradições que transmitiu aos seus filhos e netos, também o italiano trouxe de sua pátria o jogo de bocha, a polenta e a coragem de desbravador. O hábito da língua se manteve por muitos anos por parte dos colonizadores alemães. Depoimentos colhidos mostram que na época da Segunda Guerra Mundial havia espiões que passavam perto das casas durante a noite, quando a família se reunia para investigar se havia pessoas falando a língua alemã, pois na época os que assim procediam estariam conspirando contra os compatriotas e a favor do REICH. Também não se podia ouvir o rádio onde as emissoras transmitissem na língua alemã.

Em 15 de fevereiro de 1922, Emílio da Silva, que ingressara no magistério, lecionava em casa, onde também eram realizados os serviços religiosos da Comunidade Evangélica Luterana da Estrada Schroeder II. Várias vezes ele foi ameaçado de fechar as portas da escola pela direção da comunidade, pois achava que a escola deveria atender todas as crianças e não somente as que pertenciam à Comunidade Luterana, mas também os filhos de colonos.

No início de 1924, a escola com 54,00m², acolhia cerca de 100 alunos, funcionando em dois turnos. Para a construção dessa escola o Senhor Valentin Zoz, forneceu madeira gratuitamente e o Senhor Jacob Pflieger prontificou-se a doar a madeira serrada. Para isto, passaram a derrubar as árvores que eram puxadas por bois até o pátio da serraria. Todo esse trabalho foi realizado nas horas de folga do professor Emílio com a ajuda do filho do Senhor Arthur Hang, que vendeu a terra para a construção.

O professor recebia 134000 réis pagos pela coletoria estadual da cidade de Joinville, onde ele uma vez por mês se deslocava, a pé, para receber o pagamento. O ensino era facultado ao método de tradução, facilitando progressivamente o bom aproveitamento entre os alunos, cujos pais falavam a língua alemã. O novo estabelecimento de ensino passou a chamar-se "Escola Pública Hercília Pinto da Luz" e funcionou até 1930.

O professor Emílio Passou por diversas dificuldades, pois os pagamentos estavam sempre atrasados. Para amenizar o próprio problema e ajudar seus alunos carentes, o professor pescava no rio Itapocuzinho e Braço do Sul que passava perto da escola e com isto os alunos tinham alimentação garantida. A pescaria era feita com a ajuda de um balaio e os próprios alunos colaboravam. Em destes alunos foi o senhor Santos Tomaselli que mais tarde viria a ser professor no bairro Tomaselli.

Com o surgimento de mais uma escola criada pela Igreja Luterana (conhecida hoje por Igreja Missouri) e o aumento da produção agrícola, o povo achava que poderia viver politicamente emancipado. Assim pela Lei nº424, de 31 de julho de 1959, da Prefeitura de Guaramirim, foi criado o distrito de Schroeder, sendo na ocasião prefeito de Guaramirim, o Senhor Paulino João de Bem, que nomeou o Senhor Helmuth Moritz Germano Hertel para cargo de intendente distrital.

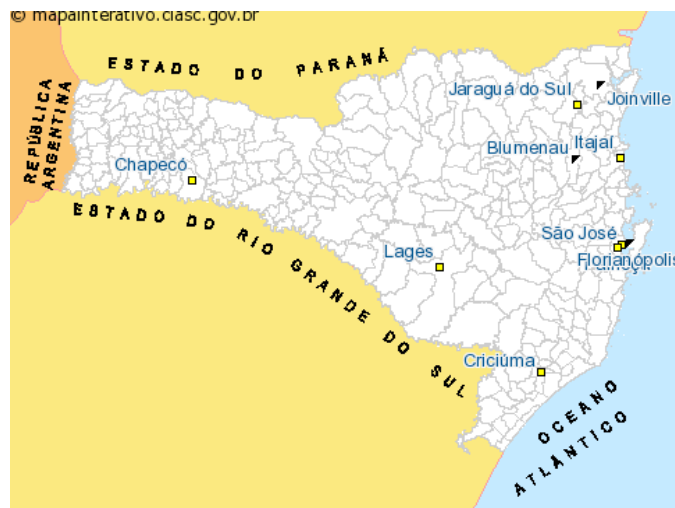
Schroeder não desistiu e o povo através das lideranças iniciou o movimento que daria independência política e administrativa

através da Lei nº 968, de 04 de junho de 1964, assinado pelo então Presidente da Assembléia Legislativa Ivo Silveira que criou o município de Schroeder.

5.2 Localização:

Localiza-se a uma latitude 26°24'45" sul e a uma longitude 49°04'23" oeste, estando a uma altitude de 38 metros.

A figura que segue ilustra a localização do município:



5.3 Clima, Temperatura, Precipitação e Umidade Relativa:

Segundo Koeppen, Schroeder está localizado em uma região de clima subtropical mesotérmico úmido – Cfa, apresentando verões quentes. Apresenta temperatura média em torno de 20° C. A precipitação média anual no município situa-se entre 1.700 e 1.900mm, com precipitação máxima registrada em 24 horas de 160mm. A umidade média relativa do ar varia entre 82 e 84%.

5.4 Recursos Hídricos:

O município de Schroeder integra a bacia do Rio Itapocu que apresenta como principal curso d'água o Rio Itapocuzinho. Segundo o Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Santa Catarina, realizado pela SDS – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, o Rio Itapocuzinho apresenta as seguintes características:

Rio Itapocuzinho:

Extensão:

- Total.....52 km
- Regional.....52 km

Área de Drenagem

- Total.....283 km²
- Regional.....283 km²

São formadores do Rio Itapocuzinho, o Rio do Júlio, o Rio

Macaquinho, o Rio Bracinho, o Rio Braço São José, o Rio Hern, entre outros córregos caracterizados como pequenos contribuintes.

5.5 Relevo e Solo da Região:

Segundo o Levantamento de Reconhecimento de Solo de Alta Intensidade de Santa Catarina, realizado em 2000 pela EMBRAPA, a região de Schroeder apresenta as seguintes características de relevo e solo:

- 21,4% - solos planos, hidromórficos – Gleissolos (34.065 ha) e Organossolos (3.020 ha);
- 28,6 % - solos suaves e medianamente ondulados – Cambissolos (30.800 ha) e Argissolos (Pedzólicos – 18.825 ha);
- 43% - solos declivosos Cambissolos (46.120 ha) e Argilossolos (Pedzólicos – 28.320 ha);
- 6% - solos rasos, pedregosos – Neossolos (solos Litólicos, Litossolo – 10.385 ha), e
- 1% - outros solos, corpos d'água e áreas urbanas (1.745 ha).

5.6 Energia Elétrica:

O município é atendido com os serviços de abastecimento de energia elétrica pela CELESC – Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina.

Segundo o Anuário Estatístico de Santa Catarina – SDE 2001, o município de Schroeder apresentou neste ano as seguintes características:

- Consumo anual total.....26.092.746 kWh
- Número total de consumidores.....3.372
- Média de consumo anual "per capita".....7.738 kWh

6. Caracterização da Infraestrutura de Saneamento Básico:

6.1 Sistema de Abastecimento de Água:

O sistema de água do município de Schroeder tem como manancial principal o Rio Macaquinho, afluente do Rio Itapocuzinho, tendo como manancial auxiliar uma captação junto à nascente localizada na área da Reserva Ecológica do Bracinho, em área da Usina Hidrelétrica do Bracinho.

Nas condições atuais de operação, verifica-se que o manancial do Rio Macaquinho está contribuindo expressivamente para o atendimento da demanda.

6.1.1 Captação e Adução de Água Bruta:

A captação de água bruta de Schroeder é composta por dois sistemas de tomada independente: No Rio Macaquinho, distante da ETA de 916,00m e o segundo, localizado em uma nascente ao lado da Usina Hidrelétrica Bracinho, distante da ETA aproximadamente 832,00m. As captações são compostas das seguintes partes principais:

a. Captação do Rio Macaquinho:

- O gradeamento é composto por crivo instalado na extremidade da tubulação de tomada com DN 150 mm em FoFo.
- Barragem de nível, situada à cerca de 2,00m à jusante da tomada de água, construída através de concreto ciclópido, com largura aproximadamente de 15,00m e altura da crista em relação à base em torno de 3,00m.
- A barragem de nível apresenta comporta de madeira para possibilitar a descarga de fundo da mesma, quando da remoção de parte da areia acumulada por ocasião das chuvas que ocorrem na região.

- Características da Adutora: Extensão 916 m em tubulações de FoFo, com DN de 150 mm.

b. Captação da Nascente ao Lado da Hidrelétrica Bracinho:

- A tomada de água ocorre em canal de concreto medindo aproximadamente 1,00m de largura e 0,80m de profundidade.
- Após a tomada à água é conduzida através de uma tubulação de PVCDEFOTO com DN de 150 mm e extensão aproximadamente de 22,00m até uma caixa de concreto para remoção de areia.
- A caixa de areia, construída em concreto armado, possui sistema hidráulico através de chicanas para a retenção de areia. No fundo a caixa é provida de tubulação de descarga para a remoção da areia.
- Características da Adutora: Extensão 832,00m em tubulações de PVC, com DN de 100 mm.



FOTO 1: Rio Macaquinho – Manancial Principal



FOTO 2: Barragem Rio Macaquinho



FOTO 3: Detalhe Tubulação – Captação Rio Macaquinho



FOTO 4: Captação Rio Macaquinho



FOTO 5: Captação Nascente – Usina Hidrelétrica



FOTO 5: Detalhe da Tubulação na Captação de Água Bruta



FOTO 6: Passagem de Água Bruta na Caixa Retentora de Areia



FOTO 7: Saída da Água da Caixa de Areia para a ETA

Além dos mananciais destacados são utilizados pela população poços escavados e captação em nascentes.

6.1.2 Tratamento de Água:

O sistema de Tratamento de Água de Schroeder é composto por Estação de Tratamento pela técnica de filtração lenta em duas unidades de filtração, com uma capacidade nominal de 12,44 l/s (dados de projeto).

Considerando-se as dimensões dos filtros (16,20m x 8,10m) que resultam em 131,22m² cada, e considerando-se a vazão de projeto de 12,44 l/s, obtém-se uma taxa de filtração de 4,1 m³/m².dia, ou seja, um valor satisfatório para condições de água de baixa turbidez.



FOTO 8: Detalhe tubulação entrada na ETA



FOTO 9: ETA - Entrada de água bruta



FOTO 10: ETA - Detalhe Filtros

Para condicionamento da água nos padrões de potabilidade existe nas instalações uma casa de química com sistema de preparação e dosagem de produto químico (Hipoclorito de Sódio) para desinfecção.

Até o presente o sistema não aplica a dosagem de Flúor, entretanto uma preparação para esta prática já está sendo realizada.



FOTO 12: Armazenamento de Produtos Químicos



FOTO 13: Dosagem de Hipoclorito de Sódio – Desinfecção.



FOTO 14: Laboratório



FOTO 15: Aparelhos de Laboratório

O estado de conservação da ETA pode ser classificado como razoável, apresentando pintura recente e ajardinamento. Não existe junto a ETA, reservatório de contato para desinfecção de água, conforme recomendações técnicas, ocorrendo este processo no reservatório ou na própria rede de distribuição.

Medição de Vazão de Água Tratada:

A medição da vazão é realizada através de um vertedor triangular, instalado no canal de água clarificada após a saída dos filtros.

O sistema não dispõe de um controle de medição de vazão preciso e que possa disponibilizar dados precisos quanto à produção de água.



FOTO 16: Saída de Água Tratada (medição da vazão de saída)

6.1.3 Medição de Vazão de Água Tratada:

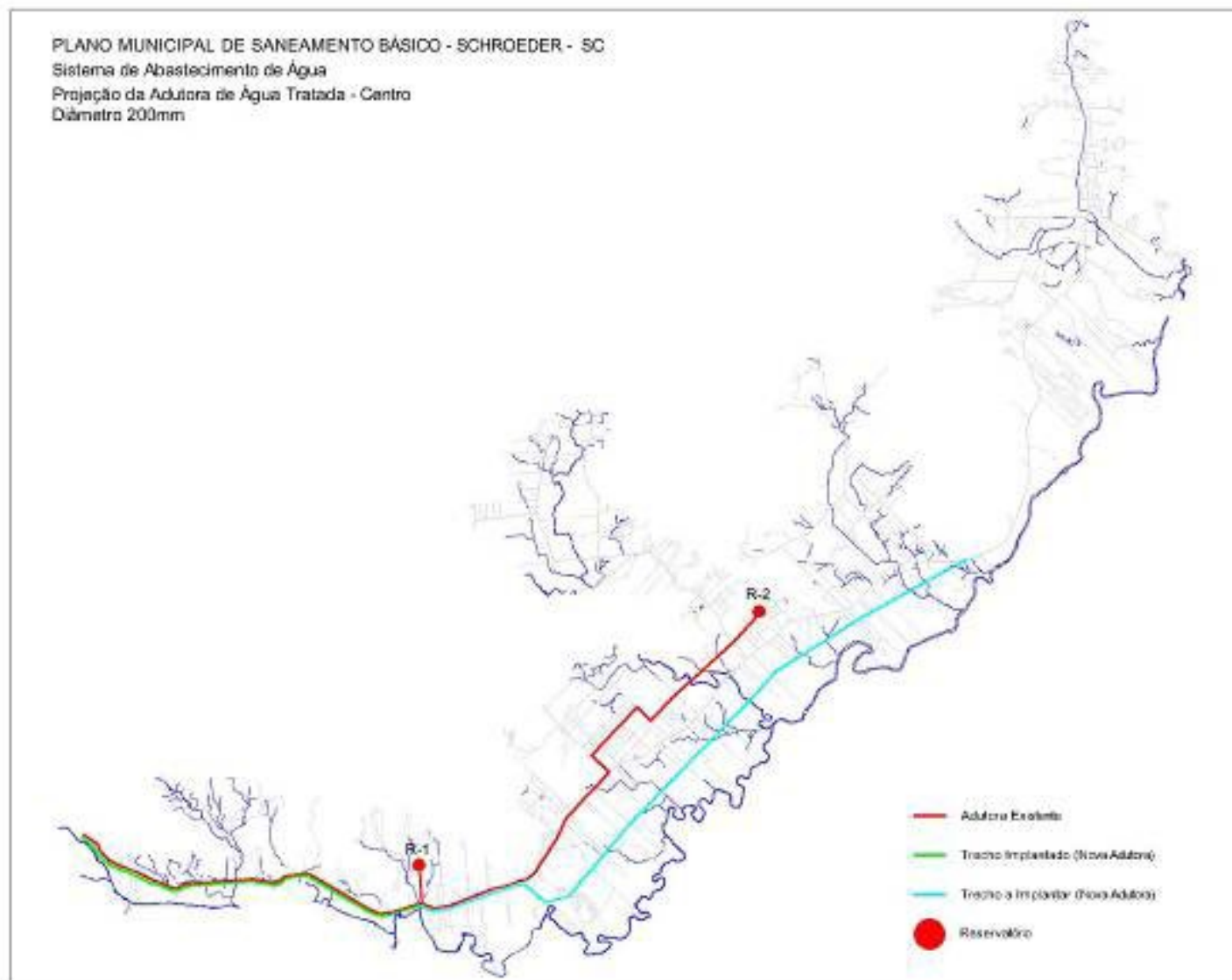
A adução de água tratada é composta por duas sub-adutoras que interligam a unidade de tratamento aos reservatórios de distribuição. A primeira sub-adutora interliga a estação de tratamento de água – ETA ao reservatório R-1, o qual possui capacidade de armazenamento de 250,00m³. A segunda sub-adutora interliga os reservatórios R-1 e R-2, sendo este último com capacidade para 50,00m³. O Quadro 1 a seguir, apresenta as características principais das referidas sub-adutoras do sistema de distribuição.

Quadro 1: Adutoras de Água Tratada.

| Interliga | Diâmetro (mm) | Extensão (m) | Sentido de Fluxo | Material |
|------------|---------------|--------------|------------------|-----------|
| ETA ao R-1 | 200 | 2482 | Gravidade | PVCDEFOFO |
| | 150 | 1517 | Gravidade | PVCDEFOFO |
| R-1 ao R-2 | 150 | 5152 | Gravidade | PVCDEFOFO |
| | 100 | 1626 | Gravidade | PVC |

Um reforço da rede adutora de água tratada está em fase de execução. Esta rede com diâmetro de 200 mm interligará a ETA ao

R-1, bairro Itoupava-Açú e em segunda etapa o centro, seguindo pela Avenida dos Imigrantes até o trevo de entrada da cidade, onde estará conectada a rede que interliga ao bairro Schroeder 1. Até o presente momento a rede foi implantada entre a ETA e o Reservatório R-1. A figura que segue, apresenta a projeção das redes adutoras de água tratada na região central da cidade.



6.1.5 Reservação de Água Tratada:

A capacidade de reservação apresentada pelo sistema de abastecimento de água de Schroeder é composta por um único setor de abastecimento, alimentado por 2 reservatórios. As características dos mesmos encontram-se descritas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Reservatórios de Água.

| Reservatório | Localização | Tipo | Vol. (m³) | Montante/Jusante |
|--------------|----------------|---------|-----------|------------------|
| R1 | R. Willy Wulf | Apoiado | 50 | Jusante |
| R2 | Ponte Trindade | Apoiado | 250 | Jusante |
| Total | | | 300 | |

O abastecimento ocorre por gravidade a partir de ETA após a distribuição em marcha para a rede de distribuição.

O controle de nível é realizado através de chave bóia, instalada na tubulação de entrada dos reservatórios.

O acesso ao reservatório R1 encontra-se em precárias condições de conservação, necessitando de limpeza geral, bem como melhorias nos portões de acesso, cercas e pintura geral das obras civis. A condição de acesso ao R2 é satisfatória.

Em termos estruturais, ambos os reservatórios não apresentam sinais visíveis de fissuras ou rachaduras, porém o Reservatório R1 verificou-se alagamento do solo, proveniente de vazamento ou transbordamento.



FOTO 17: Reservatório R1, 250 m³



FOTO 18: Reservatório R2, 50 m³

6.1.6 Rede de Distribuição:

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Schroeder, a rede de distribuição possui uma extensão aproximada de 70.000 metros, com diâmetro variando de 20 a 200 mm, predominando o diâmetro de 50 mm.

A rede de distribuição permite o atendimento de aproximadamente 85% da população urbana. O Bairro Schroeder 1 apresenta rede de distribuição, porém, até o momento, a água fornecida é proveniente do município de Guaramirim.

A figura que segue, apresenta as áreas de abastecimento para área central da cidade.

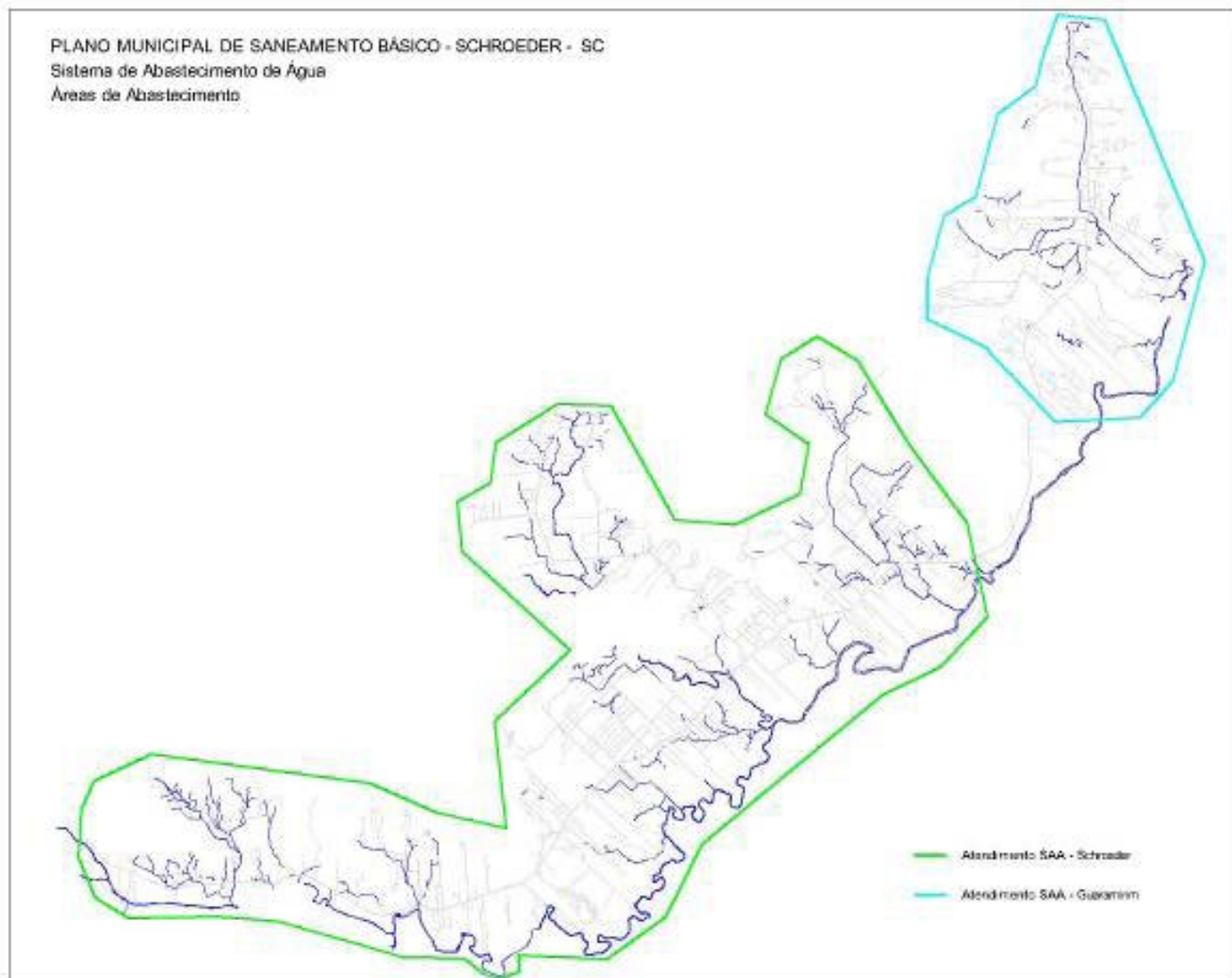
6.1.7 Unidades de Recalque de Água Tratada:

Em virtude de ocupações em área elevadas e distância excessiva entre os reservatórios e os pontos de consumo, faz-se necessários a utilização de Estações de Recalque de Água Tratada.

Estas unidades são responsáveis pela pressurização da rede de distribuição de forma a permitir o abastecimento destas localidades e são comumente denominadas de "booster".

Os "boosters" compreendem unidades compostas por conjuntos moto-bomba, com controle de operação através de sistema de medição de pressão (pressostatos), regulados pelo pessoal operacional, para atuar em intervalos de pressão que permitam o fornecimento de água aos pontos menos favoráveis.

Das unidades existentes somente o booster B-3 que atende a unidade de Itoupava-Açú, está operante por "horímetro", para funcionamento em horários pré-determinados pela operação.



Em Schroeder tem-se instalado 06 Unidades de Recalque de água tratada (Booster), conforme as características que seguem:

| Booster | Local | Potência cv | Função |
|---------|-------------------------|-------------|--------------------------------------|
| 01 | Rua Ricardo Gorll | 1,5 | Somente esta Rua |
| 02 | Rua Bertholdo Kanzler | 1,5 | Somente esta Rua |
| 03 | Rua 23 de Março | 2,0 | Itoupava-Açu |
| 04 | Rua Bom Pastor | 1,5 | Bom Pastor, João Schmidt e Maravilha |
| 05 | Rua 3 de Outubro | 3,0 | Bairro Braço do Sul |
| 06 | Rua Barão do Rio Branco | 1,0 | Rancho Bom (parcial) |

A seguir apresentamos fotos das unidades de recalque de água tratada.

Booster 1 – Rua Ricardo Gorll



FOTO 19: Booster 1 – Rua Ricardo Gorll



FOTO 20: Booster 1 – Detalhe de Painel Elétrico.



FOTO 21: Booster 1 – Detalhe das instalações.

Booster 2 – Rua Bertholdo Kanzler



FOTO 22: Booster 2 – Rua Bertholdo Kanzler



FOTO 23: Booster 2 – Detalhe de moto-bomba e instalações.

Booster 3 – Rua 23 de Março – Itoupava-Açú



FOTO 24: Booster 3 – Rua Itoupava-Açú



FOTO 25: Booster 3 – Detalhe de Instalação



FOTO 26: Booster 3 – Detalhe de moto-bomba

Booster 4 – Rua Bom Pastor



FOTO 27: Booster 4 – Rua Bom Pastor



FOTO 28: Booster 4 – Detalhe de bomba.



FOTO 29: Booster 4 – Detalhe de Instalação.



FOTO 30: Booster 4 – Detalhe de Painel Elétrico.

Booster 5 – Rua 3 de Outubro



FOTO 31: Booster 5 – Rua 3 de Outubro



FOTO 32: Booster 5 – Detalhe de moto-bomba.



FOTO 33: Booster 5 – Detalhe das instalações.

Booster 6 – Rua Barão do Rio Branco



FOTO 34: Booster 6 – Rua Barão do Rio Branco.



FOTO 35: Booster 6 – Detalhe de moto-bomba.



FOTO 36: Booster 6 – Detalhe de instalação.

6.1.8 Controle de Qualidade

Investimentos já foram realizados pela Prefeitura Municipal de Schroeder na aquisição equipamentos e aparelhagem para proceder ao controle de qualidade da água distribuída, quanto aos parâmetros de operacionais: pH, turbidez, cloro residual. Entretanto, as instalações físicas da casa de química existente, não permitem a realização de atividades laboratoriais de forma adequada.

Atualmente as análises de rotina para atendimento da Portaria ANVISA 518/2004 são realizadas por laboratório terceirizado.

A qualidade das águas distribuídas são registradas e informadas à população junto a fatura de água.

Os resultados obtidos classificam as águas em padrões aceitáveis de consumo, portanto compatível a legislação vigente.

6.1.9 Aspectos Econômicos:

O quadro que segue apresenta o atual número de ligações e economias para as diferentes categorias:

| Categoria | Ligações | Economias |
|-------------|----------|-----------|
| Residencial | 3.038 | 3.103 |
| Comercial | 102 | 117 |
| Industrial | 26 | 26 |
| Público | 45 | 47 |
| Total | 3.211 | 3.293 |

A relação entre Número de Ligações/Número de Economias igual a 0,975 indica para uma baixa verticalização no município de Schroeder.

Nos últimos três anos, ou seja, desde a municipalização do sistema, observou-se um incremento de 58,80% no número de ligações. Este incremento compreende ingressos de novas ligações, entrada do bairro Schroeder I, na contabilização como ligações de Schroeder e o incremento de usuários que até pouco tempo não utilizavam água do sistema público.

O índice de perdas, incluindo perdas reais e perdas aparentes, representam 40%. Este valor é estimativo e foi obtido a partir das informações de volume produzido e efetivamente lido.

O faturamento em 2008 foi de R\$ 1.079.569,69 para um total de Despesas + Investimento de R\$777.774,11. Receita média mensal: 2008 = R\$ 89.964,14

Em 2009, foi faturado até novembro de 2009 R\$ 1.223.051,48 com uma projeção de aproximadamente R\$1.300.000,00 até dezembro. As despesas até novembro de 2009 foram de R\$1.063.823,90.

Os dados demonstram que o sistema de água apresenta-se sustentável economicamente, permitindo investimentos para sua ampliação, modernização e melhorias.

A Inadimplência média verificada é de apenas 2 a 3%. O Saldo atual para Investimentos é de R\$650.000,00.

Sistema de Esgotamento Sanitário:

O município de Schroeder atualmente não possui um sistema de esgotamento sanitário composto por rede coletora e sistema de tratamento de esgotos sanitários.

O esgoto na maioria dos casos é lançado diretamente na rede de drenagem de águas pluviais, sendo encaminhado a um corpo receptor sem nenhum tipo de tratamento.

Nas áreas rurais adota-se em algumas residências somente o sistema de "sumidouros" ou sistema de fossa séptica seguida por filtro anaeróbio ou sumidouro.

Estes sistemas comumente compreendem:

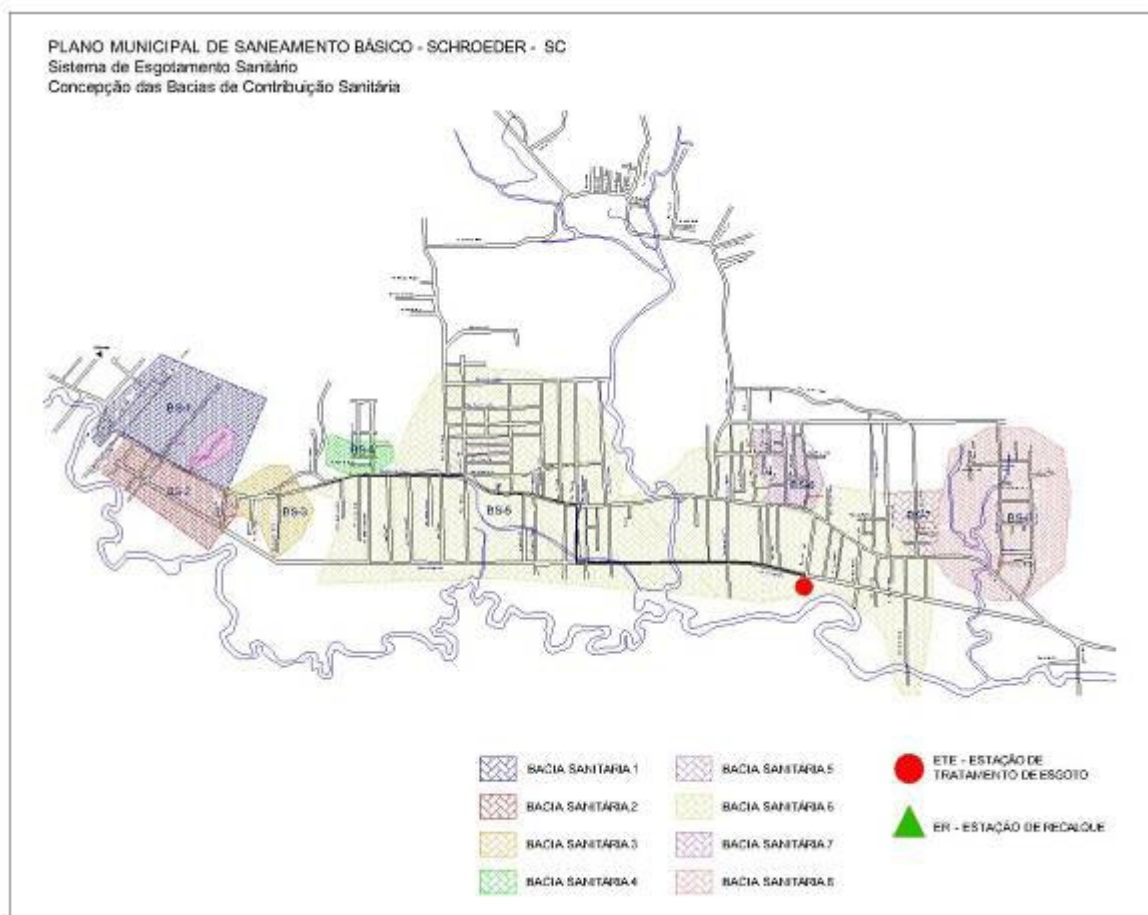
- Fossa séptica e filtro anaeróbio e lançamento na rede drenagem pluvial
- Fossa séptica e lançamento na rede de drenagem pluvial
- Fossa séptica e lançamento em valas
- Fossa negra e infiltração no solo
- Lançamento direto em córregos

Foram identificados vários pontos de lançamento inadequado de esgotos sanitários.

O Município de Schroeder está elaborando projeto básico do sistema de esgotos sanitários, para área urbana do município. Prazo de finalização do projeto é dezembro/2009.

O sistema contemplará rede coletora e sistema de tratamento de forma a atender a Resolução CONAMA 357/2004, e a Lei Estadual 14.675/2009 que estabelece os padrões de emissão de efluentes líquidos. O projeto contempla uma modulação das unidades de tratamento, prevendo-se três módulos cujos prazos de implantação deverão respeitar a evolução populacional.

A figura que segue apresenta as bacias de contribuição identificadas para a área de maior adensamento, incluindo o bairro Schroeder I:



6.3 Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais:
O Município de Schroeder na sua área urbana, está provido de um sistema de drenagem de águas pluviais.

Este sistema é resultante de obras realizadas ao longo da urbanização do município, cujos critérios de execução não foram observados e aplicados de forma coerente com padrões técnicos para dimensionamento com base em normas e estudos aplicáveis.

As áreas rurais e urbanas não pavimentadas são serviços por valas e direcionamento a pequenos córregos.

O resultado desta prática, não diferente do que ocorreu na maioria das cidades brasileiras, confere a falta de informações, cadastro e elementos para avaliação das estruturas existentes.

As observações de campo apontam para um sistema que tem na Rua Castelo Branco sua estrutura principal.

Favoravelmente, a topografia facilita o escoamento das águas, com direcionamento através de valas e tubulações em direção ao Rio Itapocuzinho.

6.4 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:

A seguir são apresentadas as condições presentes da gestão de resíduos sólidos, cujos serviços são realizados por empresa terceirizada.

Neste subitem destaca-se também as atividades relativas à área degradada do antigo lixão de Schroeder.

6.4.1 Coleta, transporte e destinação:

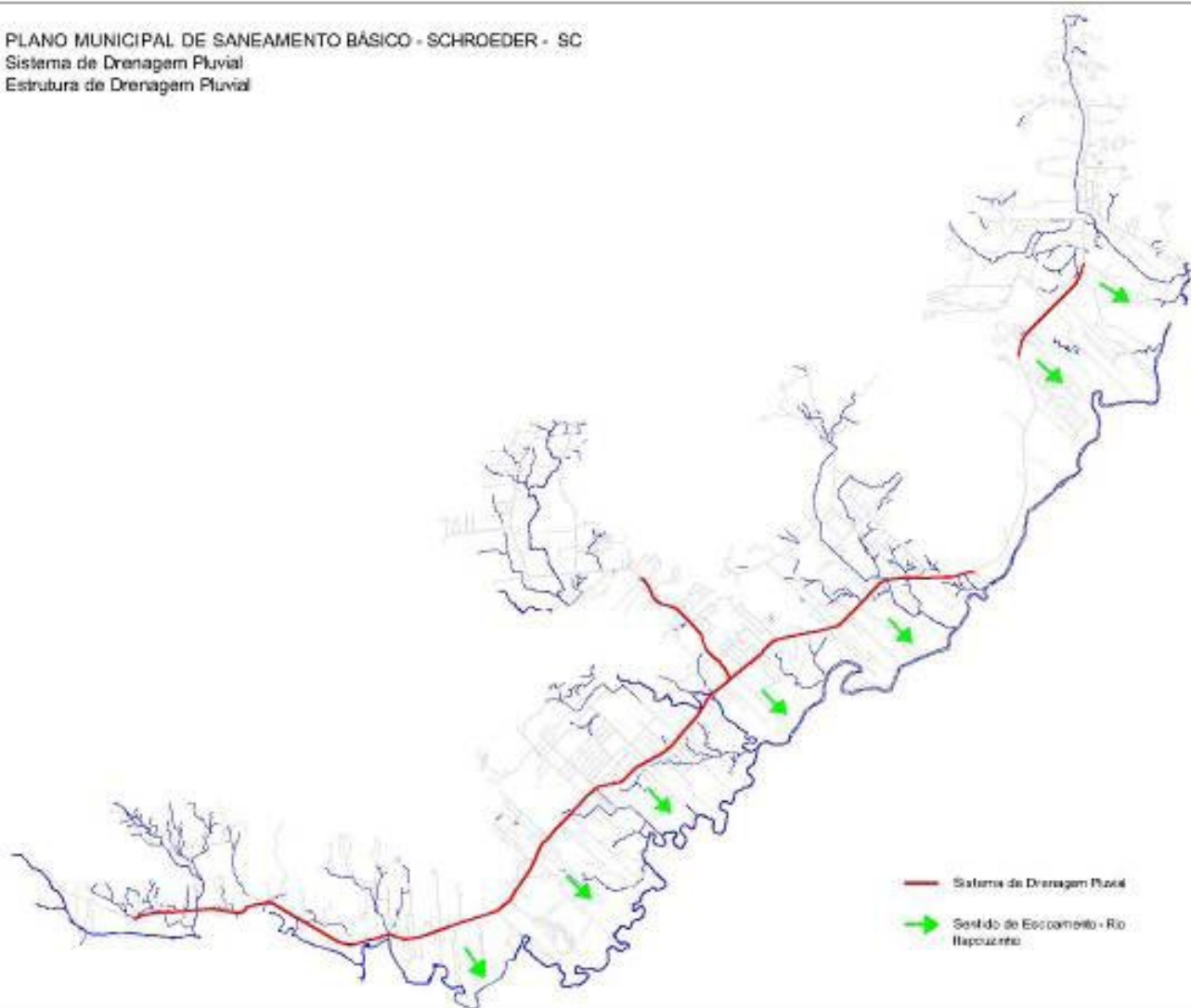
No município de Schroeder a coleta, transporte e destinação final de seus resíduos sólidos domiciliares é realizada pela empresa Serrana Engenharia Ltda.

A Coleta é alternada e ocorre dois dias por semana na área urbana:

- 2ª e 5ª Feira – Centro.
- 3ª e 6ª Feira – Bairros e interior

No interior a coleta de resíduos é realizada com periodicidade semanal

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SCHROEDER - SC
Sistema de Drenagem Pluvial
Estrutura de Drenagem Pluvial



A quantidade diária coletada 6.000 Kg o que representa em média de 170 ton/mês.

Os Resíduos coletados são levados a unidade de transbordo, em Jaraguá do Sul, para posterior encaminhamento para destinação final.

O depósito de resíduos do município de Schroeder, caracterizado por "lixão" a céu aberto está paralisado desde o ano 2007. Destinação final em Aterro Sanitário privado, SELUMA – Serviços de Limpeza Urbana de Mafra Ltda., localizado na cidade de Mafra-SC.

A Área total de deposição: 51.623,00m² tendo uma capacidade útil projetada para 14 anos de operação, considerados os quantitativos atualmente recebidos. Isto quer dizer que em caso de novos incrementos aos valores médios recebidos, decorrerá numa redução progressiva de sua vida útil.

Tanto a unidade de transferência de Jaraguá do Sul quanto o aterro sanitário de Mafra apresentam-se devidamente licenciados para o recebimento de resíduos urbanos.

A empresa operadora dos serviços de coleta e transbordo, Serrana Engenharia e a empresa operadora do Aterro Sanitário, Seluma, procedem rigorosamente quanto ao monitoramento de efluentes, corpo receptor, e poços de monitoramento, sendo os relatórios mesmos sistematicamente protocolados na FATMA – Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

O Aterro Sanitário de Mafra dispõe dos controles ambientais:

- Compactação e cobertura sistemática com argila;
- Drenagem de líquidos percolados;
- Captação e queima de gases;
- Tratamento de efluentes:
- lagoa anaerobia
- Sistema físico-químico;
- Reator e filtro anaeróbio
- Filtro de areia
- Zona de raízes e
- Desinfecção por ultravioleta.

Quanto aos custos dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos, os valores atualmente pagos compreendem, R\$138,00 para Coleta e transporte até Aterro e R\$97,00/ton para a Destinação final em Aterro Sanitário.

As despesas totais previstas para 2009 com serviços de coleta e limpeza urbana; R\$480.500,00, para um valor lançado de R\$453.034,61. Mesmo que recebido 100% do valor lançado a receita não cobrirá os custos. Como agravante tem-se que a inadimplência no pagamento destes valores apresenta-se atualmente na ordem de 40% o que exigirá que o município utilize recursos de outras fontes para pagamento dos serviços.

Para 2010 será cobrado cota única em 15/02/2010 com 10% (dez por cento) de desconto, ou 11 parcelas de R\$13,24 para o perímetro urbano e 11 parcelas de R\$11,35 para a área rural.

Seguem registros fotográficos das estruturas atualmente utilizadas para a destinação final dos resíduos.



FOTO 37: Recepção da unidade de transbordo em Jaraguá do Sul. Detalhe de balança rodoviária.



FOTO 38: Área de carregamento de resíduos.



FOTO 39: Detalhe geral das instalações.



FOTO 40: Calha coletora de líquidos percolados.



FOTO 41: Acesso ao Aterro Sanitário de Mafra.



FOTO 42: Detalhe de balança rodoviária para pesagem dos resíduos.



FOTO 43: Detalhe do recebimento de resíduos em caminhões.



FOTO 44: Detalhe de descarga de resíduos na área de operação.



FOTO 45: Detalhe de operação de espalhamento e compactação dos resíduos.



FOTO 46: Vista parcial do Aterro Sanitário. Células encerradas.



FOTO 47: Vista geral do sistema de tratamento de líquidos percolados.



FOTO 48: Detalhe de tratamento complementar – zona das raízes.

6.4.2 Recuperação Ambiental da área do antigo "lixão":

Importante destacar que a área do antigo lixão de Schroeder encontra-se encerrada e investimentos foram realizados para

sua recuperação ambiental através da execução de Plano de Recuperação Ambiental – PRAD definido através de Termo de Ajustamento de Conduta junto a FATMA, IBAMA e Ministério Público.

O local encontra-se atualmente isolado, com recuperação da área através do plantio de espécies nativas. Foi implantado sistema de drenagem de águas pluviais para desvio desta evitando a passagem na massa de resíduos. Os trabalhos compreendem também manutenção e monitoramento das águas de uma nascente localizada à jusante da área de depósito. Os resultados das análises não apontam contaminação destas águas.

O encerramento e recuperação da área do antigo lixão de Schroeder vem sendo tratado desde o ano de 1998, quando da elaboração do Projeto de Encerramento e Recuperação da Área pela empresa Qualys Engenharia de Qualidade Ltda. Naquele momento as condições apresentavam-se efetivamente impróprias, não havendo na área as estruturas mínimas para a operação da forma recomendada.

Passados os anos, a paralisação do recebimento dos resíduos seguida do encerramento e recuperação da área, denotam condições atuais extremamente favoráveis especialmente em termos de recomposição da cobertura vegetal.

Importante destacar que a localização da área em cota extremamente elevada e em local de difícil acesso sempre foi aspecto limitador, seja naquele momento para o descarte dos resíduos, seja atualmente para a manutenção e monitoramento da área.

Deve-se também destacar o fato de que os volumes de resíduos depositados apresentavam-se na época na ordem de 3 a 4 toneladas por dia, e parte destes resíduos eram triados e coletados por “catadores” e em alguns casos queimados por pessoas que livremente podiam ter acesso ao local.

Esta condição imprópria naquele momento passa a proporcionar uma condição favorável na recuperação da área, visto que uma parcela de materiais inorgânicos e de potencial poluidor foi coletada para fins de reciclagem, bem como outra parcela destruída pela queima.

Outro aspecto não menos importante refere-se à grande quantidade de material de cobertura aplicado sobre os resíduos, condição que proporciona uma relação lixo/solo favorável para a minimização de impactos ambientais.

As fotos a seguir são do ano 1997 e demonstram as condições operacionais citadas. As mesmas foram utilizadas como base para atender a elaboração do projeto de encerramento da área elaborado de 1998 e executado posteriormente.



FOTO 49: Área de antigo lixão. Queima de resíduos.



FOTO 50: Área do antigo lixão, com cobertura parcial dos resíduos.



FOTO 52: Vista geral da antiga área do lixão em 1997.



Foto 49: Localização da área do antigo lixão.

O acesso principal a área é realizado pela Rua Marechal Castelo Branco, seguindo via secundária com adiva significativo em direção a área.

A estrada de proporcionava o acesso de caminhões a área, está totalmente descaracterizada, comprometida por obstáculos e com presença de vegetação em estágio de recuperação.

Além disto, a área apresenta acesso restrito, com impedimento físico em razão do fechamento da via de acesso. Esta interrupção foi efetuada com pedras de grande porte de forma a evitar qualquer possibilidade de remoção.

Assim, o acesso a área só pode ser realizado a pé, por via de uma

trilha com extensão de aproximadamente 1000 metros. A seguir apresentamos duas fotos, 50 e 51, da área a altitude de 500 m, para os anos 2003 e 2008.



Vistas comparativas da área a altitude de 1,5 Km para os anos 2003 e 2008.

A seguir, detalhe comparativo da área entre os anos 2003 e 2008, em altitude de 500 m, podem ser observadas nas fotos que seguem (FOTOS 52 e 53) obtidas no sistema Google.



A seguir são apresentados registros fotográficos atuais do acesso a área:



FOTO 53: Estrada de acesso a área.



FOTO 54: Final da estrada de acesso.



FOTO 55: Pedras para impedimento de acesso por veículos.



FOTO 56: Acesso restrito a passagem a pé por trilha.

Não foi observado qualquer indício de disposição de resíduos ou mesmo a presença de resíduos descobertos, podendo-se classificar a área como efetivamente em estado de recuperação.

Na área do antigo depósito observou-se a presença de condições de recuperação da vegetação, seja decorrente do plantio de mudas ao tempo da execução do PRAD, ou pelo crescimento natural de espécies arbustivas e capoeirão.

Importante destacar que algumas áreas estão desprovidas de vegetação devido a sua remoção decorrente da manutenção de calhas de drenagem e dreno de gás.

As fotos a seguir demonstram como se apresenta o estado atual da cobertura vegetal da área.



FOTO 56: Ao fundo a vegetação natural e no primeiro plano a situação da área recuperada.



FOTO 57: Vista geral da área com a recuperação vegetal.



FOTO 58: Outra vista do estágio de recuperação.

Foi evidenciada a presença dispositivos de drenagem pluvial para coleta e afastamento das águas precipitadas, de forma a evitar o contato das mesmas com a massa de resíduos depositada. Estes dispositivos compreendem canaletas de concreto dispostas de forma a desviar as águas de chuvas da ação direta sobre a área do antigo depósito.



FOTO 59: Caneleta de drenagem para desvio das águas de chuva.



FOTO 60: Canaleta implantada na área lateral do antigo depósito de resíduos.

Verificada a presença de dreno coletor de gases, executado com tubulação metálico e preenchimento de pedras, técnica comumente utilizada em aterros sanitários, observou-se que não há qualquer indício de presença de liberação de gás.

Os volumes de resíduos depositados, as condições de cobertura praticadas, o tempo de encerramento da área e a própria existência do sistema de drenagem a mais de cinco anos, podem ser respostas a condição atual. Além disto importante citar que nas condições operacionais de lixão, onde os resíduos permanecem tempo sem cobertura, a decomposição substancial da matéria orgânica já ocorrera, restando pouco matéria orgânica para geração de gases.



FOTO 60: Queimador de gases, com área limpa ao seu entorno.

O monitoramento das águas e limpeza sistemática da área são tarefas continuadas para a área do antigo lixão, em atendimento as exigência do PRAD.

O município vem atendendo a estas premissas de form de avaliar impactos ambientais relacionados à área

7. Estudos e Projetos Existentes:

Referente ao sistema de abastecimento de água o município dispõe de projetos para:

1) Ampliação da Estação de Tratamento de Água existente:

Este projeto compreende a construção de um terceiro filtro junto a ETA, o que permite o incremento de vazão da ordem de 50%, para período de operação normal, passando esta para 35 l/s.

Além do unidade de filtração o projeto prevê a construção de uma unidade de floco-decantação, cujo objetivo é garantir a continuidade do tratamento de água mesmo em condições de alterações bruscas na qualidade da água bruta.

O projeto também prevê, nova casa de química, laboratório, tanque de contato e unidade de tratamento de lodo da ETA (descarte de filtros e decantadores), reservatório de 500 m³ e adutora de água tratada de 200 mm, com extensão de 4,0 Km, para trecho entre a ETA e o R-1, na Ponte Trindade.

Estes projetos foram elaborados no início do ano de 2007, assim que o município assumira a gestão dos serviços sendo que o valor orçado no ano 2007 era de R\$ 1,38 milhões.

O Município de Schroeder buscou de conversão do pedido de recursos junto a FUNASA, porém é importante destacar que os recursos já estavam previamente selecionados para repasse a CASAN.

Inúmeras tentativas de solicitação para obtenção de transferência do pleito foram realizadas porém sem sucesso.

2) Implantação de uma nova Estação de Tratamento de Água:

Diante a negativa de viabilização dos recursos junto a FUNASA, o município avançou na elaboração do projeto de nova ETA, com previsão para construção no terreno adquirido pela Prefeitura Municipal de Schroeder, ao lado da ETA existente.

Esta nova ETA foi projetada para operação em tratamento convencional, com capacidade para 40 l/s.

Este projeto finalizado em fevereiro de 2009 tem orçamento de R\$ 2,10 Milhões.

3) Pleitos junto a FUNASA:

Em 2007 a Prefeitura municipal de Schroeder protocolou junto a FUNASA os seguintes pleitos:

Ampliação da ETA existente e rede adutora de água tratada – valor: R\$ 1,24 Milhões e

Implantação de rede de esgoto e tratamento para população de 8.000 habitantes – valor 2,7 milhões. Neste momento o município ainda não dispunha de projeto para esta finalidade.

4) Implantação de Sistema de rede e tratamento de Esgoto Sanitário:

O município está na iminência de receber o Projeto do sistema de esgotamento sanitário, composto por rede e tratamento, de forma a atender a área central de o bairro Schroeder 1.

O projeto está previsto para entrega em dezembro/2009 com estimativa de custo de investimento de R\$ 3,70 Milhões.

5) Implantação de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD do antigo lixão.

O município está executando as ações previstas no PRAD estabelecido através de Termo de Ajustamento de Conduta junto a FATMA, IBAMA e Ministério Público, para o encerramento definitivo da área do antigo lixão.

Todos os investimentos para recuperação da área foram realizados, restando à manutenção das estruturas internas de drenagem e o monitoramento da nascente existente a jusante da área de depósito.

Estas atividades vêm sendo realizadas sistematicamente pela Prefeitura Municipal de Schroeder através de sua Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental.

8. Estudo Populacional:

Considerando-se que o projeto em apreço possui um horizonte de 20 (vinte) anos, fez-se necessário uma avaliação do crescimento populacional para o referido horizonte, considerando fontes oficiais de informação. A estimativa do crescimento populacional norteou-se nos dados da Fundação IBGE.

8.1 Determinação da Taxa de Crescimento Populacional:

Com base nas informações censitárias da Fundação IBGE apontadas para a população do município de Schroeder nos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000, mais as estimativas divulgadas para os anos de 1996 e 2009 - Quadro 1.

Quadro 1: Dados Populacionais Censitários

| Ano | População Total |
|----------|-----------------|
| 1970 | 3.370,00 |
| 1980 | 3.984,00 |
| 1991 | 6.607,00 |
| 1996 (*) | 9.294,00 |
| 2000 | 10.811,00 |
| 2007 (*) | 12.776,00 |
| 2009 (*) | 14.000,00 |

Fonte: Fundação IBGE.

Observação: (*) – Dados estimados pela Fundação IBGE

O Quadro 2 que segue apresenta as taxas geométricas de crescimento obtidas para diferentes períodos, com base nos dados oficiais da Fundação IBGE:

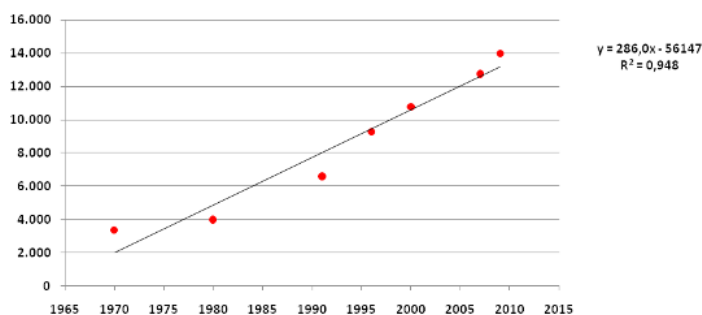
Quadro 2: Taxas de Crescimento

| Taxas de Crescimento Geométrico - IBGE | | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|
| 70/80 | 80/91 | 91/96 | 91/00 | 00/09 |
| 1,688 | 4,706 | 7,063 | 5,624 | 4,681 |

Fonte: Fundação IBGE.

O Gráfico 1 que segue mostra o crescimento populacional ocorrido no município desde 1970, segundo as informações oficiais da Fundação IBGE.

Gráfico 1: Curva de Crescimento Populacional - 1970/2009



Como pode ser observado no gráfico o município de Schroeder apresentou um crescimento populacional linear ao longo do período analisado.

Com base nessa observação definiu-se a equação que segue como aquela que melhor representa este crescimento.

$$Y = 285,05X - 56147$$

Com base nesta equação foi realizada a estimativa de crescimento do município para o horizonte de projeto – 2029.

8.2 Estimativa de Crescimento Populacional para o Horizonte de Projeto – 2029:

O Quadro 3 que segue apresenta a estimativa populacional para o horizonte de projeto, com base na equação obtida, bem como as taxas de crescimento anuais.

Cabe ressaltar que será considerado como ano 1 de projeto o ano de 2010 e, conseqüentemente, o ano 2029 como horizonte de projeto.

Quadro 3: Estimativa Populacional – População total do Município

| Projeção com as Taxas Definidas pela Eq. Linear para 14.000 hab em 2009 | Projeção com a Taxa Geométrica do IBGE (2000-2009) para 14.000 hab em 2009 |
|---|--|
| 14.000 | 14.000 |
| 14.303 | 14.655 |
| 14.607 | 15.341 |
| 14.910 | 16.059 |
| 15.214 | 16.811 |
| 15.517 | 17.598 |
| 15.821 | 18.422 |
| 16.124 | 19.284 |
| 16.428 | 20.187 |
| 16.731 | 21.132 |

| | |
|--------|--------|
| 17.035 | 22.121 |
| 17.338 | 23.157 |
| 17.642 | 24.241 |
| 17.945 | 25.375 |
| 18.249 | 26.563 |
| 18.552 | 27.806 |
| 18.855 | 29.108 |
| 19.159 | 30.471 |
| 19.462 | 31.897 |
| 19.766 | 33.390 |
| 20.069 | 34.953 |

Com base nas perspectivas de crescimento da região, tomou-se como referência a taxa de crescimento geométrica. Entretanto, para fins de planejamento das estruturas de saneamento resultante de sistemas coletivos, foi adotada a população urbana correspondente a 85% da população total, resultando nos dados apresentados no quadro 4:

Quadro 4: estimativa Populacional para área urbana.

| Ano | POPULAÇÃO URBANA |
|------|------------------|
| 2009 | 11900 |
| 2010 | 12457 |
| 2011 | 13040 |
| 2012 | 13651 |
| 2013 | 14290 |
| 2014 | 14958 |
| 2015 | 15659 |
| 2016 | 16392 |
| 2017 | 17159 |
| 2018 | 17962 |
| 2019 | 18803 |
| 2020 | 19683 |
| 2021 | 20604 |
| 2022 | 21569 |
| 2023 | 22579 |
| 2024 | 23636 |
| 2025 | 24742 |
| 2026 | 25900 |
| 2027 | 27112 |
| 2028 | 28382 |
| 2029 | 29710 |

9. Diagnóstico da Infraestrutura e serviços de Saneamento Básico:

O diagnóstico da infraestrutura e serviços de Saneamento Básico presentes em Schroeder foi estabelecido a partir dos seguintes subsídios:

- 1) Caracterização da infraestrutura e serviços atualmente realizados no município de Schroeder;
- 2) Avaliação de resultados das consultas públicas;
- 3) Projetos e Programas existentes.

Assim, foram tabulados elementos classificados como pontos fortes e pontos fracos do Sistema de Saneamento Básico de Schroeder. Inicialmente destacamos o resumo de conclusões das consultas públicas:

| Setor | PRINCIPAIS RECLAMAÇÕES |
|-------|--|
| Água | Falta de água ou baixa pressão nas localidades do Centro, Rio Hern e 03 de Outubro |

| | |
|--------------------|--|
| | Pressão excessiva na rede de distribuição do bairro Itoupava-Açú |
| | Indisponibilidade do abastecimento pelo Sistema de Schroeder – Schroeder 1 |
| Esgotos Sanitários | Falta de rede Pública de esgoto |
| Drenagem Pluvial | Ocorrências de esgoto a céu aberto |
| | Falta de redes de drenagem e bocas de lobo |
| Resíduos | Atraso nos serviços de coleta |
| | Frequência reduzida dos serviços (2 x semana) |
| | Inexistência de Coleta Seletiva |

A seguir a identificação de pontos fortes e pontos fracos do sistema de saneamento básico de Schroeder

9.1 Sistema de Abastecimento de Água:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – PONTOS FORTES

Qualidade da Água

Disponibilidade de Recursos Hídricos - Mananciais

Simplicidade Operacional da ETA

Índice de Cobertura da Área Urbana (90 %)

Qualidade da Água Distribuída

Viabilidade econômica do sistema – possibilidade de ampliação e modernização

Baixo índice de inadimplência (< que 3%)

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – PONTOS FRACOS

Qualidade da Água em períodos de chuvas intensas

Limitação operacional da ETA, para águas de maior turbidez e falta de fluoretação

Carência de adução de água tratada

Não atendimento a localidade de Schroeder 1 pelo sistema do município

Baixo Índice de reservação (< que 14%)

Restrições de redes de distribuição - Centro

Inexistência de sistema de monitoramento e medição de vazão

9.2 Sistema de Esgotamento Sanitário:

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PONTOS FORTES

Projeto Básico em Execução

Características Topográficas locais

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PONTOS FRACOS

Inexistência de sistema coletivo de coleta e tratamento de esgotos sanitários

Inexistência de padronização de critérios para instalação de sistemas de tratamento individuais ou coletivos

9.3 Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais:

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL – PONTOS FORTES

Sistema básico de drenagem pluvial existente – Base Mal. Castelo Branco

Características Topográficas locais

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL – PONTOS FRACOS

Inexistência de informações técnicas e cadastro confiável do sistema existente

Inexistência de serviços planejados de manutenção de redes de drenagem

Ocorrência de obstruções por materiais ou limitação de seção de escoamento em córregos

9.4 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:

RESÍDUOS SÓLIDOS – PONTOS FORTES

Abrangência dos serviços de coleta – área urbana e rural

Qualidade dos serviços terceirizados

Utilização de frota apropriada

Pessoal qualificado para os serviços

Disposição final adequada em Aterro Sanitário, devidamente licenciado.

Disponibilidade de alternativas para serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde - empresa terceirizada (Serrana Engenharia Ltda).

RESÍDUOS SÓLIDOS – PONTOS FRACOS

Inexistência de serviços relacionados a “valorização de resíduos” – Coleta seletiva, reciclagem/Compostagem

Indisponibilidade de pontos de descarte de materiais recicláveis e de lixo comum em locais de acesso público

Frequência dos serviços de coleta de lixo (2 x por semana)

Existência de catadores do resíduos e armazenamento em áreas impróprias

Dependência dos serviços terceirizados – risco de descontinuidade

Disponibilidade de alternativas para serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde - empresa terceirizada (Serrana Engenharia Ltda).

Inexistência de dispositivos para coleta de resíduos perigosos (Lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, pneus)

10. Proposições e Alternativas:

A partir das condições identificadas, foram estabelecidas proposições e alternativas para a universalização dos serviços.

Para efeito do plano municipal de saneamento básico de Schroeder, foram definidos critérios para prazos de execução conforme segue:

- Ações de curto prazo: previstas para até 03 anos (anos 2010 a 2012)
- Ações de médio prazo: previstas entre 04 e 07 anos (2013 a 2016)
- Ações de longo prazo: previstas para após 07 anos até o horizonte de projeto (2016 a 2029)

As projeções de população ao final de cada período assim como os incrementos populacionais, estão apresentadas no quadro que segue:

Quadro 5: Projeção da População Total e Urbana para prazos pó PMSB-Schroeder:

| Ano | POPULAÇÃO TOTAL (habitantes) | Incremento na população Total | POPULAÇÃO URBANA (habitantes) | Incremento na população Urbana |
|------|---------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| 2010 | 14.000 | | 12457 | |
| 2012 | 15.341 | 1.341 | 13651 | 1.194 |
| 2016 | 19.284 | 3.943 | 16392 | 2.741 |
| 2029 | 34.953 | 15.669 | 29710 | 13.318 |

A seguir são apresentadas as ações propostas para cada segmento constituinte do PMSB-Schroeder.

10.1 Abastecimento de Água:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CURTO PRAZO

Ampliação da Estação de Tratamento de Água, com a construção de um terceiro filtro para aumento da capacidade de produção em 50%

Ampliação da estação de Tratamento de Água, com a construção do sistema de pré-tratamento – Floco-decantador, para garantia de funcionamento do sistema de tratamento mesmo em período onde a água apresentar maior turbidez

Construção da Nova ETA – Capacidade 40 l/s. Sujeita a obtenção de recursos externos. Valor estimado: R\$ 2,1 milhões

Finalização da rede adutora de água tratada com diametro 200mm até o final da projeção da Avenida dos Imigrantes

Conexão do sistema de abastecimento de Schroeder ao Bairro Schroeder 1

Implantação de sistema de monitoramento a distância de reservatórios e elevatórias de água tratada

Instalação de macromedidores de vazão na entrada e saída da ETA

Construção de novo reservatório – 500 m³.

Aquisição de veículos e equipamentos para atividades de campo

A ampliação da fase 2 da ETA existente, poderá ser suprimida do Plano caso sejam obtidos os recursos para a construção da nova ETA.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA -MÉDIO PRAZO

Redução do Índice de Perdas para 25%

Reforço de redes de abastecimento

Manutenção de índice de reservação mínimo em 30% do volume produzido

Manutenção do parque de hidrômetros com idade máxima de 07 anos

Universalização do abastecimento de água até ano 2015.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - LONGO PRAZO

Manutenção do Índice de Perdas em 25%

Reforço de redes de abastecimento a ampliação do sistema

Manutenção de índice de reservação mínimo em 30% do volume produzido

Manutenção do Parque de hidrômetros com idade máxima de 05 anos

Manutenção do Abastecimento a 100% da População

10.2 Sistema de Esgotamento Sanitário:

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - CURTO PRAZO

Finalização do Projeto de Esgotamento Sanitário

Busca de recursos em instituições públicas – Previsão de Investimento R\$ 3,5 milhões para Etapa 1 – 7.000 habitantes.

Definição de critérios e exigências técnicas para novos empreendimentos imobiliários, com obrigatoriedade da instalação de rede e tratamento coletivo simplificado de esgotos sanitários.

Esta alternativa visa permitir a ampliação do índice de cobertura dos serviços, sem que onere a população em sua forma geral, cabendo ao empreendedor absover estes custos. Este indicativo já está contemplado no novo Plano Diretor De Uso e Ocupação do Solo.

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - MÉDIO PRAZO

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário

Esta etapa poderá ser antecipada caso sejam obtidos recursos externos, ou sejam estabelecido fundo específico para a execução das obras.

Priorização das obras de esgotamento sanitário – Atendimento de 60% da população urbana até 2.015.

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – LONGO PRAZO

Universalização do sistema de esgotamento sanitário até ano 2.025

Atendimento de 100% da Área Urbana e 100% da Área Rural por sistemas simplificados.

10.3 Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais:

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL – CURTO PRAZO

Definição de critérios de projeto para obras tanto públicas como privadas

Elaboração de Cadastro do Sistema de Drenagem pluvial

Definição de necessidades para atualização do cadastro

SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL – MÉDIO E LONGO PRAZO

Manutenção das estruturas que compõe o sistema de Drenagem pluvial

Manutenção de Cadastro do Sistema de Drenagem pluvial

10.4 Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:

RESÍDUOS SÓLIDOS - CURTO PRAZO

Desenvolver estudo de alternativas técnica, econômica e ambiental entre soluções de tratamento e destinação final de resíduos por administração direta ou terceirizada

Implantar mecanismos para incentivo a redução da geração de resíduos

Implantar mecanismos para valorização de resíduos (Coleta seletiva, reciclagem/compostagem).

Estabelecer mecanismos para incentivo a segregação, tratamento e destinação final de resíduos especiais (Lâmpadas, pilhas, pneus, resíduos de saúde, entre outros).

Aproximação aos municípios vizinhos quanto a possibilidade de ações integradas para a gestão dos resíduos sólidos

Revisar frequência da prestação dos serviços.

RESÍDUOS SÓLIDOS – MÉDIO E LONGO PRAZO

Manter atividades que garantam adequados serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos a preços módicos e ambientalmente seguros, compatíveis às tecnologias aplicadas.

11. Recursos Financeiros:

A Execução das ações previstas, serão dependentes da disponibilidade de recursos financeiros segundo as fontes:

- Recursos próprios proveniente das tarifas de água e esgoto;
- Recursos próprios provenientes de taxa ou tarifa de limpeza pública;
- Recursos externos não onerosos, provenientes de instituições públicas ou privadas (doações);
- Recursos provenientes do Fundo Municipal de Saneamento
- Recursos provenientes de Fundo específico, criado especificamente para obras. Ex. Antecipação de recursos através da tarifa de água para subsidiar obras de esgoto;
- Recursos provenientes de Parceria Público-Privada (PPP), para obras específicas;
- Recursos privados, decorrentes de contratação de serviços por Concessão Pública.

É de fundamental importância destacar as alternativas de recursos financeiros existentes, de forma a viabilizar a UNIVERSALIZAÇÃO dos serviços de saneamento básico.

O intuito é proporcionar ao administrador público e ao Conselho Municipal de Saneamento Básico a necessidade de avaliar, ao tempo certo, aquelas que mais se adequam às necessidades e capacidade do Município e seus municípios para atendimento dos prazos previstos.

É Importante também destacar que não há como os serviços serem implantados sem que seus custos sejam absorvidos pelos usuários. A sustentabilidade deve ser garantida conforme preconiza a própria Lei Federal n.º 11.445/2007, referendada pela Lei Municipal 1.734/2009.

É Importante também destacar que não há como os serviços serem implantados sem que seus custos sejam absorvidos pelos usuários.

A seguir, destacamos os investimentos previstos para curto, médio e longo prazo, para cada setor, visando a "universalização" dos serviços:

11.1 Sistema de Abastecimento de Água:

- ETA = R\$ 2.100.000,00
- Rede, reservatórios, ligações: R\$ 210,00/hab

Para 15.700 habitantes: R\$ 3.300.000,00

A operação, manutenção para atendimento crescimento vegetativo da população, serão absorvidos pela tarifa.

Total de investimentos previstos para Sistema de Abastecimento de Água:

R\$ 5.400.00,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais).

11.2 Sistema de Tratamento de Esgoto:

- Rede, Tratamento e Ligações: R\$ 370,00/hab
- Rede, tratamento e ligações – Etapas 2 e 3: R\$ 300,00/hab.

Para 10.000 habitantes – Fase 1: R\$ 3.700.000,00

Para 20.000 habitantes – Fases 2 e 3: R\$ 6.000.000,00

A operação, manutenção para atendimento crescimento vegetativo da população, serão absorvidos pela tarifa.

Total de investimentos previstos para Sistema de Esgotamento Sanitário:

R\$ 9.700.00,00 (nove milhões e setecentos mil reais).

11.3 Sistema de Drenagem Pluvial:

Adequação e implantação de estruturas de drenagem pluvial: R\$ 100,00/hab

Para 30.000 hab. = R\$ 3.000.000,00

Total de investimentos previstos para Sistema de Drenagem Pluvial:

R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

11.4 Resíduos Sólidos:

Coleta seletiva, valorização e recuperação de área degradada: R\$ 10,00/hab.ano.

Para média de 20.000 habitantes para o período do Plano, estima-se investimentos da ordem de R\$ 4.000.000,00 , ao longo dos 20 anos.

Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos R\$ 50,00/hab.ano

Para média de 20.000 habitantes para o período do Plano estimam-se despesas de R\$ 20.000.000,00.

Estes custos serão absorvidos pela taxa de coleta de lixo e não compreendem investimentos, mas sim a remuneração pelos serviços prestados.

A partir das projeções apresentadas os investimentos previstos para o período de 20 anos, correspondente ao horizonte de planejamento até o ano 2029 compreendem um total de R\$ 22.100.000,00 milhões (vinte e dois milhões e cem mil reais).

12. Ações para Situações de Emergências:

Os serviços de saneamento estão sujeitos a ocorrências que podem influenciar seu pleno desenvolvimento, resultado em condições desfavoráveis a adequada realização.

Estas ocorrências podem estar associadas à realização de serviços de forma direta ou indireta, devendo em qualquer situação serem previstas ações para garantia da continuidade e regularidade dos mesmos.

Para tanto, foram classificadas ações de Contingências e de Emergência que devem ser observadas em todos os estágios da realização dos serviços haja vista os fatores diretamente relacionados à saúde pública e a qualidade do meio ambiente. Assim destacamos:

12.1 Ações de Contingência:

- Formulação de leis e outros instrumentos jurídicos para permitir a adoção das ações em situações de não-conformidade;
- legislação específica, definindo atribuições, aspectos e punições para infratores no âmbito do tratam os serviços de saneamento;
- formação de equipes de resposta a emergências envolvendo a defesa civil;

- planos de divulgação na mídia;
- mobilização social;
- envolvimento de associações de moradores e outros grupos representativos constituídos;
- criação de GT de Emergência, vinculado ao Conselho Municipal de Saneamento.
- Reservas financeiras para:
- contratação emergencial de empresas para:
- acidentes ambientais relacionados aos serviços de saneamento;
- fornecimento emergencial de água potável;
- desobstrução emergencial de redes de esgotos e drenagem pluvial;
- destinação de resíduos em aterros alternativos;
- mobilização de equipes externas para emergências e
- divulgação de planos de ação na mídia.
- elaboração de projetos especiais
- aquisição/contratação de serviços não previstas nos projetos e programas do PMSB-Schroeder.
- Articulação política e institucional.
- Esta função deverá ser comandada pelo administrador público de forma a manter relações com municípios vizinhos bem como órgão do governo estadual e federal.
- Ações de Emergência:
- Decretação de estado de atenção, emergência ou calamidade pública, conforme previsão na legislação específica;
- Elaboração de Plano de Emergência para cenários de não-conformidade:
- Interrupção total ou parcial dos serviços
- Suspensão total ou parcial dos serviços;
- Comprometimento da qualidade da água distribuída;
- Interdição judicial ou extra-judicial das atividades relacionadas aos serviços (sem comprometimento efetivo da capacidade operacional);
- Encerramento/suspensão de serviços;
- Convocação do GT de Emergência;
- Avaliação e adaptação de procedimentos com base em resultados de eventos registrados (pretéritos);
- Desenvolvimento de medidas de avaliação de eficiência e eficácia;
- Proposição de simulações.

A partir destas ações indicadas, o Município de Schroeder, juntamente com o Conselho Municipal de Saneamento Básico deverão promover o desdobramento de atividades que resultem em métodos práticos e objetivos para controle de situações de emergência e adoção de contingências para assegurar o efetivo desenvolvimento das atividades.

13. Indicadores de Avaliação dos Resultados:

Para acompanhamento dos resultados, propõe-se o acompanhamento das atividades através dos seguintes indicadores:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

| Indicador | Descrição |
|-----------|--|
| IQA | Índice de Qualidade de Água |
| ICSA | Índice de Cobertura dos Serviços de Água |
| IM | Índice de Micromedição |
| IPT | Índice de Perdas Totais |
| CMP | Consumo médio percapita |
| IR | Índice de Reservação |

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

| Indicador | Descrição |
|-----------|--|
| IQA | Índice de Qualidade de Efluente Tratado |
| ICSE | Índice de Cobertura dos Serviços de Esgoto |
| ICE | Índice de Contribuição média percapita |

SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

| Indicador | Descrição |
|-----------|--|
| ICAS | Índice de atendimento dos serviços |
| ICE | Índice de Contribuição média percapita |

GESTÃO ADMINISTRATIVAS

| Indicador | Descrição |
|-----------|--|
| IRU | Índice de ocorrências de reclamações de usuários |
| EG | Eficiência Geral dos Serviços de Saneamento |
| INV | Investimentos aplicados |

14. Mecanismos para Avaliação Sistemática das Ações Programadas

As ações programadas no PMSB-Schroeder deverão ter seus resultados amplamente divulgados, de forma a garantir pleno acesso às partes interessadas, entre as quais a comunidade, órgãos e entidades públicas e entidades privadas.

Os mecanismos para esta divulgação deverão ser implementados pela Prefeitura Municipal de Schroeder, utilizando técnicas e mecanismos que permitam a divulgação da extensão em que a administração pública vem atendendo seus objetivos e metas.

Os indicadores apresentados no item 13 deverão também ser amplamente divulgados, revistos, atualizados e discutidos de forma sistemática.

As definições das formas de mídia serão de responsabilidade da administração municipal a partir dos recursos disponíveis.

15. Conclusão

A partir dos resultados de discussões e análises que envolvem a consolidação do PMSB-Schroeder, admite-se que a busca ao atendimento dos objetivos e metas para curto médio e longo prazo propostos permitirão o atendimento aos objetivos gerais e específicos.

15.1 Objetivo Geral:

Estabelecimento de ações para a Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados no município de Schroeder ao saneamento básico.

15.2 Objetivos Específicos:

- Garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação às localidades não atendidas;
- Implementar os serviços ora inexistentes, em prazos factíveis;
- Criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;
- Estimular a conscientização ambiental da população e
- Atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Os elementos constantes deste Plano compreendem subsídios para a definição de medidas que permitam a adequação, melhorias e universalização dos serviços de saneamento no Município de Schroeder

Entretanto sua implementação é dependente da disponibilidade de recursos que possam garantir a implementação e sustentabilidade a partir da aplicação de tarifas de água e esgotos, taxa de limpeza pública e outros tributos.

16. Equipe Técnica

O PMSB-Schroeder foi coordenado pela Prefeitura Municipal de Schroeder e elaborado pela BSA – Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental Ltda., conforme Contrato Administrativo nº 093/2009-PMS.

A equipe técnica foi formada pelos profissionais abaixo destacados: Cesar Augusto Arenhart – Engenheiro Sanitarista – Responsável Técnico e Coordenador

- Ricardo Reis Maciel – Engenheiro Sanitarista
- Luana Iara Klock – Engenharia Ambiental e de Segurança
- Viviane Miranda – Assistente Social
- Gyorgia Lima – Estagiária de Engenharia de Produção
- Luiz Cesar Cassol – Estagiário de Engenheiro Civil

Decreto Nº 2.056/2009

DECRETO Nº 2.056/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009
AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando que o Poder Executivo Municipal estendeu o horário de atendimento da Unidade Central de Saúde (PSF-2), para melhor prestação do serviço à população do Município;

Considerando que não acudiram interessados a participar do Concurso Público regido pelo Edital n.º 004/2009 – SMSAS/PMS – ESF, na modalidade Médico, horário de trabalho vespertino e noturno;

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social já promoveu a abertura de Processo Seletivo Simplificado para atender a essa necessidade, cujas provas dar-se-ão somente no término do mês de janeiro, em virtude dos prazos legais;

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social promoveu remanejamento de profissionais de modo a atender a essa nova realidade, objetivando reduzir ao máximo os custos com o novo horário de atendimento, sem, contudo, reduzir a qualidade do serviço colocado à disposição da população e que, mesmo assim, resta a necessidade de suprir 30h semanais de atividades de profissional médico generalista;

Considerando que não há nenhuma lista classificatória vigente para contratação de profissionais médicos em caráter temporário;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável e que a assistência médica em caráter básico insere-se nesse direito;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Médico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para suprir a necessidade de profissional para atender ao novo horário de funcionamento da Unidade Central de Saúde, pelo prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, necessários para o término do Processo Seletivo Simplificado supracitado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder(SC), 18 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.264/2009

PORTARIA Nº. 3.264/2009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o funcionário Sr. Chales Moesch, do cargo



comissionado de Assessor de Esportes e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.265/2009

PORTARIA Nº. 3.265/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Srta. Cristina Alves, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.266/2009

PORTARIA Nº. 3.266/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário Sr. Cezar Antonio Guarienti, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.267/2009

PORTARIA Nº. 3.267/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Vladirce Maria Zyger, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.268/2009

PORTARIA Nº. 3.268/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Alessandra Vanessa da Silva Urnau Pommerning, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria N° 3.269/2009

PORTARIA N°. 3.269/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Srta. Neli Consatti, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria N° 3.270/2009

PORTARIA N°. 3.270/2009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Francini Aparecida Franklin França, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria N° 3.271/2009

PORTARIA N°. 3.271/2009, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR, o contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário Sr. Evaristo Cristobal Iglesias Aleman, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, adquirindo efeitos retroativos a partir de 19 de dezembro de 2009.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Tunápolis

Prefeitura Municipal

Concurso Público Extrato do Edital N°. 003/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CONCURSO PÚBLICO

EXTRATO DO EDITAL N°. 003/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNAPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar nº 003/01, de 12.12.2001, alterada pela Lei Complementar nº11/2005, de 16.09.2005, nova redação pela Lei Complementar nº 12/2005, de 21.10.2005, redação final pela Lei Complementar nº 020/2009, de 20.07.2009 e Lei Orgânica do Município, torna público aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público, para admissão de servidores para os cargos constantes do quadro abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções de edital próprio.

DA QUANTIDADE DE VAGAS

O número de vagas disponibilizadas são as constantes do quadro abaixo. Os demais candidatos classificados comporão cadastro de reserva, nos termos especificados. As vagas abaixo destinam-se ao provimento efetivo, sendo regidos pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

| Cargo | Nº Vagas | Vencido | Carg. Horár | Habilitação |
|------------|----------|----------|-------------|--|
| Médico | 02 | 4.331,01 | 40 h/sem. | Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Medicina, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. |
| Odontólogo | 01 | 3.579,35 | 40 h | Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Odontologia, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional |
| Enfermeiro | 01 | 3.006,65 | 40 h | Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Enfermagem, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. |



| | | | | |
|------------------------------------|--------------|----------|------|--|
| Técnico de Enfermagem | 02 | 766,40 | 40 h | Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau específico, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. |
| Nutricionista | 01 | 1.129,60 | 10 h | Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Nutrição, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. |
| Psicólogo | 01 | 1.366,47 | 10 h | Portador de Diploma de Conclusão de 3º Grau específico, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. |
| Farmacêutico Bioquímico | 01 | 564,80 | 10 h | Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Farmácia Bioquímica, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. |
| Agente Administrativo | 01 | 766,40 | 40 h | Ensino médio Completo. |
| Merendeira | 02 | 616,91 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série). |
| Auxiliar Serviços Gerais | 01 | 616,91 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série). |
| Operador Equipamento Pesado | 01 | 947,48 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série) e CNH categoria "C". |
| Mecânico | Cad. reserva | 947,48 | 40 h | Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação e carteira nacional de habilitação. |
| Mestre em Edificações | Cad. reserva | 1.202,24 | 40 h | Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação. |
| Técnico em Projetos e Convênios | Cad. reserva | 1.697,03 | 40 h | Nível superior Curso completo. |
| Fiscal Sanitário e | Cad. reserva | 926,42 | 40 h | Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau. |
| Tesoureiro | Cad. reserva | 1.358,05 | 40 h | Técnico em Contabilidade. |
| Fiscal de Tributos | Cad. reserva | 926,42 | 40 h | Ensino médio Completo. |
| Agente Operacional | Cad. reserva | 616,91 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série). |
| Motorista Veículo Pesado | Cad. reserva | 711,66 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série) e CNH categoria "D" |
| Motorista de Veículo de Passageiro | Cad. reserva | 711,66 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série) e CNH "D" + cursos específicos |
| Operador Equipamento Leve | Cad. reserva | 711,66 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série) e CNH categoria "C". |
| Vigia | Cad. reserva | 526,38 | 40 h | Ensino Fundamental (4º série) |

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas nos dias 13 de Janeiro a 11 de Fevereiro de 2010, das 7:30 às 11:00 horas e das 13:15 às 17:00 horas no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tunápolis(SC).

3. DAS PROVAS

3.1. Obrigatória para todos os candidatos, será aplicada no dia

27 (vinte e sete) de Fevereiro de 2010, das 8:30 às 11:00 horas, nas dependências da Escola Municipal Elga Follmann, Rua Afonso Rodrigues, 115, na Cidade de Tunápolis/SC.

A integra deste Edital com seus anexos, estarão publicados no mural da Prefeitura Municipal de Tunápolis (SC) e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br

Tunápolis (SC), 23 de Dezembro de 2009.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo

Prefeitura Municipal

Decreto 116/2009

DECRETO Nº 116/09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.907/2008, de 24/10/2008 (LDO),

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado o crédito no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), assim classificados:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 – Manutenção Do Fundo Municipal de Saúde e PSF
4.4.90.00.00.00.00.00.0. 1.0002.0 (13) – Aplicações Diretas ..R\$ 22.000,00

Art. 2º - A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 – Manutenção Do Fundo Municipal de Saúde e PSF
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (3) – Aplicações DiretasR\$ 2.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (5) – Trans a Inst Privadas sem fins Lucrativ.....R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 17 de Dezembro de 2009.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Contrato FMS 07/2009

CONTRATO N.º 07/2009 Primeiro Termo Aditivo Do Contrato Nº.05/09

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC
CONTRATADA: POSTO ROMANO LTDA

DO OBJETO: fornecimento de combustíveis (gasolina comum, álcool e óleo diesel) para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Turvo e SAMU, conforme proposta apresentada no Processo Licitatório nº 03/2009 – Dispensa de Licitação.

DA VIGÊNCIA: 27/02/2009 a 27/03/2009.

DO VALOR: R\$ 21.280,00 (vinte e um mil, duzentos e oitenta reais)

Data da assinatura: 27/02/2009.



Contrato FMS 08/2009

CONTRATO N.º 08/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO DAROS LTDA

DO OBJETO: prestar EXAMES LABORATORIAIS, À SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, conforme relação, conforme proposta apresentada na Licitação, que ficam fazendo parte integrante deste contrato.

DA VIGÊNCIA: 02/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 21.177,80 (vinte e um mil cento e setenta e sete reais, oitenta centavos).

Data da assinatura: 02/03/2009

Contrato FMS 09/2009

CONTRATO N.º 09/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem como objetivo a locação mensal dos sistemas: Contabilidade Pública e Licitação e compras

DA VIGÊNCIA: 02/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 2.371,90 (dois mil trezentos e setenta e um reais e noventa centavos).

Data da assinatura: 02/03/2009.

Contrato FMS 10/2009

CONTRATO N.º 10/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: POSTO CLAVINHO LTDA

DO OBJETO: Fornecimento 8.800 (oito mil e oitocentos) litros de álcool hidratado comum com as características constantes da proposta julgada vencedora e abaixo descritas, para atender as necessidades da contratante, no abastecimento dos veículos da Fundo Municipal de Saúde de Turvo pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 08/2009 - Pregão Presencial para o exercício de 2009

DA VIGÊNCIA: 12/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 15.312,00 (quinze mil, trezentos e doze reais)

Data da assinatura: 12/03/2009.

Contrato FMS 11/2009

CONTRATO N.º 11/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: POSTO ROMANO LTDA

DO OBJETO: fornecimento de 18.300 (dezoito mil e trezentos) litros de Óleo Diesel Comum e 18.300 (dezoito mil e trezentos) litros de gasolina filtrada comum com as características constantes da proposta julgada vencedora e abaixo descritas, para atender as necessidades da CONTRATANTE, no abastecimento dos veículos do Fundo Municipal da Saúde de Turvo, pelo preço decorrente do Processo Licitatório nº 08/2009 - Pregão Presencial durante o exercício de 2009.

DA VIGÊNCIA: 12/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 81.984,00 (oitenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais)

Data da assinatura: 12/03/2009.

Contrato FMS 12/2009

CONTRATO N.º 12/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES LTDA

DO OBJETO: Fornecer material de consumo p/ manutenção do sistema municipal de saúde, conforme proposta apresentada na licitação durante o exercício de 2009.

DA VIGÊNCIA: 12/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 39.328,64 (trinta e nove mil trezentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 12/03/2009.

Contrato FMS 13/2009

CONTRATO N.º 13/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: ALEFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

DO OBJETO: Fornecer material de consumo p/ manutenção do sistema municipal de saúde, conforme proposta apresentada na licitação durante o exercício de 2009.

DA VIGÊNCIA: 12/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 19.709,51 (dezenove mil setecentos e nove reais e cinquenta e um centavos).

Data da assinatura: 12/03/2009.

Contrato FMS 14/2009

CONTRATO N.º 14/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: FIMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME

DO OBJETO: Fornecer material de consumo p/ manutenção do sistema municipal de saúde durante o exercício de 2009.

DA VIGÊNCIA: 12/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 19.027,29 (dezenove mil vinte e sete reais e vinte e nove centavos).

Data da assinatura: 12/03/2009.

Contrato FMS 15/2009

CONTRATO N.º 15/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES LTDA

DO OBJETO: Fornecer materiais odontológicos p/ manutenção dos serviços odontológicos do sistema municipal de saúde durante o exercício de 2009.

DA VIGÊNCIA: 12/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 19.803,25 (dezenove mil oitocentos e três reais e vinte e cinco centavos).

Data da assinatura: 12/03/2009.

Contrato FMS 16/2009

CONTRATO N.º 16/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: ALEFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

DO OBJETO: Fornecer materiais odontológicos p/ manutenção dos serviços odontológicos do sistema municipal de saúde, conforme proposta apresentada na licitação durante o exercício de 2009.

DA VIGÊNCIA: 12/03/2009 a 31/12/2009.

DO VALOR: R\$ 13.627,98 (treze mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos).

Data da assinatura: 12/03/2009.

Contrato FMS 17/2009

CONTRATO N.º 17/2009

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADA: HERCÍLIO PAZINI

DO OBJETO: Locação de 01 (uma) casa de alvenaria com área de 334,25², sito na rua Leoberto Leal, 687, no centro do município de Turvo/SC, destinada exclusivamente p/ o funcionamento do

Programa Saúde da Família – PSF.
DA VIGÊNCIA: 01/07/2009 a 31/12/2009.
DO VALOR: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).
Data da assinatura: 01/07/2009.

Contrato FMS 18/2009

CONTRATO N.º 18/2009
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC
CONTRATADA: UNITÁ VEICULOS LTDA
DO OBJETO: Fornecer ao Município, 01 (um) Automóvel zero km ano, 2009/2010, combustível flex, com duas portas, com ar condicionado.
DA VIGÊNCIA: 19/08/2009 a 19/08/2009.
DO VALOR: R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais)
Data da assinatura: 19/08/2009.

Contrato FMS 19/2009

CONTRATO N.º 19/2009
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC
CONTRATADA: LABORATÓRIO DAROS LTDA
DO OBJETO: Prestar exames laboratoriais, à secretaria de saúde deste município, durante o exercício de 2009.
DA VIGÊNCIA: 20/10/2009 a 31/12/2009.
DO VALOR: R\$ 22.078,30 (vinte e dois mil setenta e oito reais, trinta centavos).
Data da assinatura: 20/10/2009.

Contrato FMS 20/2009

CONTRATO N.º 20/2009
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC
CONTRATADA: ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
DO OBJETO: execução da obra de construção de um posto de Saúde na bairro Vila São Luiz (Cohab) no município de Turvo – SC, medindo 239,09m².
DA VIGÊNCIA: 16/11/2009 a 31/12/2009.
DO VALOR: R\$ 288.998,46 (duzentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa e oito reais e seis centavos).
Data da assinatura: 26/11/2009.

Contrato FMS 21/2009

CONTRATO N.º 21/2009
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC
CONTRATADA: UNITÁ VEICULOS LTDA
DO OBJETO: fornecer ao Município, 02 (dois) Automóvel zero km ano/modelo 09/10 ou 10/10, combustível flex, com quatro portas, com ar condicionado
DA VIGÊNCIA: 08/12/2009 a 31/12/2009.
DO VALOR: R\$ 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais).
Data da assinatura: 08/12/2009.

Videira

Prefeitura Municipal

Lei 2248/09

LEI Nº 2.248/09, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009
Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Videira para o Exercício de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de VIDEIRA, para o exercício de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 74.889.298,52 (Setenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos), sendo R\$ 65.488.216,10 (Sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e dezesseis reais e dez centavos) do Orçamento Fiscal e, R\$ 9.401.082,42 (Nove milhões, quatrocentos e um mil, oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras: Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 61.156.797,10 (Sessenta e um milhões, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e sete reais e dez centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 911.500,00 (Novecentos e onze mil e quinhentos reais) e, fixa a Despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 49.323.160,10 (Quarenta e nove milhões, trezentos e vinte e três mil, cento e sessenta reais e dez centavos).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a Arrecadação de Tributos, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

| | |
|--------------------------------|---------------|
| 1. RECEITAS CORRENTES | 60.612.389,33 |
| 1.1.Receita Tributária | 9.569.338,89 |
| 1.2 Receita de Contribuições | 740.556,33 |
| 1.3.Receita Patrimonial | 1.032.423,31 |
| 1.6.Receita de Serviços | 314.607,15 |
| 1.7.Transferências Correntes | 46.479.350,46 |
| 1.9.Outras Receitas Correntes | 2.476.113,19 |
| 2.RECEITAS DE CAPITAL | 544.407,77 |
| 2.1.Operações de Crédito | 200.000,00 |
| 2.2.Alienções de Bens | 37.095,98 |
| 2.3 Amortização de Empréstimos | 105.867,96 |
| 2.4.Transferências de Capital | 201.443,83 |
| TOTAL: | 61.156.797,10 |

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

| | |
|--|---------------|
| 01 - Gabinete do Prefeito | 1.497.500,00 |
| 02 - Secretaria da Assessoria Jurídica | 520.000,00 |
| 03 - Secretaria de Administração | 7.079.744,23 |
| 04 - Secretaria de Finanças | 1.066.000,00 |
| 05 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico | 306.000,00 |
| 06 - Secretaria de Planejamento | 595.000,00 |
| 07 - Secretaria de Educação | 18.852.615,00 |
| 08 - Sec.de Saúde e Ação Social | 91.000,00 |
| 09 - Secretaria de Infraestrutura | 15.112.350,87 |
| 10 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente | 2.099.950,00 |
| 11 - Secretaria de Turismo e Cultura | 961.500,00 |
| 12 - Fundo Munic. P/ Reeq. Bombeiros Volunt. | 180.000,00 |
| 13 - Fundo Municipal de Saneamento Básico | 248.500,00 |
| 14 - Fundo Rotativo Habitacional | 413.000,00 |
| 20 - Câmara de Vereadores | 911.500,00 |
| 99 - Reserva de Contingência | 300.000,00 |
| TOTAL: | 50.234.660,10 |



II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | |
|------------------------------|----------------------|
| 01 - Legislativa | 911.500,00 |
| 04 - Administração | 6.345.236,49 |
| 06 - Segurança Pública | 542.007,74 |
| 08 - Assistência Social | 61.000,00 |
| 12 - Educação | 18.690.115,00 |
| 13 - Cultura | 336.500,00 |
| 15 - Urbanismo | 11.612.350,87 |
| 16 - Habitação | 413.000,00 |
| 17 - Saneamento | 248.500,00 |
| 20 - Agricultura | 2.099.950,00 |
| 22 - Indústria | 165.000,00 |
| 23 - Comércio e Serviços | 625.000,00 |
| 26 - Transportes | 3.530.000,00 |
| 27 - Desporto e Lazer | 162.500,00 |
| 28 - Encargos Especiais | 4.192.000,00 |
| 99 - Reserva de Contingência | 300.000,00 |
| TOTAL: | 50.234.660,10 |

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

| | |
|--|----------------------|
| 0001 - Ação Legislativa | 911.500,00 |
| 0002 - Administração e Planejamento | 5.925.736,49 |
| 0003 - Administração Financeira | 1.066.000,00 |
| 0004 - Assessoria Jurídica | 520.000,00 |
| 0005 - Segurança Pública | 542.007,74 |
| 0006 - Assistência Social Geral | 61.000,00 |
| 0010 - Merenda Escolar | 308.960,00 |
| 0011 - Educação Básica | 9.143.193,00 |
| 0012 - Desporto Estudantil | 162.500,00 |
| 0013 - Ensino Médio | 151.000,00 |
| 0014 - Ensino Superior | 520.000,00 |
| 0015 - Criança na Escola | 7.400.462,00 |
| 0016 - Acervo Cultural | 336.500,00 |
| 0017 - Vias Urbanas | 11.342.350,87 |
| 0018 - Habitação Popular | 413.000,00 |
| 0019 - Esgoto Urbano | 518.500,00 |
| 0020 - Meio Ambiente | 108.750,00 |
| 0021 - Promoção e Extensão Rural | 1.991.200,00 |
| 0022 - Incentivos para Indústria | 165.000,00 |
| 0023 - Promoção ao Turismo | 625.000,00 |
| 0024 - Estradas Vicinais | 3.500.000,00 |
| 0026 - Pagamento de Encargos Especiais | 3.927.000,00 |
| 0027 - Contribuições Financeiras | 295.000,00 |
| 0099 - Reserva de Contingência | 300.000,00 |
| TOTAL: | 50.234.660,10 |

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| | |
|--|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 38.165.926,19 |
| 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais | 22.903.350,60 |
| 3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida | 1.150.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 14.112.575,59 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 11.768.733,91 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 10.268.733,91 |
| 4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida | 1.500.000,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 300.000,00 |
| 9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência | 300.000,00 |
| TOTAL: | 50.234.660,10 |

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Videira

Art. 3º O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes de Videira, para o exercício de 2010, estima a Receita em R\$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 799.500,00 (Setecentos e noventa e nove mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros ane-

xos, com o seguinte desdobramento:

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| 1.RECEITAS CORRENTES | 40.500,00 |
| 1.3.Receita Patrimonial | 40.400,00 |
| 1.9.Outras Receitas Correntes | 100,00 |
| SOMA | 40.500,00 |
| Transferências Financeiras | 799.500,00 |
| TOTAL | 840.000,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal de Esportes de Videira será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | |
|-----------------------|-------------------|
| 27 - Desporto e Lazer | 840.000,00 |
| TOTAL: | 840.000,00 |

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| | |
|---|-------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 840.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00 - Despesas de Pessoal | 480.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 360.000,00 |
| TOTAL: | 840.000,00 |

Do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira

Art. 4º O Orçamento da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, para o exercício de 2010, estima a Receita em R\$ 21.826,00 (Vinte e um mil, oitocentos e vinte e seis reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 290.174,00 (Duzentos e noventa mil, cento e setenta e quatro reais) e fixa as Despesas em R\$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| | |
|------------------------------|------------------|
| 1.RECEITAS CORRENTES | 21.826,00 |
| 1.3.Receita Patrimonial | 8.310,00 |
| 1.7.Transferências Correntes | 13.516,00 |
| SOMA | 21.826,00 |

| | |
|----------------------------|-------------------|
| Transferências Financeiras | 290.174,00 |
| TOTAL | 312.000,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | |
|-------------------------|-------------------|
| 08 - Assistência Social | 312.000,00 |
| TOTAL: | 312.000,00 |

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| | |
|---|-------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 217.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 217.000,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 95.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 95.000,00 |
| TOTAL: | 312.000,00 |

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira

Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, para o exercício de 2010, estima a receita em R\$ 439.593,00 (Quatrocentos e trinta e nove mil e quinhentos e noventa e três reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.189.000,00 (Dois milhões, cento e oitenta e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.628.593,00 (Dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil e quinhentos e noventa e três reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| | |
|--------------------------------|--------------|
| 1.RECEITAS CORRENTES | 439.593,00 |
| 1.3.Receita Patrimonial | 20.480,00 |
| 1.7.Transferências Correntes | 419.013,00 |
| 1.9. Outras Receitas Correntes | 100,00 |
| SOMA | 439.593,00 |
| Transferências Financeiras | 2.189.000,00 |
| TOTAL | 2.628.593,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | |
|-------------------------|--------------|
| 08 - Assistência Social | 2.628.593,00 |
| TOTAL: | 2.628.593,00 |

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| | |
|--|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 2.004.843,00 |
| 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais | 940.900,00 |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 1.063.943,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 623.750,00 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 623.750,00 |
| TOTAL: | 2.628.593,00 |

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social e Médica de Videira

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo de Assistência Social e Médica de Videira, para o exercício de 2010, estima a Receita em R\$ 1.560.000,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.560.000,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| | |
|--------------------------------|--------------|
| 1.RECEITAS CORRENTES | 1.395.000,00 |
| 1.2.Receitas de Contribuições | 680.000,00 |
| 1.3.Receita Patrimonial | 150.000,00 |
| 1.9.Outras Receitas Correntes | 565.000,00 |
| 7.RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 165.000,00 |
| 7.2.Receitas de Contribuições | 165.000,00 |
| TOTAL | 1.560.000,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundo de Assistência Social e Médica de Videira será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

dica de Videira será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | |
|-------------------------|--------------|
| 08 - Assistência Social | 1.560.000,00 |
| TOTAL: | 1.560.000,00 |

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| | |
|---|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 1.550.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 1.550.000,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 10.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 10.000,00 |
| TOTAL: | 1.560.000,00 |

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira

Art. 7º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Videira, para o exercício de 2010, estima a Receita em R\$ 2.269.500,00 (Dois milhões, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.643.463,00 (Sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil e quatrocentos e sessenta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 9.912.963,00 (Nove milhões, novecentos e doze mil e novecentos e sessenta e três reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| | |
|-------------------------------|--------------|
| 1.RECEITAS CORRENTES | 2.269.500,00 |
| 1.1.Receita Tributária | 140.000,00 |
| 1.3.Receita Patrimonial | 223.000,00 |
| 1.6.Receita de Serviços | 261.648,00 |
| 1.7.Transferências Correntes | 1.640.965,00 |
| 1.9.Outras Receitas Correntes | 3.887,00 |
| SOMA | 2.269.500,00 |

| | |
|----------------------------|--------------|
| Transferências Financeiras | 7.643.463,00 |
| TOTAL | 9.912.963,00 |

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde de Videira será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | |
|------------|--------------|
| 10 - Saúde | 9.912.963,00 |
| TOTAL: | 9.912.963,00 |

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| | |
|--|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 8.696.862,00 |
| 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais | 5.136.963,00 |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 3.559.899,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.216.101,00 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 1.216.101,00 |
| TOTAL: | 9.912.963,00 |

Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID

Art. 8º O Orçamento da entidade do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID,



para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 9.401.082,42 (Nove milhões, quatrocentos e um mil, oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), e fixa as Despesas em R\$ 9.401.082,42 (Nove milhões, quatrocentos e um mil, oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

| | |
|--------------------------------|---------------------|
| 1.RECEITAS CORRENTES | 4.999.176,37 |
| 1.2.Receita de Contribuições | 1.441.025,76 |
| 1.3.Receita Patrimonial | 3.551.890,14 |
| 1.6.Receita de Serviços | 6.260,47 |
| 7.RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 4.401.906,05 |
| 7.2.Receitas de Contribuições | 4.401.906,05 |
| TOTAL | 9.401,082,42 |

§ 2º A Despesa da entidade Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira – INPREVID, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

| | |
|------------------------------|---------------------|
| 09 - Previdência Social | 2.619.279,44 |
| 99 - Reserva de Contingência | 6.781.802,98 |
| TOTAL: | 9.401.082,42 |

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

| | |
|--|---------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 2.610.374,30 |
| 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais | 2.239.946,11 |
| 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes | 370.428,19 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 8.905,16 |
| 4.4.00.00.00.00 - Investimentos | 8.905,14 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 6.781.802,98 |
| 9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência | 6.781.802,98 |
| TOTAL: | 9.401.082,42 |

Art. 9º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

| | |
|---|---------------------|
| Unidade Gestora: Instituto de Previdência de Videira - INPREVID | |
| 99 - Reserva de Contingência | 6.781.802,98 |
| TOTAL | 6.781.802,98 |

| | |
|--|-------------------|
| Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Videira | |
| 99 - Reserva de Contingência | 300.000,00 |
| TOTAL | 300.000,00 |

Parágrafo Único - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os limites especificados neste artigo.

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11 O Poder Executivo Municipal está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 70% (setenta por cento) da receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14 Durante o exercício de 2010 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento da Prefeitura.

Art. 15 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, submetendo-o a posterior homologação do Poder Legislativo Municipal.

Art. 17 Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

| Receitas | | Valor | Despesas | | Valor |
|--|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | | 69.777.984,70 | DESPESAS CORRENTES | | 54.085.005,49 |
| RECEITA TRIBUTARIA | | 9.709.338,89 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | 31.701.159,71 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | 2.861.582,09 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | | 1.150.000,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | | 5.026.503,45 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 21.233.845,78 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | 582.515,62 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 48.552.844,46 | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | 3.045.200,19 | | | |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | 4.566.906,05 | | | |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | 4.566.906,05 | | | |
| | | | Superavit | | 20.259.885,26 |
| Total | | 74.344.890,75 | Total | | 74.344.890,75 |
| Superavit do orçamento corrente | | 20.259.885,26 | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 544.407,77 | DESPESAS DE CAPITAL | | 13.722.490,05 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | 200.000,00 | INVESTIMENTOS | | 12.222.490,05 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | | 37.095,98 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | | 1.500.000,00 |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | | 105.867,96 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | 201.443,83 | | | |
| | | | Superavit | | 7.081.802,98 |
| Total | | 20.804.293,03 | Total | | 20.804.293,03 |
| Resumo | | | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 69.777.984,70 | 93,17 % | DESPESAS CORRENTES | 54.085.005,49 | 72,22 % |
| RECEITAS DE CAPITAL | 544.407,77 | 0,73 % | DESPESAS DE CAPITAL | 13.722.490,05 | 18,32 % |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN | 4.566.906,05 | 6,10 % | Reserva RPPS | 6.781.802,98 | 9,06 % |
| | | | RESERVA DE CONTINGENCIA | 300.000,00 | 0,40 % |
| Total | 74.889.298,52 | 100,00 % | Total | 74.889.298,52 | 100,00 % |

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 1/1
 Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

| Código | Especificação | Elemento | Grupo de Despesa | Categoria Econômica/Valor |
|----------------------------|---|----------|------------------|---------------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | | | 54.085.005,49 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | 31.701.159,71 | |
| 3.1.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos - despesa com pessoal | | 4.104,00 | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | | 28.804.520,11 | |
| 3.1.91.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | | 2.892.535,60 | |
| 3.2.00.00.00.00.00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | | 1.150.000,00 | |
| 3.2.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | | 1.150.000,00 | |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 21.233.845,78 | |
| 3.3.40.00.00.00.00.00 | Transferencias a Municipios | | 35.000,00 | |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | | 746.309,00 | |
| 3.3.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos - outros serviços PJ | | 3.236,00 | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | | 20.449.300,78 | |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | | | 13.722.490,05 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | | 12.222.490,05 | |
| 4.4.50.00.00.00.00.00 | Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos | | 74.500,00 | |
| 4.4.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos - equipamento e material permane | | 360,00 | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | | 12.147.630,05 | |
| 4.6.00.00.00.00.00.00 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | | 1.500.000,00 | |
| 4.6.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | | 1.500.000,00 | |
| 7.0.00.00.00.00.00.00 | Reserva RPPS | | | 6.781.802,98 |
| 7.7.00.00.00.00.00.00 | Reserva do RPPS | | 6.781.802,98 | |
| 7.7.99.00.00.00.00.00 | Reserva do RPPS | | 6.781.802,98 | |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | 300.000,00 |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | 300.000,00 | |
| 9.9.99.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | 300.000,00 | |
| Total das despesas: | | | | 74.889.298,52 |
| Total geral: | | | | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 1/5
 Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

| Código | Especificação | Desdobramento | Fonte | Categoria Econômica |
|------------------------|---|---------------|--------------|---------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | | | 69.777.984,70 |
| 1.1.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA TRIBUTARIA | | 9.709.338,89 | |
| 1.1.1.0.00.00.00.00.00 | IMPOSTOS | | 8.263.813,46 | |
| 1.1.1.2.00.00.00.00.00 | Impostos s/ o Patrimônio e a Renda | 4.389.690,84 | | |
| 1.1.1.2.02.00.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana | 2.620.942,69 | | |
| 1.1.1.2.02.01.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Próprios | 1.572.565,61 | | |
| 1.1.1.2.02.02.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Educação | 655.235,67 | | |
| 1.1.1.2.02.03.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Saúde | 393.141,41 | | |
| 1.1.1.2.04.00.00.00.00 | Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza | 983.686,65 | | |
| 1.1.1.2.04.31.00.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho | 840.328,09 | | |
| 1.1.1.2.04.31.01.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Próprios | 504.196,85 | | |
| 1.1.1.2.04.31.02.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação | 210.082,02 | | |
| 1.1.1.2.04.31.03.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde | 126.049,22 | | |
| 1.1.1.2.04.34.00.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos | 143.358,56 | | |
| 1.1.1.2.04.34.01.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios | 86.015,14 | | |
| 1.1.1.2.04.34.02.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação | 35.839,64 | | |
| 1.1.1.2.04.34.03.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde | 21.503,78 | | |
| 1.1.1.2.08.00.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir | 785.061,50 | | |
| 1.1.1.2.08.01.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Próprios | 471.036,90 | | |
| 1.1.1.2.08.02.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Educação | 196.265,38 | | |
| 1.1.1.2.08.03.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Saúde | 117.759,22 | | |
| 1.1.1.3.00.00.00.00.00 | Imposto s/ a Produção e a Circulação | 3.874.122,62 | | |
| 1.1.1.3.05.00.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza | 3.874.122,62 | | |
| 1.1.1.3.05.01.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Próprios | 2.324.473,57 | | |
| 1.1.1.3.05.02.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Educação | 968.530,66 | | |
| 1.1.1.3.05.03.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Saúde | 581.118,39 | | |
| 1.1.2.0.00.00.00.00.00 | TAXAS | | 1.402.586,98 | |
| 1.1.2.1.00.00.00.00.00 | Tx p/ Exercício do Poder de Policia | 718.546,10 | | |
| 1.1.2.1.17.00.00.00.00 | Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária | 140.000,00 | | |
| 1.1.2.1.17.02.00.00.00 | Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS | 140.000,00 | | |
| 1.1.2.1.25.00.00.00.00 | Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv | 385.649,97 | | |
| 1.1.2.1.99.00.00.00.00 | Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia | 192.896,13 | | |
| 1.1.2.1.99.01.00.00.00 | Outras txs pelo Exercício do Poder de Polícia | 41.312,45 | | |
| 1.1.2.1.99.02.00.00.00 | Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM | 151.583,68 | | |
| 1.1.2.2.00.00.00.00.00 | Tx pela Prestacao de Servicos | 684.040,88 | | |
| 1.1.2.2.90.00.00.00.00 | Tx de Limpeza Pública | 607.552,72 | | |
| 1.1.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Taxas de Prestação de Serviços | 76.488,16 | | |
| 1.1.2.2.99.01.00.00.00 | Taxa de Conservação de Vias e Logradouros | 56.264,73 | | |
| 1.1.2.2.99.02.00.00.00 | Outras Taxas de Prestação de Serviços | 20.223,43 | | |
| 1.1.3.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUICAO DE MELHORIA | | 42.938,45 | |
| 1.1.3.0.04.00.00.00.00 | Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares | 42.938,45 | | |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | 2.861.582,09 | |
| 1.2.1.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | | 2.121.025,76 | |
| 1.2.1.0.29.00.00.00.00 | Contrib Previd. do Regime Próprio | 1.441.025,76 | | |
| 1.2.1.0.29.07.00.00.00 | Contrib de Servidor Ativo Civil | 1.437.778,09 | | |
| 1.2.1.0.29.09.00.00.00 | Contrib de Servidor Inativo Civil | 3.247,67 | | |
| 1.2.1.0.99.00.00.00.00 | Outras Contribuicoes Sociais | 680.000,00 | | |
| 1.2.1.0.99.01.00.00.00 | Contribuição Assist. Médica Servidores Vinc. ao RPPS | 680.000,00 | | |
| 1.2.2.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUICOES ECONÔMICAS | | 740.556,33 | |
| 1.2.2.0.29.00.00.00.00 | Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic | 740.556,33 | | |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | | 5.026.503,45 | |
| 1.3.1.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS IMOBILIARIAS | | 98.910,29 | |
| 1.3.1.1.00.00.00.00.00 | ALUGUÉIS | 98.910,29 | | |
| 1.3.1.1.01.00.00.00.00 | Aluguel de Imóveis Urbanos | 61.590,29 | | |
| 1.3.1.1.04.00.00.00.00 | Aluguel de Centros Esportivos | 37.320,00 | | |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | | 4.853.134,47 | |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 4.853.134,47 | | |
| 1.3.2.5.01.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados | 491.841,09 | | |
| 1.3.2.5.01.02.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF | 75.235,60 | | |
| 1.3.2.5.01.02.01.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60% | 45.141,36 | | |
| 1.3.2.5.01.02.02.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 40 % | 30.094,24 | | |
| 1.3.2.5.01.03.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude | 105.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.03.01.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenção Bá | 40.000,00 | | |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 2/5
 Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

| Código | Especificação | Desdobramento | Fonte | Categoria Econômica |
|-------------------------------|--|---------------|---------------|---------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 1.3.2.5.01.03.02.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenção Mé | 25.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.03.03.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Vigilância e | 14.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.03.04.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assist Farr | 20.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.03.05.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Gestão do S | 1.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.03.06.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenção Bá | 1.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.03.07.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assist Farr | 4.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.05.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE | 35.500,00 | | |
| 1.3.2.5.01.05.01.00.00 | Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - Salário Edu | 30.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.05.02.00.00 | Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNAE | 5.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.05.03.00.00 | Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNATE | 500,00 | | |
| 1.3.2.5.01.06.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços Públicos | 95.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.06.01.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços Público | 95.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.09.00.00.00 | Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE | 2.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.00 | Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS | 15.380,00 | | |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.01 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Idosos | 4.060,00 | | |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.02 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Criança | 4.060,00 | | |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.03 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Deficientes | 1.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.04 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PETI | 2.700,00 | | |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.05 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Sentinela | 1.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.06 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Outras | 2.560,00 | | |
| 1.3.2.5.01.99.00.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. | 163.725,49 | | |
| 1.3.2.5.01.99.01.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Pref. | 140.725,49 | | |
| 1.3.2.5.01.99.04.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Taxas de Fisc. 1 | 13.000,00 | | |
| 1.3.2.5.01.99.05.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Serviços de Sai | 10.000,00 | | |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 4.361.293,38 | | |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 4.361.293,38 | | |
| 1.3.2.5.02.99.01.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV | 642.913,24 | | |
| 1.3.2.5.02.99.02.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMEV | 3.080,00 | | |
| 1.3.2.5.02.99.03.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FIA | 8.310,00 | | |
| 1.3.2.5.02.99.04.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMAS | 5.100,00 | | |
| 1.3.2.5.02.99.06.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FASM | 150.000,00 | | |
| 1.3.2.5.02.99.07.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - INPREVID | 3.551.890,14 | | |
| 1.3.3.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES | | 53.910,69 | |
| 1.3.3.3.00.00.00.00.00 | Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso de Bens Públi | 53.910,69 | | |
| 1.3.3.3.99.00.00.00.00 | Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso de Be | 53.910,69 | | |
| 1.3.9.0.00.00.00.00.00 | Outras Rec. Patrimoniais | | 20.548,00 | |
| 1.6.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | | 582.515,62 | |
| 1.6.0.0.03.00.00.00.00 | Serv. de Transporte | 49.714,29 | | |
| 1.6.0.0.03.06.00.00.00 | Receitas de Terminais Rodoviários | 49.714,29 | | |
| 1.6.0.0.05.00.00.00.00 | Serv. de Saúde | 261.648,00 | | |
| 1.6.0.0.05.10.00.00.00 | Serviços Ambulatoriais | 261.648,00 | | |
| 1.6.0.0.05.10.01.00.00 | Serviços Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade | 261.648,00 | | |
| 1.6.0.0.13.00.00.00.00 | Serv. Administrativos | 33.079,11 | | |
| 1.6.0.0.13.01.00.00.00 | Serv. de Inscrição em Concurso Públicos | 27.632,34 | | |
| 1.6.0.0.13.02.00.00.00 | Serv. de Venda de Editais | 5.446,77 | | |
| 1.6.0.0.99.00.00.00.00 | Outros Servicos | 238.074,22 | | |
| 1.6.0.0.99.00.01.00.00 | Serviços prestados horas máquina | 231.813,75 | | |
| 1.6.0.0.99.00.02.00.00 | Outras Receitas - Inprevi | 6.260,47 | | |
| 1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 48.552.844,46 | |
| 1.7.2.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | | 48.518.608,52 | |
| 1.7.2.1.00.00.00.00.00 | Transf. da União | 14.547.822,04 | | |
| 1.7.2.1.01.00.00.00.00 | Participação na Rec. da União | 10.689.107,01 | | |
| 1.7.2.1.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios | 12.785.918,48 | | |
| 9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 | Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM | -2.109.018,54 | | |
| 1.7.2.1.01.02.01.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Próprios | 7.671.551,09 | | |
| 1.7.2.1.01.02.02.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Educação | 3.196.479,62 | | |
| 1.7.2.1.01.02.03.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios - Saúde | 1.917.887,77 | | |
| 1.7.2.1.01.05.00.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural | 13.103,34 | | |
| 9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 | Dedução de Receita Formação FUNDEB - ITR | -896,27 | | |
| 1.7.2.1.01.05.01.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Próprios | 7.862,00 | | |
| 1.7.2.1.01.05.02.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Educação | 3.275,84 | | |
| 1.7.2.1.01.05.03.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Saúde | 1.965,50 | | |
| 1.7.2.1.09.00.00.00.00 | Outras Transf. da União | -40.551,41 | | |
| 9.1.7.2.1.09.01.00.00.00 | Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 | -40.551,41 | | |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Página: 3/5
 Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

| Código | Especificação | Desdobramento | Fonte | Categoria Econômica |
|-------------------------------|---|---------------|-------|---------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 1.7.2.1.22.00.00.00.00 | Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat | 170.092,91 | | |
| 1.7.2.1.22.20.00.00.00 | Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais | 14.095,24 | | |
| 1.7.2.1.22.70.00.00.00 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP | 155.997,67 | | |
| 1.7.2.1.33.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS | 1.551.577,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.00.00.00 | Blocos de Financiamento do SUS | 1.551.577,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.01.00.00 | Bloco da Atenção Básica | 1.042.920,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.01.01.00 | Piso da Atenção Básica. | 724.957,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.01.02.00 | Programa Saúde da Família | 135.368,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.01.03.00 | Programa Agentes Comunitários de Saúde | 140.795,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.01.04.00 | Programa Saúde Bucal | 41.800,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.02.00.00 | Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade | 120.000,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.02.01.00 | Ações de Média e Alta Complexidade | 120.000,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.03.00.00 | Bloco Vigilância em Saúde | 186.294,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.03.01.00 | Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental | 90.944,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.03.02.00 | Programa Vigilância Sanitária | 20.350,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.03.03.00 | Programa DST/AIDS | 75.000,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.04.00.00 | Bloco da Assistência Farmacêutica | 182.363,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.04.01.00 | Farmácia Básica | 182.363,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.05.00.00 | Bloco Gestão do SUS | 20.000,00 | | |
| 1.7.2.1.33.04.05.01.00 | Centro de Atenção Psicossocial | 20.000,00 | | |
| 1.7.2.1.34.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS | 419.013,00 | | |
| 1.7.2.1.34.01.00.00.00 | Transferência p/ Atendimento de Criança de 0 a 6 anos | 84.952,00 | | |
| 1.7.2.1.34.02.00.00.00 | Programa de Portadores de Deficiência | 52.309,00 | | |
| 1.7.2.1.34.03.00.00.00 | Programa de Atenção ao Idoso | 84.952,00 | | |
| 1.7.2.1.34.04.00.00.00 | Programa de Erradicação Trabalho Infantil - PETI | 96.000,00 | | |
| 1.7.2.1.34.05.00.00.00 | Programa Sentinela | 82.800,00 | | |
| 1.7.2.1.34.07.00.00.00 | Índice de Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/FNAS | 18.000,00 | | |
| 1.7.2.1.35.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE | 1.042.000,00 | | |
| 1.7.2.1.35.01.00.00.00 | Transf. do Salário-Educação | 790.000,00 | | |
| 1.7.2.1.35.03.00.00.00 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE | 200.000,00 | | |
| 1.7.2.1.35.04.00.00.00 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE | 52.000,00 | | |
| 1.7.2.1.36.00.00.00.00 | Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 | 244.427,75 | | |
| 1.7.2.1.36.01.00.00.00 | Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Próprios | 146.656,65 | | |
| 1.7.2.1.36.02.00.00.00 | Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Educação | 61.106,94 | | |
| 1.7.2.1.36.03.00.00.00 | Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Saúde | 36.664,16 | | |
| 1.7.2.1.99.00.00.00.00 | Outras Transferências da União | 472.155,78 | | |
| 1.7.2.1.99.01.00.00.00 | Transferências da União - Infraero | 3.981,36 | | |
| 1.7.2.1.99.02.00.00.00 | Demais Transferências da União | 468.174,42 | | |
| 1.7.2.2.00.00.00.00.00 | Transferências dos Estados | 24.670.786,48 | | |
| 1.7.2.2.01.00.00.00.00 | Participação na Rec. dos Estados | 24.359.398,48 | | |
| 1.7.2.2.01.01.00.00.00 | Cota-Parte do ICMS | 24.629.672,63 | | |
| 9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 | Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS | -4.136.641,63 | | |
| 1.7.2.2.01.01.01.00.00 | Cota-Parte do ICMS - Próprios | 14.777.803,58 | | |
| 1.7.2.2.01.01.02.00.00 | Cota-Parte do ICMS - Educação | 6.157.418,16 | | |
| 1.7.2.2.01.01.03.00.00 | Cota-Parte do ICMS - Saúde | 3.694.450,89 | | |
| 1.7.2.2.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do IPVA | 3.270.684,72 | | |
| 9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 | Dedução de Receita Formação FUNDEB - IPVA | -231.687,49 | | |
| 1.7.2.2.01.02.01.00.00 | Cota-Parte do IPVA - Próprios | 1.962.410,83 | | |
| 1.7.2.2.01.02.02.00.00 | Cota-Parte do IPVA - Educação | 817.671,18 | | |
| 1.7.2.2.01.02.03.00.00 | Cota-Parte do IPVA - Saúde | 490.602,71 | | |
| 1.7.2.2.01.04.00.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 833.618,66 | | |
| 9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 | Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp. | -138.168,67 | | |
| 1.7.2.2.01.04.01.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Próprios | 500.171,20 | | |
| 1.7.2.2.01.04.02.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação | 208.404,67 | | |
| 1.7.2.2.01.04.03.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde | 125.042,79 | | |
| 1.7.2.2.01.13.00.00.00 | Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ | 131.920,26 | | |
| 1.7.2.2.33.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde | 89.388,00 | | |
| 1.7.2.2.33.01.00.00.00 | Transferência de Recursos da Saúde | 89.388,00 | | |
| 1.7.2.2.33.01.01.00.00 | Farmácia Básica | 64.388,00 | | |
| 1.7.2.2.33.01.03.00.00 | Programa Estratégia Saúde da Família. | 25.000,00 | | |
| 1.7.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. dos Estados | 222.000,00 | | |
| 1.7.2.2.99.01.00.00.00 | Transporte Escolar Estado | 222.000,00 | | |
| 1.7.2.4.00.00.00.00.00 | TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS | 9.300.000,00 | | |
| 1.7.2.4.01.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEF | 9.300.000,00 | | |



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 4/5

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Desdobramento | Fonte | Categoria Econômica |
|-------------------------------|---|---------------|--------------|---------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 1.7.2.4.01.01.00.00.00 | Transferência de Recursos do FUNDEF - 60% | 5.580.000,00 | | |
| 1.7.2.4.01.02.00.00.00 | Transferência de Recursos do FUNDEF - 40% | 3.720.000,00 | | |
| 1.7.3.0.00.00.00.00.00 | Transf. de Instituições Privadas | | 13.516,00 | |
| 1.7.3.0.01.00.00.00.00 | Transferências de Instituições Privadas - FIA | 13.516,00 | | |
| 1.7.6.0.00.00.00.00.00 | Transf. de Conv. | | 20.719,94 | |
| 1.7.6.2.00.00.00.00.00 | Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid. | 20.719,94 | | |
| 1.7.6.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. de Conv. dos Estados | 20.719,94 | | |
| 1.7.6.2.99.00.02.00.00 | Saneamento básico_10 | 20.719,94 | | |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | 3.045.200,19 | |
| 1.9.1.0.00.00.00.00.00 | Multas e Juros de Mora | | 1.052.704,30 | |
| 1.9.1.1.00.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora dos Tributos | 152.093,13 | | |
| 1.9.1.1.35.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit. | 3.887,00 | | |
| 1.9.1.1.38.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora s/ o IPTU | 30.861,89 | | |
| 1.9.1.1.40.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora s/ o ISS | 81.977,19 | | |
| 1.9.1.1.99.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora de Outros Tributos | 35.367,05 | | |
| 1.9.1.3.00.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos | 494.642,04 | | |
| 1.9.1.3.11.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU | 300.575,49 | | |
| 1.9.1.3.13.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS | 96.924,07 | | |
| 1.9.1.3.99.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos | 97.142,48 | | |
| 1.9.1.5.00.00.00.00.00 | Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec. | 3.872,89 | | |
| 1.9.1.5.99.00.00.00.00 | Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec. | 3.872,89 | | |
| 1.9.1.9.00.00.00.00.00 | Multas de Outras Origens | 402.096,24 | | |
| 1.9.1.9.10.00.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação Sanitária | 6.594,42 | | |
| 1.9.1.9.15.00.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito | 386.165,76 | | |
| 1.9.1.9.15.01.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito - militar | 125.503,87 | | |
| 1.9.1.9.15.02.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito - civil | 125.503,87 | | |
| 1.9.1.9.15.03.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito - prefeitura | 135.158,02 | | |
| 1.9.1.9.50.00.00.00.00 | Multas por Auto de Infração | 7.501,92 | | |
| 1.9.1.9.50.01.00.00.00 | Multas por Auto de Infração - Legislação Tributária | 7.501,92 | | |
| 1.9.1.9.99.00.00.00.00 | Outras Multas | 1.834,14 | | |
| 1.9.1.9.99.01.00.00.00 | Multas e Juros de Mora FRH | 1.834,14 | | |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | | 898.501,07 | |
| 1.9.2.2.00.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES | 898.501,07 | | |
| 1.9.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Restituições | 898.501,07 | | |
| 1.9.2.2.99.01.00.00.00 | Outras Restituições - PMV | 333.501,07 | | |
| 1.9.2.2.99.02.00.00.00 | Outras Restituições - FASM | 565.000,00 | | |
| 1.9.3.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA | | 530.539,09 | |
| 1.9.3.1.00.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. Tributária | 517.938,59 | | |
| 1.9.3.1.11.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU | 315.526,22 | | |
| 1.9.3.1.11.01.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios | 189.315,73 | | |
| 1.9.3.1.11.02.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação | 78.881,55 | | |
| 1.9.3.1.11.03.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde | 47.328,94 | | |
| 1.9.3.1.13.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS | 101.808,31 | | |
| 1.9.3.1.13.01.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios | 61.084,99 | | |
| 1.9.3.1.13.02.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação | 25.452,08 | | |
| 1.9.3.1.13.03.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde | 15.271,24 | | |
| 1.9.3.1.99.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos | 100.604,06 | | |
| 1.9.3.2.00.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. não Tributária | 12.600,50 | | |
| 1.9.3.2.99.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec. | 12.600,50 | | |
| 1.9.3.2.99.01.00.00.00 | Receita Dívida Ativa não-tributárias de outras receitas - principal | 12.600,50 | | |
| 1.9.9.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DIVERSAS | | 563.455,73 | |
| 1.9.9.0.02.00.00.00.00 | Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais | 10.728,20 | | |
| 1.9.9.0.02.01.00.00.00 | Rec. de Honorários de Advogados | 10.728,20 | | |
| 1.9.9.0.99.00.00.00.00 | Outras Receitas | 552.727,53 | | |
| 1.9.9.0.99.01.00.00.00 | Outras Receitas - PMV | 552.527,53 | | |
| 1.9.9.0.99.02.00.00.00 | Outras Receitas - FMEV | 100,00 | | |
| 1.9.9.0.99.04.00.00.00 | Outras Receitas - FMAS | 100,00 | | |
| 2.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | | 544.407,77 | |
| 2.1.0.0.00.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | 200.000,00 | |
| 2.1.1.0.00.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | | 200.000,00 | |
| 2.1.1.9.00.00.00.00.00 | Outras Operações de Crédito Internas | 200.000,00 | | |
| 2.2.0.0.00.00.00.00.00 | ALIEAÇÃO DE BENS | | 37.095,98 | |
| 2.2.1.0.00.00.00.00.00 | ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS | | 4.622,85 | |
| 2.2.1.0.01.00.00.00.00 | Alienação de Bens Móveis | 4.622,85 | | |



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 5/5

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Desdobramento | Fonte | Categoria Econômica |
|------------------------|--|---------------|----------------------------|----------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 2.2.2.0.00.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | | 32.473,13 | |
| 2.2.2.5.00.00.00.00.00 | Alien. de Imóveis Urbanos | 32.473,13 | | |
| 2.3.0.0.00.00.00.00.00 | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | | 105.867,96 | |
| 2.3.0.0.99.00.00.00.00 | Amort. de Financiamentos Diversos | 105.867,96 | | |
| 2.4.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | 201.443,83 | |
| 2.4.2.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | | 201.443,83 | |
| 2.4.2.2.00.00.00.00.00 | Transf. dos Estados | 201.443,83 | | |
| 2.4.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. dos Estados | 201.443,83 | | |
| 2.4.2.2.99.00.02.00.00 | Saneamento Básico_90 | 201.443,83 | | |
| 7.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | | 4.566.906,05 |
| 7.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | | 4.566.906,05 | |
| 7.2.1.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | | 4.566.906,05 | |
| 7.2.1.0.29.00.00.00.00 | Contrib Previd. do Regime Proprio | 4.401.906,05 | | |
| 7.2.1.0.29.01.00.00.00 | Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário | 2.806.861,18 | | |
| 7.2.1.0.29.01.01.00.00 | Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário - Ben | 364.167,72 | | |
| 7.2.1.0.29.01.02.00.00 | Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário - Taxa | 2.442.693,46 | | |
| 7.2.1.0.29.13.00.00.00 | Contribuição Previdenciária p/ Amortização do Déficit Atuarial | 1.595.044,87 | | |
| 7.2.1.0.99.00.00.00.00 | Contrib Assistência Médica Intraorçamentária | 165.000,00 | | |
| 7.2.1.0.99.02.00.00.00 | Contrib Assistência Médica Patronal Intraorçamentária | 165.000,00 | | |
| | | | Total das receitas: | 74.889.298,52 |
| | | | Total geral: | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 1/10
Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|---|---|-------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Órgão: 01.00 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | | 0,00 | 1.497.500,00 | 0,00 | 1.497.500,00 |
| Unidade: 01.01 ASSESSORIA DE GABINETE | | 0,00 | 1.137.000,00 | 0,00 | 1.137.000,00 |
| 04 | Administração | | 842.000,00 | | 842.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 842.000,00 | | 842.000,00 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 842.000,00 | | 842.000,00 |
| 04.122.2 .2.002 | MANUTENÇÃO DA CHEFIA DE GABINETE | | 842.000,00 | | 842.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| 28.845 | Transferências | | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| 28.845.27 | CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS | | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| 28.845.27 .2.003 | CONTRIBUIÇÕES | | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| Unidade: 01.02 ASSESSORIA DE IMPRENSA | | 0,00 | 157.000,00 | 0,00 | 157.000,00 |
| 04 | Administração | | 157.000,00 | | 157.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 157.000,00 | | 157.000,00 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 157.000,00 | | 157.000,00 |
| 04.122.2 .2.004 | MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA | | 157.000,00 | | 157.000,00 |
| Unidade: 01.03 CONTROLE INTERNO | | 0,00 | 101.500,00 | 0,00 | 101.500,00 |
| 04 | Administração | | 101.500,00 | | 101.500,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 101.500,00 | | 101.500,00 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 101.500,00 | | 101.500,00 |
| 04.122.2 .2.005 | MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO | | 101.500,00 | | 101.500,00 |
| Unidade: 01.04 PROCON | | 0,00 | 102.000,00 | 0,00 | 102.000,00 |
| 04 | Administração | | 102.000,00 | | 102.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 102.000,00 | | 102.000,00 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 102.000,00 | | 102.000,00 |
| 04.122.2 .2.006 | MANUTENÇÃO DO PROCON | | 102.000,00 | | 102.000,00 |
| Órgão: 02.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA | | 0,00 | 520.000,00 | 0,00 | 520.000,00 |
| Unidade: 02.01 ASSESSORIA JURÍDICA | | 0,00 | 520.000,00 | 0,00 | 520.000,00 |
| 04 | Administração | | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 04.125 | Normatização e Fiscalização | | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 04.125.4 | ASSESSORIA JURÍDICA | | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 04.125.4 .2.011 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSESSORIA JURÍDICA | | 520.000,00 | | 520.000,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 2/10

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-----------------------|--|-------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Órgão: 03.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 7.079.744,23 | 0,00 | 7.079.744,23 |
| Unidade: 03.01 | ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 2.790.736,49 | 0,00 | 2.790.736,49 |
| 04 | Administração | | 2.790.736,49 | | 2.790.736,49 |
| 04.122 | Administração Geral | | 2.790.736,49 | | 2.790.736,49 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 2.790.736,49 | | 2.790.736,49 |
| 04.122.2 .2.007 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL | | 145.000,00 | | 145.000,00 |
| 04.122.2 .2.008 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE | | 214.500,00 | | 214.500,00 |
| 04.122.2 .2.009 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS | | 90.500,00 | | 90.500,00 |
| 04.122.2 .2.010 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | 2.340.736,49 | | 2.340.736,49 |
| Unidade: 03.02 | ENCARGOS ESPECIAIS | 0,00 | 3.927.000,00 | 0,00 | 3.927.000,00 |
| 26 | Transportes | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 26.846 | Outros Encargos Especiais | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 26.846.26 | PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 26.846.26 .2.015 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | | 3.897.000,00 | | 3.897.000,00 |
| 28.846 | Outros Encargos Especiais | | 3.897.000,00 | | 3.897.000,00 |
| 28.846.26 | PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS | | 3.897.000,00 | | 3.897.000,00 |
| 28.846.26 .2.012 | INATIVOS - FASM PATRONAL | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 28.846.26 .2.013 | PENSIONISTAS - FASM PATRONAL | | 20.000,00 | | 20.000,00 |
| 28.846.26 .2.014 | CONTRIBUIÇÃO AO PASEP | | 700.000,00 | | 700.000,00 |
| 28.846.26 .2.016 | CONTRIBUIÇÃO À AMARP | | 110.000,00 | | 110.000,00 |
| 28.846.26 .2.017 | AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA | | 2.650.000,00 | | 2.650.000,00 |
| 28.846.26 .2.018 | SENTENÇAS JUDICIAIS | | 375.000,00 | | 375.000,00 |
| 28.846.26 .2.019 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| 28.846.26 .2.020 | SUBVENÇÃO À FEMARP | | 5.000,00 | | 5.000,00 |
| Unidade: 03.03 | SEGURANÇA PÚBLICA | 0,00 | 362.007,74 | 0,00 | 362.007,74 |
| 06 | Segurança Pública | | 362.007,74 | | 362.007,74 |
| 06.181 | Policimento | | 362.007,74 | | 362.007,74 |
| 06.181.5 | SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA | | 362.007,74 | | 362.007,74 |
| 06.181.5 .2.021 | CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR | | 236.503,87 | | 236.503,87 |
| 06.181.5 .2.022 | CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL | | 125.503,87 | | 125.503,87 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 3/10
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-----------------------|--|-------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Órgão: 04.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 1.066.000,00 | 0,00 | 1.066.000,00 |
| Unidade: 04.01 | DEPARTAMENTO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO | 0,00 | 1.066.000,00 | 0,00 | 1.066.000,00 |
| 04 | Administração | | 1.066.000,00 | | 1.066.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 1.066.000,00 | | 1.066.000,00 |
| 04.122.3 | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | | 1.066.000,00 | | 1.066.000,00 |
| 04.122.3 .2.023 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS | | 221.000,00 | | 221.000,00 |
| 04.122.3 .2.024 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE | | 255.000,00 | | 255.000,00 |
| 04.122.3 .2.025 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA | | 165.000,00 | | 165.000,00 |
| 04.122.3 .2.026 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO | | 425.000,00 | | 425.000,00 |
| Órgão: 05.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 165.000,00 | 141.000,00 | 0,00 | 306.000,00 |
| Unidade: 05.01 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 165.000,00 | 141.000,00 | 0,00 | 306.000,00 |
| 04 | Administração | | 141.000,00 | | 141.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 141.000,00 | | 141.000,00 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 141.000,00 | | 141.000,00 |
| 04.122.2 .2.027 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | 141.000,00 | | 141.000,00 |
| 22 | Indústria | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 22.661 | Promoção Industrial | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 22.661.22 | INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 22.661.22 .1.001 | INCENTIVO À INDÚSTRIA | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| Órgão: 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | 0,00 | 595.000,00 | 0,00 | 595.000,00 |
| Unidade: 06.01 | PLANEJAMENTO | 0,00 | 595.000,00 | 0,00 | 595.000,00 |
| 04 | Administração | | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| 04.121 | Planejamento e Orçamento | | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| 04.121.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| 04.121.2 .2.028 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO | | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| Órgão: 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 823.500,00 | 18.029.115,00 | 0,00 | 18.852.615,00 |
| Unidade: 07.01 | DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 1.166.500,00 | 0,00 | 1.166.500,00 |
| 12 | Educação | | 1.166.500,00 | | 1.166.500,00 |
| 12.122 | Administração Geral | | 1.166.500,00 | | 1.166.500,00 |
| 12.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 1.166.500,00 | | 1.166.500,00 |
| 12.122.2 .2.029 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | 1.056.000,00 | | 1.056.000,00 |
| 12.122.2 .2.030 | MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA | | 110.500,00 | | 110.500,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 4/10
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-----------------------|---|-------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Órgão: 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 823.500,00 | 18.029.115,00 | 0,00 | 18.852.615,00 |
| Unidade: 07.02 | DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL | 469.900,00 | 8.982.253,00 | 0,00 | 9.452.153,00 |
| 12 | Educação | 469.900,00 | 8.982.253,00 | | 9.452.153,00 |
| 12.306 | Alimentação e Nutrição | | 308.960,00 | | 308.960,00 |
| 12.306.10 | MERENDA ESCOLAR | | 308.960,00 | | 308.960,00 |
| 12.306.10 .2.031 | MERENDA ESCOLAR - PNAE | | 308.960,00 | | 308.960,00 |
| 12.361 | Ensino Fundamental | 469.900,00 | 8.673.293,00 | | 9.143.193,00 |
| 12.361.11 | EDUCAÇÃO BÁSICA | 469.900,00 | 8.673.293,00 | | 9.143.193,00 |
| 12.361.11 .1.002 | CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE ESCOLAS | 1.000,00 | | | 1.000,00 |
| 12.361.11 .1.003 | APLICAÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL | 468.900,00 | | | 468.900,00 |
| 12.361.11 .2.032 | MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL | | 702.000,00 | | 702.000,00 |
| 12.361.11 .2.033 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL | | 6.696.793,00 | | 6.696.793,00 |
| 12.361.11 .2.034 | TRANSPORTE ESCOLAR - 1º GRAU | | 1.274.500,00 | | 1.274.500,00 |
| Unidade: 07.03 | DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL | 352.600,00 | 7.047.862,00 | 0,00 | 7.400.462,00 |
| 12 | Educação | 352.600,00 | 7.047.862,00 | | 7.400.462,00 |
| 12.365 | Educação Infantil | 352.600,00 | 7.047.862,00 | | 7.400.462,00 |
| 12.365.15 | CRIANÇA NA ESCOLA | 352.600,00 | 7.047.862,00 | | 7.400.462,00 |
| 12.365.15 .1.004 | CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE CRECHES | 1.500,00 | | | 1.500,00 |
| 12.365.15 .1.005 | APLICAÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL | 351.100,00 | | | 351.100,00 |
| 12.365.15 .2.035 | MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 0 A 6 ANOS | | 4.254.679,40 | | 4.254.679,40 |
| 12.365.15 .2.036 | MERENDA ESCOLAR - CRECHES PNAC | | 114.740,00 | | 114.740,00 |
| 12.365.15 .2.037 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO INFANTIL | | 2.678.442,60 | | 2.678.442,60 |
| Unidade: 07.04 | DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO | 0,00 | 471.000,00 | 0,00 | 471.000,00 |
| 12 | Educação | | 471.000,00 | | 471.000,00 |
| 12.362 | Ensino Médio | | 151.000,00 | | 151.000,00 |
| 12.362.13 | ENSINO MÉDIO | | 151.000,00 | | 151.000,00 |
| 12.362.13 .2.038 | MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO | | 151.000,00 | | 151.000,00 |
| 12.364 | Ensino Superior | | 320.000,00 | | 320.000,00 |
| 12.364.14 | ENSINO SUPERIOR | | 320.000,00 | | 320.000,00 |
| 12.364.14 .2.040 | BOLSA DE ESTUDOS | | 320.000,00 | | 320.000,00 |
| Unidade: 07.05 | DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 12 | Educação | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| 12.364 | Ensino Superior | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| 12.364.14 | ENSINO SUPERIOR | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| 12.364.14 .2.039 | TRANSPORTE ESCOLAR | | 200.000,00 | | 200.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 5/10
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-----------------------|---|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Órgão: 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 823.500,00 | 18.029.115,00 | 0,00 | 18.852.615,00 |
| Unidade: 07.06 | DEPARTAMENTO DE ESPORTES | 1.000,00 | 161.500,00 | 0,00 | 162.500,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 1.000,00 | 161.500,00 | | 162.500,00 |
| 27.812 | Desporto Comunitário | 1.000,00 | 161.500,00 | | 162.500,00 |
| 27.812.12 | DESPORTO ESTUDANTIL | 1.000,00 | 161.500,00 | | 162.500,00 |
| 27.812.12 .1.006 | CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA GINÁSIOS, QUADRAS E CAMPOS | 1.000,00 | | | 1.000,00 |
| 27.812.12 .2.041 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES | | 161.500,00 | | 161.500,00 |
| Órgão: 08.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL | 0,00 | 91.000,00 | 0,00 | 91.000,00 |
| Unidade: 08.01 | DEPARTAMENTO DE SAÚDE | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 04 | Administração | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 04.122.2 .2.042 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| Unidade: 08.02 | DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL | 0,00 | 61.000,00 | 0,00 | 61.000,00 |
| 08 | Assistência Social | | 61.000,00 | | 61.000,00 |
| 08.244 | Assistência Comunitária | | 61.000,00 | | 61.000,00 |
| 08.244.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 61.000,00 | | 61.000,00 |
| 08.244.6 .2.043 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL | | 61.000,00 | | 61.000,00 |
| Órgão: 09.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 2.154.040,54 | 12.958.310,33 | 0,00 | 15.112.350,87 |
| Unidade: 09.01 | DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | 2.154.040,54 | 12.958.310,33 | 0,00 | 15.112.350,87 |
| 15 | Urbanismo | 2.154.040,54 | 9.458.310,33 | | 11.612.350,87 |
| 15.451 | Infra-estrutura Urbana | | 6.417.095,98 | | 6.417.095,98 |
| 15.451.17 | VIAS URBANAS | | 6.417.095,98 | | 6.417.095,98 |
| 15.451.17 .2.044 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | | 6.417.095,98 | | 6.417.095,98 |
| 15.452 | Serviços Urbanos | 2.154.040,54 | 3.041.214,35 | | 5.195.254,89 |
| 15.452.17 | VIAS URBANAS | 1.884.040,54 | 3.041.214,35 | | 4.925.254,89 |
| 15.452.17 .1.007 | CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS, ESCADARIAS E OBRAS ESPECIAIS | 60.000,00 | | | 60.000,00 |
| 15.452.17 .1.008 | RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS | 1.821.540,54 | | | 1.821.540,54 |
| 15.452.17 .1.010 | DRAGAGEM DO RIO DO PEIXE | 2.500,00 | | | 2.500,00 |
| 15.452.17 .2.045 | SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS | | 585.158,02 | | 585.158,02 |
| 15.452.17 .2.046 | MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA | | 1.062.500,00 | | 1.062.500,00 |
| 15.452.17 .2.047 | MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | 1.128.056,33 | | 1.128.056,33 |
| 15.452.17 .2.048 | MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TERMINAIS URBANOS | | 244.000,00 | | 244.000,00 |
| 15.452.17 .2.049 | MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO | | 21.500,00 | | 21.500,00 |
| 15.452.19 | ESGOTO URBANO | 270.000,00 | | | 270.000,00 |
| 15.452.19 .1.009 | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO | 270.000,00 | | | 270.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 6/10

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-----------------------|---|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Órgão: 09.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 2.154.040,54 | 12.958.310,33 | 0,00 | 15.112.350,87 |
| Unidade: 09.01 | DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS | 2.154.040,54 | 12.958.310,33 | 0,00 | 15.112.350,87 |
| 26 | Transportes | | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| 26.782 | Transporte Rodoviário | | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| 26.782.24 | ESTRADAS VICINAIS | | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| 26.782.24 .2.050 | MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS | | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| Órgão: 10.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT | 192.200,00 | 1.907.750,00 | 0,00 | 2.099.950,00 |
| Unidade: 10.01 | DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | 192.200,00 | 1.907.750,00 | 0,00 | 2.099.950,00 |
| 20 | Agricultura | 192.200,00 | 1.907.750,00 | | 2.099.950,00 |
| 20.605 | Abastecimento | 192.200,00 | 1.907.750,00 | | 2.099.950,00 |
| 20.605.20 | MEIO AMBIENTE | | 108.750,00 | | 108.750,00 |
| 20.605.20 .2.051 | MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS | | 27.500,00 | | 27.500,00 |
| 20.605.20 .2.053 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE | | 81.250,00 | | 81.250,00 |
| 20.605.21 | PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL | 192.200,00 | 1.799.000,00 | | 1.991.200,00 |
| 20.605.21 .1.011 | PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS | 12.200,00 | | | 12.200,00 |
| 20.605.21 .1.012 | IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | 100.000,00 | | | 100.000,00 |
| 20.605.21 .1.013 | OBRAS DE ABASTECIMENTO COMUNITÁRIO | 80.000,00 | | | 80.000,00 |
| 20.605.21 .2.052 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA | | 1.799.000,00 | | 1.799.000,00 |
| Órgão: 11.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA | 0,00 | 961.500,00 | 0,00 | 961.500,00 |
| Unidade: 11.01 | DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA | 0,00 | 961.500,00 | 0,00 | 961.500,00 |
| 13 | Cultura | | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 13.392 | Difusão Cultural | | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 13.392.16 | ACERVO CULTURAL | | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 13.392.16 .2.056 | MANUTENÇÃO DO MUSEU | | 49.500,00 | | 49.500,00 |
| 13.392.16 .2.057 | MANUTENÇÃO DA BANDA MUNICIPAL | | 197.500,00 | | 197.500,00 |
| 13.392.16 .2.058 | MANUTENÇÃO DO OBSERVATÓRIO | | 89.500,00 | | 89.500,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 23.695 | Turismo | | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 23.695.23 | PROMOÇÃO AO TURISMO | | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 23.695.23 .2.054 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA | | 375.000,00 | | 375.000,00 |
| 23.695.23 .2.055 | FESTIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO | | 250.000,00 | | 250.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 7/10
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|---|---|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Órgão: 12.00 FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| Unidade: 12.01 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | | 180.000,00 | | 180.000,00 |
| 28.846 | Outros Encargos Especiais | | 180.000,00 | | 180.000,00 |
| 28.846.5 | SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA | | 180.000,00 | | 180.000,00 |
| 28.846.5 .2.059 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL P/REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | | 180.000,00 | | 180.000,00 |
| Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | | 0,00 | 248.500,00 | 0,00 | 248.500,00 |
| Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | | 0,00 | 248.500,00 | 0,00 | 248.500,00 |
| 17 | Saneamento | | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 17.512 | Saneamento Básico Urbano | | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 17.512.19 | ESGOTO URBANO | | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 17.512.19 .2.060 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| Órgão: 14.00 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | | 0,00 | 413.000,00 | 0,00 | 413.000,00 |
| Unidade: 14.01 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | | 0,00 | 413.000,00 | 0,00 | 413.000,00 |
| 16 | Habitação | | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 16.482 | Habitação Urbana | | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 16.482.18 | HABITAÇÃO POPULAR | | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 16.482.18 .2.061 | MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 674.000,00 | 9.238.963,00 | 0,00 | 9.912.963,00 |
| Unidade: 15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 674.000,00 | 9.238.963,00 | 0,00 | 9.912.963,00 |
| 10 | Saúde | 674.000,00 | 9.238.963,00 | | 9.912.963,00 |
| 10.301 | Atenção Básica | 309.500,00 | 2.331.171,00 | | 2.640.671,00 |
| 10.301.9 | SAÚDE BÁSICA | 309.500,00 | 2.331.171,00 | | 2.640.671,00 |
| 10.301.9 .1.014 | CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE | 266.000,00 | | | 266.000,00 |
| 10.301.9 .1.019 | AQUISIÇÃO DE TERRENOS | 43.500,00 | | | 43.500,00 |
| 10.301.9 .2.063 | ATENÇÃO BÁSICA | | 1.967.920,00 | | 1.967.920,00 |
| 10.301.9 .2.068 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | | 341.751,00 | | 341.751,00 |
| 10.301.9 .2.069 | GESTÃO DO SUS | | 21.000,00 | | 21.000,00 |
| 10.301.9 .2.081 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 500,00 | | 500,00 |
| 10.302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 329.000,00 | 6.377.611,00 | | 6.706.611,00 |
| 10.302.9 | SAÚDE BÁSICA | 329.000,00 | 6.377.611,00 | | 6.706.611,00 |
| 10.302.9 .1.017 | CONSTRUÇÃO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS | 329.000,00 | | | 329.000,00 |
| 10.302.9 .2.064 | ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | | 478.648,00 | | 478.648,00 |
| 10.302.9 .2.080 | MANUTENÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO | | 5.898.963,00 | | 5.898.963,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 8/10
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|---|--|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 674.000,00 | 9.238.963,00 | 0,00 | 9.912.963,00 |
| Unidade: 15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 674.000,00 | 9.238.963,00 | 0,00 | 9.912.963,00 |
| 10 | Saúde | 674.000,00 | 9.238.963,00 | | 9.912.963,00 |
| 10.304 | Vigilância Sanitária | 35.500,00 | 277.237,00 | | 312.737,00 |
| 10.304.9 | SAÚDE BÁSICA | 35.500,00 | 277.237,00 | | 312.737,00 |
| 10.304.9 .1.018 | CONSTRUÇÃO SEDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 35.500,00 | | | 35.500,00 |
| 10.304.9 .2.066 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA | | 277.237,00 | | 277.237,00 |
| 10.305 | Vigilância Epidemiológica | | 252.944,00 | | 252.944,00 |
| 10.305.9 | SAÚDE BÁSICA | | 252.944,00 | | 252.944,00 |
| 10.305.9 .2.065 | VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE | | 149.944,00 | | 149.944,00 |
| 10.305.9 .2.067 | PROGRAMA DST/AIDS | | 103.000,00 | | 103.000,00 |
| Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | | 490.000,00 | 2.138.593,00 | 0,00 | 2.628.593,00 |
| Unidade: 16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 490.000,00 | 2.138.593,00 | 0,00 | 2.628.593,00 |
| 08 | Assistência Social | 490.000,00 | 2.138.593,00 | | 2.628.593,00 |
| 08.241 | Assistência ao Idoso | | 187.862,00 | | 187.862,00 |
| 08.241.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 187.862,00 | | 187.862,00 |
| 08.241.6 .2.070 | ASSISTÊNCIA AO IDOSO | | 187.862,00 | | 187.862,00 |
| 08.242 | Assistência ao Portador de Deficiência | | 79.809,00 | | 79.809,00 |
| 08.242.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 79.809,00 | | 79.809,00 |
| 08.242.6 .2.071 | ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | | 79.809,00 | | 79.809,00 |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | | 1.582.362,00 | | 1.582.362,00 |
| 08.243.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 1.582.362,00 | | 1.582.362,00 |
| 08.243.6 .2.072 | ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE | | 1.582.362,00 | | 1.582.362,00 |
| 08.244 | Assistência Comunitária | 490.000,00 | 288.560,00 | | 778.560,00 |
| 08.244.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 490.000,00 | 288.560,00 | | 778.560,00 |
| 08.244.6 .1.015 | CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 490.000,00 | | | 490.000,00 |
| 08.244.6 .2.073 | ASSISTENCIA COMUNITÁRIA | | 288.560,00 | | 288.560,00 |
| Órgão: 17.00 FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | | 75.000,00 | 237.000,00 | 0,00 | 312.000,00 |
| Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | | 75.000,00 | 237.000,00 | 0,00 | 312.000,00 |
| 08 | Assistência Social | 75.000,00 | 237.000,00 | | 312.000,00 |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 75.000,00 | 237.000,00 | | 312.000,00 |
| 08.243.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 75.000,00 | 237.000,00 | | 312.000,00 |
| 08.243.6 .1.016 | CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA DE CENTROS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE | 75.000,00 | | | 75.000,00 |
| 08.243.6 .2.074 | MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA | | 71.000,00 | | 71.000,00 |
| 08.243.6 .2.075 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | | 166.000,00 | | 166.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 9/10
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-----------------------|--|-------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Órgão: 18.00 | FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV | 0,00 | 840.000,00 | 0,00 | 840.000,00 |
| Unidade: 18.01 | FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES | 0,00 | 840.000,00 | 0,00 | 840.000,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | | 840.000,00 | | 840.000,00 |
| 27.812 | Desporto Comunitário | | 840.000,00 | | 840.000,00 |
| 27.812.25 | DESPORTO AMADOR | | 840.000,00 | | 840.000,00 |
| 27.812.25 .2.076 | MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES | | 840.000,00 | | 840.000,00 |
| Órgão: 19.00 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM | 0,00 | 1.560.000,00 | 0,00 | 1.560.000,00 |
| Unidade: 19.01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM | 0,00 | 1.560.000,00 | 0,00 | 1.560.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | | 1.560.000,00 | | 1.560.000,00 |
| 28.846 | Outros Encargos Especiais | | 1.560.000,00 | | 1.560.000,00 |
| 28.846.28 | ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE | | 1.560.000,00 | | 1.560.000,00 |
| 28.846.28 .2.077 | MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA | | 1.560.000,00 | | 1.560.000,00 |
| Órgão: 20.00 | CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 0,00 | 911.500,00 | 0,00 | 911.500,00 |
| Unidade: 20.01 | CÂMARA DE VEREADORES | 0,00 | 911.500,00 | 0,00 | 911.500,00 |
| 01 | Legislativa | | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 01.031 | Ação Legislativa | | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 01.031.1 | PROCESSO LEGISLATIVO | | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 01.031.1 .2.001 | MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES | | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| Órgão: 21.00 | INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | 0,00 | 9.401.082,42 | 0,00 | 9.401.082,42 |
| Unidade: 21.01 | INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | 0,00 | 9.401.082,42 | 0,00 | 9.401.082,42 |
| 09 | Previdência Social | | 2.619.279,44 | | 2.619.279,44 |
| 09.272 | Previdência do Regime estatutário | | 2.619.279,44 | | 2.619.279,44 |
| 09.272.8 | PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO | | 2.619.279,44 | | 2.619.279,44 |
| 09.272.8 .2.078 | MANUTENÇÃO DO INPREVID | | 2.619.279,44 | | 2.619.279,44 |
| 99 | Reserva de Contingência | | 6.781.802,98 | | 6.781.802,98 |
| 99.999 | Reserva de Contingência | | 6.781.802,98 | | 6.781.802,98 |
| 99.999.99 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | 6.781.802,98 | | 6.781.802,98 |
| 99.999.99 .2.079 | RESERVA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | | 6.781.802,98 | | 6.781.802,98 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 10/10

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|------------------|---------------------------|----------|------------|------------------------|---------------|
| Órgão: 99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| Unidade: 99.01 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | | | | 300.000,00 |
| 28.846 | Outros Encargos Especiais | | | | 300.000,00 |
| 28.846.99 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | 300.000,00 |
| 28.846.99 .9.001 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | 300.000,00 |
| Total geral: | | | | | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|----------|--|------------|--------------|---------------------|--------------|
| 01 | Legislativa | | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 01.031 | Ação Legislativa | | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 01.031.1 | PROCESSO LEGISLATIVO | | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 04 | Administração | | 6.345.236,49 | | 6.345.236,49 |
| 04.121 | Planejamento e Orçamento | | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| 04.121.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | | 5.230.236,49 | | 5.230.236,49 |
| 04.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 4.164.236,49 | | 4.164.236,49 |
| 04.122.3 | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | | 1.066.000,00 | | 1.066.000,00 |
| 04.125 | Normatização e Fiscalização | | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 04.125.4 | ASSESSORIA JURÍDICA | | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 06 | Segurança Pública | | 362.007,74 | | 362.007,74 |
| 06.181 | Policimento | | 362.007,74 | | 362.007,74 |
| 06.181.5 | SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA | | 362.007,74 | | 362.007,74 |
| 08 | Assistência Social | 565.000,00 | 2.436.593,00 | | 3.001.593,00 |
| 08.241 | Assistência ao Idoso | | 187.862,00 | | 187.862,00 |
| 08.241.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 187.862,00 | | 187.862,00 |
| 08.242 | Assistência ao Portador de Deficiência | | 79.809,00 | | 79.809,00 |
| 08.242.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 79.809,00 | | 79.809,00 |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 75.000,00 | 1.819.362,00 | | 1.894.362,00 |
| 08.243.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 75.000,00 | 1.819.362,00 | | 1.894.362,00 |
| 08.244 | Assistência Comunitária | 490.000,00 | 349.560,00 | | 839.560,00 |
| 08.244.6 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 490.000,00 | 349.560,00 | | 839.560,00 |
| 09 | Previdência Social | | 2.619.279,44 | | 2.619.279,44 |
| 09.272 | Previdência do Regime estatutário | | 2.619.279,44 | | 2.619.279,44 |
| 09.272.8 | PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO | | 2.619.279,44 | | 2.619.279,44 |
| 10 | Saúde | 674.000,00 | 9.238.963,00 | | 9.912.963,00 |
| 10.301 | Atenção Básica | 309.500,00 | 2.331.171,00 | | 2.640.671,00 |
| 10.301.9 | SAÚDE BÁSICA | 309.500,00 | 2.331.171,00 | | 2.640.671,00 |
| 10.302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 329.000,00 | 6.377.611,00 | | 6.706.611,00 |
| 10.302.9 | SAÚDE BÁSICA | 329.000,00 | 6.377.611,00 | | 6.706.611,00 |
| 10.304 | Vigilância Sanitária | 35.500,00 | 277.237,00 | | 312.737,00 |
| 10.304.9 | SAÚDE BÁSICA | 35.500,00 | 277.237,00 | | 312.737,00 |
| 10.305 | Vigilância Epidemiológica | | 252.944,00 | | 252.944,00 |
| 10.305.9 | SAÚDE BÁSICA | | 252.944,00 | | 252.944,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-----------|------------------------------|--------------|---------------|---------------------|---------------|
| 12 | Educação | 822.500,00 | 17.867.615,00 | | 18.690.115,00 |
| 12.122 | Administração Geral | | 1.166.500,00 | | 1.166.500,00 |
| 12.122.2 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | 1.166.500,00 | | 1.166.500,00 |
| 12.306 | Alimentação e Nutrição | | 308.960,00 | | 308.960,00 |
| 12.306.10 | MERENDA ESCOLAR | | 308.960,00 | | 308.960,00 |
| 12.361 | Ensino Fundamental | 469.900,00 | 8.673.293,00 | | 9.143.193,00 |
| 12.361.11 | EDUCAÇÃO BÁSICA | 469.900,00 | 8.673.293,00 | | 9.143.193,00 |
| 12.362 | Ensino Médio | | 151.000,00 | | 151.000,00 |
| 12.362.13 | ENSINO MÉDIO | | 151.000,00 | | 151.000,00 |
| 12.364 | Ensino Superior | | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 12.364.14 | ENSINO SUPERIOR | | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 12.365 | Educação Infantil | 352.600,00 | 7.047.862,00 | | 7.400.462,00 |
| 12.365.15 | CRIANÇA NA ESCOLA | 352.600,00 | 7.047.862,00 | | 7.400.462,00 |
| 13 | Cultura | | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 13.392 | Difusão Cultural | | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 13.392.16 | ACERVO CULTURAL | | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 15 | Urbanismo | 2.154.040,54 | 9.458.310,33 | | 11.612.350,87 |
| 15.451 | Infra-estrutura Urbana | | 6.417.095,98 | | 6.417.095,98 |
| 15.451.17 | VIAS URBANAS | | 6.417.095,98 | | 6.417.095,98 |
| 15.452 | Serviços Urbanos | 2.154.040,54 | 3.041.214,35 | | 5.195.254,89 |
| 15.452.17 | VIAS URBANAS | 1.884.040,54 | 3.041.214,35 | | 4.925.254,89 |
| 15.452.19 | ESGOTO URBANO | 270.000,00 | | | 270.000,00 |
| 16 | Habitação | | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 16.482 | Habitação Urbana | | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 16.482.18 | HABITAÇÃO POPULAR | | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 17 | Saneamento | | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 17.512 | Saneamento Básico Urbano | | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 17.512.19 | ESGOTO URBANO | | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 20 | Agricultura | 192.200,00 | 1.907.750,00 | | 2.099.950,00 |
| 20.605 | Abastecimento | 192.200,00 | 1.907.750,00 | | 2.099.950,00 |
| 20.605.20 | MEIO AMBIENTE | | 108.750,00 | | 108.750,00 |
| 20.605.21 | PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL | 192.200,00 | 1.799.000,00 | | 1.991.200,00 |
| 22 | Indústria | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 22.661 | Promoção Industrial | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 22.661.22 | INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA | 165.000,00 | | | 165.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|--------------|---------------------------------|--------------|---------------|---------------------|---------------|
| 22 | Indústria | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 22.661 | Promoção Industrial | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 22.661.22 | INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA | 165.000,00 | | | 165.000,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 23.695 | Turismo | | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 23.695.23 | PROMOÇÃO AO TURISMO | | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 26 | Transportes | | 3.530.000,00 | | 3.530.000,00 |
| 26.782 | Transporte Rodoviário | | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| 26.782.24 | ESTRADAS VICINAIS | | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| 26.846 | Outros Encargos Especiais | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 26.846.26 | PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 1.000,00 | 1.001.500,00 | | 1.002.500,00 |
| 27.812 | Desporto Comunitário | 1.000,00 | 1.001.500,00 | | 1.002.500,00 |
| 27.812.12 | DESPORTO ESTUDANTIL | 1.000,00 | 161.500,00 | | 162.500,00 |
| 27.812.25 | DESPORTO AMADOR | | 840.000,00 | | 840.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | | 5.932.000,00 | | 6.232.000,00 |
| 28.845 | Transferências | | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| 28.845.27 | CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS | | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| 28.846 | Outros Encargos Especiais | | 5.637.000,00 | | 5.937.000,00 |
| 28.846.26 | PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS | | 3.897.000,00 | | 3.897.000,00 |
| 28.846.28 | ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE | | 1.560.000,00 | | 1.560.000,00 |
| 28.846.5 | SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA | | 180.000,00 | | 180.000,00 |
| 28.846.99 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | 300.000,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | | 6.781.802,98 | | 6.781.802,98 |
| 99.999 | Reserva de Contingência | | 6.781.802,98 | | 6.781.802,98 |
| 99.999.99 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | 6.781.802,98 | | 6.781.802,98 |
| Total: | | 4.573.740,54 | 70.015.557,98 | 0,00 | 74.889.298,52 |
| Total geral: | | 4.573.740,54 | 70.015.557,98 | 0,00 | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Ordinário | Vinculado | Total |
|-------------|--|--------------|---------------|---------------|
| 01 | Legislativa | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 01.031 | Ação Legislativa | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 01.031.0001 | PROCESSO LEGISLATIVO | 911.500,00 | | 911.500,00 |
| 04 | Administração | 6.004.511,00 | 340.725,49 | 6.345.236,49 |
| 04.121 | Planejamento e Orçamento | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| 04.121.0002 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 595.000,00 | | 595.000,00 |
| 04.122 | Administração Geral | 4.889.511,00 | 340.725,49 | 5.230.236,49 |
| 04.122.0002 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 3.823.511,00 | 340.725,49 | 4.164.236,49 |
| 04.122.0003 | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | 1.066.000,00 | | 1.066.000,00 |
| 04.125 | Normatização e Fiscalização | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 04.125.0004 | ASSESSORIA JURÍDICA | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 06 | Segurança Pública | 111.000,00 | 251.007,74 | 362.007,74 |
| 06.181 | Policimento | 111.000,00 | 251.007,74 | 362.007,74 |
| 06.181.0005 | SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 111.000,00 | 251.007,74 | 362.007,74 |
| 08 | Assistência Social | 2.567.200,00 | 434.393,00 | 3.001.593,00 |
| 08.241 | Assistência ao Idoso | 98.850,00 | 89.012,00 | 187.862,00 |
| 08.241.0006 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 98.850,00 | 89.012,00 | 187.862,00 |
| 08.242 | Assistência ao Portador de Deficiência | 26.500,00 | 53.309,00 | 79.809,00 |
| 08.242.0006 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 26.500,00 | 53.309,00 | 79.809,00 |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 1.622.850,00 | 271.512,00 | 1.894.362,00 |
| 08.243.0006 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.622.850,00 | 271.512,00 | 1.894.362,00 |
| 08.244 | Assistência Comunitária | 819.000,00 | 20.560,00 | 839.560,00 |
| 08.244.0006 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 819.000,00 | 20.560,00 | 839.560,00 |
| 09 | Previdência Social | 370.428,19 | 2.248.851,25 | 2.619.279,44 |
| 09.272 | Previdência do Regime estatutário | 370.428,19 | 2.248.851,25 | 2.619.279,44 |
| 09.272.0008 | PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO | 370.428,19 | 2.248.851,25 | 2.619.279,44 |
| 10 | Saúde | 8.166.998,00 | 1.745.965,00 | 9.912.963,00 |
| 10.301 | Atenção Básica | 1.240.000,00 | 1.400.671,00 | 2.640.671,00 |
| 10.301.0009 | SAÚDE BÁSICA | 1.240.000,00 | 1.400.671,00 | 2.640.671,00 |
| 10.302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 6.561.611,00 | 145.000,00 | 6.706.611,00 |
| 10.302.0009 | SAÚDE BÁSICA | 6.561.611,00 | 145.000,00 | 6.706.611,00 |
| 10.304 | Vigilância Sanitária | 288.387,00 | 24.350,00 | 312.737,00 |
| 10.304.0009 | SAÚDE BÁSICA | 288.387,00 | 24.350,00 | 312.737,00 |
| 10.305 | Vigilância Epidemiológica | 77.000,00 | 175.944,00 | 252.944,00 |
| 10.305.0009 | SAÚDE BÁSICA | 77.000,00 | 175.944,00 | 252.944,00 |
| 12 | Educação | 8.015.379,40 | 10.674.735,60 | 18.690.115,00 |
| 12.122 | Administração Geral | 1.166.500,00 | | 1.166.500,00 |
| 12.122.0002 | ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 1.166.500,00 | | 1.166.500,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Ordinário | Vinculado | Total |
|-------------|---------------------------|---------------|---------------|---------------|
| 12 | Educação | 8.015.379,40 | 10.674.735,60 | 18.690.115,00 |
| 12.306 | Alimentação e Nutrição | 174.960,00 | 134.000,00 | 308.960,00 |
| 12.306.0010 | MERENDA ESCOLAR | 174.960,00 | 134.000,00 | 308.960,00 |
| 12.361 | Ensino Fundamental | 1.703.000,00 | 7.440.193,00 | 9.143.193,00 |
| 12.361.0011 | EDUCAÇÃO BÁSICA | 1.703.000,00 | 7.440.193,00 | 9.143.193,00 |
| 12.362 | Ensino Médio | 151.000,00 | | 151.000,00 |
| 12.362.0013 | ENSINO MÉDIO | 151.000,00 | | 151.000,00 |
| 12.364 | Ensino Superior | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 12.364.0014 | ENSINO SUPERIOR | 520.000,00 | | 520.000,00 |
| 12.365 | Educação Infantil | 4.299.919,40 | 3.100.542,60 | 7.400.462,00 |
| 12.365.0015 | CRIANÇA NA ESCOLA | 4.299.919,40 | 3.100.542,60 | 7.400.462,00 |
| 13 | Cultura | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 13.392 | Difusão Cultural | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 13.392.0016 | ACERVO CULTURAL | 336.500,00 | | 336.500,00 |
| 15 | Urbanismo | 10.395.527,37 | 1.216.823,50 | 11.612.350,87 |
| 15.451 | Infra-estrutura Urbana | 6.380.000,00 | 37.095,98 | 6.417.095,98 |
| 15.451.0017 | VIAS URBANAS | 6.380.000,00 | 37.095,98 | 6.417.095,98 |
| 15.452 | Serviços Urbanos | 4.015.527,37 | 1.179.727,52 | 5.195.254,89 |
| 15.452.0017 | VIAS URBANAS | 3.745.527,37 | 1.179.727,52 | 4.925.254,89 |
| 15.452.0019 | ESGOTO URBANO | 270.000,00 | | 270.000,00 |
| 16 | Habitação | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 16.482 | Habitação Urbana | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 16.482.0018 | HABITAÇÃO POPULAR | 413.000,00 | | 413.000,00 |
| 17 | Saneamento | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 17.512 | Saneamento Básico Urbano | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 17.512.0019 | ESGOTO URBANO | 248.500,00 | | 248.500,00 |
| 20 | Agricultura | 2.099.950,00 | | 2.099.950,00 |
| 20.605 | Abastecimento | 2.099.950,00 | | 2.099.950,00 |
| 20.605.0020 | MEIO AMBIENTE | 108.750,00 | | 108.750,00 |
| 20.605.0021 | PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL | 1.991.200,00 | | 1.991.200,00 |
| 22 | Indústria | 165.000,00 | | 165.000,00 |
| 22.661 | Promoção Industrial | 165.000,00 | | 165.000,00 |
| 22.661.0022 | INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA | 165.000,00 | | 165.000,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 23.695 | Turismo | 625.000,00 | | 625.000,00 |
| 23.695.0023 | PROMOÇÃO AO TURISMO | 625.000,00 | | 625.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 3/3
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

| Código | Especificação | Ordinário | Vinculado | Total |
|--------------|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| 26 | Transportes | 3.530.000,00 | | 3.530.000,00 |
| 26.782 | Transporte Rodoviário | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| 26.782.0024 | ESTRADAS VICINAIS | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 |
| 26.846 | Outros Encargos Especiais | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 26.846.0026 | PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 1.002.500,00 | | 1.002.500,00 |
| 27.812 | Desporto Comunitário | 1.002.500,00 | | 1.002.500,00 |
| 27.812.0012 | DESPORTO ESTUDANTIL | 162.500,00 | | 162.500,00 |
| 27.812.0025 | DESPORTO AMADOR | 840.000,00 | | 840.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | 6.232.000,00 | | 6.232.000,00 |
| 28.845 | Transferências | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| 28.845.0027 | CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS | 295.000,00 | | 295.000,00 |
| 28.846 | Outros Encargos Especiais | 5.937.000,00 | | 5.937.000,00 |
| 28.846.0026 | PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS | 3.897.000,00 | | 3.897.000,00 |
| 28.846.0028 | ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAUDE | 1.560.000,00 | | 1.560.000,00 |
| 28.846.0005 | SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA | 180.000,00 | | 180.000,00 |
| 28.846.0099 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 300.000,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | | | 6.781.802,98 |
| 99.999 | Reserva de Contingência | | | 6.781.802,98 |
| 99.999.0099 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 6.781.802,98 |
| Total: | | 51.194.993,96 | 23.694.304,56 | 74.889.298,52 |
| Total geral: | | 51.194.993,96 | 23.694.304,56 | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 1/40
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

| Órgão | Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|--|---------|-------------|------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.202.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 520.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.790.736,49 | 0,00 | 362.007,74 |
| 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.066.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 141.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 595.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.345.236,49 | 0,00 | 362.007,74 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 2/40
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

| Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|---------------|
| Órgão | | | | | | |
| 01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.690.115,00 |
| 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL | 0,00 | 61.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 61.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.690.115,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 3/40
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

| Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental |
|--|------------|-----------------------|---------------|------------|------------|------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 0,00 | 0,00 | 11.612.350,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA | 336.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 248.500,00 | 0,00 |
| 14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 413.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 336.500,00 | 0,00 | 11.612.350,87 | 413.000,00 | 248.500,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 4/40
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

| Órgão | Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações |
|--|---------|----------------------|--------------|---------------------|------------|---------------------|--------------|
| 01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 165.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT | | 0,00 | 2.099.950,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 625.000,00 | 0,00 |
| 12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | | 0,00 | 2.099.950,00 | 0,00 | 165.000,00 | 625.000,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Videira

| Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
|--|---------|--------------|------------------|-----------------------|----------------------------|---------------|
| Órgão | | | | | | |
| 01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 295.000,00 | 0,00 | 1.497.500,00 |
| 02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 520.000,00 |
| 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 3.897.000,00 | 0,00 | 7.079.744,23 |
| 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.066.000,00 |
| 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 306.000,00 |
| 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 595.000,00 |
| 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 162.500,00 | 0,00 | 0,00 | 18.852.615,00 |
| 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91.000,00 |
| 09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 0,00 | 3.500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.112.350,87 |
| 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.099.950,00 |
| 11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 961.500,00 |
| 12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| 13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 248.500,00 |
| 14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 413.000,00 |
| 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| Total: | 0,00 | 3.530.000,00 | 162.500,00 | 4.672.000,00 | 0,00 | 49.323.160,10 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

| Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|------------|------------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 7/40
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

| Órgão | Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação |
|---|---------|--------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|----------|
| 18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRAPágina: 8/40
Data: 21/12/2009

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes

| Órgão | Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental |
|---|---------|---------|-----------------------|-----------|-----------|------------|------------------|
| 18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/40

Data: 21/12/2009

| Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|--|
| Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações | |
| Órgão | | | | | | | |
| 18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/40

Data: 21/12/2009

| Entidade: 2 - Fundação Municipal de Esportes | | | | | | | |
|---|---------|-------------|------------------|--------------------|-------------------------|------------|--|
| Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL | |
| Órgão | | | | | | | |
| 18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV | 0,00 | 0,00 | 840.000,00 | 0,00 | 0,00 | 840.000,00 | |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 840.000,00 | 0,00 | 0,00 | 840.000,00 | |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

| Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

| Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|----------|
| Órgão | | | | | | |
| 17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 0,00 | 312.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 312.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

| Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental |
|---|---------|-----------------------|-----------|-----------|------------|------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

| Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|----------------------|-------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|
| Órgão | | | | | | |
| 17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 3 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia

| Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
|---|---------|-------------|------------------|-----------------------|----------------------------|------------|
| Órgão | | | | | | |
| 17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 312.000,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 312.000,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

| Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|--|-------------|------------|------------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

| Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|----------|
| Órgão | | | | | | |
| 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | 0,00 | 2.628.593,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 2.628.593,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

| Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental |
|--|---------|-----------------------|-----------|-----------|------------|------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 19/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

| Órgão | Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações |
|--|---------------|----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 20/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 6 - Fundo Municipal de Assistência Social

| Órgão | Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
|--|---------------|-------------|-------------|------------------|--------------------|-------------------------|---------------------|
| 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.628.593,00 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.628.593,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 21/40
Data: 21/12/2009

| Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde | | | | | | | |
|---|-------------|------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|------|
| Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública | |
| Órgão | | | | | | | |
| 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 22/40
Data: 21/12/2009

| Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde | | | | | | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|----------|----------|------|
| Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação | |
| Órgão | | | | | | | |
| 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.912.963,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.912.963,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 23/40
Data: 21/12/2009

| Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde | | | | | | | |
|---|---------|-----------------------|-----------|-----------|------------|------------------|------|
| Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental | |
| Órgão | | | | | | | |
| 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 24/40
Data: 21/12/2009

| Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|------|
| Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações | |
| Órgão | | | | | | | |
| 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 25/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 10 - Fundo Municipal de Saúde

| Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
|----------------------------------|---------|-------------|------------------|-----------------------|----------------------------|--------------|
| Órgão | | | | | | |
| 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.912.963,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.912.963,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 26/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

| Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|------------|------------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 27/40
Data: 21/12/2009

| Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica | | | | | | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|----------|------|
| Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação | |
| Órgão | | | | | | | |
| 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 28/40
Data: 21/12/2009

| Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica | | | | | | | |
|---|---------|-----------------------|-----------|-----------|------------|------------------|------|
| Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental | |
| Órgão | | | | | | | |
| 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 29/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

| Órgão | Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|---------------|----------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|--------------|
| 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 30/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 13 - Fundo Municipal de Assistência Social e Médica

| Órgão | Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
|---|---------------|-------------|-------------|------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| 19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL E MEDICA - FASM | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.560.000,00 | 0,00 | 1.560.000,00 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.560.000,00 | 0,00 | 1.560.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 31/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

| Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|---|-------------|------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 32/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

| Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|----------|
| Órgão | | | | | | |
| 21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | 0,00 | 0,00 | 2.619.279,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 2.619.279,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 33/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

| Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental |
|---|---------|-----------------------|-----------|-----------|------------|------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 34/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

| Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações |
|---|----------------------|-------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|
| Órgão | | | | | | |
| 21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 35/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 14 - Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID

| Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
|---|---------|-------------|------------------|-----------------------|----------------------------|--------------|
| Órgão | | | | | | |
| 21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.781.802,98 | 9.401.082,42 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.781.802,98 | 9.401.082,42 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 36/40
Data: 21/12/2009

Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

| Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|--|-------------|------------|------------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| Órgão | | | | | | |
| 20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 911.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 911.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 37/40

Data: 21/12/2009

| Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA | | | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|-------|----------|----------|------|
| Funções | Previdência Social | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação | |
| Órgão | | | | | | | |
| 20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 38/40

Data: 21/12/2009

| Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA | | | | | | | |
|--|---------|-----------------------|-----------|-----------|------------|------------------|------|
| Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habitação | Saneamento | Gestão Ambiental | |
| Órgão | | | | | | | |
| 20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 39/40

Data: 21/12/2009

| Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA | | | | | | | |
|--|---------|----------------------|-------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|
| Órgão | Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações |
| 20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total: | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 40/40

Data: 21/12/2009

| Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA | | | | | | | |
|--|---------|---------|-------------|------------------|--------------------|-------------------------|---------------|
| Órgão | Funções | Energia | Transportes | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
| 20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 911.500,00 |
| Total: | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 911.500,00 |
| Total geral: | | | | | | | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI

PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Realizado | | | Fixado | LOA |
|--|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 30.496.446,37 | 35.517.349,43 | 38.191.778,95 | 37.150.632,68 | 37.298.926,19 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 18.590.114,12 | 21.906.560,57 | 24.443.729,24 | 24.131.035,68 | 22.156.350,60 |
| 3.1.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos - despesa com pessoal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.104,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 18.590.114,12 | 19.547.674,36 | 21.574.306,31 | 21.397.050,00 | 19.747.011,00 |
| 3.1.91.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 2.358.886,21 | 2.869.422,93 | 2.733.985,68 | 2.405.235,60 |
| 3.2.00.00.00.00.00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 64.031,93 | 779.501,17 | 1.380.237,98 | 900.000,00 | 1.150.000,00 |
| 3.2.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 64.031,93 | 779.501,17 | 1.380.237,98 | 900.000,00 | 1.150.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 11.842.300,32 | 12.831.287,69 | 12.367.811,73 | 12.119.597,00 | 13.992.575,59 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | 460.850,00 | 427.089,74 | 423.260,00 | 340.000,00 | 440.000,00 |
| 3.3.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos - outros serviços PJ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.736,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 11.381.450,32 | 12.404.197,95 | 11.944.551,73 | 11.779.597,00 | 13.549.839,59 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 4.340.865,82 | 5.060.774,17 | 8.354.060,06 | 4.620.000,00 | 11.724.233,91 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 3.200.868,37 | 3.494.318,97 | 6.149.286,16 | 2.738.000,00 | 10.224.233,91 |
| 4.4.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos - equipamento e material permane | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 360,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 3.200.868,37 | 3.494.318,97 | 6.149.286,16 | 2.738.000,00 | 10.223.873,91 |
| 4.5.00.00.00.00.00.00 | INVERSoES FINANCEIRAS | 141.073,36 | 257.694,36 | 648.463,98 | 282.000,00 | 0,00 |
| 4.5.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 141.073,36 | 257.694,36 | 648.463,98 | 282.000,00 | 0,00 |
| 4.6.00.00.00.00.00.00 | AMORTIZACAO DA DIVIDA | 998.924,09 | 1.308.760,84 | 1.556.309,92 | 1.600.000,00 | 1.500.000,00 |
| 4.6.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 998.924,09 | 1.308.760,84 | 1.556.309,92 | 1.600.000,00 | 1.500.000,00 |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 300.000,00 |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 300.000,00 |
| 9.9.99.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 300.000,00 |
| Total por entidade: | | 34.837.312,19 | 40.578.123,60 | 46.545.839,01 | 42.270.632,68 | 49.323.160,10 |
| Entidade: 2 Fundação Municipal de Esportes | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 727.408,20 | 705.167,02 | 680.671,38 | 730.000,00 | 840.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 413.475,55 | 435.637,83 | 367.820,35 | 390.000,00 | 480.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 413.475,55 | 435.637,83 | 367.820,35 | 390.000,00 | 480.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 313.932,65 | 269.529,19 | 312.851,03 | 340.000,00 | 360.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 313.932,65 | 269.529,19 | 312.851,03 | 340.000,00 | 360.000,00 |
| Total por entidade: | | 727.408,20 | 705.167,02 | 680.671,38 | 730.000,00 | 840.000,00 |
| Entidade: 3 Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 63.052,69 | 149.234,85 | 183.178,36 | 207.550,00 | 217.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 63.052,69 | 149.234,85 | 183.178,36 | 207.550,00 | 217.000,00 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 63.052,69 | 149.234,85 | 183.178,36 | 207.550,00 | 215.000,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 2.878,00 | 12.385,00 | 2.840,00 | 7.450,00 | 95.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 2.878,00 | 12.385,00 | 2.840,00 | 7.450,00 | 95.000,00 |
| 4.4.50.00.00.00.00.00 | Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 74.500,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 2.878,00 | 12.385,00 | 2.840,00 | 7.450,00 | 20.500,00 |
| Total por entidade: | | 65.930,69 | 161.619,85 | 186.018,36 | 215.000,00 | 312.000,00 |
| Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 846.893,07 | 1.532.835,28 | 1.479.710,34 | 1.526.372,00 | 2.004.843,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0,00 | 408.371,42 | 485.396,48 | 450.000,00 | 940.900,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Realizado | | | Fixado | LOA |
|---|---|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social | | | | | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 363.691,65 | 434.284,42 | 400.000,00 | 843.600,00 |
| 3.1.91.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 44.679,77 | 51.112,06 | 50.000,00 | 97.300,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 846.893,07 | 1.124.463,86 | 994.313,86 | 1.076.372,00 | 1.063.943,00 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | 262.509,20 | 271.500,00 | 288.410,90 | 342.709,00 | 304.309,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 584.383,87 | 852.963,86 | 705.902,96 | 733.663,00 | 759.634,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.980,02 | 30.059,98 | 73.468,82 | 62.300,00 | 623.750,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 5.980,02 | 30.059,98 | 73.468,82 | 61.800,00 | 623.750,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 5.980,02 | 30.059,98 | 73.468,82 | 61.800,00 | 623.750,00 |
| 4.5.00.00.00.00.00.00 | INVERSoes FINANCEIRAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 |
| 4.5.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 |
| Total por entidade: | | 852.873,09 | 1.562.895,26 | 1.553.179,16 | 1.588.672,00 | 2.628.593,00 |
| Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 6.788.254,63 | 7.984.108,83 | 9.285.705,28 | 8.819.000,00 | 8.696.862,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 3.409.560,94 | 4.036.344,20 | 4.756.977,79 | 4.563.000,00 | 5.136.963,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 3.409.560,94 | 3.780.463,16 | 4.424.592,88 | 4.192.200,00 | 4.748.963,00 |
| 3.1.91.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 255.881,04 | 332.384,91 | 370.800,00 | 388.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 3.378.693,69 | 3.947.764,63 | 4.528.727,49 | 4.256.000,00 | 3.559.899,00 |
| 3.3.40.00.00.00.00.00 | Transferencias a Municipios | 0,00 | 0,00 | 32.025,60 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 3.3.50.00.00.00.00.00 | Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.3.71.00.00.00.00.00 | Transferências a Consórcios Públicos - outros serviços PJ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 500,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 3.378.693,69 | 3.947.764,63 | 4.496.701,89 | 4.220.500,00 | 3.524.399,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 1.179.064,89 | 1.138.034,00 | 2.026.040,36 | 648.000,00 | 1.216.101,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 1.179.064,89 | 1.138.034,00 | 2.026.040,36 | 648.000,00 | 1.216.101,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 1.179.064,89 | 1.138.034,00 | 2.026.040,36 | 648.000,00 | 1.216.101,00 |
| Total por entidade: | | 7.967.319,52 | 9.122.142,83 | 11.311.745,64 | 9.467.000,00 | 9.912.963,00 |
| Entidade: 13 Fundo Municipal de Assistência Social e Médica | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 1.235.841,75 | 1.244.631,98 | 1.477.442,83 | 1.360.000,00 | 1.550.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 9.195,13 | 6.377,97 | 1.523,60 | 5.000,00 | 0,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 9.195,13 | 6.377,97 | 1.523,60 | 5.000,00 | 0,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 1.226.646,62 | 1.238.254,01 | 1.475.919,23 | 1.355.000,00 | 1.550.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 1.226.646,62 | 1.238.254,01 | 1.475.919,23 | 1.355.000,00 | 1.550.000,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 1.553,00 | 16.660,40 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 1.553,00 | 16.660,40 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 1.553,00 | 16.660,40 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 |
| 9.9.99.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 |
| Total por entidade: | | 1.237.394,75 | 1.261.292,38 | 1.477.442,83 | 1.392.000,00 | 1.560.000,00 |
| Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 1.230.106,71 | 1.534.923,39 | 2.470.494,88 | 2.650.000,00 | 2.610.374,30 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 1.165.650,63 | 1.442.542,71 | 1.998.556,78 | 2.400.000,00 | 2.239.946,11 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 1.165.650,63 | 1.442.542,71 | 1.998.556,78 | 2.400.000,00 | 2.239.946,11 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 64.456,08 | 92.380,68 | 471.938,10 | 250.000,00 | 370.428,19 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Realizado | | | Fixado | LOA |
|---|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID | | | | | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 64.456,08 | 92.380,68 | 471.938,10 | 250.000,00 | 370.428,19 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 516,00 | 23.033,86 | 1.734,00 | 60.000,00 | 8.905,14 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 516,00 | 23.033,86 | 1.734,00 | 60.000,00 | 8.905,14 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 516,00 | 23.033,86 | 1.734,00 | 60.000,00 | 8.905,14 |
| 7.0.00.00.00.00.00.00 | Reserva RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.781.802,98 |
| 7.7.00.00.00.00.00.00 | Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.781.802,98 |
| 7.7.99.00.00.00.00.00 | Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.781.802,98 |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.249.300,00 | 0,00 |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.249.300,00 | 0,00 |
| 9.9.99.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.249.300,00 | 0,00 |
| Total por entidade: | | 1.230.622,71 | 1.557.957,25 | 2.472.228,88 | 7.959.300,00 | 9.401.082,42 |
| Entidade: 15 CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA | | | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 829.358,35 | 1.050.000,00 | 867.000,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0,00 | 0,00 | 709.974,83 | 870.000,00 | 747.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 0,00 | 708.498,18 | 867.000,00 | 745.000,00 |
| 3.1.91.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 0,00 | 1.476,65 | 3.000,00 | 2.000,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 119.383,52 | 180.000,00 | 120.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 0,00 | 119.383,52 | 180.000,00 | 120.000,00 |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 10.875,00 | 100.000,00 | 44.500,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 10.875,00 | 100.000,00 | 44.500,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicacoes Diretas | 0,00 | 0,00 | 10.875,00 | 100.000,00 | 44.500,00 |
| Total por entidade: | | 0,00 | 0,00 | 840.233,35 | 1.150.000,00 | 911.500,00 |
| Total geral: | | 46.918.861,15 | 54.949.198,19 | 65.067.358,61 | 64.772.604,68 | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/11
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira | | | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 50.166.855,12 | 55.517.994,52 | 59.069.021,66 | 52.411.682,68 | 60.612.389,33 |
| 1.1.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA TRIBUTARIA | 7.173.383,42 | 8.150.829,07 | 9.616.777,65 | 8.409.700,00 | 9.569.338,89 |
| 1.1.1.0.00.00.00.00.00 | IMPOSTOS | 6.165.906,83 | 7.059.731,77 | 8.312.909,96 | 7.295.000,00 | 8.263.813,46 |
| 1.1.1.2.00.00.00.00.00 | Impostos s/ o Patrimônio e a Renda | 3.378.157,45 | 3.750.982,15 | 4.311.209,44 | 3.995.000,00 | 4.389.690,84 |
| 1.1.1.2.02.00.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana | 2.132.169,41 | 2.260.015,30 | 2.438.478,39 | 2.450.000,00 | 2.620.942,69 |
| 1.1.1.2.02.01.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Próprios | 1.278.798,35 | 1.356.006,82 | 1.463.175,54 | 1.470.000,00 | 1.572.565,61 |
| 9.1.1.1.2.02.01.00.00.00 | Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano | 0,00 | 0,00 | -130,16 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.2.02.02.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Educação | 533.670,61 | 565.001,51 | 609.721,85 | 612.500,00 | 655.235,67 |
| 9.1.1.1.2.02.02.00.00.00 | Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano | 0,00 | 0,00 | -54,23 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.2.02.03.00.00.00 | Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Saúde | 319.700,45 | 339.006,97 | 365.797,93 | 367.500,00 | 393.141,41 |
| 9.1.1.1.2.02.03.00.00.00 | Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano | 0,00 | 0,00 | -32,54 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.2.04.00.00.00.00 | Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza | 729.275,95 | 786.451,97 | 1.047.942,05 | 835.000,00 | 983.686,65 |
| 1.1.1.2.04.31.00.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho | 620.000,74 | 661.873,93 | 908.176,29 | 700.000,00 | 840.328,09 |
| 1.1.1.2.04.31.01.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Próprios | 372.004,08 | 397.127,40 | 544.908,71 | 420.000,00 | 504.196,85 |
| 1.1.1.2.04.31.02.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação | 154.998,03 | 165.466,20 | 227.041,69 | 175.000,00 | 210.082,02 |
| 1.1.1.2.04.31.03.00.00 | IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde | 92.998,63 | 99.280,33 | 136.225,89 | 105.000,00 | 126.049,22 |
| 1.1.1.2.04.34.00.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos | 109.275,21 | 124.578,04 | 139.765,76 | 135.000,00 | 143.358,56 |
| 1.1.1.2.04.34.01.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios | 65.565,48 | 74.746,28 | 83.858,92 | 81.000,00 | 86.015,14 |
| 1.1.1.2.04.34.02.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação | 27.318,17 | 31.143,91 | 34.941,02 | 33.750,00 | 35.839,64 |
| 1.1.1.2.04.34.03.00.00 | IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde | 16.391,56 | 18.687,85 | 20.965,82 | 20.250,00 | 21.503,78 |
| 1.1.1.2.08.00.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir | 516.712,09 | 704.514,88 | 824.789,00 | 710.000,00 | 785.061,50 |
| 1.1.1.2.08.01.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Próprios | 310.027,65 | 422.708,64 | 496.505,07 | 426.000,00 | 471.036,90 |
| 9.1.1.1.2.08.01.00.00.00 | Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e | 0,00 | 0,00 | -1.632,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.2.08.02.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Educaçã | 129.177,68 | 176.128,41 | 206.877,03 | 177.500,00 | 196.265,38 |
| 9.1.1.1.2.08.02.00.00.00 | Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e | 0,00 | 0,00 | -680,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.2.08.03.00.00.00 | Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir - Saúde | 77.506,76 | 105.677,83 | 124.126,90 | 106.500,00 | 117.759,22 |
| 9.1.1.1.2.08.03.00.00.00 | Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e | 0,00 | 0,00 | -408,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.3.00.00.00.00.00 | Imposto s/ a Produção e a Circulação | 2.787.749,38 | 3.308.749,62 | 4.001.700,52 | 3.300.000,00 | 3.874.122,62 |
| 1.1.1.3.05.00.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza | 2.787.749,38 | 3.308.749,62 | 4.001.700,52 | 3.300.000,00 | 3.874.122,62 |
| 1.1.1.3.05.01.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Próprios | 1.672.615,32 | 1.985.245,68 | 2.401.623,35 | 1.980.000,00 | 2.324.473,57 |
| 1.1.1.3.05.02.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Educação | 696.957,18 | 827.183,57 | 1.000.674,80 | 825.000,00 | 968.530,66 |
| 9.1.1.1.3.05.02.00.00.00 | Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e | 0,00 | 0,00 | -632,05 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.1.3.05.03.00.00.00 | Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - Saúde | 418.176,88 | 496.320,37 | 600.413,64 | 495.000,00 | 581.118,39 |
| 9.1.1.1.3.05.03.00.00.00 | Dedução de Impostos sobre servicos de qualquer nat | 0,00 | 0,00 | -379,22 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.2.0.00.00.00.00.00 | TAXAS | 997.489,83 | 1.079.217,64 | 1.213.828,55 | 1.104.400,00 | 1.262.586,98 |
| 1.1.2.1.00.00.00.00.00 | Tx p/ Exercício do Poder de Policia | 446.546,84 | 487.801,30 | 573.450,37 | 501.000,00 | 578.546,10 |
| 1.1.2.1.25.00.00.00.00 | Tx de Funcionamento Estab Comercio/Indúst/Prest Serv | 306.140,01 | 330.128,75 | 369.038,35 | 343.000,00 | 385.649,97 |
| 9.1.1.2.1.25.00.00.00.00 | Dedução de Taxa de Funcionamento Estab Comercio/Ind | 0,00 | 0,00 | -231,72 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.2.1.99.00.00.00.00 | Outras Tx pelo Exercício do Poder da Policia | 140.406,83 | 157.672,55 | 204.643,74 | 158.000,00 | 192.896,13 |
| 1.1.2.1.99.01.00.00.00 | Outras txs pelo Exercício do Poder de Policia | 24.869,72 | 30.773,44 | 52.024,76 | 23.000,00 | 41.312,45 |
| 1.1.2.1.99.02.00.00.00 | Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM | 115.537,11 | 126.899,11 | 152.618,98 | 135.000,00 | 151.583,68 |
| 1.1.2.2.00.00.00.00.00 | Tx pela Prestacao de Servicos | 550.942,99 | 591.416,34 | 640.378,18 | 603.400,00 | 684.040,88 |
| 1.1.2.2.90.00.00.00.00 | Tx de Limpeza Pública | 487.668,50 | 526.916,66 | 568.810,00 | 535.000,00 | 607.552,72 |
| 1.1.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Taxas de Prestação de Servicos | 63.274,49 | 64.499,68 | 71.568,18 | 68.400,00 | 76.488,16 |
| 1.1.2.2.99.01.00.00.00 | Taxa de Conservação de Vias e Logradouros | 48.215,34 | 47.864,34 | 50.556,66 | 50.900,00 | 56.264,73 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/11
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira | | | | | | |
| 1.1.2.2.99.02.00.00.00 | Outras Taxas de Prestação de Serviços | 15.059,15 | 16.635,34 | 21.011,52 | 17.500,00 | 20.223,43 |
| 1.1.3.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUICAO DE MELHORIA | 9.986,76 | 11.879,66 | 90.039,14 | 10.300,00 | 42.938,45 |
| 1.1.3.0.04.00.00.00.00 | Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares | 9.986,76 | 11.879,66 | 90.039,14 | 10.300,00 | 42.938,45 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 633.442,19 | 679.159,88 | 617.425,17 | 710.000,00 | 740.556,33 |
| 1.2.1.0.29.09.00.00.00 | Contrib de Servidor Inativo Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.2.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUICOES ECONÔMICAS | 633.442,19 | 679.159,88 | 617.425,17 | 710.000,00 | 740.556,33 |
| 1.2.2.0.29.00.00.00.00 | Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic | 633.442,19 | 679.159,88 | 617.425,17 | 710.000,00 | 740.556,33 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 849.358,68 | 797.046,19 | 1.044.281,90 | 807.000,00 | 1.032.423,31 |
| 1.3.1.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS IMOBILIARIAS | 67.021,15 | 49.753,98 | 43.740,60 | 55.000,00 | 61.590,29 |
| 1.3.1.1.00.00.00.00.00 | ALUGUÊIS | 67.021,15 | 49.753,98 | 43.740,60 | 55.000,00 | 61.590,29 |
| 1.3.1.1.01.00.00.00.00 | Aluguel de Imóveis Urbanos | 67.021,15 | 49.753,98 | 43.740,60 | 55.000,00 | 61.590,29 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 722.610,24 | 688.605,71 | 924.901,93 | 691.000,00 | 896.374,33 |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 722.610,24 | 688.605,71 | 924.901,93 | 691.000,00 | 896.374,33 |
| 1.3.2.5.01.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados | 219.392,02 | 211.880,70 | 229.293,92 | 211.000,00 | 253.461,09 |
| 1.3.2.5.01.02.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF | 49.388,12 | 64.452,90 | 82.236,91 | 61.000,00 | 75.235,60 |
| 1.3.2.5.01.02.01.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60% | 29.632,88 | 38.671,69 | 49.342,10 | 37.000,00 | 45.141,36 |
| 1.3.2.5.01.02.02.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 40 % | 19.755,24 | 25.781,21 | 32.894,81 | 24.000,00 | 30.094,24 |
| 1.3.2.5.01.05.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.500,00 |
| 1.3.2.5.01.05.01.00.00 | Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - Salár | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 1.3.2.5.01.05.02.00.00 | Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNAE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.3.2.5.01.05.03.00.00 | Receita Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados - PNAI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 500,00 |
| 1.3.2.5.01.09.00.00.00 | Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.3.2.5.01.99.00.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. | 170.003,90 | 147.427,80 | 147.057,01 | 150.000,00 | 140.725,49 |
| 1.3.2.5.01.99.01.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Pref. | 170.003,90 | 147.427,80 | 147.057,01 | 150.000,00 | 140.725,49 |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 503.218,22 | 476.725,01 | 695.608,01 | 480.000,00 | 642.913,24 |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 503.218,22 | 476.725,01 | 695.608,01 | 480.000,00 | 642.913,24 |
| 1.3.2.5.02.99.01.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV | 503.218,22 | 476.725,01 | 695.608,01 | 480.000,00 | 642.913,24 |
| 1.3.3.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES | 41.175,28 | 42.213,04 | 57.112,95 | 45.000,00 | 53.910,69 |
| 1.3.3.3.00.00.00.00.00 | Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 | 53.910,69 |
| 1.3.3.3.99.00.00.00.00 | Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direito de Uso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 | 53.910,69 |
| 1.3.3.7.00.00.00.00.00 | Rec. de Contrato de Permissão de Uso | 41.175,28 | 42.213,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.3.9.00.00.00.01.00 | Rec. de Contrato de Permissão de Uso | 0,00 | 0,00 | 57.112,95 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.9.0.00.00.00.00.00 | Outras Rec. Patrimoniais | 18.552,01 | 16.473,46 | 18.526,42 | 16.000,00 | 20.548,00 |
| 1.6.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 298.852,02 | 254.422,63 | 266.649,97 | 240.000,00 | 314.607,15 |
| 1.6.0.0.03.00.00.00.00 | Serv. de Transporte | 27.450,50 | 62.337,46 | 39.776,70 | 55.000,00 | 49.714,29 |
| 1.6.0.0.03.06.00.00.00 | Receitas de Terminais Rodoviários | 27.450,50 | 62.337,46 | 39.776,70 | 55.000,00 | 49.714,29 |
| 1.6.0.0.13.00.00.00.00 | Serv. Administrativos | 42.561,81 | 3.943,84 | 39.704,64 | 5.000,00 | 33.079,11 |
| 1.6.0.0.13.01.00.00.00 | Serv. de Inscrição em Concurso Públicos | 38.100,00 | 0,00 | 33.915,00 | 0,00 | 27.632,34 |
| 1.6.0.0.13.02.00.00.00 | Serv. de Venda de Editais | 4.461,81 | 3.943,84 | 5.819,64 | 5.000,00 | 5.446,77 |
| 9.1.6.0.0.13.02.00.00.00 | Dedução de Serv. de Venda de Editais | 0,00 | 0,00 | -30,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.6.0.0.17.00.00.00.00 | Serv. Agropecuários | 228.839,71 | 188.141,33 | 187.168,63 | 0,00 | 0,00 |
| 1.6.0.0.99.00.00.00.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 231.813,75 |
| 1.6.0.0.99.00.01.00.00 | Serviços prestados horas máquina | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 | 231.813,75 |
| 1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 39.040.539,35 | 42.711.848,80 | 44.505.153,80 | 40.684.982,68 | 46.479.350,46 |
| 1.7.2.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 38.920.919,80 | 42.696.642,90 | 44.485.471,58 | 40.644.982,68 | 46.458.630,52 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/11
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira | | | | | | |
| 1.7.2.1.00.00.00.00.00 | Transf. da União | 11.106.404,34 | 12.430.549,32 | 12.887.184,32 | 10.503.234,99 | 12.577.232,04 |
| 1.7.2.1.01.00.00.00.00 | Participação na Rec. da União | 9.353.118,71 | 10.683.583,84 | 10.981.992,23 | 8.804.000,00 | 10.689.107,01 |
| 1.7.2.1.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios | 9.342.803,65 | 10.671.057,59 | 10.972.188,45 | 8.800.000,00 | 10.676.899,94 |
| 9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 | Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM | 0,00 | 0,00 | -2.336.426,94 | -2.200.000,00 | -2.109.018,54 |
| 1.7.2.1.01.02.01.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios - Própri | 5.605.682,42 | 6.402.634,42 | 7.985.169,10 | 6.600.000,00 | 7.671.551,09 |
| 1.7.2.1.01.02.02.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios - Educa | 2.335.700,72 | 2.667.764,23 | 3.327.153,74 | 2.750.000,00 | 3.196.479,62 |
| 1.7.2.1.01.02.03.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios - Saúde | 1.401.420,51 | 1.600.658,94 | 1.996.292,55 | 1.650.000,00 | 1.917.887,77 |
| 1.7.2.1.01.05.00.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural | 10.315,06 | 12.526,25 | 9.803,78 | 4.000,00 | 12.207,07 |
| 9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 | Dedução de Receita Formação FUNDEB - ITR | 0,00 | 0,00 | -1.504,65 | -1.000,00 | -896,27 |
| 1.7.2.1.01.05.01.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Próprios | 6.189,13 | 7.515,60 | 6.784,96 | 3.000,00 | 7.862,00 |
| 1.7.2.1.01.05.02.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Educação | 2.578,65 | 3.131,45 | 2.827,03 | 1.250,00 | 3.275,84 |
| 1.7.2.1.01.05.03.00.00 | Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Saúde | 1.547,28 | 1.879,20 | 1.696,44 | 750,00 | 1.965,50 |
| 9.1.7.2.1.09.01.00.00.00 | Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -40.551,41 |
| 1.7.2.1.09.01.01.00.00 | Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.º 87/96 - Próprio | 137.083,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.09.01.02.00.00 | Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.º 87/96 - Educaç | 57.118,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.09.01.03.00.00 | Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.º 87/96 - Saúde | 34.270,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.09.02.00.00.00 | Transferências da união - Infraero | 4.859,24 | 2.521,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.09.99.00.00.00 | Demais Transf. da União | 472.181,65 | 362.190,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.22.00.00.00.00 | Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat | 123.333,51 | 123.667,33 | 196.292,85 | 120.000,00 | 170.092,91 |
| 1.7.2.1.22.20.00.00.00 | Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais | 7.291,85 | 10.623,21 | 18.819,76 | 10.000,00 | 14.095,24 |
| 1.7.2.1.22.70.00.00.00 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP | 116.041,66 | 113.044,12 | 177.473,09 | 110.000,00 | 155.997,67 |
| 1.7.2.1.35.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE | 924.438,32 | 1.050.576,00 | 1.156.344,65 | 1.086.734,99 | 1.042.000,00 |
| 1.7.2.1.35.01.00.00.00 | Transf. do Salário-Educação | 617.161,91 | 744.357,03 | 860.096,09 | 877.000,00 | 790.000,00 |
| 1.7.2.1.35.03.00.00.00 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE | 224.513,60 | 234.960,00 | 237.996,00 | 153.032,00 | 200.000,00 |
| 1.7.2.1.35.04.00.00.00 | Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE | 55.726,22 | 67.175,64 | 0,00 | 55.702,99 | 52.000,00 |
| 1.7.2.1.35.06.00.00.00 | Transf diretas FNDE Programa Escolar Jovens e Adultos - PE | 27.036,59 | 4.083,33 | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.35.99.00.00.01 | Outras Transf do FNDE - PNATE | 0,00 | 0,00 | 58.252,56 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.36.00.00.00.00 | Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/9 | 0,00 | 208.009,94 | 163.782,09 | 120.000,00 | 244.427,75 |
| 9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 | Dedução de Receita p/ Formação do Fundef - Icms Desoneraç | 0,00 | 0,00 | -36.759,14 | -30.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.36.01.00.00.00 | Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Propri | 0,00 | 124.805,92 | 127.009,43 | 90.000,00 | 146.656,65 |
| 1.7.2.1.36.02.00.00.00 | Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Educ | 0,00 | 52.002,48 | 45.957,34 | 37.500,00 | 61.106,94 |
| 1.7.2.1.36.03.00.00.00 | Transf. Financ.do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Saúde | 0,00 | 31.201,54 | 27.574,46 | 22.500,00 | 36.664,16 |
| 1.7.2.1.99.00.00.00.00 | Outras Transferências da União | 0,00 | 0,00 | 388.772,50 | 372.500,00 | 472.155,78 |
| 1.7.2.1.99.01.00.00.00 | Transferências da União - Infraero | 0,00 | 0,00 | 2.995,24 | 2.500,00 | 3.981,36 |
| 1.7.2.1.99.02.00.00.00 | Demais Transferências da União | 0,00 | 0,00 | 385.777,26 | 370.000,00 | 468.174,42 |
| 1.7.2.2.00.00.00.00.00 | Transferências dos Estados | 23.499.267,23 | 24.296.016,50 | 23.116.306,92 | 20.975.662,01 | 24.581.398,48 |
| 1.7.2.2.01.00.00.00.00 | Participação na Rec. dos Estados | 23.366.063,34 | 24.110.445,50 | 22.860.644,92 | 20.720.000,00 | 24.359.398,48 |
| 1.7.2.2.01.01.00.00.00 | Cota-Parte do ICMS | 20.205.866,05 | 20.374.532,89 | 19.290.999,00 | 17.600.000,00 | 20.493.031,00 |
| 9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 | Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS | 0,00 | 0,00 | -4.318.100,21 | -4.400.000,00 | -4.136.641,63 |
| 1.7.2.2.01.01.01.00.00 | Cota-Parte do ICMS - Próprios | 12.123.519,82 | 12.224.719,52 | 14.165.459,35 | 13.200.000,00 | 14.777.803,58 |
| 1.7.2.2.01.01.02.00.00 | Cota-Parte do ICMS - Educação | 5.051.466,32 | 5.093.633,01 | 5.902.274,64 | 5.500.000,00 | 6.157.418,16 |
| 1.7.2.2.01.01.03.00.00 | Cota-Parte do ICMS - Saúde | 3.030.879,91 | 3.056.180,36 | 3.541.365,22 | 3.300.000,00 | 3.694.450,89 |
| 1.7.2.2.01.02.00.00.00 | Cota-Parte do IPVA | 2.370.287,84 | 2.847.909,41 | 2.865.459,97 | 2.400.000,00 | 3.038.997,23 |
| 9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 | Dedução de Receita Formação FUNDEB - IPVA | 0,00 | 0,00 | -440.354,20 | -600.000,00 | -231.687,49 |
| 1.7.2.2.01.02.01.00.00 | Cota-Parte do IPVA - Próprios | 1.422.173,54 | 1.708.744,58 | 1.983.487,56 | 1.800.000,00 | 1.962.410,83 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/11
Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira | | | | | | |
| 1.7.2.2.01.02.02.00.00 | Cota-Parte do IPVA - Educação | 592.570,99 | 711.976,41 | 826.452,83 | 750.000,00 | 817.671,18 |
| 1.7.2.2.01.02.03.00.00 | Cota-Parte do IPVA - Saúde | 355.543,31 | 427.188,42 | 495.873,78 | 450.000,00 | 490.602,71 |
| 1.7.2.2.01.04.00.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 670.689,40 | 765.149,91 | 602.450,62 | 600.000,00 | 695.449,99 |
| 9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 | Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp. | 0,00 | 0,00 | -134.275,03 | -150.000,00 | -138.168,67 |
| 1.7.2.2.01.04.01.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Próprios | 402.413,75 | 459.089,78 | 442.035,28 | 450.000,00 | 500.171,20 |
| 1.7.2.2.01.04.02.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação | 167.672,23 | 191.287,34 | 184.181,28 | 187.500,00 | 208.404,67 |
| 1.7.2.2.01.04.03.00.00 | Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde | 100.603,42 | 114.772,79 | 110.509,09 | 112.500,00 | 125.042,79 |
| 1.7.2.2.01.13.00.00.00 | Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ | 119.220,05 | 122.853,29 | 101.735,33 | 120.000,00 | 131.920,26 |
| 1.7.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. dos Estados | 133.203,89 | 185.571,00 | 255.662,00 | 255.662,01 | 222.000,00 |
| 1.7.2.2.99.01.00.00.00 | Transporte Escolar Estado | 133.203,89 | 185.571,00 | 255.662,00 | 255.662,01 | 222.000,00 |
| 1.7.2.4.00.00.00.00.00 | TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS | 4.315.248,23 | 5.970.077,08 | 8.481.980,34 | 9.166.085,68 | 9.300.000,00 |
| 1.7.2.4.01.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do FUNDEF | 4.315.248,23 | 5.970.077,08 | 8.481.980,34 | 9.166.085,68 | 9.300.000,00 |
| 1.7.2.4.01.01.00.00.00 | Transferência de Recursos do FUNDEF - 60% | 2.589.149,07 | 3.581.866,39 | 5.089.187,69 | 5.499.651,41 | 5.580.000,00 |
| 1.7.2.4.01.02.00.00.00 | Transferência de Recursos do FUNDEF - 40% | 1.726.099,16 | 2.388.210,69 | 3.392.792,65 | 3.666.434,27 | 3.720.000,00 |
| 1.7.6.0.00.00.00.00.00 | Transf. de Conv. | 119.619,55 | 15.205,90 | 19.682,22 | 40.000,00 | 20.719,94 |
| 1.7.6.1.06.00.00.00.00 | Convênio Min.Cidades - Projeto Plano Diretor | 86.166,80 | 15.205,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.1.07.00.00.00.00 | Convênio FNDE - Programa PTA | 26.952,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.00.00.00.00.00 | Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid. | 0,00 | 0,00 | 19.682,22 | 40.000,00 | 20.719,94 |
| 1.7.6.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. de Conv. dos Estados | 0,00 | 0,00 | 19.682,22 | 40.000,00 | 20.719,94 |
| 1.7.6.2.99.00.00.00.02 | Saneamento Básico_10 | 0,00 | 0,00 | 19.682,22 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.99.00.02.00.00 | Saneamento básico_10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 | 20.719,94 |
| 1.7.6.4.99.00.00.00.00 | Transf. de Conv. de Instituicoes Privadas | 6.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 2.171.279,46 | 2.924.687,95 | 3.018.733,17 | 1.560.000,00 | 2.476.113,19 |
| 1.9.1.0.00.00.00.00.00 | Multas e Juros de Mora | 844.367,32 | 982.131,74 | 916.189,57 | 877.500,00 | 1.048.817,30 |
| 1.9.1.1.00.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora dos Tributos | 132.614,73 | 143.633,78 | 110.004,16 | 133.000,00 | 148.206,13 |
| 1.9.1.1.38.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora s/ o IPTU | 28.362,45 | 30.075,20 | 21.994,16 | 30.000,00 | 30.861,89 |
| 1.9.1.1.40.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora s/ o ISS | 73.187,74 | 74.703,30 | 65.756,72 | 70.000,00 | 81.977,19 |
| 1.9.1.1.99.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora de Outros Tributos | 31.064,54 | 38.855,28 | 22.253,28 | 33.000,00 | 35.367,05 |
| 1.9.1.3.00.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos | 411.099,26 | 442.797,91 | 435.231,81 | 405.000,00 | 494.642,04 |
| 1.9.1.3.11.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU | 286.920,02 | 257.960,14 | 238.475,36 | 250.000,00 | 300.575,49 |
| 1.9.1.3.13.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS | 33.104,87 | 102.435,09 | 117.062,16 | 80.000,00 | 96.924,07 |
| 1.9.1.3.99.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos | 91.074,37 | 82.402,68 | 79.694,29 | 75.000,00 | 97.142,48 |
| 1.9.1.5.00.00.00.00.00 | Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec. | 2.372,99 | 2.955,32 | 4.765,17 | 2.000,00 | 3.872,89 |
| 1.9.1.5.99.00.00.00.00 | Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec. | 2.372,99 | 2.955,32 | 4.765,17 | 2.000,00 | 3.872,89 |
| 1.9.1.9.00.00.00.00.00 | Multas de Outras Origens | 298.280,34 | 392.744,73 | 366.188,43 | 337.500,00 | 402.096,24 |
| 1.9.1.9.10.00.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação Sanitária | 14.540,54 | 2.378,01 | 267,74 | 3.000,00 | 6.594,42 |
| 1.9.1.9.15.00.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito | 273.746,44 | 378.304,71 | 354.368,50 | 325.000,00 | 386.165,76 |
| 1.9.1.9.15.01.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito - militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.503,87 |
| 1.9.1.9.15.02.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito - civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 125.503,87 |
| 1.9.1.9.15.03.00.00.00 | Multas Previstas na Legislação de Trânsito - prefeitura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 135.158,02 |
| 1.9.1.9.50.00.00.00.00 | Multas por Auto de Infração | 9.993,36 | 9.472,34 | 9.361,74 | 7.500,00 | 7.501,92 |
| 1.9.1.9.50.01.00.00.00 | Multas por Auto de Infração - Legislação Tributária | 9.993,36 | 7.292,34 | 2.265,70 | 5.500,00 | 7.501,92 |
| 1.9.1.9.50.02.00.00.00 | Multas por Auto de Infração - Obras, posturas e edif | 0,00 | 2.180,00 | 7.096,04 | 2.000,00 | 0,00 |
| 1.9.1.9.99.00.00.00.00 | Outras Multas | 0,00 | 2.589,67 | 2.190,45 | 2.000,00 | 1.834,14 |
| 1.9.1.9.99.01.00.00.00 | Multas e Juros de Mora FRH | 0,00 | 2.589,67 | 2.190,45 | 2.000,00 | 1.834,14 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/11

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---|--|------------|--------------|--------------|------------|------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira | | | | | | |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 788.327,37 | 1.180.488,23 | 547.013,04 | 100.000,00 | 333.501,07 |
| 1.9.2.1.06.00.00.00.00 | Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Public | 0,00 | 57.098,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.2.2.00.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES | 788.327,37 | 1.123.390,23 | 547.013,04 | 100.000,00 | 333.501,07 |
| 1.9.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Restituições | 788.327,37 | 1.123.390,23 | 547.013,04 | 100.000,00 | 333.501,07 |
| 1.9.2.2.99.01.00.00.00 | Outras Restituições - PMV | 211.383,95 | 110.768,70 | 547.013,04 | 100.000,00 | 333.501,07 |
| 1.9.2.2.99.03.00.00.00 | Outras Restituições - Inprevid | 576.943,42 | 1.012.621,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.3.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DA DÍVIDA ATIVA | 409.648,88 | 546.209,04 | 432.376,43 | 447.500,00 | 530.539,09 |
| 1.9.3.1.00.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. Tributária | 407.828,67 | 529.502,20 | 412.513,21 | 440.000,00 | 517.938,59 |
| 1.9.3.1.11.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU | 294.943,16 | 268.751,11 | 258.625,62 | 260.000,00 | 315.526,22 |
| 1.9.3.1.11.01.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios | 176.969,58 | 161.248,60 | 155.173,54 | 156.000,00 | 189.315,73 |
| 1.9.3.1.11.02.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação | 73.732,44 | 67.184,53 | 64.654,01 | 65.000,00 | 78.881,55 |
| 1.9.3.1.11.03.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde | 44.241,14 | 40.317,98 | 38.798,07 | 39.000,00 | 47.328,94 |
| 1.9.3.1.13.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS | 31.883,70 | 170.196,07 | 63.251,58 | 100.000,00 | 101.808,31 |
| 1.9.3.1.13.01.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios | 19.131,45 | 102.116,18 | 37.949,89 | 60.000,00 | 61.084,99 |
| 1.9.3.1.13.02.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação | 7.969,53 | 42.547,45 | 15.811,71 | 25.000,00 | 25.452,08 |
| 1.9.3.1.13.03.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde | 4.782,72 | 25.532,44 | 9.489,98 | 15.000,00 | 15.271,24 |
| 1.9.3.1.99.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos | 81.001,81 | 90.555,02 | 90.636,01 | 80.000,00 | 100.604,06 |
| 1.9.3.2.00.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. não Tributária | 1.820,21 | 16.706,84 | 19.863,22 | 7.500,00 | 12.600,50 |
| 1.9.3.2.67.00.00.00.00 | Rec.Div.Ativa NãoTrib.Multas Infração Leg.Trib. | 513,93 | 1.950,14 | 742,15 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.3.2.68.00.00.00.00 | Rec Div Ativ Não Trib Multas Infração Obras, Posturas e Edifícios | 0,00 | 1.417,53 | 3.635,64 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.3.2.69.00.00.00.00 | Rec Div Ativ Não Trib Multas Infração Legislação Sanitária | 0,00 | 164,62 | 333,23 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.3.2.99.00.00.00.00 | Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec. | 1.306,28 | 13.174,55 | 15.152,20 | 7.500,00 | 12.600,50 |
| 1.9.3.2.99.01.00.00.00 | Receita Dívida Ativa não-tributárias de outras receitas - princípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.600,50 |
| 1.9.9.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DIVERSAS | 128.935,89 | 215.858,94 | 1.123.154,13 | 135.000,00 | 563.255,73 |
| 1.9.9.0.02.00.00.00.00 | Rec. de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais | 14.317,95 | 9.119,30 | 4.522,42 | 5.000,00 | 10.728,20 |
| 1.9.9.0.02.01.00.00.00 | Rec. de Honorários de Advogados | 14.317,95 | 9.119,30 | 4.522,42 | 5.000,00 | 10.728,20 |
| 1.9.9.0.99.00.00.00.00 | Outras Receitas | 114.617,94 | 206.739,64 | 1.118.631,71 | 130.000,00 | 552.527,53 |
| 1.9.9.0.99.01.00.00.00 | Outras Receitas - PMV | 114.617,94 | 206.739,64 | 1.118.631,71 | 130.000,00 | 552.527,53 |
| 2.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 765.920,87 | 1.262.810,45 | 903.521,39 | 570.000,00 | 544.407,77 |
| 2.1.0.0.00.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 250.000,00 | 799.999,20 | 0,00 | 100.000,00 | 200.000,00 |
| 2.1.1.0.00.00.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 250.000,00 | 799.999,20 | 0,00 | 100.000,00 | 200.000,00 |
| 2.1.1.0.01.00.00.00.00 | Operações de Crédito Internas | 0,00 | 799.999,20 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 |
| 2.1.1.4.05.00.00.00.00 | Oper de Créd. Internas p/ Prog. de Modern.Adm Públ | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1.1.9.00.00.00.00.00 | Outras Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 2.2.0.0.00.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS | 96.679,01 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 37.095,98 |
| 2.2.1.0.00.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 12.048,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 4.622,85 |
| 2.2.1.0.01.00.00.00.00 | Alienação de Bens Móveis | 12.048,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 4.622,85 |
| 2.2.2.0.00.00.00.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 84.631,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.473,13 |
| 2.2.2.5.00.00.00.00.00 | Alien. de Imóveis Urbanos | 84.631,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.473,13 |
| 2.3.0.0.00.00.00.00.00 | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 81.769,70 | 98.297,48 | 95.844,36 | 100.000,00 | 105.867,96 |
| 2.3.0.0.99.00.00.00.00 | Amort. de Financiamentos Diversos | 81.769,70 | 98.297,48 | 95.844,36 | 100.000,00 | 105.867,96 |
| 2.4.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 337.472,16 | 364.513,77 | 807.677,03 | 360.000,00 | 201.443,83 |
| 2.4.2.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 337.472,16 | 364.513,77 | 323.140,03 | 360.000,00 | 201.443,83 |
| 2.4.2.1.03.00.00.00.00 | Pavimentação da Rua João Zardo | 9.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.1.04.00.00.00.00 | Convênio CCGTS - Linha Bonita | 91.666,38 | 60.979,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/11

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|--|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 1 Prefeitura Municipal de Videira | | | | | | |
| 2.4.2.1.05.00.00.00.00 | Convênio Infra Pavimentação | 97.500,00 | 48.750,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.1.06.00.00.00.00 | Convênio Seca Estiagem | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.1.07.00.00.00.00 | Convênio CEF Prodesa trator | 0,00 | 97.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.2.00.00.00.00.00 | Transf. dos Estados | 89.305,78 | 157.284,69 | 323.140,03 | 360.000,00 | 201.443,83 |
| 2.4.2.2.00.00.00.01.00 | Convênio Projeto Portal Turístico | 0,00 | 0,00 | 146.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.2.03.00.00.00.00 | Convênio Sec. Est. Infr. Projeto Aeroporto | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.2.05.00.00.00.00 | Convênio Terminal Rodoviário | 39.305,78 | 11.284,69 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.2.06.00.00.00.00 | Convênio Projeto Portal Turístico | 0,00 | 146.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. dos Estados | 0,00 | 0,00 | 177.140,03 | 360.000,00 | 201.443,83 |
| 2.4.2.2.99.00.02.00.00 | Saneamento Básico_90 | 0,00 | 0,00 | 177.140,03 | 360.000,00 | 201.443,83 |
| 2.4.7.1.99.00.00.00.01 | Convênio Obras Infra Estrut.-Passeio Alberto Grand | 0,00 | 0,00 | 121.875,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.1.99.00.00.00.03 | Convênio - Plano Municipal de Habitação | 0,00 | 0,00 | 46.912,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.1.99.00.00.00.04 | Convênio - Programa Esporte e Lazer Cidad | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.1.99.00.00.00.05 | Convenio - Turismo no Brasil Reforma Observatório | 0,00 | 0,00 | 165.750,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9.9.7.2.1.01.02.00.00.00 | Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM | -1.401.420,01 | -1.758.646,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9.9.7.2.1.01.05.00.00.00 | Dedução de Receita Formação FUNDEB - ITR | 0,00 | -831,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9.9.7.2.1.09.01.00.00.00 | Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 | -34.270,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9.9.7.2.1.36.00.00.00.00 | Dedução de Receita p/ Formação do Fundef - Icms Desoneraçã | 0,00 | -34.654,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9.9.7.2.2.01.01.00.00.00 | Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS | -3.030.879,69 | -3.431.875,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9.9.7.2.2.01.02.00.00.00 | Dedução de Receita Formação FUNDEB - IPVA | 0,00 | -163.466,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 9.9.7.2.2.01.04.00.00.00 | Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp. | -100.603,33 | -125.214,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total por entidade: | | 46.365.602,04 | 51.266.115,35 | 59.971.026,11 | 52.981.682,68 | 61.156.797,10 |
| Entidade: 2 Fundação Municipal de Esportes | | | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 38.851,25 | 41.534,59 | 39.678,84 | 39.000,00 | 40.500,00 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 37.845,15 | 39.038,06 | 37.631,62 | 37.000,00 | 40.400,00 |
| 1.3.1.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS IMOBILIARIAS | 35.724,55 | 36.064,63 | 33.975,59 | 34.000,00 | 37.320,00 |
| 1.3.1.1.00.00.00.00.00 | ALUGUEIS | 35.724,55 | 36.064,63 | 33.975,59 | 34.000,00 | 37.320,00 |
| 1.3.1.1.04.00.00.00.00 | Aluguel de Centros Esportivos | 35.724,55 | 36.064,63 | 33.975,59 | 34.000,00 | 37.320,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 2.120,60 | 2.973,43 | 3.656,03 | 3.000,00 | 3.080,00 |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 2.120,60 | 2.973,43 | 3.656,03 | 3.000,00 | 3.080,00 |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 2.120,60 | 2.973,43 | 3.656,03 | 3.000,00 | 3.080,00 |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 2.120,60 | 2.973,43 | 3.656,03 | 3.000,00 | 3.080,00 |
| 1.3.2.5.02.99.02.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMEV | 2.120,60 | 2.973,43 | 0,00 | 3.000,00 | 3.080,00 |
| 1.3.2.5.02.99.03.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FIA | 0,00 | 0,00 | 3.656,03 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.006,10 | 2.496,53 | 2.047,22 | 2.000,00 | 100,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DIVERSAS | 1.006,10 | 2.496,53 | 2.047,22 | 2.000,00 | 100,00 |
| 1.9.0.0.99.00.00.00.00 | Outras Receitas | 1.006,10 | 2.496,53 | 2.047,22 | 2.000,00 | 100,00 |
| 1.9.0.0.99.02.00.00.00 | Outras Receitas - FMEV | 1.006,10 | 2.496,53 | 2.047,22 | 2.000,00 | 100,00 |
| Total por entidade: | | 38.851,25 | 41.534,59 | 39.678,84 | 39.000,00 | 40.500,00 |
| Entidade: 3 Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia | | | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 30.142,23 | 20.928,19 | 33.589,71 | 14.950,00 | 21.826,00 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 7.317,60 | 6.690,99 | 9.586,73 | 6.450,00 | 8.310,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 7.317,60 | 6.690,99 | 9.586,73 | 6.450,00 | 8.310,00 |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 7.317,60 | 6.690,99 | 9.586,73 | 6.450,00 | 8.310,00 |
| 1.3.2.5.01.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados | 4.720,72 | 3.623,44 | 4.632,81 | 3.950,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/11
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|--|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 3 Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia | | | | | | |
| 1.3.2.5.01.99.00.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. | 4.720,72 | 3.623,44 | 4.632,81 | 3.950,00 | 0,00 |
| 1.3.2.5.01.99.02.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - FIA | 4.720,72 | 3.623,44 | 4.632,81 | 3.950,00 | 0,00 |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 2.596,88 | 3.067,55 | 4.953,92 | 2.500,00 | 8.310,00 |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 2.596,88 | 3.067,55 | 4.953,92 | 2.500,00 | 8.310,00 |
| 1.3.2.5.02.99.03.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FIA | 2.596,88 | 3.067,55 | 4.953,92 | 2.500,00 | 8.310,00 |
| 1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 22.824,63 | 14.237,20 | 24.002,27 | 8.500,00 | 13.516,00 |
| 1.7.3.0.00.00.00.00.00 | Transf. de Instituições Privadas | 5.000,00 | 0,00 | 24.002,27 | 8.500,00 | 13.516,00 |
| 1.7.3.0.01.00.00.00.00 | Transferências de Instituições Privadas - FIA | 5.000,00 | 0,00 | 24.002,27 | 8.500,00 | 13.516,00 |
| 1.7.6.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. de Conv. dos Estados | 17.824,63 | 4.865,14 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.99.99.00.00.00 | Outras Transf. de Conv. dos Estados | 17.824,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.4.01.00.00.00.00 | Transf. de Conv. de Instituicoes Privadas - FIA | 0,00 | 9.372,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.0.99.03.00.00.00.00 | Outras Receitas - FIA | 0,00 | 0,00 | 0,71 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.2.99.00.01.00.00 | Outras Transf. Convênio Judiciário - FIA | 0,00 | 0,00 | 8.327,91 | 0,00 | 0,00 |
| 9.2.4.7.2.99.00.01.00.00 | Dedução Outras Transf. Convênio Judiciário - FIA | 0,00 | 0,00 | -3.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.2.99.01.02.00.00 | Outras Transferências de Convênios dos Estados - FIA | 460,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total por entidade: | 30.602,23 | 20.928,19 | 38.417,62 | 14.950,00 | 21.826,00 |
| Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social | | | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 464.892,00 | 550.290,71 | 417.583,05 | 418.672,00 | 439.593,00 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 20.890,17 | 15.090,26 | 22.026,62 | 10.500,00 | 20.480,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 20.890,17 | 15.090,26 | 22.026,62 | 10.500,00 | 20.480,00 |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 20.890,17 | 15.090,26 | 22.026,62 | 10.500,00 | 20.480,00 |
| 1.3.2.5.01.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados | 18.831,97 | 11.856,93 | 12.983,48 | 7.000,00 | 15.380,00 |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.00 | Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.380,00 |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.01 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Idosos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.060,00 |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.02 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Criança | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.060,00 |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.03 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Deficientes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.04 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PETI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.700,00 |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.05 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Sentinela | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.3.2.5.01.10.00.00.06 | Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.560,00 |
| 1.3.2.5.01.99.00.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. | 18.831,97 | 11.856,93 | 12.983,48 | 7.000,00 | 0,00 |
| 1.3.2.5.01.99.03.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - FMAS | 18.831,97 | 11.856,93 | 12.983,48 | 7.000,00 | 0,00 |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 2.058,20 | 3.233,33 | 9.043,14 | 3.500,00 | 5.100,00 |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 2.058,20 | 3.233,33 | 9.043,14 | 3.500,00 | 5.100,00 |
| 1.3.2.5.02.99.04.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMAS | 2.058,20 | 3.233,33 | 9.043,14 | 3.500,00 | 5.100,00 |
| 1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 444.001,83 | 533.334,79 | 394.407,50 | 406.372,00 | 419.013,00 |
| 1.7.2.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 428.425,83 | 454.554,31 | 373.424,30 | 394.372,00 | 419.013,00 |
| 1.7.2.1.00.00.00.00.00 | Transf. da União | 428.425,83 | 454.554,31 | 373.424,30 | 394.372,00 | 419.013,00 |
| 1.7.2.1.34.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS | 428.425,83 | 454.554,31 | 373.424,30 | 394.372,00 | 419.013,00 |
| 1.7.2.1.34.01.00.00.00 | Transferência p/ Atendimento de Criança de 0 a 6 anos | 134.049,52 | 158.422,16 | 121.863,20 | 146.235,00 | 84.952,00 |
| 1.7.2.1.34.02.00.00.00 | Programa de Portadores de Deficiência | 62.950,10 | 56.668,30 | 47.950,10 | 52.309,00 | 52.309,00 |
| 1.7.2.1.34.03.00.00.00 | Programa de Atenção ao Idoso | 25.640,55 | 25.640,55 | 19.723,50 | 23.668,00 | 84.952,00 |
| 1.7.2.1.34.04.00.00.00 | Programa de Erradicação Trabalho Infantil - PETI | 113.140,00 | 99.820,00 | 77.800,00 | 81.360,00 | 96.000,00 |
| 1.7.2.1.34.05.00.00.00 | Programa Sentinela | 75.900,00 | 89.700,00 | 75.900,00 | 82.800,00 | 82.800,00 |
| 1.7.2.1.34.06.00.00.00 | Programa Bolsa Família | 16.745,66 | 24.303,30 | 22.187,50 | 8.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.34.07.00.00.00 | Indice de Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/FNAS | 0,00 | 0,00 | 8.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/11
Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|--|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social | | | | | | |
| 1.7.6.0.00.00.00.00.00 | Transf. de Conv. | 15.576,00 | 78.780,48 | 20.983,20 | 12.000,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.00.00.00.00.00 | Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid. | 15.576,00 | 78.780,48 | 20.983,20 | 12.000,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.03.00.00.00.00 | Conv. Sec. Estado Educação - Atend. Crianças de | 1.500,00 | 58.292,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.04.00.00.00.00 | Convênio Prog. Proteção Social Especial - Abrigo | 14.076,00 | 20.487,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.99.00.00.00.00 | Outras Transf. de Conv. dos Estados | 0,00 | 0,00 | 20.983,20 | 12.000,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.99.00.00.00.01 | Convênio/Proteção Social Especial - Alta Complexid | 0,00 | 0,00 | 20.983,20 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.6.2.99.00.01.00.00 | Conv. Programa Proteção Social Especial Abrigo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 0,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 1.865,66 | 1.148,93 | 1.800,00 | 100,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DIVERSAS | 0,00 | 1.865,66 | 1.148,93 | 1.800,00 | 100,00 |
| 1.9.0.99.00.00.00.00 | Outras Receitas | 0,00 | 1.865,66 | 1.148,93 | 1.800,00 | 100,00 |
| 1.9.0.99.04.00.00.00 | Outras Receitas - FMAS | 0,00 | 1.865,66 | 1.148,93 | 1.800,00 | 100,00 |
| 2.4.2.1.99.00.00.00.00 | Outras Transf. da União | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.4.7.1.99.00.00.00.02 | Convênio MDS Casa Lar - Equipamentos | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total por entidade: | | 464.892,00 | 550.290,71 | 467.583,05 | 418.672,00 | 439.593,00 |
| Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde | | | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 168.944,69 | 158.947,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA TRIBUTARIA | 1.774.713,03 | 1.947.286,07 | 2.239.294,13 | 1.967.000,00 | 2.269.500,00 |
| 1.1.2.0.00.00.00.00.00 | TAXAS | 96.888,33 | 125.498,65 | 149.158,72 | 115.000,00 | 140.000,00 |
| 1.1.2.1.00.00.00.00.00 | Tx p/ Exercício do Poder de Polícia | 96.888,33 | 125.498,65 | 149.158,72 | 115.000,00 | 140.000,00 |
| 1.1.2.1.17.00.00.00.00 | Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária | 96.888,33 | 125.498,65 | 149.158,72 | 115.000,00 | 140.000,00 |
| 1.1.2.1.17.02.00.00.00 | Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS | 96.888,33 | 125.498,65 | 149.291,33 | 115.000,00 | 140.000,00 |
| 9.1.1.2.1.17.02.00.00.00 | Dedução de Taxa de Vigilância Sanitária - FMS | 0,00 | 0,00 | -132,61 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 69.628,02 | 70.261,96 | 252.594,82 | 175.000,00 | 223.000,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 69.628,02 | 70.261,96 | 252.594,82 | 175.000,00 | 223.000,00 |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 69.628,02 | 70.261,96 | 252.594,82 | 175.000,00 | 223.000,00 |
| 1.3.2.5.01.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 141.387,16 | 110.000,00 | 223.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude | 0,00 | 0,00 | 141.387,16 | 110.000,00 | 105.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.01.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.02.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.03.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Vigilâ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.04.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.05.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Gestã | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.06.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Atenç | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.3.2.5.01.03.07.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Assis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 |
| 1.3.2.5.01.06.00.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços Pú | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.000,00 |
| 1.3.2.5.01.06.01.00.00 | Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serviços P | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 95.000,00 |
| 1.3.2.5.01.99.00.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.000,00 |
| 1.3.2.5.01.99.04.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Taxas de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 1.3.2.5.01.99.05.00.00 | Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Serviços c | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 69.628,02 | 70.261,96 | 111.207,66 | 65.000,00 | 0,00 |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 69.628,02 | 70.261,96 | 111.207,66 | 65.000,00 | 0,00 |
| 1.3.2.5.02.99.05.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FMS | 69.628,02 | 70.261,96 | 111.207,66 | 65.000,00 | 0,00 |
| 1.6.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 261.648,00 |
| 1.6.0.0.05.00.00.00.00 | Serv. de Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 261.648,00 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/11
Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---------------------------------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde | | | | | | |
| 1.6.0.0.05.10.00.00.00 | Serviços Ambulatoriais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 261.648,00 |
| 1.6.0.0.05.10.01.00.00 | Serviços Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 261.648,00 |
| 1.7.0.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 1.589.343,13 | 1.731.751,40 | 1.814.850,98 | 1.662.400,00 | 1.640.965,00 |
| 1.7.2.0.00.00.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 1.589.343,13 | 1.731.751,40 | 1.814.850,98 | 1.662.400,00 | 1.640.965,00 |
| 1.7.2.1.00.00.00.00.00 | Transf. da União | 1.541.723,70 | 1.676.525,15 | 1.707.232,54 | 1.607.400,00 | 1.551.577,00 |
| 1.7.2.1.33.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS | 1.541.723,70 | 1.676.525,15 | 1.707.232,54 | 1.607.400,00 | 1.551.577,00 |
| 1.7.2.1.33.01.00.00.00 | Piso Assistencial Básico - Ampliado - Fixo | 628.820,65 | 705.885,00 | 724.527,51 | 700.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.01.01.00.00 | Transferência Piso Assistencial Básico | 628.820,65 | 705.885,00 | 724.527,51 | 700.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.00.00.00 | Piso Assistencial Básico Variável | 561.902,57 | 651.252,15 | 704.454,13 | 607.400,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.02.00.00 | Programa Farmácia Básica | 129.437,04 | 168.662,04 | 181.224,78 | 160.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.03.00.00 | Programa Vigilância Sanitária | 14.935,00 | 17.780,94 | 25.094,11 | 17.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.04.00.00 | Programa Vigilância Epidemiológica | 83.806,80 | 84.191,94 | 90.350,01 | 80.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.05.00.00 | Programa Saúde da Família | 121.745,00 | 129.600,00 | 133.200,00 | 125.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.06.00.00 | Programa Cartão SUS | 183,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.07.00.00 | Programa Agentes Comunitários | 115.350,00 | 129.772,00 | 154.840,00 | 130.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.08.00.00 | Programa DST/AIDS | 75.845,23 | 100.845,23 | 75.845,23 | 75.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.02.09.00.00 | Programa Saúde Bucal | 20.600,00 | 20.400,00 | 43.900,00 | 20.400,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.03.00.00.00 | SIA/SUS | 351.000,48 | 319.388,00 | 258.250,90 | 300.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.03.01.00.00 | Ações de Média e Alta Complexidade | 351.000,48 | 319.388,00 | 258.250,90 | 300.000,00 | 0,00 |
| 1.7.2.1.33.04.00.00.00 | Blocos de Financiamento do SUS | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 1.551.577,00 |
| 1.7.2.1.33.04.01.00.00 | Bloco da Atenção Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.042.920,00 |
| 1.7.2.1.33.04.01.01.00 | Piso da Atenção Básica. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 724.957,00 |
| 1.7.2.1.33.04.01.02.00 | Programa Saúde da Família | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 135.368,00 |
| 1.7.2.1.33.04.01.03.00 | Programa Agentes Comunitários de Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 140.795,00 |
| 1.7.2.1.33.04.01.04.00 | Programa Saúde Bucal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41.800,00 |
| 1.7.2.1.33.04.02.00.00 | Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 1.7.2.1.33.04.02.01.00 | Ações de Média e Alta Complexidade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 1.7.2.1.33.04.03.00.00 | Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 186.294,00 |
| 1.7.2.1.33.04.03.01.00 | Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 90.944,00 |
| 1.7.2.1.33.04.03.02.00 | Programa Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.350,00 |
| 1.7.2.1.33.04.03.03.00 | Programa DST/AIDS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| 1.7.2.1.33.04.04.00.00 | Bloco da Assistência Farmacêutica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 182.363,00 |
| 1.7.2.1.33.04.04.01.00 | Farmácia Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 182.363,00 |
| 1.7.2.1.33.04.05.00.00 | Bloco Gestão do SUS | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.7.2.1.33.04.05.01.00 | Centro de Atenção Psicossocial | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.7.2.2.00.00.00.00.00 | Transferências dos Estados | 47.619,43 | 55.226,25 | 107.618,44 | 55.000,00 | 89.388,00 |
| 1.7.2.2.33.00.00.00.00 | Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde | 47.619,43 | 55.226,25 | 107.618,44 | 55.000,00 | 89.388,00 |
| 1.7.2.2.33.01.00.00.00 | Transferência de Recursos da Saúde | 47.619,43 | 55.226,25 | 107.618,44 | 55.000,00 | 89.388,00 |
| 1.7.2.2.33.01.01.00.00 | Farmácia Básica | 47.619,43 | 55.226,25 | 80.063,44 | 55.000,00 | 64.388,00 |
| 1.7.2.2.33.01.03.00.00 | Programa Estratégia Saúde da Família. | 0,00 | 0,00 | 27.555,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 18.853,55 | 19.774,06 | 22.689,61 | 14.600,00 | 3.887,00 |
| 1.9.1.0.00.00.00.00.00 | Multas e Juros de Mora | 4.143,54 | 3.673,82 | 3.223,28 | 2.500,00 | 3.887,00 |
| 1.9.1.1.00.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora dos Tributos | 4.143,54 | 3.673,82 | 3.223,28 | 2.500,00 | 3.887,00 |
| 1.9.1.1.35.00.00.00.00 | Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit. | 4.143,54 | 3.673,82 | 3.261,73 | 2.500,00 | 3.887,00 |
| 9.1.9.1.1.35.00.00.00.00 | Dedução de Multas/Juros da Tx. de Fisc. e Vig.San | 0,00 | 0,00 | -38,45 | 0,00 | 0,00 |

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/11

Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 10 Fundo Municipal de Saúde | | | | | | |
| 1.9.2.2.99.03.00.00.00 | Outras Restituições - Inprevid | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.2.2.99.04.00.00.00 | Outras restituições - FMS | 0,00 | 3.406,65 | 107,82 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.9.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DIVERSAS | 14.710,01 | 12.693,59 | 19.358,51 | 12.100,00 | 0,00 |
| 1.9.9.0.99.00.00.00.00 | Outras Receitas | 14.710,01 | 12.693,59 | 19.358,51 | 12.100,00 | 0,00 |
| 1.9.9.0.99.01.00.00.00 | Outras Receitas - PMV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.9.9.0.99.05.00.00.00 | Outras Receitas - FMS | 14.710,01 | 12.693,59 | 19.358,51 | 12.100,00 | 0,00 |
| Total por entidade: | | 1.943.657,72 | 2.106.233,92 | 2.239.294,13 | 1.967.000,00 | 2.269.500,00 |
| Entidade: 13 Fundo Municipal de Assistência Social e Médica | | | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 1.200.315,62 | 1.188.096,40 | 1.379.907,32 | 1.252.000,00 | 1.395.000,00 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 604.873,47 | 613.688,52 | 671.400,17 | 650.000,00 | 680.000,00 |
| 1.2.1.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 604.873,47 | 613.688,52 | 671.400,17 | 650.000,00 | 680.000,00 |
| 1.2.1.0.49.00.00.00.00 | Contrib Assist Médica Servidores Vinc Reg Prev Pro | 604.873,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1.0.99.00.00.00.00 | Outras Contribuições Sociais | 0,00 | 613.688,52 | 671.400,17 | 650.000,00 | 680.000,00 |
| 1.2.1.0.99.01.00.00.00 | Contribuição Assist. Médica Servidores Vinc. ao RPPS | 0,00 | 613.688,52 | 671.844,45 | 650.000,00 | 680.000,00 |
| 9.1.2.1.0.99.01.00.00.00 | Dedução Contrib.Assist.Médica Serv. | 0,00 | 0,00 | -444,28 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 193.094,70 | 162.305,88 | 173.666,06 | 172.000,00 | 150.000,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 193.094,70 | 162.305,88 | 173.666,06 | 172.000,00 | 150.000,00 |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 193.094,70 | 162.305,88 | 173.666,06 | 172.000,00 | 150.000,00 |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 193.094,70 | 162.305,88 | 173.666,06 | 172.000,00 | 150.000,00 |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 193.094,70 | 162.305,88 | 173.666,06 | 172.000,00 | 150.000,00 |
| 1.3.2.5.02.99.06.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FASM | 193.094,70 | 162.305,88 | 173.666,06 | 172.000,00 | 150.000,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 402.347,45 | 412.102,00 | 534.841,09 | 430.000,00 | 565.000,00 |
| 1.9.2.0.00.00.00.00.00 | INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 402.347,45 | 412.102,00 | 534.841,09 | 430.000,00 | 565.000,00 |
| 1.9.2.2.00.00.00.00.00 | RESTITUIÇÕES | 402.347,45 | 412.102,00 | 534.841,09 | 430.000,00 | 565.000,00 |
| 1.9.2.2.99.00.00.00.00 | Outras Restituições | 402.347,45 | 412.102,00 | 534.841,09 | 430.000,00 | 565.000,00 |
| 1.9.2.2.99.02.00.00.00 | Outras Restituições - FASM | 402.347,45 | 412.102,00 | 534.841,09 | 430.000,00 | 565.000,00 |
| 7.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 133.649,99 | 199.365,82 | 140.000,00 | 165.000,00 |
| 7.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 133.649,99 | 199.365,82 | 140.000,00 | 165.000,00 |
| 7.2.1.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 0,00 | 133.649,99 | 199.365,82 | 140.000,00 | 165.000,00 |
| 7.2.1.0.99.00.00.00.00 | Contrib Assistência Médica Intraorçamentária | 0,00 | 133.649,99 | 199.365,82 | 140.000,00 | 165.000,00 |
| 7.2.1.0.99.02.00.00.00 | Contrib Assistência Médica Patronal Intraorçamentária | 0,00 | 133.649,99 | 199.365,82 | 140.000,00 | 165.000,00 |
| Total por entidade: | | 1.200.315,62 | 1.321.746,39 | 1.579.273,14 | 1.392.000,00 | 1.560.000,00 |
| Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID | | | | | | |
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 4.057.416,20 | 5.047.690,26 | 5.393.961,88 | 5.339.300,00 | 4.999.176,37 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 1.227.824,37 | 2.141.791,76 | 1.580.618,36 | 2.259.300,00 | 1.441.025,76 |
| 1.2.1.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 1.227.824,37 | 2.141.791,76 | 1.580.618,36 | 2.259.300,00 | 1.441.025,76 |
| 1.2.1.0.29.00.00.00.00 | Contrib Previd. do Regime Próprio | 1.227.824,37 | 1.283.521,36 | 1.580.618,36 | 1.359.300,00 | 1.441.025,76 |
| 1.2.1.0.29.01.00.00.00 | Contrib Patronais - Ativo Civil | 0,00 | 0,00 | 543,06 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1.0.29.07.00.00.00 | Contrib de Servidor Ativo Civil | 1.226.993,64 | 1.282.288,76 | 1.572.917,70 | 1.358.000,00 | 1.437.778,09 |
| 1.2.1.0.29.09.00.00.00 | Contrib de Servidor Inativo Civil | 830,73 | 1.232,60 | 7.157,60 | 1.300,00 | 3.247,67 |
| 1.2.1.0.29.13.00.00.00 | Contribuição Previdenc para Amort do Déficit Atua | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.1.0.30.00.00.00.00 | Contrib Prev. p/ RGPS | 0,00 | 858.270,40 | 0,00 | 900.000,00 | 0,00 |
| 1.2.1.0.30.99.00.00.00 | Outras Contribuições Previdenciárias | 0,00 | 858.270,40 | 0,00 | 900.000,00 | 0,00 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 2.829.473,20 | 2.905.898,50 | 3.807.418,52 | 3.080.000,00 | 3.551.890,14 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 2.829.473,20 | 2.905.898,50 | 3.807.418,52 | 3.080.000,00 | 3.551.890,14 |



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2010

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/11
 Data: 21/12/2009

| Código | Especificação | Arrecadado | | | Estimado | LOA |
|---|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Entidade: 14 Instituto de Previdência dos Servidores - INPREVID | | | | | | |
| 1.3.2.5.00.00.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários | 2.829.473,20 | 2.905.898,50 | 3.807.418,52 | 3.080.000,00 | 3.551.890,14 |
| 1.3.2.5.02.00.00.00.00 | Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados | 2.829.473,20 | 2.905.898,50 | 3.807.418,52 | 3.080.000,00 | 3.551.890,14 |
| 1.3.2.5.02.99.00.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. | 2.829.473,20 | 2.905.898,50 | 3.807.418,52 | 3.080.000,00 | 3.551.890,14 |
| 1.3.2.5.02.99.07.00.00 | Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - INPREVID | 2.829.473,20 | 2.905.898,50 | 3.807.418,52 | 3.080.000,00 | 3.551.890,14 |
| 1.6.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 5.925,00 | 0,00 | 6.260,47 |
| 1.6.0.0.99.00.00.00.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 5.925,00 | 0,00 | 6.260,47 |
| 1.6.0.0.99.00.02.00.00 | Outras Receitas - Inprevid | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.260,47 |
| 1.9.2.2.99.03.00.00.00 | Outras Restituições - Inprevid | 118,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7.0.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 2.528.162,11 | 4.614.482,09 | 2.620.000,00 | 4.401.906,05 |
| 7.2.0.0.00.00.00.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 2.528.162,11 | 4.614.482,09 | 2.620.000,00 | 4.401.906,05 |
| 7.2.1.0.00.00.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 0,00 | 2.528.162,11 | 4.614.482,09 | 2.620.000,00 | 4.401.906,05 |
| 7.2.1.0.29.00.00.00.00 | Contrib. Previd. do Regime Proprio | 0,00 | 2.528.162,11 | 4.614.482,09 | 2.620.000,00 | 4.401.906,05 |
| 7.2.1.0.29.01.00.00.00 | Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário | 0,00 | 2.528.162,11 | 3.097.652,65 | 2.620.000,00 | 2.806.861,18 |
| 7.2.1.0.29.01.01.00.00 | Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 364.167,72 |
| 7.2.1.0.29.01.02.00.00 | Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.442.693,46 |
| 7.2.1.0.29.13.00.00.00 | Contribuição Previdenciária p/ Amortização do Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 1.516.829,44 | 0,00 | 1.595.044,87 |
| Total por entidade: | | 4.057.416,20 | 7.575.852,37 | 10.008.443,97 | 7.959.300,00 | 9.401.082,42 |
| Total geral: | | 54.101.337,06 | 62.882.701,52 | 74.343.716,86 | 64.772.604,68 | 74.889.298,52 |

WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Decreto nº 9.342/09

DECRETO N.º 9.342/09, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 5.248/2009, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Madalena Zago;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 8 (oito) áreas distintas, sendo o lote nº 01 com 662,55 m² (seiscentos e sessenta e dois metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), lote nº 02 com 585,51 m² (quinhentos e oitenta e cinco metros e cinquenta e um decímetros quadrados), lote nº 03 com 557,43 m² (quinhentos e cinquenta e sete metros e quarenta e três decímetros quadrados), lote nº 04 com 539,06 m² (quinhentos e trinta e nove metros e seis decímetros quadrados), lote nº 05 com 540,02 m² (quinhentos e quarenta metros e dois decímetros quadrados), lote nº 06 com 765,38 m² (setecentos e sessenta e cinco metros e trinta e oito decímetros quadrados), lote nº 07 com 468,85 m² (quatrocentos e sessenta e oito metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), lote nº 08 com 508,78 m² (quinhentos e oito metros e setenta e oito decímetros quadrados), integrantes de uma área maior com 98.350,50 m² (noventa e oito mil, trezentos e cinquenta metros e cinquenta decímetros quadrados), de propriedade de MADALENA ZAGO, constante da matrícula nº 22.926 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constantes do Processo Administrativo nº 5.248/09, devendo ser destinada à área institucional a área de 462,76 m² (quatrocentos e sessenta e dois metros e setenta e seis decímetros quadrados), a ser locada em parcelamento de solo futuro.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 18 de dezembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Extrato Beneficiários Bolsa Família Dezembro/2009

| BENEFICIÁRIOS PROG. BOLSA FAMÍLIA MÊS DE DEZEMBRO/2009 | |
|--|-----------------------------------|
| NISTITULAR | TITULAR |
| 13718155728 | ADAIANA APARECIDA DA SILVA ROSA |
| 12286014819 | ADELAIDE DA SILVA |
| 12353616293 | ADELAIDE FARIAS VIEIRA |
| 20918575006 | ADELINA APARECIDA BAPTISTA SANTOS |
| 16073289430 | ADELINA FRANCISCA LOPES |

| | |
|-------------|--|
| 12375906200 | ADELIRE MORATELLI |
| 12309556884 | ADILCE LOPES LEAL |
| 12607513725 | ADRIANA APARECIDA COSTA |
| 12417993025 | ADRIANA BORGES |
| 12873720702 | ADRIANA DIAS DE OLIVEIRA |
| 13249863725 | ADRIANA FOGACA |
| 12522768257 | ADRIANA LOPES MASTALER |
| 13430942720 | ADRIANA LUZIA RIBEIRO |
| 12353527029 | ADRIANA NUNES CAVALHEIRO |
| 12314941006 | ADRIANA PASQUALI |
| 13437175725 | ADRIANA RIBEIRO DA SILVA |
| 12686690722 | ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS |
| 12439509444 | ADRIANA ROSA ANDRADE |
| 12693194727 | ADRIANA ROSANE ARISTELE SANTOS RIBEIRO |
| 16013586226 | ADRIANA RUFINO |
| 16013585173 | ADRIANA TEREZINHA DO PRADO |
| 16121925753 | ADRIANA VON MUHLEN |
| 12705055721 | ADRIANE LOPES DA ROSA |
| 12769596723 | AIRTON SANTO DA SILVA |
| 16140158398 | ALCEDINA CHAVES PAIM |
| 16011889825 | ALCEU FERREIRA |
| 16013982466 | ALCIDIA PEREIRA DOS SANTOS |
| 12527150588 | ALCINEIA MARIA VIOLANTE |
| 20975902487 | ALENIR DA CRUZ KRUGER |
| 13392988722 | ALESSANDRA SILVANA DIAS |
| 12685312724 | ALESSANDRA TEREZINHA DOS SANTOS |
| 20918674950 | ALICE NERIS DE OLIVEIRA |
| 16153946179 | ALINE APARECIDA FRIEBEL HECK |
| 12299228553 | ALUCINDA DE FATIMA LOPES |
| 16013989541 | ALVERINA BATISTA ANTUNES |
| 16129098392 | ALVINA DE SOUZA |
| 16013992844 | ALZIRA ALVES DA LUZ |
| 16109321177 | ALZIRA MARTINS LEITE |
| 12063815617 | AMARILDO ANTONIO FANTIN |
| 10097993821 | AMELIA FERREIRA SALLES |
| 13573090728 | AMELIA MEDEIROS |
| 16023708332 | ANA CLARA GALVAO |
| 16139911061 | ANA CLAUDIA MACHADO |
| 21209362254 | ANA CRISTINA ALMEIDA DOS SANTOS |
| 13446566723 | ANA FLAVIA GOMES |
| 20087724159 | ANA IZABEL ALVES DA SILVA |
| 10820199351 | ANA JOAQUINA RIBEIRO DOS SANTOS |
| 13140459725 | ANA LUCIA DOMINGUES DE SOUZA |
| 12483684604 | ANA MARIA ALVES DOS SANTOS |
| 20911726440 | ANA MARIA DE LIMA |
| 13068095726 | ANA MARIA PERES DA LUZ |
| 12874109535 | ANA MARIA PINHEIRO |
| 13980736724 | ANA PAULA DE OLIVEIRA |
| 12341415611 | ANA ROSSI |
| 16155699616 | ANDREA MARCIA APARECIDA MUHLBRANDT |
| 12685994728 | ANDREA MARIANO DOS SANTOS |
| 12646111721 | ANDREA MIRANDA |
| 16148582512 | ANDREIA ANTUNES DE LIMA |



| | |
|-------------|---|
| 16148112664 | ANDREIA FERREIRA RAMOS |
| 16043107296 | ANDREIA PIRES DOS SANTOS E LIMA ANHAIA |
| 16019119913 | ANDREIA RUFINO |
| 21232378994 | ANELISE LOPES CAVALHEIRO |
| 12194377265 | ANGELA APARECIDA DA SILVA |
| 20131047773 | ANGELA GORETI COLERE |
| 16144135317 | ANGELICA CRISTINA PIRES |
| 16150708013 | ANGELICA MACIEL |
| 16013775495 | ANGELINA DE FATIMA MORAES |
| 16136013909 | ANGELITA DE JESUS DOS SANTOS RIBEIRO |
| 12375903724 | ANGELITA FABIANA CONTE |
| 20009183161 | ANGELITA GOMES |
| 12018953011 | ANGELO CARLINHO PASSOS RIBEIRO |
| 16013779423 | ANTENOR DOS SANTOS |
| 16013790230 | ANTONIA ANTUNES MACIEL |
| 12770315724 | ANTONIA APARECIDA GONCALVES |
| 16000841273 | ANTONIA DALMAZO |
| 13429000725 | ANTONINHA DE LURDES DA SILVA BATISTA |
| 13073296726 | ANTONIO BARETTI |
| 12330150999 | ANTONIO FERNANDES |
| 10239872204 | ANTONIO JURACY RIBEIRO |
| 13056307723 | APARECIDA SEBASTIANA DIAS DOS SANTOS |
| 10626781911 | ARISTIDES ANTUNES REI |
| 12521638872 | BEATRIZ APARECIDA DOS SANTOS |
| 12320588622 | BEATRIZ PALAMICINI |
| 12375903716 | BERNADETE APARECIDA MUELLER |
| 21236950900 | BERNADETE DE FATIMA WERLE |
| 16153127666 | BERNADETE MIORANZA NEVES |
| 16116021817 | BROMILDA VIEIRA |
| 10821808815 | CANDIDA GONCALVES MATHEUS DO NASCIMENTO |
| 13405261723 | CARLA MICHELE KATSCHOR |
| 12543412591 | CARLOS CLODEMIR VIEIRA DA SILVA |
| 12483161490 | CARMELIA DE FATIMA PEDROSO |
| 16424901591 | CARMEM ANDREIA MACHADO PORTO |
| 16395006496 | CARMEM DOS SANTOS |
| 12584197520 | CARMEN APARECIDA CORDEIRO |
| 16474874717 | CAROLINA ANTONIA FENILI |
| 12375890827 | CAROLINA IURKEVICZ |
| 16189515550 | CATARINA DA LUZ |
| 12052871693 | CATARINA FELIX |
| 16189515399 | CATARINA QUEIROZ |
| 16209978429 | CATARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA |
| 12503336460 | CATLEN DE LURDES ROSI |
| 12841506721 | CECILIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA |
| 12276401216 | CELIA APARECIDA GONCALVES DE M OLIVEIRA |
| 12692046538 | CELIA FIGUEIRA DE RAMOS |
| 12607512729 | CELIA REGINA ALVES |
| 16611275313 | CELINIA GAIO |
| 13298356726 | CENIRA PIRES |
| 16529455850 | CILDA JOSEANA PIOVESAN |
| 12599907723 | CIMEIA FARIAS |
| 16613099806 | CINTIA APARECIDA DA LUZ |
| 12661494725 | CINTIA SCOPEL |

| | |
|-------------|--|
| 12279124639 | CIRLENE DAL PIZZOL |
| 16447806501 | CLAIR ZONERE FRUET |
| 16183125068 | CLARICE APARECIDA IURKEVICZ |
| 16210018999 | CLARINDA RODRIGUES DA SILVA MARIAN |
| 16490968895 | CLAUDETE APARECIDA DO AMARAL |
| 12412068412 | CLAUDETE APARECIDA RIBEIRO |
| 16441474906 | CLAUDETE GRANDO |
| 16202624036 | CLAUDETE LAZZARETI DE SOUZA |
| 12330277190 | CLAUDETE RODRIGUES DE CAMARGO |
| 12700556722 | CLAUDIA APARECIDA SOARES |
| 12452309240 | CLAUDIA CONCEICAO OZORIO PARTYKA |
| 16412987836 | CLAUDIA PORTELLA |
| 16457189378 | CLAUDIA RIBEIRO PONTES |
| 16447934283 | CLAUDIA SOVRANI |
| 12404526652 | CLAUDIMIR VALER |
| 20996600471 | CLAUDINEIA DELFE |
| 12272286617 | CLAUDINO CAMILO FRANCA |
| 12719977677 | CLEBER QUEVEDO SANTOS |
| 16431812493 | CLECI DE OLIVEIRA GOMES |
| 12109123046 | CLECIR APARECIDA RIBEIRO PONTES DOS SANTOS |
| 16451803023 | CLEICIAMAR ZANELLA |
| 16189585656 | CLEIDE DIAS |
| 13160863726 | CLEIDES DA LUZ |
| 12294328800 | CLENIR SANDRI TURCATTO |
| 16470888918 | CLEOMAIR SANDRA MARA DE OLIVEIRA |
| 20925156528 | CLEONI DA SILVA SANTOS |
| 12863076509 | CLEONICE APARECIDA MARTINS |
| 16392984837 | CLEONICE DE FATIMA CAMARGO FERREIRA |
| 13499087722 | CLEONICE DE JESUS DOS SANTOS ANTUNES |
| 13140492722 | CLEONICE DE SOUZA MACHADO ROBERTI |
| 16510811856 | CLEUDES PEDROSO DE QUADROS |
| 16418080786 | CLEURECI APARECIDA VARELA PIMENTEL |
| 16495802111 | CLEUSA APARECIDA DE LIMA ZARVELISKI |
| 12375902531 | CLEUSA APARECIDA DOS ANJOS |
| 12652541724 | CLEUSA DE FATIMA FERNANDES |
| 12001754878 | CLEUSA DE FATIMA MANDELLI |
| 12126923829 | CLEUSA MARIA BOGO PARANNA |
| 12320611888 | CLEUSA MARIA DA SILVA |
| 12189620254 | CLEUSA MARIA GONCALVES |
| 16192482250 | CLEUSA ROVEDA LOPES FERREIRA |
| 16448395068 | CLEUSA TEREZINHA COITO PEREIRA |
| 12001754886 | CLEUSA TEREZINHA CORDEIRO |
| 12783966729 | CLEUSAMAR SALETE SERAFINI |
| 12309175910 | CLEUZA CORREIA |
| 16073686790 | CONCEICAO APARECIDA CARVALHO |
| 20998976525 | CRISLEI CRISTIANE FIUZA |
| 12483961195 | CRISTIANA DA SILVA |
| 16451805417 | CRISTIANA ERDMANN DE LIMA |
| 13682901727 | CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA |
| 16456742162 | CRISTINA DAL PIZZOL |
| 16493605742 | CRISTINA JACINTO DE OLIVEIRA |
| 13625435720 | DAIANA PILONETTO |
| 13224229720 | DAIANE DA ROSA |



| | |
|-------------|---------------------------------------|
| 16090712451 | DAIANE DA SILVA |
| 16014062395 | DAISI DOS SANTOS |
| 21227715570 | DALZIZA ALVES PINTO |
| 13328939724 | DANIELA ALVES VENTURA |
| 13266525727 | DANIELA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA |
| 16152858969 | DANIELA DE CASTRO |
| 12452120601 | DANIELA FREITAS |
| 13917164727 | DANIELA KLEINKAUF PEREIRA |
| 12418106642 | DASMERSI DIAS |
| 16084751173 | DEISE PIASSON |
| 12544401259 | DEIVID EZEQUIEL FERNANDES |
| 12279124620 | DEJANIRA ANTUNES CRUZ |
| 13825220728 | DELONI DE FATIMA CARVALHO DOS SANTOS |
| 12341415794 | DENILSE RIBEIRO DOS SANTOS |
| 16116049487 | DENISE APARECIDA RIBEIRO |
| 13658858728 | DENISE DA ROSA |
| 13388723728 | DENISE DOS SANTOS |
| 16000652667 | DENIZE PACHECO |
| 12108947185 | DERCI CONCEICAO DE BARROS DA SILVA |
| 16155742406 | DERILDES TEREZINHA RIBEIRO |
| 12605805729 | DIANA DE GODOY |
| 12320589882 | DILAMAR FERNANDES |
| 16110673294 | DILCEMA APARECIDA TOMAZ FIGUERO |
| 21221215754 | DILETA DE JESUS LIMA FERREIRA |
| 20911945525 | DIMARI CHAGAS |
| 12705761723 | DIRLEI ALVES DA LUZ |
| 13347817728 | DIRLEI ALVES DA SILVA |
| 16022242372 | DIRLENE PIRES |
| 16170100916 | DIVANIR BARONCELLO GRIZZANA |
| 16111081080 | DOLVINA RUBINI |
| 10421744526 | DOMINGOS COSER |
| 21203541661 | DORALINA DA SILVA |
| 12873950503 | DORLI DE FATIMA RAMOS |
| 16156881604 | DORVALINA ANTUNES DE CAMARGO |
| 12653699720 | EDENIZIA DE FATIMA ALMEIDA |
| 13401896724 | EDIANE FATIMA KUCZKOWSKI |
| 20379996744 | EDILA DA SILVA FURTADO |
| 16018725569 | EDILIA EVA GONCALVES TODESCATTO |
| 12353613057 | EDINEI RODRIGUES DE ALMEIDA |
| 10814294364 | EDITH BATISTA |
| 12375903228 | ELAIR FERREIRA DOS SANTOS |
| 10694999277 | ELENA MARIA GARCIA |
| 16014355090 | ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN |
| 13504863721 | ELI DORVINA GONCALVES |
| 16090939391 | ELIANA DA SILVA |
| 12183208920 | ELIANA MARIA NAWROSKI |
| 21236490128 | ELIANE APARECIDA FANTIN DE ASSIS |
| 12078409172 | ELIANE FERNANDES PONTES |
| 20919339446 | ELIANE NEVES DE ANDRADE |
| 13181452725 | ELIANE RODRIGUES DE MELLO |
| 12286014436 | ELIDES TEREZINHA ROSA |
| 12991411726 | ELISANGELA KOKOWIC |
| 13438349727 | ELISANGELA PIRES |

| | |
|-------------|--|
| 13125972727 | ELISETE ANTUNES MACIEL |
| 16114940866 | ELIZABETE DOS SANTOS |
| 16122416437 | ELIZABETH PONTES FERREIRA |
| 16138738781 | ELIZANDRA ALVES DE ANDRADE |
| 12522754450 | ELIZANDRA TEREZINHA DA VEIGA |
| 20327497097 | ELIZANGELA DALAMARIA |
| 12353615041 | ELIZETE DE FATIMA DA VEIGA |
| 13148709720 | ELIZETE NUNES FRANCA |
| 12330933349 | ELIZETE VIEIRA BISCARO RIBEIRO PONTES |
| 16098139467 | ELLY DOS SANTOS |
| 12452305393 | ELOIR RIBEIRO DE SOUZA |
| 13024290728 | ELOISA ALVES RIBEIRO |
| 12634890720 | ELOIZA APARECIDA CESCA |
| 12841833722 | ELVENI MARTINS DE CAMPOS DA SILVA |
| 13346952729 | ELY BENTO CAMARGO |
| 16164515220 | ELZA PIROLI |
| 10861049168 | EMILIA DOS SANTOS ANDRADE |
| 10814169268 | ENI MARIA DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA |
| 20958027654 | ENI VICENTE DA SILVA |
| 12109120128 | ERENI ANA ALVES DOS SANTOS |
| 13753172722 | ERICA FERNANDES DE SOUZA |
| 16119359576 | EROTIDES MIOTTO FERREIRA |
| 12551925284 | ESTELA MARA APA RUZYCKI |
| 16147032039 | ETELVINA ALVES MOREIRA |
| 13272565727 | EUGENIA LOPES SANTANA |
| 16108223465 | EVA SOELI DE ARAUJO |
| 12898600522 | EVANIR DAS CHAGAS |
| 16131089400 | EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS |
| 13718146729 | FABIANA ROSA |
| 21218547652 | FABIANE BORGES DA SILVA |
| 13527623727 | FABIANE LOPES CARDOZO |
| 20652811277 | FATIMA APARECIDA CORREA DE LIMA |
| 16113617468 | FATIMA APARECIDA DA CONCEICAO |
| 16196044436 | FATIMA APARECIDA LEITE |
| 21207490654 | FATIMA APARECIDA NEZI CZERNIAK |
| 12483164007 | FATIMA DA ROSA RIBEIRO |
| 16266977673 | FATIMA FERREIRA MENDES |
| 21218548470 | FATIMA MARIA MANDELLI DA SILVA |
| 12001760037 | FATIMA MARIA MAZZARDO GARCIA |
| 12868969722 | FATIMA TELLES DE OLIVEIRA |
| 13234754720 | FERNANDA APARECIDA DA SILVA |
| 16085079819 | FERNANDA CAMPAGNIN |
| 16278085624 | FERNANDA DAIANA DA SILVA |
| 20323786965 | FERNANDA GREGOLOM |
| 16085079479 | FERNANDA REGINA RAMOS FERNANDES FRANCA |
| 13389977723 | FLAVIA DE ALMEIDA |
| 16282723729 | FLAVIA MARIA FRESQUI |
| 16073469080 | FLORINDA DE JESUS OLIVEIRA |
| 16245838496 | FLORINDA TRINDADE |
| 13884801723 | FLORISIA RODRIGUES SOARES |
| 12347808909 | FRANCELINA APARECIDA COSTA |
| 16334117964 | FRANCIELE ALOISA SPORR |
| 13810207720 | FRANCIELI PONTES |



| | |
|-------------|--------------------------------------|
| 12544401100 | GENELCI APARECIDA DE DEUS |
| 12196716865 | GENERCI MORANDO |
| 16043149185 | GENI GRASPKI |
| 16277111176 | GENI MARTINS DOS SANTOS |
| 13334430722 | GENIANI LEIA DA SILVA |
| 12253926622 | GENIR FATIMA DA SILVA |
| 16192131520 | GENOEFA DA ROSA |
| 13130255310 | GESIANY GLORIA LIMA DA SILVA |
| 16192147060 | GESSY DE FATIMA RUFINO |
| 13770440721 | GIANE PASA |
| 12451957729 | GILDETE APARECIDA THIBES |
| 12279142459 | GILIANE FATIMA LEMES CARDOSO |
| 16189064265 | GIOVANA KARINA TORCHATTO |
| 12160241743 | GIOVANA REICHARDT |
| 13428999729 | GISELE MORAIS |
| 16246340696 | GISELE OLCHANHESKI |
| 16182874733 | GISLAINE PAN |
| 13649668725 | GIZIELEM APARECIDA CARDOSO |
| 16189729283 | GLAUCIA ANTONIA DA SILVA CREPALDI |
| 13375381726 | GLAUCIA DIAS |
| 12962786725 | GRASIANE ANTUNES DA CRUZ |
| 13940810729 | GREICE BRAGHIROLI |
| 16036568992 | HELENA APARECIDA KAHUPZINSKI |
| 13296448720 | HELENA DE FATIMA DA SILVA |
| 16014360167 | HELIA APARECIDA PADILHA |
| 12320584376 | HELIANE SIMIONATTO |
| 12417993300 | IDALINA ALVES BOLBA |
| 12367514730 | IDENIR MASSAROLLI |
| 16188739293 | IGNES DE OLIVEIRA CARDOSO |
| 16235745959 | ILDA ALVES ZAMPIVA |
| 12670497723 | ILDA FERREIRA DE SALES |
| 13421777720 | ILICIR NERES DOS SANTOS |
| 12353551132 | ILZA TEREZINHA DA SILVA |
| 12160242049 | INES JUSTINA MORATELLI BURATTO |
| 12018951132 | INES MARIA SURDI |
| 16279928846 | INEZ DE FATIMA DA ROSA DA SILVA |
| 20911627663 | INEZ MAFALDA DE LIMA |
| 16183270130 | INGRA CELIA DOS SANTOS |
| 12315145483 | IONICE MORAES |
| 16186605257 | IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS |
| 13231872722 | IRACEMA BOEIRA DA SILVA |
| 16188762171 | IRACEMA LOURDES FERNANDES LISBOA |
| 16188765634 | IRACI DA ROSA MARTINS |
| 20918933352 | IRACI FERNANDES GABRIEL |
| 20947878801 | IRACI IRIA CERBATTO |
| 12120733629 | IRACILDE APARECIDA DIAS |
| 12992105726 | IRENE PINTO |
| 12782826729 | IRENE RODRIGUES |
| 10879993100 | IRES RISSARDI |
| 16043145031 | IRES SALETE GUZZI |
| 20620301141 | IRINEI FAITEN |
| 10814168490 | ISAURA GONCALVES DIAS |
| 12026858707 | IVANETE TEREZINHA RANDON |

| | |
|-------------|---------------------------------------|
| 16259083921 | IVANILDE DE LOURDES FERREIRA |
| 16250933027 | IVANIR ANTUNES RIBEIRO |
| 16179928615 | IVANIR BORSATO FARIAS |
| 12286016390 | IVANIR DE SOUZA |
| 20996613220 | IVANIR DOS SANTOS |
| 16255881904 | IVANIR GOIS |
| 16293484003 | IVANIR MARTINS DOS SANTOS |
| 16196209222 | IVANIR PEREIRA DOS SANTOS |
| 20951239591 | IVANIR PEREIRA DOS SANTOS |
| 12347635443 | IVETE APARECIDA FARIAS DOS SANTOS |
| 16204904184 | IVETE APARECIDA RODRIGUES PALERMO |
| 16234661425 | IVETE DA APARECIDA GERALDO |
| 16264057895 | IVETE FARIAS |
| 12078411592 | IVETE MARIA RIBEIRO DA SILVA MEIRA |
| 16235752041 | IVETE PEREIRA DOS SANTOS |
| 12560525722 | IVETE ROSSI GOLIN |
| 16186686729 | IVETE VIEIRA CARDOSO |
| 12483524097 | IVO ANTUNES DE OLIVEIRA |
| 12299450299 | IVONE CORREIA LEITE |
| 16253017552 | IVONETE BOEING PORTELA ALBERTON |
| 20911863030 | IVONETE DE MOURA |
| 12543409507 | IVONETE GOULART DA SILVA |
| 12412068226 | IVONETE PEREIRA DOS SANTOS |
| 17058279703 | IZABEL CRISTINA DOS SANTOS MARASCHIN |
| 12439635873 | IZABEL DOS SANTOS |
| 13649669721 | IZABEL LUCIANE SALLES |
| 16299299496 | IZEBEL VIEIRA DE OLIVEIRA |
| 12214909062 | JACIR LUIZ ANDREIS |
| 20708747188 | JACIRA ALVES DAS NEVES |
| 16264933202 | JAIR RODRIGUES DE AZEVEDO |
| 16251742586 | JANAINA DA SILVA |
| 16305702889 | JANAINA RIBEIRO KUSTER |
| 13428998722 | JANAYNA APARECIDA MIRANDA |
| 12693116726 | JANDIRA BATISTA DOS SANTOS |
| 12309019137 | JANDIRA MOREIRA |
| 12375902965 | JANE APARECIDA GONCALVES DA SILVA |
| 13354806728 | JANETE ANTUNES |
| 13681546729 | JANETE ANTUNES |
| 16283063765 | JANETE APARECIDA DE CAMARGO |
| 16188924503 | JANETE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS |
| 13027156720 | JANETE CATARINA CAMARGO LARA |
| 16250493302 | JANETE DA PARECIDA MARQUES |
| 16296774363 | JANETE DE OLIVEIRA |
| 12436725987 | JANETE GENIS |
| 16194187817 | JANETE GONCALVES DA SILVA |
| 16219307705 | JANETE GUEDES DE MORAIS |
| 16190478736 | JANETE MOREIRA |
| 13101934728 | JANETE RODRIGUES DE CAMARGO |
| 16314067538 | JANETE RODRIGUES DE OLIVEIRA |
| 12314940158 | JANETE TEREZINHA ANTUNES DE LIMA |
| 16332678721 | JANICE NAIR ERCEGO |
| 16291839335 | JAQUELINE MORAIS |
| 12353549871 | JEANETE GRIGGIO SCHNEIDER |



| | |
|-------------|------------------------------------|
| 14007434723 | JENIFFER ELOISA DA SILVEIRA |
| 13735957721 | JIZELI TEREZINHA ANTUNES GOMES |
| 10626765886 | JOAO ALVES |
| 16267461565 | JOAO BATHISTA |
| 16054651170 | JOAO QUEROBIN |
| 12314937505 | JOCEANE APARECIDA GOMES |
| 16175652127 | JOCELAINE FERREIRA BUENO |
| 16236745499 | JOCELEI PEREIRA |
| 12417991537 | JOCELI ROSA |
| 16213484613 | JOCELIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA |
| 12375901233 | JOCELIA SALES DA SILVA |
| 12417988889 | JOCELITO GONCALVES DA SILVA |
| 16263007711 | JOELMA DOS SANTOS |
| 12279124582 | JOECI MENDES |
| 13288229721 | JOSANE PEREIRA |
| 13361883724 | JOSIANE ALVES DOS REIS |
| 16073632860 | JOSIANE DE FATIMA ALVES |
| 13224219725 | JOSIANE FATIMA ZANOL |
| 20652829958 | JOSIELE LARANJEIRAS |
| 12375902221 | JUCELEI MARIA ANTUNES DE CASTRO |
| 13343646724 | JUCELI MARLENE SILVEIRA |
| 13572463725 | JUCELIA ALVES DE MORAIS |
| 16297016209 | JUCELIA APARECIDA DOS ANJOS |
| 20332926898 | JUCELIA DE LIMA ZAGO |
| 16199265972 | JUCIELE APARECIDA MIRSCH |
| 19018897402 | JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES |
| 16332707136 | JUCIMARA RUZYCKI |
| 12913694723 | JUCINELIA LARA DE MORAIS |
| 13683639724 | JUDI FRANCOIOZI |
| 12961147729 | JUDITE PINTO |
| 12483227890 | JULIANA APARECIDA DA LUZ BATISTA |
| 13393133720 | JULIANA APARECIDA DE OLIVEIRA |
| 13201389721 | JULIANA APARECIDA MARTINS DA COSTA |
| 16228209834 | JULIANA APARECIDA TOMAS FIGUEIRO |
| 13301302725 | JULIANA BARBOSA DE LIMA |
| 13748467728 | JULIANA FRIEBEL |
| 16043161312 | JULIANE HELENA GUZZI |
| 13946070727 | JULIETTE DEVENS WEBER |
| 12001903571 | JULMIRA ALVES ANTUNES |
| 13806910722 | JULY FRANCOIOZI |
| 12663620728 | JURACI DA FONSECA DE SOUZA |
| 16043161681 | JURACY MARTINS |
| 12347483775 | JUVILDES ANTONIA DA SILVA |
| 13393060723 | KARINE FERNANDES DA SILVA |
| 16363332231 | LAIDE VEIGA |
| 13140570723 | LAUDELINA DA SILVA |
| 12484214679 | LAURA APARECIDA COLLACO PONTES |
| 10626784325 | LAURENTINO ALMEIDA PINTO |
| 12173448090 | LEANDRINA CONCEICAO DIAS DA SILVA |
| 16387138737 | LEANE TERRES |
| 16470939717 | LEANETE MARIA ZONTA |
| 12412074153 | LEIA ANTUNES DE PRADO |
| 13120652724 | LEIDIANE DA LUZ BATISTA DA ROSA |

| | |
|-------------|---------------------------------------|
| 13133334726 | LEILA MARA DOS SANTOS |
| 12705058720 | LENICE EVA APARECIDA RODRIGUES DA LUZ |
| 12303699381 | LENINHA ALVES MOREIRA |
| 12194409434 | LENIR SANDRI |
| 16657227478 | LENITA TRINDADE |
| 16424009958 | LEONI CHAVES ALVES DOS SANTOS |
| 16420787417 | LEONI TOMAS VIEIRA |
| 16363407568 | LEONICE APARECIDA DUARTE DE SOUZA |
| 20919107928 | LEONIDES ROSA |
| 12147784305 | LEONILDA HONORATO FERREIRA BARROS |
| 12001755084 | LEONINA PEDROSO |
| 16043168155 | LEONIRA BARBOSA DE LIMA |
| 12347808410 | LEONIRA HENING |
| 12001905094 | LEOPOLDO DA LUZ |
| 16460316792 | LETICIA LAZZARI |
| 10704188047 | LIBIA GOIS TRINDADE |
| 16043168392 | LIDIA GONCALVES DOS SANTOS |
| 16073706252 | LILIAN MARIA FERNANDES DA SILVA |
| 12483295861 | LINDACIR CORDEIRO FIORENTIN |
| 20918677038 | LINDAMAR DENARDI MICHELON |
| 16485476157 | LOERI TEREZINHA DRUN MACHADO |
| 16043168929 | LOIRI SALETE CORREA |
| 16453680743 | LORDES APARECIDA ROSA |
| 16363453527 | LORECI DE ALMEIDA |
| 16371379594 | LORENA ALVES GARCIA |
| 16428274311 | LORENI APARECIDA BALBINOT ALLEBRANDT |
| 20644192490 | LORENI RODRIGUES DE QUEIROS PINTO |
| 16447418587 | LORETE ANCILIERO |
| 13798588723 | LOUDES DE OLIVEIRA |
| 16461148400 | LOURDES DE FATIMA ANTUNES |
| 20954215936 | LOURDES XAVIER DA SILVA |
| 16423377228 | LOURI ANTONIESCA SCHULZ |
| 12314941391 | LOYR MEIRA |
| 13444019725 | LUANA CARVALHO DOS ANJOS |
| 20400448631 | LUANA DOS SANTOS |
| 13387717724 | LUCELIA DE FATIMA CORREA |
| 13989583726 | LUCIA AMANCIO DA SILVA |
| 13016991720 | LUCIA DA SILVA |
| 10814168555 | LUCIA DE ARAUJO |
| 16393179342 | LUCIA DE FATIMA FERNANDES |
| 16363524122 | LUCIA DE FATIMA GUIMARAES |
| 12147789277 | LUCIA JULIANOTTI GONCALVES |
| 16354581615 | LUCIA ROSA DA SILVA |
| 16400336622 | LUCIA TEREZINHA MORANDO DE OLIVEIRA |
| 13586738721 | LUCIANA APARECIDA DE FREITAS |
| 12330383403 | LUCIANA DE CASSIA PADILHA |
| 13343638721 | LUCIANA DOMINGOS |
| 20416807792 | LUCIANE DE LIMA |
| 13616265729 | LUCIANE FRANCIELI DA SILVA |
| 16437766876 | LUCIANE JACINTO DA SILVA |
| 13601598727 | LUCIANE TEODORO DE ANHAIA |
| 17058279487 | LUCIANI CRISTINI GOMES |
| 16397729207 | LUCILA RODRIGUES DA SILVA |

| | |
|-------------|--|
| 16507350592 | LUCIMAR ANTUNES DE LIMA |
| 12796516697 | LUCIMAR CALDEROLLI |
| 12367512509 | LUCIMAR DE FATIMA ALEXANDRE |
| 20039430663 | LUCIMAR DENARDI DALANHOL |
| 16502194428 | LUCIMAR PEPES DOS REIS FERNANDES |
| 16405652107 | LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA |
| 12452123201 | LUCIMARA DE JESUS |
| 13388721725 | LUCIMARA DE SOUZA BORGES |
| 16475033430 | LUCINDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA |
| 12183243688 | LUCINDA SALETE ALVES DA ROSA |
| 12775517503 | LUCINEIA BARBOSA |
| 20055773219 | LUCINEIA DE JESUS |
| 20774723887 | LUCINEIA SANDRI |
| 16475479161 | LUIZ CARLOS MENEGUZZI |
| 16366718971 | LUZIA DOS SANTOS DOMINGOS DE OLIVEIRA |
| 12279125368 | LUZIA THIBES DE CAMPOS |
| 16453037921 | MADALENA MARTINS DA SILVA |
| 12375903198 | MADALENA TEREZINHA ARGENTA |
| 16371498003 | MAGDA REGINA FONTOURA MACHADO |
| 12309021700 | MARCELINA CRUZ DA SILVA |
| 13018855727 | MARCELINO RODRIGUES |
| 12412072843 | MARCIA ALVES DE MORAES |
| 12001903652 | MARCIA BASTIAN |
| 16504950440 | MARCIA DA SILVA |
| 12436726320 | MARCIA DIAS |
| 12550306424 | MARCIA DIAS DOS SANTOS |
| 13024308724 | MARCIA FAGUNDES DAS CHAGAS DE MEIRA |
| 20627952792 | MARCIA HOLDEFER |
| 16471262109 | MARCIA MARIA MOREIRA |
| 12451955661 | MARCIA MIRANDA |
| 12412068072 | MARCIA MONTEIRO DOS SANTOS |
| 16043188210 | MARCIA MOREIRA DOS SANTOS |
| 12109125480 | MARCIA PELLIN |
| 12483161911 | MARCIA REGINA GOMES |
| 13380880727 | MARCIANA SANGALETTI |
| 13811336729 | MARIELI REGINA DOS SANTOS BARBOSA |
| 16373146392 | MARCILENE DOS SANTOS |
| 12314936460 | MARGARETE APARECIDA DE MATTOS |
| 12147788890 | MARGARETE APARECIDA MALMAN |
| 21028438496 | MARGARETE ATT |
| 16500083467 | MARGARETE DA SILVA SANTOS |
| 12276403162 | MARGARETE SOARES |
| 16451785718 | MARGARETH APARECIDA DAVILA |
| 16410401893 | MARI TEREZA ALVES DA SILVA |
| 16368837013 | MARIA APARECIDA DA FONSECA |
| 12359258437 | MARIA APARECIDA DOS SANTOS |
| 16363873305 | MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA |
| 12078403034 | MARIA APARECIDA MOREIRA |
| 12783037728 | MARIA APARECIDA MOREIRA |
| 10553929787 | MARIA APARECIDA PETROVITZ |
| 13169534725 | MARIA AUGUSTA DE BARROS |
| 12232788468 | MARIA BATISTA DOS SANTOS |
| 16424013726 | MARIA BERNADETE GARIPUNA |

| | |
|-------------|--|
| 12423669218 | MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA |
| 12644489727 | MARIA CAROLINA PINTO |
| 16043179513 | MARIA CATARINA DE MORAIS |
| 16458029870 | MARIA CLARICE MORAIS |
| 16484150630 | MARIA CLAUDETE OAZ |
| 12126923748 | MARIA CLEUNIR DE OLIVEIRA |
| 16418180845 | MARIA CLEUSA DE MOURA |
| 16363866651 | MARIA CONCEICAO DIAS DAS NEVES |
| 13577051727 | MARIA CONCEICAO RUTH SCHMIDT |
| 12052873297 | MARIA CUSTODIA MIRANDA |
| 16459849715 | MARIA DA APARECIDA GALASSANS DZINGELESKI |
| 16371606620 | MARIA DA SALETE FONSECA |
| 12451956706 | MARIA DE FATIMA KUHN |
| 12669758721 | MARIA DE FATIMA MOREIRA |
| 17025251338 | MARIA DE FATIMA QUEROBIN |
| 12359257937 | MARIA DE LOURDES VOLFF |
| 16352642285 | MARIA DE LURDES PLANS DE LIMA |
| 21021878423 | MARIA DE LURDES VENTZ ZANAO |
| 13006573721 | MARIA DE SOUZA |
| 16454744427 | MARIA DELIR DE LIMA |
| 16447973238 | MARIA DO CARMO DE LIMA |
| 16371770749 | MARIA DOS PRAZERES RIBEIRO |
| 16043175720 | MARIA DOS SANTOS FARIAS |
| 12309020895 | MARIA EDIR DE OLIVEIRA |
| 16373621325 | MARIA ELOIR DOMINGUES DE MORAES |
| 10704188187 | MARIA ENEDIL SOVRANI |
| 16364130098 | MARIA ESTELA GARCIA CALIS TIL |
| 10609251594 | MARIA EVA SILVEIRA |
| 16393282593 | MARIA FATIMA ALVES |
| 16505707582 | MARIA FIORENTINA BALESTRIN |
| 16401133598 | MARIA FORTES |
| 12347794908 | MARIA GORETE MONTEIRO |
| 16366906638 | MARIA GRACIELA DA ROSA |
| 10814294720 | MARIA HELENA DEMICIANO |
| 13123230723 | MARIA HELENA DIAS |
| 16410044217 | MARIA HELENA PIRES DE CAMPOS MORAES |
| 16408812873 | MARIA HELENA RIBEIRO THIBES |
| 16352657827 | MARIA HELENA RODRIGUES |
| 12710080720 | MARIA HILGA WAGNER |
| 12758996725 | MARIA INES FERREIRA BRANDAO |
| 16363923213 | MARIA IRACEMA MOREIRA DA SILVA RODRIGUES |
| 10626784872 | MARIA IRES DIAS NAWROSKI |
| 16371544803 | MARIA ISOLINA DE ANDRADE |
| 13446332722 | MARIA IZABEL DA VEIGA |
| 16424014684 | MARIA IZABEL RAMOS |
| 16368263696 | MARIA LEMOS |
| 20602058389 | MARIA LENY ANDRADE DE RAMOS |
| 16363972389 | MARIA LEONIR GONCALVES DOS SANTOS |
| 12412068102 | MARIA LUCIA ALVES RISSI |
| 12337027750 | MARIA LUCIA BATISTA |
| 13128119723 | MARIA LUCIA DA SILVA |
| 12314936762 | MARIA LUIZA CHAVES |
| 12223904973 | MARIA LUIZA DE GODOY |

| | |
|-------------|--|
| 20926696119 | MARIA LUIZA OSORIO MOREIRA |
| 12764871726 | MARIA LUIZA VENTURA RIBEIRO |
| 16414635228 | MARIA MADALENA OLIMPIO KANARSKI |
| 12368329686 | MARIA MONICA FERNANDEZ ALVAREZ |
| 13122859725 | MARIA NEUCI CORREA |
| 10796336331 | MARIA OLGA ATT |
| 12831867535 | MARIA PERCILIANA DOS SANTOS |
| 12309020941 | MARIA REGINA GOIS TRINDADE |
| 12078413625 | MARIA SALETE ALVES |
| 16043176999 | MARIA SALETE BARETTI CARDOSO |
| 12299230604 | MARIA SALETE DO AMARAL |
| 17025251966 | MARIA SALETE DOS SANTOS PANTERA |
| 16468646724 | MARIA SALETE FERREIRA BELUSSO |
| 12309014887 | MARIA SALETE KNOP |
| 20604599042 | MARIA SALETE VALLE |
| 12160182011 | MARIA SIRLEI ANTUNES |
| 20628152609 | MARIA SOLANGE FERNANDES |
| 12309019412 | MARIA SUELI DE ALMEIDA |
| 16363693935 | MARIA TERESINHA BATISTA |
| 14135802725 | MARIA TEREZINHA DE CASTILHO |
| 12543515552 | MARIA TEREZINHA SANTOS TEDESCO |
| 12692460725 | MARIA VERONICA DA SILVA |
| 16465551064 | MARIA ZELIA CORDEIRO GONCALVES |
| 20918766227 | MARIA ZELINDA MORAIS |
| 16363762074 | MARIA ZENIR DOS SANTOS CANAL |
| 13687332720 | MARIANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES |
| 13687304727 | MARIANA ELIZETE RIBEIRO |
| 12858681505 | MARIDA DO SOCORRO DOS SANTOS |
| 12276417392 | MARILDA SALETE MEIRA |
| 12367512215 | MARILDE APARECIDA LINS |
| 12330088320 | MARILDE PADILHA DOS SANTOS GONCALVES |
| 21001182652 | MARILDE ZANON |
| 16353830352 | MARILEI BORGES |
| 13626350729 | MARILEI DA FONSECA |
| 16364152210 | MARILEI MACIEL DE OLIVEIRA |
| 13101961725 | MARILEI RUZYCKI |
| 12451957028 | MARILENE FATIMA MORAIS |
| 16364157174 | MARILENE GONCALVES DIAS PELENTIR DE OLIVEIRA |
| 12782686722 | MARILETE DOS SANTOS |
| 12353550071 | MARILI GISLAINE GALDINO |
| 13963500726 | MARILIA ELIAS VARELA |
| 12451719135 | MARILISA TEREZINHA MEIRA |
| 12375901179 | MARILU PIRES |
| 16368403161 | MARILU PIRES |
| 16434902876 | MARILUCIA GUEDES DELIMA |
| 16364164545 | MARILUCIA SCHIEVELBEIN BORGES |
| 10814293864 | MARINA RUFINO DOS SANTOS |
| 12783615527 | MARINES DAMBROS DE MELLO |
| 12078409180 | MARINES DE SOUZA |
| 13690886723 | MARINES DOS SANTOS |
| 16448420992 | MARINES DOS SANTOS |
| 16387782180 | MARINES ONEGREIRO |
| 12314937769 | MARINES REIS |

| | |
|-------------|--|
| 16453347939 | MARINEZ DALAZEN BALBINOT |
| 12436668797 | MARINEZ GONCALVES |
| 17035817814 | MARINO ORTIZ |
| 16393535211 | MARISA APARECIDA DE AVILA |
| 16364194983 | MARISA APARECIDA DE SOUZA |
| 12543409078 | MARISA CONSTANTINO DOS SANTOS |
| 20327472280 | MARISE PINHEIRO |
| 12452119735 | MARISETE RODRIGUES DE BARROS KIRSCH |
| 16387785945 | MARISTELA ALONCO |
| 13210107725 | MARISTELA APARECIDA ZANELLA |
| 16364186239 | MARISTELA CORREA DE LIMA |
| 16473102079 | MARISTELA DE LIMA FRANCO |
| 16451833828 | MARISTELA ROSA |
| 16378756962 | MARITANI DIAS |
| 16364193235 | MARIZA FERNANDES LISBOA |
| 13500062724 | MARIZA MARQUES |
| 13140579720 | MARIZA MORAIS DE OLIVEIRA |
| 16413888165 | MARIZA RODRIGUES DA SILVA |
| 13025844719 | MARIZETE CHECHI |
| 12792962722 | MARIZETE DO PRADO WALLENDORFF DE ANDRADE |
| 12418301453 | MARIZETE DOMINGUES DA ROSA |
| 16430378196 | MARIZETE DOS SANTOS TEIXEIRA |
| 20644188426 | MARIZETE NARKOSKI VEIGA DOS SANTOS |
| 16479114230 | MARIZETE RIBEIRO DOS SANTOS |
| 16043186846 | MARIZILDA DE FATIMA RIBEIRO ORBANO |
| 13498674721 | MARLEI ALVES DE ANDRADE |
| 12233225750 | MARLENE APARECIDA CAMARGO |
| 17058386860 | MARLENE CORDEIRO DE CAMPOS |
| 12299120388 | MARLENE GOMES DAS ALMAS |
| 12899426720 | MARLENE LUIZ DOS SANTOS |
| 16437782626 | MARLENE NATALIA BARP KUCINSKI |
| 16447989967 | MARLENE TEREZINHA TEDESCO |
| 12439635628 | MARLENE ZILLI |
| 12543442695 | MARLEY MARIA DE BASTIANI |
| 16364235620 | MARLI APARECIDA GONCALVES |
| 10779983081 | MARLI APARECIDA MACIEL |
| 21025977132 | MARLI APARECIDA MOREIRA DA SILVA |
| 16382252302 | MARLI DORNELIS |
| 12536435808 | MARLI FATIMA TEDESCO |
| 20324232858 | MARLI IVONE GAIO |
| 16400671162 | MARLI MOREIRA DOS SANTOS |
| 12828648496 | MARLI NEVES DE MIRANDA |
| 12412073564 | MARLI RODRIGUES DOS SANTOS |
| 16410473851 | MARLI TEREZINHA DA CRUZ |
| 20923035421 | MARLI TEREZINHA RODRIGUES |
| 12522768494 | MARLY MELANIA CORREA DA SILVA |
| 20379995667 | MARTA DE LIMA CAMPOS |
| 12194409469 | MARTA FATIMA ANTUNES |
| 12276516021 | MARTA ISABEL DE OLIVEIRA |
| 12580887522 | MARTA LOCATELLI |
| 20329427304 | MARTA MOREIRA |
| 12353548921 | MARTA PELLIN |
| 16451840069 | MEDIANEIRA DE FATIMA CAMARGO DE ARAUJO |



| | |
|-------------|--|
| 16546530369 | MERCEDES DOS SANTOS CORREA |
| 16546529808 | MERI TEREZINHA ALVES DOS SANTOS MACIMAVICINS |
| 20329426588 | MEURIN CRISLEI SOUZA MOREIRA |
| 13459167725 | MICHELE APARECIDA MACHADO DA SILVA |
| 16507384950 | MICHELE DA SILVA FURTADO |
| 12063815056 | MILTON MORAIS |
| 13354813724 | MIRIAM DA SILVA |
| 12726466720 | MIRIAM FERNANDES |
| 16073856521 | MONICA DOS SANTOS DA SILVA |
| 12314940816 | MONICA ESTER VIER |
| 12543508556 | MONICA GONCALVES DA SILVA |
| 13892994721 | MORGANA PRISCILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA |
| 12320588371 | NADIA ANTUNES CARVALHO |
| 13518531726 | NADILSE LUZIA PELINTIER |
| 20940228739 | NADIR MARIA XAVIER DE OLIVEIRA |
| 13404789724 | NADIR RIBEIRO |
| 16538481753 | NADIR TEREZINHA WALGINSKI ALTHAUS |
| 16503292180 | NAIANI APARECIDA PIRES DUARTE |
| 12299228189 | NATALINA CALISCTIL |
| 12452244424 | NAYR DOMINGOS DA FONSECA |
| 12705758722 | NEIDE APARECIDA ALVES |
| 13503702724 | NEIDE GIMBARSKI |
| 16674009661 | NEIDIR TEREZINA DIAS DOS SANTOS |
| 20918677186 | NEIVA DA APARECIDA PEREIRA LOPES |
| 12183209587 | NEIVA HECKLER |
| 16658688045 | NEIVA SANTINA DELANY PERETI |
| 10861050069 | NEIVA VARELA |
| 12160181805 | NEIVANIR RODRIGUES |
| 16576632089 | NEIVANIR RODRIGUES |
| 20648108842 | NELCI APARECIDA CHAVES BRANCO |
| 20918766367 | NELCI APARECIDA MICHELON FRUET |
| 12604466726 | NELCI DE SOUZA |
| 12299228502 | NELI LUCI ANTUNES |
| 16071545790 | NELI RODRIGUES DE QUEIROS |
| 12551068659 | NEUSA APARECIDA RIBEIRO |
| 12276990270 | NEUSA DE FATIMA POLICENO |
| 16538535497 | NEUSA ISABEL COLTRO |
| 16672473298 | NEUSA LISBOA MARTINS DOS SANTOS |
| 16562752389 | NEUSA MARIA DOS SANTOS |
| 16532581764 | NEUSA MOREIRA DA SILVA |
| 12336548528 | NEUSO JESUS MORAES |
| 12737357723 | NEUZA APARECIDA CORREA |
| 16538538070 | NEUZA TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS |
| 10814201072 | NILDA FRANCISCA MENGUE TURMINA |
| 13174457725 | NILDA IOLANDA LEMES |
| 13999123728 | NILZA CAMILA ALVES DOS SANTOS |
| 12695040727 | NOELI DE SOUZA ZENERE |
| 12286016722 | NOELI GENIS MELERE |
| 12899473729 | NOELI LOURENCO DE MELLO |
| 12551923788 | NOELI MORAIS GHELLER |
| 16546636442 | NOELI TEREZINHA VALERIO |
| 12279123551 | NOELY ROSINHA DA SILVA |
| 13511092727 | NOEMI DA SILVA |

| | |
|-------------|---------------------------------------|
| 20900906841 | NOEMY DA SILVA ALVES |
| 16570174402 | NOERCI FONTES DE RAMOS DOS SANTOS |
| 16640906253 | ODETE APARECIDA GAIO |
| 20973685845 | ODETE CONCEICAO |
| 16589847267 | ODETE DIAS |
| 20957984590 | OLVIDE CLARA GUZZI |
| 12330382741 | ONEIDE VALMIR GOMES |
| 10879995057 | ONILDO UBIALI |
| 16561420315 | ORDALINA PEREIRA DE MORAIS |
| 10659955668 | ORESTES PEREIRA |
| 16538578110 | ORILINA PERETTI |
| 13026179727 | ORQUELI DOS SANTOS GUERREIRO |
| 16043192137 | OSNI LOPES CARDOSO |
| 10837550197 | OSNIR NUNES DOS SANTOS |
| 20088070446 | OTACILIO ANTUNES DE SOUZA |
| 12361658617 | OTACILIO LUIZ DE ABREU |
| 16043192293 | OTILIA DAS GRACAS CORDEIRO |
| 10626798830 | OTILIA ENILZA ANTUNES NEVES |
| 12937023721 | OZANA ALVES |
| 16599912975 | PAMELA CRISTINA BORGES |
| 20708781599 | PATRICIA APARECIDA RAYZER TESKE |
| 16597872348 | PATRICIA DA SILVA NILSEN |
| 16538613161 | PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS ANJOS |
| 12677130523 | PAULO CLOVIS DE OLIVEIRA |
| 16651529316 | PRISCILA GLORIA XAVIER LEAO |
| 12904197720 | RAIMUNDA MATILDE RIBEIRO DE OLIVEIRA |
| 16640039959 | RAQUEL DA SILVA BOEIRA DE ANDRADE |
| 13692966724 | RAQUEL KEI DA SILVA |
| 12417991871 | RAQUEL PERRONE ANSELMO |
| 16529651145 | RAQUEL SALETE PAZ |
| 13673943722 | RAQUEL VANESSA VOLPATTO |
| 16538751793 | REGIANE DIAS |
| 16073903694 | REJEANE ALVES DE BOLBA SANTOS |
| 10814293228 | RELEODIR APARECIDA NUNES COSTA |
| 16596107109 | RENARCI GABRIEL RIBEIRO |
| 16538786368 | REVALDA APARECIDA COSTA |
| 12820715690 | RITA DA SILVA |
| 16675978765 | RITA DE CASSIA DE LARA |
| 16043197856 | RITA DE CASSIA OLIVEIRA |
| 16543437554 | RITA SIQUEIRA |
| 12299230027 | ROSA APARECIDA NUNES |
| 16563041397 | ROSA DIAS MOREIRA ALVES |
| 16625286584 | ROSA GENIS QUARESMA |
| 12436504352 | ROSA MARIA LINS |
| 12451676525 | ROSALINA LEONIDA WINK |
| 12889780718 | ROSALINA MACHADO FIABANE |
| 12404526962 | ROSALINA RUBINI |
| 20996902508 | ROSANA DE FATIMA DELFE |
| 12659683729 | ROSANA FERREIRA |
| 13459336721 | ROSANA RODRIGUES DA FREITAS |
| 13924580722 | ROSANA VEIGA |
| 12551919349 | ROSANE ANTUNES |
| 12359258283 | ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA |

| | |
|-------------|------------------------------------|
| 16542011030 | ROSANE ATT |
| 20370156476 | ROSANE DA LUZ RIBEIRO |
| 13055763512 | ROSANE DE OLIVEIRA |
| 20043412755 | ROSANE DE SOUZA |
| 16630436122 | ROSANE OLIVEIRA |
| 12403137288 | ROSANGELA APARECIDA COSTA |
| 16627515386 | ROSANGELA DE FATIMA GARCIA |
| 13466280728 | ROSANGELA KOKOWIC |
| 13190072727 | ROSANGELA PANTERA |
| 12436726487 | ROSE APARECIDA MAFI |
| 12375901187 | ROSE PELENTIR |
| 20922928538 | ROSELEI GUARNIERI |
| 16620686029 | ROSELEI SALETE LAMERA |
| 12314939761 | ROSELENE ADAM |
| 16538918442 | ROSELI APARECIDA DOMINGUES BARETTI |
| 12299119622 | ROSELI CAMPOLIN DOS SANTOS |
| 12418146741 | ROSELI DA ROSA |
| 16623210300 | ROSELI DE SOUZA |
| 12375901144 | ROSELI FATIMA VICENTE |
| 12375900679 | ROSELI FOGACA |
| 12704525724 | ROSELI MOTTA |
| 12314941677 | ROSELI OSMARIN BATISTA |
| 12671791722 | ROSELI PANTERA |
| 12551920878 | ROSELI RODRIGUES RIBEIRO |
| 12879168726 | ROSELITA TEREZINHA PINTO |
| 16623584790 | ROSEMAR APARECIDA TRINDADE |
| 12770654723 | ROSEMARI RIBEIRO DO NASCIMENTO |
| 20684162975 | ROSEMILDA DA SILVA CARRAO |
| 13016952725 | ROSENAIDE MARIA DE RAMOS |
| 16043199670 | ROSENI VARELA GONCALVES |
| 20051509894 | ROSILENE DREHMER |
| 16681790217 | ROSILENE MARIA DALLAGNOL |
| 16629907710 | ROSIMAR APARECIDA DOMINGOS |
| 12644614726 | ROSIMAR DA SILVA |
| 16650303586 | ROSINHA DE CAMPOS |
| 16587135618 | ROSITA APARECIDA RODRIGUES |
| 12897574722 | ROZELI POLICENO |
| 12543411560 | ROZINEI BRUCH |
| 20940327486 | ROZMARI FATIMA ALBANI |
| 13912239729 | RUBIA DAIANI RAMOS |
| 12483322036 | RUTE DE OLIVEIRA |
| 12451952638 | RUTH MARA DA SILVA |
| 16628365574 | RUY NORATO DO AMARAL |
| 16043200490 | SALETE ALONSO DE SOUZA |
| 16043200474 | SALETE ANTUNES DE MOURA |
| 16616442005 | SALETE CORDEIRO DE LIMA DEICHE |
| 16543502674 | SALETE DE SOUZA MACHADO FRANCA |
| 12196940587 | SALETE FAGUNDES MAZUREK |
| 13000460720 | SALETE FARIAS |
| 12439401236 | SALETE FERNANDES MEDEIROS |
| 16563099115 | SALETE MORAES |
| 16577006505 | SALETE QUAGLIOTTO |
| 16043200431 | SALETE SCUCIATO FANTIN |

| | |
|-------------|---|
| 16542049267 | SALETE TELLES DE OLIVEIRA |
| 12452244580 | SAMIRA RIBEIRO DE GODOY SALGADO |
| 13130088724 | SANDRA APARECIDA BARBOSA |
| 12315298832 | SANDRA APARECIDA BATISTA |
| 16576295392 | SANDRA APARECIDA GRAVASSO |
| 12450855604 | SANDRA BRIGIDA MIGUEL |
| 16543508818 | SANDRA CATIA FERREIRA DA SILVA |
| 13181393729 | SANDRA LUCIA WAZLAWICK |
| 13210127726 | SANDRA MARA RODRIGUES |
| 16591741268 | SANDRA REGINA KRASOWSKI |
| 12276402840 | SANDRO DO PRADO |
| 17007934089 | SARA GONCALVES RYBANDT |
| 16569084667 | SEBASTIANA ANTUNES PEREIRA |
| 12001907127 | SEBASTIANA DOS SANTOS RIBEIRO RODRIGUES |
| 12294328932 | SEBASTIANA RIETER |
| 12423654164 | SEBASTIAO DE BRITO |
| 16623725017 | SEMILDA WEYAND FACCHIN |
| 12167262088 | SERGIO FERNANDO ALVES |
| 12353615297 | SERGIO LUIZ MERGERT |
| 16043209978 | SHAIANE RUBINI |
| 20328115732 | SHEILA APARECIDA COSTA VALIERI |
| 13123253723 | SIDNEIA APARECIDA VARELA |
| 12769093721 | SILMARA APARECIDA BRAZ DE OLIVEIRA BAZE |
| 16543547872 | SILMARA APARECIDA MANDELLI |
| 13054256722 | SILMARA PEREIRA |
| 13481002725 | SILMARA REGIANE DOS SANTOS |
| 12607484725 | SILVALINA FERREIRA |
| 13081846721 | SILVANA APARECIDA FALCHETTI A RIBEIRO |
| 12375907401 | SILVANA APARECIDA LOPES |
| 16584556310 | SILVANA ARMILIATTO |
| 16563220100 | SILVANA CARDOSO DE LIMA |
| 16569152751 | SILVANA CRUZ DA SILVA |
| 20060008312 | SILVANA ESTREME |
| 16682328606 | SILVANA SAROTREL COSSA |
| 12452122612 | SILVANIA TERESINHA DA SILVA |
| 13721561723 | SILVIA DIAS |
| 16576381264 | SILVIA MADRUGA DA SILVA DE OLIVEIRA |
| 12353613324 | SILVIA RIGO |
| 13398716317 | SILVIANE APARECIDA DE LIMA |
| 16610340553 | SIMONE BATISTA DE OLIVEIRA |
| 13214769722 | SIMONE CASAGRANDE |
| 20099336388 | SIMONE GONCALVES ALVES |
| 13813482722 | SIMONE JOSE MARIA |
| 12900063517 | SIMONE NUNES |
| 16581255492 | SIMONE RODRIGUES DE OLIVEIRA |
| 16663651650 | SIMONE RODRIGUES DE OLIVEIRA |
| 12483163663 | SIRLEI APARECIDA FELIX |
| 12341415468 | SIRLEI APARECIDA HECKLER |
| 16539083735 | SIRLEI DE FATIMA DA ROSA |
| 16043202698 | SIRLEI DOMINGOS |
| 14036367729 | SIRLEI FATIMA MACIEL |
| 16609113972 | SIRLEI FERREIRA DE SALLES KUSTER |
| 16628276008 | SIRLEI GUEDES FERREIRA |



| | |
|-------------|--------------------------------------|
| 12353614312 | SIRLEI MACIEL |
| 12922919724 | SIRLEI MARIA CARNIEL |
| 16580953951 | SIRLENE APARECIDA ALVES DOS SANTOS |
| 13222673720 | SIRLENE GOMES |
| 12347635540 | SIRLEY APARECIDA DA VEIGA CORDEIRO |
| 16576396679 | SOELI TEREZINHA PETRY |
| 12644600725 | SOLANGE ALVES DOS SANTOS |
| 20901554132 | SOLANGE COSTA VALIERI |
| 13173837729 | SOLANGE FELIX BATISTA |
| 16537122083 | SONIA APARECIDA ANTUNES DE LIMA |
| 12835404726 | SONIA DE OLIVEIRA FERREIRA |
| 16569168518 | SONIA MARIA BORGES DA SILVA |
| 13156481725 | SONIA MARIA DOS SANTOS BRANCO |
| 16563246371 | SUELI BARTH CORDEIRO SANTOS |
| 13075520518 | SUELI FERNANDES |
| 12320610938 | SUELI FILOMENA SOMMARIVA |
| 12436363058 | SUELI PADILHA |
| 16630522800 | SUELI PEREIRA DUARTE |
| 16586335060 | SUELI RIBEIRO |
| 16685143542 | SUELLEM FABRICNEI |
| 20968776390 | SUSANA ANTUNES |
| 16073965975 | SUZANA COSTA |
| 12330384124 | SUZANE APARECIDA QUEIROZ |
| 12986676725 | SUZETE ALVES DE ANDRADE |
| 10814300917 | TANIA REGINA ALVES |
| 16074505129 | TANIA REGINA ALVES |
| 12309177069 | TANIA REGINA MENEZ NERES |
| 16663671511 | TATIANA CRUZ DA SILVA DIAS |
| 13349013723 | TATIANA SILVEIRA DRUN |
| 16677846300 | TATIANE DE GOES SOUZA |
| 16539205032 | TATIANE GRAZIELA DE OLIVEIRA |
| 16627529360 | TATIANI BATTISTELLA SCHIEVELBEIN |
| 16539214236 | TERESA DIAS JACINTHO |
| 16614288343 | TERESA FRIEBEL |
| 20675571337 | TERESINHA DE JESUS PAZ |
| 16539230282 | TERESINHA DE OLIVEIRA ROSSETTE |
| 13542004722 | TERESINHA PASTORE BRIDI |
| 13450197729 | TERESINHA VIEIRA CARDOSO |
| 16539219130 | TEREZA ALVES RIBEIRO DA SILVA |
| 10660118901 | TEREZA BORGIA |
| 20944144866 | TEREZINHA ALVES MOREIRA |
| 12109121418 | TEREZINHA APARECIDA GONCALVES |
| 16539223952 | TEREZINHA APARECIDA GUINDANI |
| 13097260721 | TEREZINHA CORREA DE LIMA FAITEN |
| 12353613367 | TEREZINHA DA SILVA KOHLER |
| 12551919357 | TEREZINHA DE A DE O TONIAZZO |
| 12249507858 | TEREZINHA DE FATIMA ALMEIDA LAVRATTI |
| 10796336110 | TEREZINHA DOS SANTOS |
| 12314937386 | TEREZINHA FERNANDES FRANCA |
| 20968666013 | TEREZINHA FERREIRA |
| 16601322564 | TEREZINHA GHELLER ROBERTI |
| 19001336720 | TEREZINHA LOPES CARDOZO |
| 16571532981 | TEREZINHA MOREIRA RODRIGUES |

| | |
|-------------|------------------------------------|
| 12233184841 | TEREZINHA ORBANO |
| 16539231858 | TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS |
| 12126923853 | TEREZINHA RODRIGUES |
| 16539235373 | TEREZINHA ROSANI DE SOUZA |
| 16539226307 | TEREZINHA SALETE DE LIMA |
| 16539174080 | THAIZA DA COSTA |
| 12483159925 | VALDECIR DOMINGOS |
| 13352662729 | VALDECIR FERNANDES |
| 13205360728 | VALDIR SERAFINI |
| 16569329392 | VALDIRENE PONCZKO |
| 13459158726 | VALERIA SILVEIRA |
| 12294328924 | VALMIR DE MELLO |
| 12892485721 | VANDA APARECIDA TIBES FERREIRA |
| 16539300043 | VANDERLEIA ANTUNES SILVEIRA |
| 12740890720 | VANDERLEIA DONDONI PANHO |
| 16073984309 | VANDERLEIA ELIAS VARELA |
| 16574004927 | VANDERLEIA RODRIGUES |
| 16610220221 | VANESSA APARECIDA BARETTI |
| 13396652729 | VANESSA APARECIDA GONCALVES |
| 20055773065 | VANESSA TAIANE DE ANDRADE |
| 13255649721 | VANEZA QUADROS DE GOIS |
| 16043206898 | VANILCE BARETTI |
| 20947928329 | VANILDA APARECIDA PIRES |
| 17018203838 | VERA LUCIA FERREIRA |
| 12836906725 | VERA LUCIA GOMES DE OLIVEIRA |
| 16539395540 | VERA LUCIA HEEMANN |
| 20919310588 | VERA LUCIA PASSAGLIA |
| 12294299622 | VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS |
| 12597765727 | VERA LUCIA TIDRE |
| 12799820729 | VERA MARIA DOS SANTOS |
| 12001755319 | VERA MARIA DOS SANTOS SILVA |
| 13283581729 | VERALUZ DA ROSA |
| 13201397724 | VERONICA DE FATIMA DE OLIVEIRA |
| 16043208696 | VERONICE LIZ DA SILVA |
| 10626786719 | VERONILDA FERRAZ |
| 12253874312 | VILMA RODRIGUES BUENO |
| 16547359779 | VILMA WANDSCHEER TEODORO |
| 12320589327 | VITALINA BONFIN OLIVEIRA |
| 16575951156 | VITORIA LEITE GUIMARAES |
| 13345916729 | VIVIANE GOMES ALVES |
| 13140518721 | VIVIANE LOPES |
| 12276402565 | WLADENIZE APARECIDA COSTA NOWAK |
| 12452119263 | ZELI DE JESUS |
| 12147790143 | ZELIA ANTUNES RODRIGUES |
| 16539475617 | ZELINA SALES DA ROSA DE ARAUJO |
| 16586407398 | ZENAIDE RODRIGUES NAZARZO DA SILVA |
| 10837526903 | ZENAIDE TEREZINHA MEDEIROS |
| 12831815519 | ZENILDA TEREZINHA DE SOUZA |
| 12279185514 | ZENIR BATISTA DOS SANTOS |
| 20385996939 | ZENIR CHRISTOFEL |
| 12001907305 | ZENIRA JACINTO DA SILVA COLASSO |
| 16599923691 | ZENITA ALEXANDRE BRESOLIN |
| 16591095439 | ZENITA ELIZIO |

16622733695 ZULEIDE APARECIDA SOS SANTOS

Câmara de Vereadores**Portaria nº 015/2009**

PORTARIA Nº 015/2009

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Vereador Lourenço Becker, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear os Vereadores Maria Eneida Furlin Dresch e Narcisio Kumm, e o Perito Avaliador Robson Santi, inscrito no CRECI-SC sob o nº 9231 e CNA nº 600, para em conjunto, constituírem a Comissão Especial de Avaliações de imóveis da Câmara Municipal de Vereadores, para avaliar imóveis urbanos, os quais são objetos do Projeto de Lei nº 164/09, sob a presidência da primeira citada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2009.

LOURENÇO BECKER

Presidente

A presente portaria foi publicada no Mural Oficial da Câmara Municipal no dia 18 de dezembro de 2009 e no Diário Oficial do Município no dia 23 de dezembro de 2009.

NÉDIO MARTINS

1º Secretário

Portaria nº 016/2009

PORTARIA Nº 016/2009

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Vereador Lourenço Becker, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear os Vereadores Narcisio Kumm e Maria Eneida Furlin Dresch, e o Técnico Ademir Bogoni, inscrito no CREA-SC sob o nº 015678-0, para em conjunto, constituírem a Comissão Especial de Avaliações de imóveis da Câmara Municipal de Vereadores, para avaliar imóveis urbanos, os quais são objetos do Projeto de Lei nº 164/09, sob a presidência do primeiro citado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2009.

LOURENÇO BECKER

Presidente

A presente portaria foi publicada no Mural Oficial da Câmara Municipal no dia 18 de dezembro de 2009 e no Diário Oficial do Município no dia 23 de dezembro de 2009.

NÉDIO MARTINS

1º Secretário

Associações de Municípios**GRANFPOLIS****Resolução nº 06/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

GRANFPOLIS

RESOLUÇÃO Nº 06/2009

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2009, em São José.

RESOLVE:

01 - Aprovar o Orçamento da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, para o exercício de 2010, onde, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais).

02 - A Receita será realizada na forma do Anexo II, com o seguinte desdobramento:

| | | |
|--------------------------------|-----|--------------|
| RECEITAS ORRENTES..... | R\$ | 3.180.000,00 |
| Receita Patrimonial..... | R\$ | 120.000,00 |
| Transferências Correntes..... | R\$ | 2.868.000,00 |
| Outras Receitas Correntes..... | R\$ | 192.000,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL..... | R\$ | 20.000,00 |
| Alienação de Bens | R\$ | 20.000,00 |
| TOTAL | R\$ | 3.200.000,00 |

03 - A Despesa será realizada em conformidade com os anexos integrantes desta Resolução, por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

| | | |
|--|-----|--------------|
| I - DESPESA POR ÓRGÃO | | |
| 01 - Secretaria Executiva | R\$ | 690.000,00 |
| 02 - Assessoria p/ Assuntos Administrativos | R\$ | 110.000,00 |
| 03 - Assessoria p/ Assuntos Contábeis e Financ..... | R\$ | 300.000,00 |
| 04 - Assessoria p/ Assuntos Jurídicos | R\$ | 240.000,00 |
| 05 - Assessoria. P/ Assuntos de Eng. e Arquitetura.. | R\$ | 1.110.000,00 |
| 06 - Assessoria. P/ Assuntos Educacionais..... | R\$ | 65.000,00 |
| 05 - Assessoria. P/ Assuntos de Saúde..... | R\$ | 98.000,00 |
| 05 - Assessoria. P/ Assuntos de Assistência Social.. | R\$ | 85.000,00 |
| 99 - Reserva de Contingência | R\$ | 502.000,00 |
| TOTAL | R\$ | 3.200.000,00 |

| | | |
|------------------------------------|-----|--------------|
| II - DESPESA POR FUNÇÃO | | |
| 04 - Administração | R\$ | 2.450.000,00 |
| 08 - Assistência Social..... | R\$ | 85.000,00 |
| 10 - Saúde..... | R\$ | 98.000,00 |
| 12 - Educação..... | R\$ | 65.000,00 |
| 99 - Reserva de Contingência | R\$ | 502.000,00 |
| TOTAL | R\$ | 3.200.000,00 |

| | | |
|---------------------------------------|-----|--------------|
| III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA | | |
| DESPESAS CORRENTES | R\$ | 2.272.000,00 |
| Pessoal e Encargos Sociais | R\$ | 1.591.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | R\$ | 681.000,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | R\$ | 426.000,00 |
| Investimentos | R\$ | 426.000,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ | 502.000,00 |



| | |
|-------------|------------------|
| TOTAL | R\$ 3.200.000,00 |
|-------------|------------------|

04 - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a complementar, por ato do Presidente da Associação, as dotações que apresentarem deficiências no decorrer da execução orçamentária;

05 - O Presidente da Associação dos Municípios fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% do total da Despesa fixada nesta Resolução, por conta do Excesso de Arrecadação e do Superavit Financeiro;

06 - O Presidente da Associação dos Municípios fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação;

07 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHÉLIN

Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

PRESIDENTE

Consórcios Públicos

CIGA

Dispensa de Licitação nº 07/2009

ATO DE DISPENSA Nº 01/09

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/09

OBJETO: Aquisição de um computador desktop, conforme especificações técnicas constantes na proposta de preço.

CONTRATADO: Teletex Computadores e Sistemas Ltda

CNPJ: 79.345.583/0001-42

VALOR: R\$ 2.694,00 (dois mil e seiscentos e noventa e quatro reais)

Florianópolis, 21 de dezembro de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato de Programa nº 14/09

CONTRATANTE: Município de Gov. Celso Ramos

CNPJ: 82.892.373/0001-89

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Gov. Celso Ramos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Gov. Celso Ramos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e co-

municação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Gov. Celso Ramos, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município. VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato de Rateio nº 14/09

CONTRATANTE: Município de Gov. Celso Ramos

CNPJ: 82.892.373/0001-89

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Gov. Celso Ramos e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 14/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2009.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CIS-AMURC

Resolução Nº 001/2009

RESOLUÇÃO Nº 001/2009

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, CISAMURC, Prefeito Luiz Henrique Saliba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 15 do Estatuto Social resolve expedir a presente Resolução seguintes termos:

Considerando os termos do Ofício Circular TCE/DMU nº 15.888/2009, originário do Tribunal de Contas de Santa Catarina, onde encaminha orientações gerais e básicas sobre a legalidade e a regularidade dos procedimentos relacionados aos Consórcios Públicos, de acordo com as normas estabelecidas pela Lei 11.107/2005, decreto Federal 6017/2007, Portaria 860/2005 e Nota Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 150/2006, resolve:

Art. 1º - Deverá o CISAMURC até a data de 31/12/2010 promover concurso público objetivando o preenchimento das vagas dos empregados públicos.

Art. 2º - Até o total preenchimento dos cargos (empregos públicos) através do competente concurso público, poderá o CISAMURC, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, contratar servidores por tempo determinado.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua



publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, SC, 17 de dezembro de 2009.

LUIZ HENRIQUE SALIBA

Presidente

Edital de Tomada de Preços

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA

REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2009

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2009

TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO PELO TOTAL GERAL DE ITENS

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na execução dos serviços médicos nas especialidades de ressonância magnética, mamografia, ultrassonografia e raio-X, que realizar-se-á nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. Fixa-se o dia 07/01/2009, às 14:30 horas para abertura das propostas e às 14:00 horas, como último prazo para apresentação da habilitação e propostas. Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CIS-AMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 875, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3622-4530.

Canoinhas, 01 de dezembro de 2009.

LUIZ HENRIQUE SALIBA

Presidente